

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Daniela de Miranda dos Santos

**A CASA DA MEMÓRIA NACIONAL ENTRE A DITADURA E A DEMOCRACIA:
O IHGB NOS ANOS DE 1980 A 2016**

Juiz de Fora

2024

DANIELA DE MIRANDA DOS SANTOS

**A CASA DA MEMÓRIA NACIONAL ENTRE A DITADURA E A DEMOCRACIA:
O IHGB NOS ANOS DE 1980 A 2016**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Daniela de Miranda dos.

A Casa da Memória Nacional entre a ditadura e a democracia : o IHGB nos anos de 1980 a 2016 / Daniela de Miranda dos Santos. -- 2024.

297 f.

Orientador: Fernando Perlatto

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. IHGB . 2. Memória. 3. Ditadura. 4. Democracia . I. Perlatto, Fernando, orient. II. Título.

Daniela de Miranda dos Santos

A CASA DA MEMÓRIA NACIONAL ENTRE A DITADURA E A DEMOCRACIA: O IHGB NOS ANOS DE 1980 A 2016

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em
História da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Doutor em
História. Área de
concentração:
História, Cultura e
Poder.

Aprovada em 05/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim- Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof Dr. Wallace Andrioli Guedes

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a). Tatyana de Amaral Maia

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof Dr. Paulo César Gomes Bezerra

Universidade Federal Fluminense

Prof(a) Dr(a). Janaina Martins Cordeiro

Juiz de Fora, 03/04/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlatto Bom Jardim, Professor(a)**, em 11/04/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wallace Andrioli Guedes, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Martins Cordeiro, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo César Gomes Bezerra, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 22:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatyana de Amaral Maia, Usuário Externo**, em 17/07/2024, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1770461** e o código CRC **4ECC697D**.

AGRADECIMENTOS

A presente tese de doutorado foi construída sendo atravessada por momentos de aflição e desalento, como o governo de Jair Bolsonaro e a pandemia de Covid-19 que assolou com expectativas e produziu um horizonte de insegurança. Junto a isso, incertezas pessoais também cruzaram esse caminho com mudança de cidade e nova atuação profissional, que me distanciaram fisicamente da Universidade, do círculo acadêmico e me inseriram em uma realidade distinta.

Diante de tantas adversidades que se apresentaram pelo caminho, cheguei a pensar que não seria possível concluir a tese. Mas, tive o privilégio de ter um orientador que me deu o incentivo necessário para fazer enxergar que seria possível. Por isso, meu especial agradecimento ao meu orientador, professor Fernando Perlatto. Agradeço por sua forma de conduzir a orientação, sempre atento, sensível às angústias e também às potências, dando, na medida certa, espaço para a liberdade de pensar. Fujo do tom protocolar que caracteriza os textos científicos para agradecer não só por esses últimos anos de construção da tese, mas por todos os outros que os antecederam. Neste ano de 2024 completa-se dez anos desde a primeira vez que lhe procurei para ser o condutor dos meus primeiros passos como pesquisadora. Escolha acertada. Nesse tempo, me guiou no Trabalho de Conclusão de Curso, na Iniciação Científica, no Mestrado, no Estágio de Docência e no Doutorado. Por isso, agradeço a sua incansável atenção ao longo desses anos e seu papel fundamental para que hoje eu pudesse concluir mais um passo importante na minha trajetória.

Agradeço aos membros da banca examinadora, prof^a Janaina Martins Cordeiro, prof^o Paulo César Gomes Bezerra, prof^a Tatyana de Amaral Maia e prof^o Wallace Andrioli Guedes por atenderem prontamente ao convite, bem como pelas avaliações, contribuições e comentários que nortearam, em grande medida, o desenvolvimento e a revisão do trabalho.

Agradeço ao corpo técnico e também aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História pelas disciplinas ministradas e pelos estimulantes textos debatidos em sala de aula, os quais possibilitaram importantes reflexões para a construção da tese. Aos amigos e colegas que fizeram parte desta jornada. À amiga de sempre, Bárbara Fernandes. Ao meu companheiro Lucas, minha imensa gratidão e amor.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida para realização desta pesquisa. E por fim, meu agradecimento e reconhecimento à universidade pública, em especial a instituição que me fez historiadora, mestre e, neste momento, doutora: a Universidade Federal de Juiz de Fora.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre o final da ditadura até o golpe de 2016. Para isso, busca-se investigar a instituição no período de 1980 a 2016 com o intuito de inserir o objeto de pesquisa no debate historiográfico atual sobre as memórias construídas a respeito da ditadura no contexto de transição, consolidação e início da nova crise da democracia no país. Desse modo, a investigação é centrada, de um lado, na composição institucional, e de outro, nos discursos propagados pela instituição a respeito do regime autoritário inaugurado com o golpe de 1964. Desse modo, primeiro será apresentado um perfil dos sócios que ocuparam cargos na administração do IHGB ao longo desses anos. Em seguida, em diálogo com a historiografia, serão abordadas as narrativas localizadas nas comunicações, debates e conferências das reuniões da instituição e nos textos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)* relacionados à ditadura. Essas duas frentes de investigação nos permitirão traçar uma biografia coletiva daqueles sujeitos que ditaram os rumos da instituição e, ao mesmo tempo, entender a forma como o Instituto se relacionou com o passado da ditadura em diferentes momentos. Utilizam-se, assim, como fontes principais atas de sessões e artigos da *RIHGB*.

Palavras-chave: IHGB, memória, ditadura, democracia

ABSTRACT

This research aims to understand the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) between the end of the dictatorship and the 2016 coup. To this end, we seek to investigate the institution from 1980 to 2016 with the aim of inserting the research object into the current historiographical debate on the memories constructed regarding the dictatorship in the context of transition, consolidation and the beginning of the new crisis of democracy in the country. Thus, the investigation is focused, on the one hand, on the institutional composition, and on the other, on the discourses propagated by the institution regarding the authoritarian regime inaugurated with the 1964 coup. Thus, first a profile will be presented of the partners who held positions in the administration of IHGB over these years. Then, in dialogue with historiography, narratives located in communications, debates and conferences at the institution's meetings and in texts published in the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) related to the dictatorship will be addressed. These two fronts of investigation will allow us to trace a collective biography of those individuals who dictated the institution's direction and, at the same time, understand how the Institute related to the dictatorship's past at different times. Therefore, minutes of sessions and articles from RIHGB are used as main sources.

Key words: IHGB, memory, dictatorship

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Período de nascimento dos membros da administração.....40

Gráfico 2

Período de falecimento dos membros da administração.....40

Gráfico 3

Formação superior dos membros da administração: comparativo 1964-1979 e 1980-2016.....43

Gráfico 4

Período de Formação Superior dos membros da administração entre 1980 e 2016.....44

Gráfico 5

Formados em História e/ou Geografia: ano de ingresso no IHGB.....50

Gráfico 6

Formados em História e/ou Geografia: período de ingresso em cargos administrativos no IHGB.....52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	
Formação superior dos membros da administração do IHGB.....	42
Quadro 2	
Profissão dos membros da administração do IHGB.....	46
Quadro 3	
Historiadores e Geógrafos na administração do IHGB.....	48
Quadro 4	
Historiadores e Geógrafos da administração do IHGB em suas décadas de formação.....	49
Quadro 5	
Entrada das mulheres na administração do IHGB.....	63
Quadro 6	
Formação das mulheres pertencentes à administração do IHGB.....	63

ANEXOS

ANEXO I

Lista de nomes dos membros da administração do IHGB (1980-2016)	126
--	------------

ANEXO II

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Diretoria.....	130
---	------------

ANEXO III

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Diretorias Adjuntas.....	133
---	------------

ANEXO IV

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Direção da Revista.....	135
--	------------

ANEXO V

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Comissões Permanentes.....	137
---	------------

ANEXO VI

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Conselhos.....	148
---	------------

ANEXO VII

Mulheres na administração do IHGB (1980-2016)	152
--	------------

ANEXO VIII

Comissão de História (1980-2016)	154
---	------------

ANEXO IX

Membros da administração do IHGB com trajetória política (1980-2016)	155
---	------------

ANEXO X

Reuniões da CEPHAS em 1984 e assuntos militares.....	157
---	------------

ANEXO XI

Reuniões ordinárias em 1984 e assuntos militares.....	160
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPHAS	Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPDOC	Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil
ESG	Escola Superior de Guerra
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UB	Universidade do Brasil
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A INSTITUIÇÃO E OS SUJEITOS: A HISTÓRIA E O PERFIL DOS DIRIGENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 24	
1.1 O IHGB NA HISTÓRIA E SUAS MUDANÇAS	24
1.2 ASSUNTOS INSTITUCIONAIS: A ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A REVISTA	30
1.3 COMPOSIÇÃO DO IHGB EM SEUS PRIMEIROS ANOS	32
1.4 COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO IHGB ENTRE 1964-1979.....	35
1.5 A BIOGRAFIA COLETIVA DOS SUJEITOS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO DO IHGB ENTRE 1980 E 2016	38
1.5.1 Nascimento e falecimento	41
1.5.2 Formação acadêmica e atuação profissional	43
1.5.3 Comissão de História.....	56
1.5.4 Trajetória política	59
1.5.5 Participação de mulheres	62
CAPÍTULO 2: DITADURA NA MEMÓRIA E DEMOCRACIA NO HORIZONTE: O IHGB NOS ANOS DE 1980	66
2.1 OS PRIMEIROS ANOS DO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL	67
2.2 O DEBATE ACADÊMICO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ATÉ 1984 SOBRE O GOLPE DE 1964 E DITADURA.....	70
2.3 CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980 ...	76
2.4 O IHGB EM 1984: O LEGADO MILITAR NOS 20 ANOS DO GOLPE DE 1964	81
2.5 O PRESENTE E AS MEMÓRIAS DE UM PASSADO RECENTE	91
2.5.1 Lembranças de Marechal Teixeira Lott no ano da efeméride do golpe civil-militar	93
2.5.2 Médici: memória não esquecida	98
2.5.3 Tancredo Neves: a ausência que se fez presença	102
2.5.4 Para Castelo Branco, flores e para Sarney nem tantos fulgores	107
2.5.5 Em meio à constituição, o presidencialismo sendo colocado em questão.....	110
CAPÍTULO 3: A PLURALIDADE COMO ESSÊNCIA: O IHGB NA DÉCADA DE 1990	115
3.1 DE FERNANDO COLLOR A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	116
3.2 HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990 E OS 30 ANOS DO GOLPE	120
3.3 A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO TEMPO: O IHGB NA DÉCADA DE 1990	126

3.4 O IHGB EM 1994: CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA “INTENTONA” E “INSSUREIÇÃO” DE 1935 E A DISPARIDADE ENTRE SÓCIOS.....	132
3.5 O INÍCIO DO PERFIL PLURICORPORATIVO E A NECESSIDADE DE UMA “CONVIVÊNCIA SUPERIOR”	142
3.6 DARCY RIBEIRO E NELSON WERNECK SODRÉ NAS PÁGINAS DA RIHGB148	
3.7 OS EVIDENTES CONTRASTES	157
3.8 MEMÓRIAS DE JOÃO GOULART E OS SILENCIAMENTOS SOBRE A MORTE DE GEISEL E FIGUEIREDO	159
3.9 AS RELAÇÕES COM OS GOVERNO COLLOR, ITAMAR E FHC.....	165
CAPÍTULO 4: O IHGB NOS ANOS 2000: ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO	169
4.1. O FIM DO GOVERNO DE FHC E A ERA LULA.....	170
4.2 DEBATE SOBRE A DITADURA ANOS 2000 E A EFEMÉRIDE DOS 40 ANOS DO GOLPE	175
4.3 IHGB NA DÉCADA DE 2000: O PLURALISMO COMO MARCA	181
4.4 O LUGAR DA MULHER PESQUISADORA E DA QUESTÃO DE GÊNERO NA INSTITUIÇÃO.....	184
4.5 O IMPACTO DA ENTRADA DE MULHERES PESQUISADORAS NA RENOVAÇÃO DA REVISTA DO IHGB NOS ANOS 2000	187
4.6 “RESPEITANDO A TRADIÇÃO”: OS MILITARES NO INSTITUTO.....	190
4.7 ANIVERSÁRIOS DO GOLPE DE 1964 NO INSTITUTO NOS ANOS 2000	196
4.8 MEMÓRIAS DE PRESIDENTES DITADORES E A MONUMENTALIZAÇÃO DE MÉDICI.....	200
CAPÍTULO 5 - IHGB NOS ANOS DE 2010 A 2016: NO MEIO DA TRADIÇÃO E DA INOVAÇÃO ONDE FICA A REPARAÇÃO?	210
5.2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO GOVERNO DILMA E A CNV.....	215
5.4 DINÂMICA DO IHGB NA DÉCADA DE 2010: A VEZ DE PESQUISADORES E ACADÊMICOS.....	222
5.5 NA CONTRAMÃO DO CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 1964 E DOS TRABALHOS NA CNV	230
5.6 POR QUE NÃO UMA RETRATAÇÃO?.....	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	238
FONTES	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	250
ANEXOS	261

INTRODUÇÃO

A história e a memória a respeito da ditadura civil-militar no Brasil trilham caminhos complexos atualmente na sociedade brasileira¹. O tema tem sido discutido e rediscutido, e assim permanece desde os anos de 1980 em constante mudança, sendo objeto de reflexão de diversos historiadores e cientistas sociais. A memória sobre a ditadura possui várias camadas e a história, junto dela, está mergulhada na confusão que marca a opinião pública e acaba por reverberar nos estudiosos sobre o tema - e das Ciências Humanas de modo geral-, que se vêm inseridos no árduo trabalho de desmentir falsas notícias (“Fake News”), combater o anticientificismo e o negacionismo que estão em pauta na sociedade brasileira atual.

Fazendo uma breve retrospectiva a respeito da memória construída sobre a ditadura no Brasil, algumas divergências e mudanças de olhares a partir do presente são constatadas. Alguns dos estudos especializados nos esclarecem que a partir da Lei de Anistia em 1979, inaugurando o período chamado pelo historiador Daniel Aarão Reis (2010) de transição democrática, houve um pacto da sociedade, em um consenso, reunindo amplos segmentos sociais – ainda que sem unanimidade – a respeito de alguns silenciamentos. Dentre eles, foram instaurados silêncios sobre a tortura e os torturadores e sobre o apoio da sociedade à ditadura. Apesar de existirem vozes que denunciavam a ditadura, as torturas e os torturadores, essas foram vozes isoladas. Quando a Anistia foi aprovada, a grande maioria não tocou mais no assunto, preferindo ignorar. Como levanta Aarão Reis, dessa forma, “os torturados foram deixados em paz” e “a tortura foi empurrada para baixo de grosso tapete”, em uma tentativa de esquecer o passado – um passado que se queria recusar. Assim, sobretudo nos últimos anos da década de 1970, tornou-se difícil encontrar alguém que apoiasse explicitamente o regime que se derrocava (Reis Filho, 2010, p. 171-186).

¹ Embora não haja consenso na historiografia sobre o tema, o presente trabalho opta por utilizar o termo “ditadura civil-militar”. Essa escolha é pautada na tese de Daniel Aarão Reis Filho (2005), que procura enfatizar a participação de segmentos da sociedade na ditadura. Segundo ele, a ditadura não foi “uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade”, pois se tivesse sido, possivelmente o projeto da ditadura teria sido imediatamente derrotado após o golpe de 1964 (Reis Filho, 2014, p. 8). Por isso, defende que o regime permaneceu e se fixou por longos anos também devido ao apoio de diversos setores da sociedade, como ratificam igualmente alguns trabalhos recentes (Barbosa, 2013; Cunha, 2014; Dreifuss, 1981; Maia, 2012; Rollemberg, 2008; Santos, 2018; Serbin, 2001; Silva, 2015). Há ainda outras interpretações como a de Carlos Fico (2004), que utiliza a expressão civil-militar para o golpe, reconhecendo que houve apoio de parcelas da sociedade civil, mas sustenta que o papel dos militares é que foi preponderante no regime. Para ele, mesmo que a preparação para o golpe tenha sido impulsionada a partir de relações com civis, foram os militares que movimentaram as tropas e que estiveram envolvidos em maior número na montagem do governo.

Essa forma de olhar para o passado da ditadura se aprofundou com o passar dos anos sendo quase impossível localizar quem houvesse apoiado sem reservas o regime. Sabemos, entretanto, que a adesão existiu. Complexas relações foram estabelecidas entre a sociedade e a ditadura com participações maciças de indivíduos e instituições no momento da instauração, com ambiguidades, ambivalências, trânsitos inesperados, seguidas de um desencanto paulatino. O que se viu foi que com o passar dos anos esse apoio foi se desmanchando gradativamente até enfraquecer entre os anos de 1979 e 1980, tornando o passado da ditadura uma lembrança incômoda até certo período (Reis Filho, 2010).

Ainda, principalmente entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, há perspectivas que apontam para uma recuperação positiva da memória de João Goulart. De acordo com o historiador Marcos Napolitano, naquele momento de crise do regime militar, a sociedade civil parecia ser oposicionista e democrática. Conforme cita, livros como o de Luiz Alberto Moniz Bandeira, “O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil”, de 1977 e documentários, como “Jango”, de Sílvio Tendler, de 1984 destacavam as virtudes do projeto reformista de Jango e denunciavam a grande conspiração nacional e internacional contra o seu governo (Napolitano, 2014).

Na medida em que a ditadura se tornava impopular e que a sociedade brasileira cada vez mais simpatizava com os valores democráticos, as versões de esquerda passaram a aparecer com mais vigor. Dessa forma, as esquerdas e Jango ressurgiram, e elas, que haviam sido derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, reapareceram sendo vitoriosas nas batalhas de memória (Reis Filho, 2004). Tanto é que, logo após esse período, muitos dos que lutaram contra a ditadura no Brasil chegaram a diferentes postos do governo ou conseguiram uma inserção institucional.

Não se pode, porém, desconsiderar a existência de um silêncio envergonhado por parte de muitos setores do ambiente político e da sociedade civil. Pessoas que se silenciaram durante esse tempo e deixaram em repouso o posicionamento favorável a respeito da ditadura também nunca deixaram de existir. Esse silenciamento, entretanto, foi sendo diluído e quanto mais nos afastamos desse passado da ditadura, mais manifestações favoráveis saem de seu momento de hibernação e eclodem.

Além disso, sobre os que defendem a volta da ditadura é necessário ponderar também a questão geracional levantada por Fernando Perlatto ao tratar de um editorial publicado no jornal *Folha de São Paulo* em março de 2018 que trazia a informação de que a cada 100 brasileiros, 70 não vivenciaram a ditadura. Segundo ele, esse dado mostra que o distanciamento temporal

e geracional colabora para atenuar os horrores ocorridos durante o regime e banalizar a democracia, apagando toda a luta e pressão para conquistá-la (Perlatto, 2018).

As manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, como vimos depois, ainda que não tivessem inicialmente este propósito, abriram caminhos para a emergência de um novo discurso de direita e para uma crescente depreciação do Partido dos Trabalhadores (PT). Elas contribuíram também para o crescimento do sentimento de descrença nas instituições e radicalizaram os embates políticos (Chaloub, 2016). Como consequência imediata para o sistema político, os protestos colaboraram para a drástica redução na aprovação do governo da então presidenta Dilma Rousseff (PT), na posterior ascensão do conservadorismo e da extrema-direita no país e promoção de discursos abertamente negacionistas sobre o golpe de 1964 e o regime militar. Uma disputa política por liderança começou a adquirir visibilidade nas manifestações de 2013 “cujas bordas fervia um imaginário conservador, regressivo ou escancaradamente reacionário, com disposição para adular fatos históricos e adequá-los à sua conveniência ideológica”, como sintetiza Heloísa Starling (2019, p. 281).

Há que se considerar ainda neste contexto os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que aprovada em 2011 e instalada no mandato de Dilma Rousseff em 2012, significou uma inovação na justiça de transição no Brasil e abriu uma possibilidade de a sociedade discutir a experiência ditatorial no país. Setores conservadores, especialmente das Forças Armadas, foram críticos ao seu estabelecimento e à abertura de um “revanchismo”, na visão deles. O Relatório Final, que esclareceu fatos de graves violações dos direitos humanos, foi entregue oficialmente em cerimônia ocorrida em 2014, quando a crise política brasileira já estava instaurada. A trajetória da CNV esteve, portanto, diretamente relacionada com as mudanças da conjuntura do país (Perlatto, 2021).

Em vista desse cenário, em 2016 a presidenta Dilma Rousseff sofreu o processo de impeachment. Data marcante para esse processo foi o dia 17 de abril de 2016 em que houve a votação que aprovou a admissibilidade do pedido de impeachment da presidenta, ocasião em que vários deputados fizeram discursos diversos à matéria pela qual Dilma estava sendo acusada. As explanações de Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro na sessão, principalmente, interessam para a narrativa aqui desenvolvida. Para se posicionarem em favor do impeachment referenciaram respectivamente “aos militares de 64” e “à memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, que foi o chefe do DOI-Codi de São Paulo. O que se seguiu a esse episódio foi um silêncio complacente por parte de setores políticos e da sociedade, com algumas exceções (Perlatto, 2016). Meses depois, em agosto de 2016, a votação

ocorrida no Senado Federal demarcou o fim de 13 anos do Partido dos Trabalhadores no poder ao concluir o processo de impeachment destituindo a presidenta.

Considera-se, assim, que um dos anos que foi marco na opinião pública brasileira trazendo à tona de forma mais veemente uma face elogiosa a respeito da memória da ditadura, foi 2016. Apesar de saber que todos esses sentimentos e memórias favoráveis à ditadura sempre estiveram incrustados em setores da sociedade, foi a partir desse momento que eles de maneira mais expressiva, foram exteriorizados. O golpe institucional abalou a democracia no país, movimentos de extrema-direita ganharam força e as disputas de memória da ditadura lograram espaço no terreno brasileiro.

Uma chave de explicação para que manifestações deste tipo ainda ocorram e continuem atemorizando nossa democracia pode estar em nossa transição pactuada em torno da Lei da Anistia de 1979 e na forma como nós, sociedade, lidamos com o passado da ditadura, diferentemente de outros países que também experienciaram regimes autoritários e julgaram os que praticaram crimes durante esses regimes. No Brasil, o pacto construído em torno da Lei da Anistia resultou no perdão daqueles que praticaram crimes em nome do Estado Brasileiro e consolidou a ideia de que era necessário esquecer o passado e focar no futuro (Perlatto, 2018). Isso produz um silenciamento das memórias na esfera pública em relação a este passado, tratando-se de um passado que se manifesta no silêncio que foi mantido em relação à violência policial, à tortura e atrocidades que ocorreram durante a ditadura civil-militar, bem como se manifesta no silêncio e complacência em relação a grupos que se portam em favor de uma intervenção militar (Idem, 2016).

O passado da ditadura ainda, nos dias atuais, nos atemoriza e coloca em risco a permanência da democracia no país. As reiteradas declarações favoráveis ao regime do ex-presidente Jair Bolsonaro, além de outros políticos, foram claras demonstrações. Apesar da contradição de ter sido democraticamente eleito, suas afirmações em prol de uma ditadura militar no país foram recorrentes. No mês de março de 2021, diante da queda da popularidade de seu governo em razão de sua má gestão em relação a pandemia do COVID-19 superando a marca de mais de duas mil mortes diárias, desemprego crescente e colapso do sistema de saúde, Bolsonaro, em uma de suas *lives* semanais no Facebook, afirmou que “é fácil impor uma ditadura”, deixando no ar a possibilidade de um golpe militar sob o seu comando ao ressaltar que é o chefe das Forças Armadas (Estado de Minas, 2021). Antes, no mês de fevereiro, durante uma cerimônia de entrada de novos alunos da escola preparatória de cadetes do Exército em Campinas, o então presidente declarou: “se tudo tivesse que depender de mim, não seria este o regime que nós estaríamos vivendo” (O Globo, 2021).

Há que se considerar que as demonstrações de desejo por uma ditadura por parte de Jair Bolsonaro não se tratam de casos isolados. Declarações com essas foram inflamadas principalmente nas redes sociais e defendidas por diversas pessoas e grupos. Há alguns anos presenciemos o crescimento de discursos em defesa da intervenção militar e da volta à ditadura com amplo engajamento de diferentes segmentos da sociedade.

Sendo assim, os valores democráticos no Brasil têm sido alvos de ataques constantemente. Dentre as razões de diversas ordens que poderiam ser elencadas, destaca-se, em consonância com a temática abordada, não só a falta de julgamento e punição aos que cometeram crime durante o período da ditadura no Brasil e aos que ainda insistem em clamar por ela, mas também as falhas e precariedades em iniciativas de debates que transformem a memória pública sobre esse período, evitando o desconhecimento sobre a ditadura por diversos segmentos da sociedade e a consequente disseminação de informações desconcertadas sobre esse regime no país. São pontos que precisam ser aprimorados em nossa sociedade e que se mostram essenciais, embora não unicamente, para a consolidação da democracia que tem sido regularmente colocada em risco (Perlatto, 2018).

Foi neste contexto que o presente trabalho foi gestado em versão de projeto no ano de 2017, se desenvolveu em formato de escrita entre os anos de 2020 e 2023 e concluído em 2024, ano em que o golpe de 1964 completou 60 anos. Foi pensado logo após o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão da extrema-direita no país. Perpassou a eleição de 2018 de Jair Bolsonaro, bem como a chegada deste na Presidência da República e seu desgoverno ao longo da pandemia de COVID-19. Este trabalho enfrenta a história recente e é um produto dela. Por isso, não pode desconsiderar todos os percalços e desafios que temos passado na sociedade brasileira, além da acentuação da crise política e econômica no país, da ampliação de narrativas em prol do regime militar e de discursos negacionistas sobre o golpe de 1964 que tiveram maior ressonância a partir de 2018 com a eleição presidencial de Bolsonaro.

Dessa forma, a presente Tese se apresenta com o objetivo de inserir o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) neste debate, trazendo reflexões sobre a visão da instituição a respeito da ditadura no Brasil a partir do momento em que o país passava pelo período correspondente à transição democrática até o golpe de Estado em 2016². Busca, então, analisar o olhar da instituição sobre a ditadura brasileira, considerando os discursos presentes no

² Foi caracterizado como golpe de Estado de 2016, por diversos cientistas políticos e sociais brasileiros, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff ocorrido em 2016, com destacada participação de membros do Supremo Tribunal Federal, de outras instâncias do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal. Em razão dos diferentes atores participantes nesta destituição ilegítima da chefe de Estado, o golpe foi considerado como parlamentar, jurídico e midiático (Chaloub; Lima, 2018).

Instituto nos dois contextos: no momento em que o país caminhava para a abertura política; e na conjuntura em que a democracia brasileira vivenciava a sua restauração, consolidação, até o novo golpe.

A escolha do Instituto Histórico como objeto de estudo decorre, em primeiro lugar, da escassez de pesquisas sobre ele, de modo geral, no século XX e mais especificamente pela ausência de trabalhos em períodos ainda mais contemporâneos, como na redemocratização e na Nova República. O IHGB têm sido objeto de investigação, sobretudo, no que concerne à sua dimensão historiográfica, localizando a sua atuação no período imperial e alguns poucos trabalhos nos anos iniciais da República brasileira. A historiografia sobre este instituto se concentra, principalmente, na produção dos pesquisadores Manoel Luís Lima Salgado Guimarães (1988), Lilia Schwarcz (1989; 1993; 1998), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995; 2007) e Ângela de Castro Gomes (2009). Além de trabalhos desenvolvidos em pesquisas de Mestrado e Doutorado em Universidades de todo o país que corroboram paralelamente a esses estudos clássicos sobre a instituição.

Algumas faces ainda permanecem inexploradas pela historiografia e há uma evidente carência de estudos sobre o IHGB em sua atuação e produção a partir, sobretudo, da segunda metade do século XX e especialmente suas atividades durante e após o regime ditatorial brasileiro. Com esta abordagem são relevantes os estudos desenvolvidos em minha pesquisa de Mestrado, que deu origem à Dissertação intitulada “O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira” (Santos, 2018); os trabalhos de Ivan Rodrigo Trevisan (2017) ao analisar as relações entre o IHGB e a ditadura através da concessão por parte da instituição do título de presidentes honorários aos chefes de Estado do regime ditatorial e os repasses de verbas e auxílios financeiros concedidos ao Instituto durante esses governos; as pesquisas derivadas do Doutorado de Fernanda Coelho Mendes (2018; 2019; 2023), que também procuram elucidar o IHGB em tempos de ditadura.

Desse modo, a Tese se dedica a abordagens ainda não exploradas por pesquisadores e se apresenta em linha de continuidade com as investigações empreendidas na Dissertação, que teve como objetivo, de forma resumida, investigar o IHGB no período de 1964 a 1979 e demonstrar que a instituição, assim como outras, compartilhou valores, legitimou o golpe de 1964 e apoiou o regime recepcionando positivamente e lidando de forma complacente com todos os generais-presidentes. Foi, portanto, nessas condições, que os cinco presidentes no período da ditadura – Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo – foram eleitos como presidentes de honra do Instituto com unanimidade de votos dos sócios presentes nas

assembleias enquanto João Goulart, enquanto governava, não foi cogitado e não recebeu as mesmas honrarias (Santos, 2018).

Apesar disso, ambiguidades e ambivalências já foram evidenciadas em importantes instituições durante a vigência da ditadura, como a Associação Brasileira de Imprensa (Rollemberg, 2011), a Ordem dos Advogados do Brasil (Rollemberg, 2008) e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (Serbin, 2001). Foram instituições que apoiaram o golpe, mas que a partir de 1982 passaram a exigir a redemocratização (Ferreira, 2018, p. 32). Sabendo disso, pretendemos analisar o IHGB a partir da mesma ótica, buscando rastrear o seu posicionamento através de seus discursos e publicações especialmente após a ditadura.

O IHGB se torna o objeto da pesquisa, além de tudo isso, por ter sido criado também como o espaço oficial de produção da memória nacional no século XIX. Apesar da presença de políticos de suficiência literária discutível e de rivalidades pessoais, o instituto se dedicou a uma produção historiográfica a qual não pode ser negligenciada. Sua posição central consolidada no século XIX, entretanto, foi abalada na década de 1930 com a inauguração das Faculdades de Filosofia no país. Conforme assinala Arno Wehling, a partir dos anos de 1930 no Brasil foi sendo realizada a profissionalização da formação de professores de história. Posteriormente, nos anos 1960, a pós-graduação foi institucionalizada no país em diversas áreas, incluindo a história. O professor universitário passou atuar não só na atividade docente, como também na pesquisa. Aproximadamente trinta anos depois a produção historiográfica brasileira se concentrou nos programas de pós-graduação das universidades (Wehling, 2007).

De toda forma, mesmo com os percalços sofridos em diversos períodos e mesmo não ocupando mais um lugar de referência nos estudos históricos, o IHGB não deixou de escrever história, de guardar importantes acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos, de receber pesquisadores para consultas, de publicar sua revista e de renovar o seu quadro social. É uma instituição que sobrevive (e resiste) por mais de 180 anos, que carrega sua bagagem desde o século XIX até o século XXI e que permanece realizando atividades regulares sobre História³.

³ Em 2021, o IHGB solicitou apoio a quem pesquisa, se interessa pelo estudo da História ou que sabe do valor da preservação da Memória Nacional e dos acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos que estão sob a guarda da Instituição. Solicitaram contribuição financeira, seja em doação avulsa, seja em investimentos em projetos que possuem inscrição na Lei de Incentivo à Cultura com direito à dedução no Imposto de Renda, para que pudessem enfrentar a crise financeira ocorrida em razão da desocupação de salas que são alugadas no prédio da instituição. Disponível em <https://ihgb.org.br/apoie-o-ihgb>. Acesso em 05/04/2021.

É justamente pelo fato de o Instituto não ocupar mais o palco principal de pesquisas e produções historiográficas e pela conseqüente escassez de estudos sobre a sua atuação e configuração na segunda metade do século XX e início do século XXI, que a presente pesquisa se interessa pela instituição e busca entender o seu papel, as suas publicações e os sujeitos envolvidos. Razão esta entrelaçada às buscas de entender a ditadura civil-militar e as construções de memória sobre ela em anos posteriores na instituição. O objetivo é colaborar para uma melhor compreensão sobre a atuação do IHGB em tempos mais atuais e também, de alguma maneira, para as pesquisas a respeito da história e memória construídas sobre a ditadura no país.

Essa história que ainda é escrita pelo IHGB e divulgada por sua Revista faz parte de um lugar, possui significância e tem o potencial de verbalizar os projetos institucionais e as tradições historiográficas. É uma historiografia que traz as marcas de onde ela foi produzida e é sempre escrita por alguém em certo período. Portanto, tem-se a intenção neste trabalho de compreender os caminhos percorridos, as escolhas, a forma de conceber história e as pessoas que estão em torno desse lugar e envolvidas nas decisões e na produção.

Assim, o recorte cronológico escolhido para este trabalho decorre da abordagem pretendida e se constrói como um complemento do estudo desenvolvido na Dissertação de Mestrado, que teve o enfoque na instituição entre os anos de 1964 e 1979. Por essa razão, o limite cronológico aqui trabalhado será dos anos de 1980 a 2016. A primeira data, 1980, refere-se ao ano seguinte de início do período de “transição democrática”, que se inicia em 1979 com a revogação das leis de exceção – e que termina em 1988 com a aprovação de uma nova Constituição. O recorte final com o ano de 2016 foi selecionado com a intenção de se aproximar ao máximo do tempo presente e do período que observamos o crescimento significativo de manifestações negacionistas sobre o golpe de 1964 e pró-regime militar no país.

Ademais, este recorte temporal da pesquisa propicia uma linha de continuidade cronológica e investigativa ao trabalho desenvolvido no Mestrado, proporcionando uma visão ampla, ao ligar a mesma linha de pensamento e raciocínio a respeito do IHGB com a temática da ditadura, que vai desde os anos de 1964 até o ano de 2016. Trata-se de um recorte que corrobora para a análise do discurso construído pelo IHGB em momentos chaves que podem impactar na construção desta narrativa, partindo da concepção de que o conhecimento produzido sobre o passado pode ser influenciado pela cultura, valores e referências da época em que se vive.

Em 1995, por exemplo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade frente à questão dos opositores que foram mortos

pelo aparelho repressivo do regime militar e instituiu a Lei nº 9.140, criando a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, cujo objetivo era reconhecer todos os casos de desaparecimento, aprovar a reparação indenizatória e buscar localização dos restos mortais que não haviam sido entregues para sepultamento. Seu trabalho começou em 1996, mas possuiu uma linha de continuidade e perpassou quatro mandatos presidenciais. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a lei foi ampliada e a investigação, em estado avançado, culminou na publicação de um relatório-livro em 2007, segundo o livro-relatório “o Estado brasileiro cumpriu também um certo papel de juiz histórico ao fazer o resgate da memória e da verdade[...]” (Brasil, 2007, p. 18).

Em 2010, durante a presidência de Lula, foi apresentado ao Congresso Nacional brasileiro o projeto de Lei nº 7.376 para a criação de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esse projeto foi aprovado e transformou-se na Lei 12.528 em 2011. Dessa forma, a CNV foi oficialmente instalada pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2012. Trouxe o objetivo de, somando aos esforços anteriores, promover a apuração e o esclarecimento público das violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura no Brasil, respondendo a uma demanda histórica da sociedade.

Além disso, deve-se levar em conta que em 2004 a comemoração dos quarenta anos do golpe gerou uma série de reflexões na academia a respeito da ditadura no Brasil a partir de diversos enfoques⁴. Em 2014, no cinquentenário do golpe, o tema entrou em pauta novamente na sociedade brasileira em seus diversos campos: nas ruas⁵, na Câmara dos Deputados⁶ e na

⁴ Como exemplo, o livro *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*, organizado por Daniel Aarão Reis, Rodrigo Patto Sá Motta e Marcelo Ridenti, que reuniu veteranos pesquisadores e jovens doutorandos com análises sobre o período; o artigo *40 anos do golpe de 1964: golpe de 1964: ditadura nunca mais!*, de Antônio Fernando de Araújo Sá e o livro *1964-2004: 40 anos do golpe*, organizado por Carlos Fico, Celso Castro e Ismenia de Lima Martins, que foi fruto de seminário realizado aos quarenta anos do golpe que reuniu historiadores, cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, psicólogos e economistas.

⁵ Segundo os periódicos, houve manifestações ligadas à movimentos sociais e centrais sindicais em São Paulo para lembrar os mortos pela ditadura civil-militar no dia 1º de abril de 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimentos-sociais-lembram-do-golpe-de-1964-e-comparam-lei-antiterrorista-a-ditadura-2001/>. Acesso em: 01.09.2020. Houve também marcha festejando os 50 anos do golpe reunindo grupos conservadores. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/marcha-que-festeja-50-anos-do-golpe-reune-150-pessoas-na-paulista-12036819>. Acesso em 01.09.2020.

⁶ No dia 1º de abril houve sessão solene para debater os 50 anos do golpe militar de 1964. Ela foi marcada por polêmicas e encerrada antes de todos os participantes previstos discursarem, após manifestantes se recusarem a virar de frente para ouvir o discurso do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), favorável ao período da ditadura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/465002-SESSAO-SOLENE-SOBRE-GOLPE-MILITAR-E-MARCADA-POR-POLEMICA.html>. Acesso em: 25.09.2020.

Academia⁷. Além disso, foi o ano em que a CNV apresentou seu relatório final. Em 2016, a votação que aprovou a admissibilidade do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, trouxe à tona vozes dispersas de apoio à ditadura, que muitas vezes permaneciam ocultas, a partir dos discursos proferidos por alguns dos deputados, como Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro.

Diante disso, alguns questionamentos se fazem presentes: o IHGB, entre os anos de 1980 e 2016, articulou ou agregou às suas reflexões esses debates empreendidos, em certa medida, pelo Estado, pela sociedade e por instituições acadêmicas? Qual concepção foi adotada? Como afirma Marcos Napolitano, em 2014, passados cinquenta anos do golpe de 1964 muitas das perspectivas são revisitadas pela historiografia e pela própria memória social (Napolitano, 2014, p. 8). Portanto, indaga-se: em um momento em que a historiografia estava revendo os fatos, qual era a narrativa propagada pelo Instituto? Houve algum posicionamento do IHGB a respeito dos trabalhos da Comissão da Verdade? Qual foi a postura do IHGB diante das efemérides do golpe de 1964 que mobilizou diversos eventos e produções críticas a respeito do período? De que forma o Instituto Histórico rememorou os acontecimentos históricos recentes? Relegou ao esquecimento ou ao silenciamento?

Assim, importa-nos entender como o IHGB se posicionou, no momento posterior, a respeito da ditadura e do seu conseqüente quadro de mudanças que impactou a sociedade e a política brasileira. Nessa perspectiva, interessa-nos refletir se houve um processo de adequação do fazer história pelo IHGB após a vivência de governos ditatoriais, partindo-se do pressuposto de que o tempo presente influencia a escrita da história. Nas palavras de Michel de Certeau: “uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso. Isto é um ‘bem’ ou um ‘mal’? Antes de mais nada é um fato, que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado” (Certeau, 2007, p. 74).

Mais do que isso, em detalhes, pretende-se investigar as narrativas desenvolvidas no interior do Instituto, rastreando, sobretudo, possíveis menções sobre esses episódios de golpe, governos ditatoriais, repressão e censura, os quais o Brasil acabava de experienciar. Busca-se,

⁷ Diversos seminários foram realizados para discutir a ditadura. Nesse sentido, surgiram produções originárias desse debate para apresentar as tendências de interpretação do fenômeno autoritário, como o livro *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*, organizada por Daniel Aarão Reis, Rodrigo Patto Sá Motta e Marcelo Ridenti; o livro *1964: 50 anos depois: a ditadura em debate*, organizado por Grimaldo Carneiro Zachariadhes e o livro *Cinquenta anos esta noite*, de José Serra, em que relata sua vida na perspectiva de um militante estudantil e exilado no período. Além disso, foi tema em revistas acadêmicas na área de História, a exemplo da Revista Crítica Histórica do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, com o dossiê *Os 50 anos do golpe civil-militar*.

ainda, compreender os caminhos percorridos pela escrita da história no Instituto após esse momento e os assuntos que foram privilegiados.

Entendendo que o que também é capaz de propiciar uma guinada ou uma oxigenação, ainda que gradual, na ordem estabelecida dentro do IHGB e na produção pode ser justamente a iniciativa de pessoas envolvidas na instituição, a composição da administração do IHGB entre os anos de 1964 e 1979 foi um dos focos na pesquisa desenvolvida no Mestrado e torna-se também ponto de destaque na investigação aqui realizada para os anos de 1980 e 2016. Por essa razão, como a intenção deste estudo é, em um plano amplo, analisar a historiografia do Instituto entre os anos indicados, destacando como a história da ditadura no Brasil é mencionada – ainda que nas entrelinhas -, consideramos apropriado conhecer antes o lugar social onde essa história é produzida.

Tendo em vista os objetivos expostos, o primeiro capítulo é voltado para uma apresentação institucional, com abordagens sobre a história do IHGB, seu papel, objetivo, composição, movimentações em seu contexto de criação até os anos da ditadura e também funcionamento das reuniões e da Revista publicada pelo Instituto. Dedicar-se a reflexões sobre a composição da instituição ao longo do tempo, desde os seus primeiros anos até 1979. Posteriormente, apresentamos o levantamento e a análise da composição dos membros que fizeram parte da administração do IHGB entre os anos de 1980 a 2016. Para isso, é realizada uma biografia coletiva, com a intenção de revelar as características comuns do grupo eleito e compreender quem eram as pessoas envolvidas no andamento da instituição, ressaltando rupturas e continuidades no perfil dos sujeitos que conduziam e tomavam as decisões no IHGB. Principalmente na conclusão do trabalho será possível perceber se mudanças na administração impactaram em algum momento no modo de fazer História, na estrutura da revista, na dinâmica das reuniões e na forma de se relacionar com a academia.

Nos capítulos 2,3,4 e 5, foca-se na investigação de assuntos discutidos nas reuniões e no perfil das publicações da Revista do IHGB (*RIHGB*) em cada década a partir de 1980 com um enfoque nos anos de efeméride do golpe de 1964 (1984, 1994, 2004 e 2014). Evidencia-se nestes capítulos um balanço do que era discutido nas reuniões e publicado no periódico da instituição, buscando identificar as temáticas e os recortes temporais mais visitados, os assuntos que têm alguma ligação com a ditadura e que nos conceda algum suporte para refletir sobre a construção da memória ou da história a respeito desse período. Tais discursos e publicações são analisadas à luz do contexto político e social da época, e constituem um oportuno termômetro para avaliar o conhecimento histórico produzido pelo instituto em comparação com as práticas historiográficas que estavam sendo desenvolvidas nos meios acadêmicos. A intenção é perceber

as pautas e discussões que foram escolhidas e colocadas em evidência e as que se tornaram ausentes ou silenciadas. Assim, o capítulo 2 trata da década de 1980, com certo direcionamento ao ano de 1984; o capítulo 3 dará conta da década de 1990, com enfoque em 1994; o capítulo 4, fará referência aos anos 2000, especialmente o ano de 2004, e por fim, o 5º e último capítulo, tratará dos anos de 2010 a 2016, mas principalmente 2014, por se tratar da efeméride dos 50 anos do golpe, mas também ano da entrega oficial do Relatório da Comissão da Verdade, que trouxe impactos importantes para os debates a respeito da ditadura civil-militar brasileira.

O pano de fundo que percorre a tese são as investigações sobre a memória e história produzida pelo IHGB a respeito da ditadura. A lente para esta análise, em vista disso, conjuga o plano do discurso acadêmico e o do discurso político. Sabe-se, entretanto, que o instituto, tradicionalmente, procura não tratar de temas do tempo presente e procura demonstrar neutralidade, evitando se pronunciar abertamente e se envolver em temas sensíveis e polêmicos para a sociedade brasileira⁸. Por essa razão, a investigação proposta se coloca com intento de rastrear toda a composição da administração, a produção e as atividades empreendidas pela instituição, tendo a ciência da necessidade de trabalhar com silenciamentos e rastreando tendências, que evidenciam as suas predileções em contraste com os temas que não mereciam ou não deveriam ser mencionados.

As fontes utilizadas para embasar as premissas do trabalho são constituídas pela documentação oficial do IHGB, formada por atas de sessões ordinárias, relatórios, comunicados, artigos, discursos transcritos, muitos deles dispostos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. São fontes que propiciam reflexos das atividades, da cultura historiográfica do Instituto e dos pensamentos político-sociais entranhados. Servem de referência, ainda, os dicionários biográficos nos levantamentos para composição da biografia coletiva.

⁸ O trabalho de Nanci Leonzo, *Um reduto intelectual na sua intimidade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1987, evidencia que, no período imperial, embora existissem exceções, o IHGB repudiou a divulgação de todo e qualquer tipo de documento contemporâneo que pudesse implicar no questionamento das instituições monárquicas sob a alegação de uma possível parcialidade dos autores. Essa prática era rompida, contudo, quando se tratava de tema de interesse político imediato.

CAPÍTULO 1: A INSTITUIÇÃO E OS SUJEITOS: A HISTÓRIA E O PERFIL DOS DIRIGENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

1.1 O IHGB NA HISTÓRIA E SUAS MUDANÇAS

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado na primeira metade do século XIX, em 1838, em um período caracterizado por transformações políticas nos primeiros anos da monarquia brasileira, mais precisamente em sua fase Regencial. O Instituto foi criado em um cenário de crises institucionais, de revoltas que agitavam o país e de disputas pelo governo regencial, pela vacância do trono e pela falta de unidade política (Guimarães, 1995).

O Brasil acabava de passar por um processo de Independência em 1822 com a aclamação do príncipe regente d. Pedro como imperador do Brasil. Junto com ele, começou a ser construído no imaginário político a ideia de um império autônomo. Avistava-se o começo de uma nação, construída separadamente de Portugal. A palavra nação passava a acender um sentimento de separação, distinção de um povo em relação ao outro, como oposto de estrangeiro. Conforme destacado por Lúcia Maria das Neves, não apresentava ainda um sentido político e significado cultural, de um Estado soberano com uma comunidade dotada de identidades singulares (Neves, 2009).

Após a Independência o que se constatou foi o início de um processo de formação do Estado com seus aspectos básicos e inerentes: a centralização do poder, que abrange a unificação e consolidação de fronteiras territoriais; a superação de conflitos com o controle de poderes paralelos e manutenção de hierarquias sociais; a constituição de um aparato jurídico e a formação de uma estrutura burocrática (Martins, 2007, p. 41). Portanto, o processo de emancipação política significou o ponto de partida para a construção de uma ideia moderna de nação. Posterior a isso, a tarefa mais difícil foi construir e definir o Brasil com sua própria identidade.

Assim, em 1838, dezesseis anos após a emancipação política e com o entorno marcado de conflitos no pós-independência em diferentes províncias com movimentos e rebeliões que tinham como objetivo comum a descentralização, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado. O IHGB foi instaurado no mesmo ano de término da Sabinada, que foi um movimento revolucionário de grandes proporções ocorrido na capital da Bahia em que se aclamava por um novo regime inteiramente desligado do governo central do Rio de Janeiro (Souza, 1987), e início da Balaiada, que foi uma importante revolta popular ocorrida na província do Maranhão (Janotti, 1987).

Foi nesse momento de enérgicos conflitos e rebeliões em diversos pontos do Brasil que a Corte do Rio de Janeiro presenciou a inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através de uma iniciativa de Raymundo José da Cunha Mattos e Januário da Cunha Barbosa, que encaminharam uma proposta de criação do Instituto ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), alegando que a criação da instituição forneceria grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros. Inspirados no Institut Historique em Paris, enfatizavam a necessidade de um instituto que centralizasse os documentos espalhados pelas províncias. O projeto aprovado colocou em prática a fundação do IHGB como um empreendimento privado contando com o patrocínio da SAIN⁹. Com esse objetivo, 27 pessoas, algumas aparentemente desvinculadas do panorama político e outras de notabilidade da Corte, se reuniram para fundar o IHGB (Guimarães, 1995).

Embora contasse com o financiamento privado, o Instituto recém-criado se entrelaçou com o Estado brasileiro. O contexto de inauguração da instituição, como pode ser visto, é o mesmo contexto de fundação do Estado Nacional, fazendo com que ambos compartilhassem os dilemas e incertezas do momento. Ao mesmo tempo, fundaram e fizeram parte do IHGB personalidades cujas biografias se confundiam com a própria trajetória do Estado Imperial. Durante o Segundo Reinado os laços foram estreitados e tamanha foi a sua relação com o governo imperial que pouco tempo depois de sua criação, o Instituto Histórico mudou-se das dependências modestas que ocupava na Sociedade Auxiliadora e fixou-se no Paço da Cidade (Ibidem).

Tem-se, nesse momento, um laboratório da nação, mencionando Marcelo Basile (Basile, 2009), em que vários projetos estavam em jogo e sendo experimentados, disputando o que seria o Brasil e a nacionalidade brasileira. Por se tratar de um contexto em que o Estado Imperial (Estado Nacional) havia sido recém-criado, representando o fim do domínio da Coroa portuguesa sobre o território colonial brasileiro, havia o desafio inerente de delinear o perfil da nação e definir uma identidade nacional própria. Este era o papel do IHGB através da construção não só da História como também da Geografia brasileira, pois, por se tratar de um período de indefinição, inclusive geográfica, não se conhecia todo o território brasileiro. Por isso, uma das funções do Instituto Histórico era o de mapear o território, já que isso não era plenamente conhecido. Dessa forma, o IHGB se concebeu, ainda que com sua autonomia, como

⁹ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) tinha o projeto de promover o desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária no país. Fazia parte de um conjunto de medidas que visavam a centralização do Estado (Schwarcz, 1993, p. 101).

a materialização do empreendimento de consolidação do Estado Nacional e manteve relações com a proposta ideológica em curso (Guimarães, 1988).

Os desafios eram muitos ao se configurar o nascimento da pesquisa histórica no Brasil, ao menos de uma forma “mais definida, mais refletida e, politicamente, mais nacionalista”, nas palavras de Temístocles Cezar (2011, p. 93). O objetivo era o estabelecimento de um plano historiográfico que organizasse os recursos e os procedimentos para se escrever a história da nação. Alguns obstáculos, entretanto, se faziam presentes: o projeto nacional não era evidente, assim como a identidade da história e do historiador também não eram, já que a nação brasileira estava sendo construída no mesmo momento em que a história, como disciplina científica, dava os seus primeiros passos (Ibidem).

O Instituto Histórico, no século XIX, portanto, passou a ser o lugar de produção historiográfica no Brasil, e o fato de ser ligado aos projetos do Estado influenciou na forma como a historiografia e as interpretações sobre a Nação foram construídas. Em uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e existência de populações indígenas, a historiografia desenvolvida pela instituição homogeneizou a visão de Brasil no interior das elites, encaixando a Nação brasileira como representante de civilização no Novo Mundo. Pautando-se em um conceito de Nação restrito aos brancos, excluiu desse projeto, por não serem portadores da noção de civilização, os índios e os negros (Guimarães, 1988). Como explicita Manoel Luiz Salgado Guimarães:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo (Guimarães, 1988, p. 8).

Sendo assim, a proposta de homogeneizar um passado autoproclamando o Brasil como uma nação civilizada tinha como público-alvo as elites e não o povo brasileiro. O IHGB tinha a função de apresentar uma história valorosa para que fosse reproduzida interna e externamente para, respectivamente, instruir e controlar as elites, e justificar a entrada do Brasil na lista de nações ditas civilizadas (Guimarães, 1988). Tinha, além do desejo de fundar uma historiografia nacional, de ensinar e divulgar conhecimento, a intenção de formular uma história que se dedicasse à exaltação e glória da pátria, como modelos europeus (Schwarcz, 1993, p. 102).

O Instituto, portanto, se dedicou à sua função singular e trabalhosa de dar sentido e forma a um certo discurso sobre a nação, e representou o nascimento da pesquisa histórica no

Brasil. Mas, embora a instituição tenha sido detentora de grande prestígio no século XIX, sua trajetória não se desenvolveu com ritmo de ascensão até o século XXI. Ao contrário, a posição ocupada pelo IHGB foi se modificando. Ao longo do Segundo Reinado, vivenciou dias de muito prestígio e movimentação. O Instituto nesse tempo organizou missões de pesquisa no exterior para investigações e busca de cópias de coleções de manuscritos que estavam sob a guarda de arquivos estrangeiros, realizou concursos de monografias, estabeleceu intercâmbio com importantes associações congêneres, colaborou com o Ministério dos Estrangeiros oferecendo subsídios para os estudos de demarcação de fronteiras, coletou um bom número de fontes do período colonial e publicou estudos. Tudo isso contando com a subvenção do Império que foi sendo sucessivamente ampliada (Guimarães, 2007).

Com o passar dos anos, e principalmente com o ritmo de queda da monarquia, o Instituto Histórico entrou em um momento de inércia, em que as comissões de trabalho passaram a ter pouca produção, os concursos de monografia desapareceram e os debates acadêmicos foram sucumbidos por rotinas meramente burocráticas. O fim do Império e a conseqüente suspensão de regalias promovidas pelo governante aprofundaram essa situação do IHGB e o levou para um momento de crise econômica, já que não detinha de muitos recursos próprios, apenas joias e anuidades pagas por sócios, além da venda de exemplares da Revista (Ibidem).

Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esteve à beira da insolvência e por pouco não fechou suas portas. Com a Proclamação da República em 1889, os novos dirigentes do país negaram a concessão de algumas verbas para o Instituto já firmadas no governo imperial. Para eles o IHGB representava uma herança do antigo regime, sendo inclusive cogitada a possibilidade de extingui-lo. Com subvenções cortadas, funcionários responsáveis pela biblioteca e secretaria foram dispensados, a Revista que era editada pela Imprensa Nacional passou a sofrer atrasos e outras conseqüências foram sentidas pela instituição diante do quadro que se agravava progressivamente (Ibidem).

Algumas alternativas para minimizar esses efeitos e garantir a existência do Instituto foram encontradas pela direção, como a criação de uma nova categoria de associados (sócios beneméritos). Com essa medida, o IHGB passou a receber pessoas que não teriam a obrigação de comprovar suficiência literária, mas que possuíam meios financeiros de fornecer donativos à instituição. Como afirma Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “a República dos Marechais relegou o Instituto Histórico a uma condição secundária. O reduto letrado aceitou o jogo e se retraiu” (Guimarães, 2007, p. 28).

A partir do governo de Prudente de Moraes o Instituto retomou algumas atividades e procurou sair de seu isolamento: elegeu o dirigente do país ao cargo de presidente de honra da

instituição; colaborou com o Ministério das Relações Exteriores, cedendo peças do acervo, como mapas antigos para o exame de questões relativas à fronteira e atendeu solicitações do ministro da Guerra. As autoridades republicanas por sua vez retribuíram com subvenções. Posteriormente, Rodrigues Alves custeou as obras da antiga instalação do IHGB e regularizou as publicações da Revista na Imprensa Nacional. “Suas atividades começariam a frutificar sob o patrocínio das autoridades republicanas” (Guimarães, 2007, p. 29). Para tudo isso, contribuiu de maneira decisiva para esse novo momento do Instituto Histórico a presença do Barão do Rio Branco na direção com sua prática diplomática.

Em sequência, o ápice da sua segunda caminhada ascendente foi nos anos de 1930 com a aliança que estabeleceu com Getúlio Vargas.

De um lado, o *Silogeu* colaborava com o *Atelier do Catete*, na modelagem de uma política cultural, que seria implantada no Estado Novo (1937-1945), voltada para (...) *o esforço permanente de construção-legitimação de uma consciência nacional do país*. De outro, Vargas concedia favores e conferia à instituição uma posição de destaque no panorama intelectual brasileiro, cuja magnitude só pode ser comparada com a reputação que desfrutara no Segundo Reinado (Guimarães, 2007, p. 37, grifos da autora).

Apesar de todo o apoio de Vargas, o IHGB, a partir dos anos de 1930, foi perdendo paulatinamente a sua proeminência e seu destaque como instituição fundamental na constituição dos estudos históricos no Brasil. Isso ocorreu não por questões diretamente políticas como em anos anteriores, mas sim pela criação dos cursos universitários de História no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro. Os anos de 1930 vivenciaram a institucionalização dos primeiros cursos superiores de História no Brasil, sendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que mais tarde, no ano de 1939 foi reformulada na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) (Silva; Ferreira, 2011).

Neste momento de criação das universidades e de institucionalização das disciplinas, muitos dos que eram responsáveis por estruturar os cursos de História, optaram em manter distanciamento com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mesmo reconhecendo a importância da sua produção e dos procedimentos usados para garantir o conhecimento científico sobre o passado da nação brasileira. Outros discordavam vigorosamente das concepções de História dominantes construídas no IHGB, em que predominava a História política, valorização de sentimentos patrióticos e figuras do panteão nacional. Essa aparente ruptura com o Instituto Histórico não parece ter ocorrido de maneira abrupta, pois em alguns

momentos nesse processo de constituição de cursos de História e Geografia, como foi o caso da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi-UB), a concepção de História que prevaleceu restabeleceu boa parte dos pressupostos sustentados pelos historiadores do IHGB (Ferreira, 2013).

Após a criação dos cursos universitários de História e Geografia no Brasil, com o passar do tempo, ocorreu a evolução do processo de constituição da identidade dos profissionais de história e do ofício de historiador. Esse foi um processo longo que pode ser explicado por alguns breves marcadores, como: a separação dos cursos de História e Geografia e a instituição de dois cursos distintos¹⁰; criação da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, que tinha a pretensão de refletir sobre as práticas do *métier*, na segunda metade dos anos de 1950; a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) que passou a estimular o desenvolvimento de pesquisas e programas de pós-graduação, também na década de 1950; a criação da Associação Nacional de História (Anpuh), em 1961; a expansão dos programas de pós-graduação nos anos de 1970 e o surgimento dos primeiros cursos de mestrado de acordo com as novas diretrizes¹¹, como salienta Marieta de Moraes Ferreira (Ferreira, 2016).

Toda essa movimentação fez com o que IHGB, embora permanecesse com as suas atividades, perdesse paulatinamente a sua hegemonia e primazia na produção do conhecimento histórico no Brasil. De todo modo, mantendo muitas de suas tradições, a instituição, para sobreviver, se adaptou ao longo de todos esses anos buscando apoio dos governantes de cada período. Não houve, porém, nenhum outro apoio tão frutífero quanto o do imperador D. Pedro II, apesar de Getúlio Vargas e Emílio Garrastazu Médici serem lembrados na instituição com recorrência em razão dos respaldos fornecidos.

¹⁰ Os cursos eram oferecidos de forma integrada (Geografia e História). Somente a partir de 1955 com a Lei 2.5945, esses cursos se tornaram independentes (Silva; Ferreira, 2011).

¹¹ Vários cursos de Mestrado foram criados de maneira subsequente na década de 1970 no Brasil: em 1970, na UFRJ, foi criado um Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em História referido por alguns como Curso de Mestrado, embora na prática só tenha sido regulamentado em 1982; em 1971, foi criado o curso de Mestrado em História da USP e da UFF. Em 1973, foi a PUC do Rio Grande do Sul e a UFPR; em 1974, na UFPE; em 1975, na UFSC e na Unicamp; em 1976, na UnB e em 1979 na UNESP (Ferreira, 2016).

1.2 ASSUNTOS INSTITUCIONAIS: A ORGANIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A REVISTA

O IHGB buscou, ao seu modo, manter ao longo do tempo as mesmas práticas e atividades desenvolvidas no século XIX. Desse modo, a dinâmica, tanto das sessões quanto do periódico, em grande medida, seguiu a mesma rotina e modelo. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* acompanha um padrão e as sessões foram distribuídas da mesma maneira entre as ordinárias, extraordinárias e magnas, existindo ainda as reuniões da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, que foi inaugurada somente em 1962.

Os encontros ordinários aconteciam mensalmente entre os meses de abril a outubro para tratar principalmente de assuntos burocráticos referentes à organização da instituição. Seguiam um ritual demarcado com leitura da ata da sessão anterior, desenvolvimento pelo orador ou por algum sócio de um tema histórico previamente selecionado. As questões giravam também em torno de comentários dos sócios sobre temas diversos, pareceres sobre novos consócios e memórias de personalidades. Já as reuniões extraordinárias e assembleias gerais eram convocadas com antecedência de pelos menos cinco dias pelo presidente quando fosse necessário para eleger a diretoria, as comissões permanentes, o presidente honorário e novos integrantes do quadro social. Além disso, eram convocadas em caso de reforma do estatuto e do regime interno, entrega de prêmios, votação de orçamento anual e outras questões de interesse da instituição. A sessão magna, por sua vez, tinha uma data específica para ser realizada. Ela ocorria no dia vinte e um de outubro de cada ano para celebrar o aniversário do Instituto (Ihgb, 1965, p. 291-309).

A Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) também tinha a sua rotina de encontros. Por ideia de um sócio, foi uma comissão criada em 1962 para organização das comemorações do bicentenário da transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1963) e da passagem do IV Centenário da fundação da Cidade do Rio de Janeiro (1965). Entretanto, o grupo de pesquisa não se desfez e seus trabalhos foram estendidos. Nesse sentido, em 1967 se transformou em um fórum permanente de investigações históricas aberto a pesquisadores externos ao quadro social (Ihgb, 2008).

Seus encontros eram mais frequentes. Aconteciam todas as quartas-feiras com exceção da última do mês e tratavam sobre diversos temas da história dentro da tradição historiográfica da instituição, como se verá adiante. Quem direcionava as sessões era um presidente próprio, que por muito tempo foi Marcos Carneiro de Mendonça por ter sido ele o idealizador da comissão. Em sua ausência, foi substituído por membros da diretoria (Ipanema, 1985, p. 226).

A CEPHAS foi considerada pelos membros uma oportunidade para a dinamização do Instituto já que redimensionou as participações e acolheu, na visão deles, a colaboração de visitantes. Passou a funcionar como um foro acadêmico onde estudiosos, levados por sócios, apresentavam seus trabalhos, embora necessitassem ainda do aval do presidente da comissão. Para os sócios, a comissão seria ainda como um estágio probatório para esses participantes, que poderiam no futuro serem acolhidos no corpo social (Ipanema, 1985).

Em regra geral, as atas de todas essas reuniões ocorridas na instituição eram publicadas no último volume de cada ano da *RIHGB*. Com sua periodicidade trimestral e corpo editorial composto de sócios da instituição, sua estruturação foi conservada ao longo do tempo. Os espaços dedicados aos temas dentro da revista eram bem delimitados e seguiam uma ordem estipulada. Em todos os números as publicações seguiam relativamente a seguinte sequência: originais inéditos, com novos artigos de sócios; conferências e discursos, com transcrições de explicações feitas por seus membros; documentos e transcrições, com a reprodução de documentos históricos; sócios falecidos, com memoriais de consócios que faleceram no ano corrente. A última revista de cada ano, com algumas exceções, contava em suas últimas páginas com as atas de sessões e um relatório constando a lista de todos os associados daquele ano.

Trata-se de uma revista fundada em 1839, logo após a organização do Instituto, com o objetivo de contribuir para a divulgação da História do Brasil. Dessa forma, predominam os artigos de história e os textos de geografia cumprem um papel específico de se referir a questões territoriais e demarcações de limites. Nesse sentido, os temas abordados são aqueles considerados relevantes para o Instituto, como publicações de documentos de eventos históricos, limites geográficos e biografias de brasileiros, seguindo assim, uma prática de fazer história pautada em nomes e personagens para destacar vultos da história pátria e legitimar seus pares. Conforme destaca Lília Schwarcz, o IHGB, desde a sua criação, manteve a tradição comemorativa, que se reflete nos textos produzidos e publicados na revista. Há uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, símbolos, pois para o Instituto, “fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação” (Schwarcz, 1993, p. 104).

De acordo com o estatuto, a *RIHGB* tinha uma tiragem delimitada e um público certo. Seus receptores imediatos eram os seus próprios sócios, que eram em média duzentos, bem como sociedades com as quais o Instituto mantinha correspondência no Brasil e no exterior (Ihgb, 1965). Era um periódico, portanto, que não tinha difusão na sociedade para além de seu estreito círculo. O impacto da revista se dava, assim, principalmente, entre os próprios sócios e estudiosos vinculados a outras associações próximas. O número de pessoas que tinham contato

com a publicação e que possivelmente se interessavam por ela, era, desse modo, restrito. Atualmente a revista encontra-se também em formato *on-line*.

A *RIHGB*, portanto, diante da divulgação de registros de suas atividades e de artigos de teor histórico se torna um objeto de pesquisa e uma fonte expressiva dentro do recorte temporal definido. Permite-nos rastrear os discursos selecionados pela instituição para que fossem divulgados, sobretudo, aqueles relacionados ao seu presente ou passado recente de governos ditatoriais.

1.3 COMPOSIÇÃO DO IHGB EM SEUS PRIMEIROS ANOS

A composição e a forma de ingresso na instituição foram pautas constantes, desde os primeiros anos da instituição, de discussões no interior do Instituto Histórico e por isso reformulações em normas internas a respeito do quadro social ao longo do tempo foram realizadas por influência do contexto político, econômico ou social de cada período. Essas diretrizes estão presentes no Estatuto do IHGB, elaborado em 1838 logo após a criação da instituição, que foi alterado diversas vezes ao longo do tempo. Modificações no Estatuto foram feitas nos anos de 1851, 1872, 1890, 1906, 1912, 1965, 1991 e 2003, embora nem todas elas tenham afetado as normas quanto ao quadro social (Ihgb, s/d).

O primeiro Estatuto, de 1838, tratava-se de um regulamento conciso que trazia apenas 4 artigos curtos relacionados à organização do Instituto e à admissão de seus sócios. Determinava o número de 50 sócios efetivos para a instituição, sendo 25 para a seção de história e 25 para a seção de geografia, e número ilimitado de sócios correspondentes (no império ou em nações estrangeiras) e de sócios honorários.

O título de sócio honorário era conferido à pessoa que, por sua idade avançada, conceituado saber e distinta representação, pudesse dar crédito ao instituto, sendo dispensada dos encargos ordinários aos quais estavam sujeitos os outros sócios. Enquanto que para ser admitido como sócio efetivo ou correspondente, o candidato precisava ser apresentado através de uma proposta assinada por um dos membros do instituto, constando o nome, lugar de nascimento, idade, qualidade, domicílio e o motivo da admissão. Essa proposta era enviada junto com o parecer da comissão à mesa administrativa, que examinava e votava em escrutínio secreto e, posteriormente era apresentada em assembleia geral para ser definitivamente aprovada. Sendo aceito, o novo sócio precisava entrar com a quantia de 10\$000 (dez mil-réis)

como joia quando recebesse diploma e pagava 3\$000 (três mil-réis) em cada semestre para as despesas do instituto (Ihgb, 1839).

As normas iniciais mostram que não havia critérios acadêmicos para o ingresso dos sócios e que nesse momento a indicação ocorria mais por laços de afetividade e por razões políticas (Guimarães, 1995). Em 1851 as normas do estatuto foram reformuladas e novas regras para o ingresso de membros passaram a vigorar. A partir desse momento foi definido um comitê específico para tratar das admissões de novos sócios e modificar os critérios de ingresso exigindo a comprovação da produção intelectual. Para ser sócio efetivo o candidato deveria mandar um trabalho de sua autoria sobre história, geografia ou etnografia do Brasil, que justificasse sua aptidão. Para sócio correspondente era necessário ter capacidade literária e oferecer ao instituto alguma obra de valor sobre o Brasil ou América ou algum presente valioso para o museu etnográfico. A partir desse momento, todos os sócios precisavam pagar 12\$000 (doze mil-réis) por ano e 30\$ (trinta réis) em cada sessão que estivesse presente (Ihgb, 1850).

Com essas novas medidas de adoção de formalidades acadêmicas no processo de seleção de novos sócios esperava-se que houvesse uma renovação na composição dos quadros do Instituto que afastasse os políticos profissionais. No entanto, isso não ocorreu. De forma planejada não expandiram o número de vagas na categoria dos sócios efetivos – que eram os que tinha o poder decisório na casa – permanecendo limitado a 50. Então, a abertura de vagas ficava condicionada ao falecimento de algum membro titular e os rumos da academia permaneceram sob a responsabilidade do grupo de fundadores por longo tempo. Segundo Lúcia Guimarães, os fundadores eram conscientes de suas obrigações com o Império e do envolvimento pessoal que a instituição tinha com o imperador. Sendo assim, aplicaram todos os cuidados para que o arejamento do quadro social fosse realizado de maneira controlada. Além disso, as normas nem sempre eram colocadas em prática e em muitos casos para ser admitido no instituto bastava ter a indicação de padrinhos (Guimarães, 1995).

Fatos como estes levantavam, por vezes, sentimentos de desagrado por parte de alguns sócios, desencadeando discussões e consequentes explicações do Instituto quanto a suficiência literária de um determinado candidato. Não à toa, no decorrer de todo o Segundo Reinado até o final do Império, políticos, membros do aparelho do Estado e personalidades próximas ao imperador permaneceriam tendo a prevalência no acesso às vagas dos quadros do Instituto (Ibidem).

No perfil do elenco de sócios efetivos e honorários do IHGB até 1889, havia um número significativo de membros que eram naturais do Sudeste, prevalecendo os nascidos na capital do Império, embora houvesse uma presença significativa de nordestinos. No geral, eram pessoas

estabelecidas na Corte e que exerciam funções públicas. Constituíam as principais ocupações dos sócios o funcionalismo público, a política e as carreiras militares. Possuidores, em bom número, de estudo em nível superior, formaram-se em cursos ligados ao Direito, Medicina e às Armas, principalmente marinha. Como era de se esperar, pessoas provenientes dos setores urbanos prevaleciam nesse grupo, sendo que o que mais se destacava era a presença dominante de amigos, antigos companheiros de infância de d. Pedro e servidores da Família Imperial, o que também pode explicar a dependência e lealdade que os sócios do IHGB tinham com o imperador (Guimarães, 1995).

Em 1890, com a República instaurada, como já mencionado, o presidente do Instituto, Joaquim Norberto de Souza Silva, expôs aos sócios a situação crítica a qual se encontrava a associação. Segundo ele, o IHGB estava passando por um momento delicado de escassos recursos e de dívidas em razão da presente administração não ter arcado com as subvenções prometidas no regime anterior. Com a intenção de socorrer o instituto a tempo, a saída encontrada por ele foi propor a criação da classe de sócios beneméritos, sendo eleitos a partir da condição exposta:

Serão eleitos sócios beneméritos, sob proposta da mesa, os cidadãos que, não sendo tido por homens de letras, acharem-se contudo pela sua elevada posição e independência no caso de prestar ou que tenham prestado serviços relevantes ao aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo e do museu do Instituto Histórico, e bem assim a fundação de edifício adequado, que se deva levar avante, afim de se prestar à definitiva instalação de nossas várias repartições. (Ihgb, 1890, p. 457-458).

Sendo assim, a criação dessa categoria fez com que houvesse no IHGB, de forma legitimada, a presença de uma camada de sócios que possuía, como qualidade primeira, a desenvoltura em meios financeiros e não a capacidade literária (Guimarães, 2007, p. 25). Isso propiciou a entrada de banqueiros, homens de negócios e empresários na instituição, o que incomodou os sócios mais conservadores, como visconde de Taunay, que se mostrou indignado e desapontado porque o Instituto “abria de par em par as suas portas aos grandes e quase analfabetos argentários, crismando-os sócios beneméritos, mas chupando-lhes bons cobres” (Ibidem).

O Estatuto de 1965, que foi precedido pelo regimento de 1906 e 1912, já apresentava, em relação aos anteriores, uma configuração significativamente diferente sobre a admissão de sócios. Composto de 5 categorias no quadro de sócios (5 vagas para sócios grandes beneméritos, 15 sócios beneméritos, 50 sócios efetivos, 50 sócios correspondentes e 40 sócios honorários)

com vagas delimitadas para cada uma delas, ficou instituído que todos os sócios poderiam participar de qualquer sessão, sendo excluídos do direito de discutir e votar os sócios honorários (Ihgb, 1965, p. 291-309).

Alguns critérios de admissão passaram a ser mais rígidos. Por haver número limitado de sócios em cada categoria, a abertura de vagas em todos os segmentos do quadro social estava condicionada ao falecimento, renúncia ou mudança de categoria de um sócio. Após cinco dias da ocorrência da vaga no quadro social, um edital era fixado e propostas poderiam ser apresentadas para o preenchimento desde que assinadas por pelo menos cinco sócios (Ibidem).

Para ingressar como sócio efetivo o candidato precisava ter ao menos um trabalho sobre História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia. O título de sócio honorário era concedido a pessoa de alta representação social com relevantes serviços à cultura nas ciências a que se consagra o Instituto, sendo dispensados de produção na área. Para entrar na categoria de benemérito, entretanto, diferentemente do propósito ao qual foi criada em 1890, passou a ser uma classe hierarquicamente mais alta, sendo oferecida apenas a sócios efetivos ou correspondentes brasileiros que prestaram serviços notáveis ao Instituto ou que exerceram cargos na Diretoria ou Comissões Permanentes por mais de dez anos consecutivos. Para entrar nessa categoria, portanto, o sócio precisava antes ser admitido como efetivo ou correspondente a partir de seus trabalhos na área e não mais a partir de sua riqueza. Igualmente, a nova categoria estabelecida, que se tratava da mais elevada, de grandes beneméritos, só poderia ser ocupada por sócios beneméritos que prestaram, no mínimo, vinte anos de serviço na Diretoria ou nas Comissões Permanentes (Ihgb, 1965).

Para esse período correspondente às modificações do Estatuto em 1965, os resultados da pesquisa de Mestrado apresentam o perfil da administração do IHGB com mais detalhes e colaboram para uma reflexão em relação ao retrato do período anterior delineado por Lúcia Guimarães.

1.4 COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO IHGB ENTRE 1964-1979

As pesquisas desenvolvidas nesta Tese possuem diálogo direto com os dados mobilizados durante o Mestrado. A Dissertação, que foi finalizada em 2018, apresentou o perfil dos sujeitos que estiveram presentes no cenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo da ditadura civil-militar ocupando postos-chaves na estrutura da instituição. A interligação dos dados biográficos desse grupo teve por pretensão explorar e responder algumas

indagações sobre o tipo de intelectual que predominou na diretoria e nas comissões, e, portanto, na tomada de decisões do IHGB, no período da ditadura; sobre o possível elo entre esses indivíduos com os projetos do regime e algumas outras questões básicas como origem e período de nascimento, admissão na instituição e falecimento, com o intuito de conhecer do ponto de vista social a localização desses sujeitos (Santos, 2018).

Conforme foi visto na pesquisa realizada anteriormente, os membros que estiveram na direção do IHGB entre os anos de 1964 e 1979, nasceram entre os anos de 1879 e 1940, sendo que boa parte (39% deles) havia nascido entre os anos de 1901 e 1910. As análises realizadas na ocasião permitiram considerar que havia duas gerações presentes no interior deste grupo: aqueles com mais idade nasceram em anos anteriores à inauguração da república no país ou na primeira década do novo governo (1879-1900) e totalizavam 41%. O restante, correspondente a 59%, nasceu em anos posteriores, com a república já instalada – a partir de 1901. As duas gerações, entretanto, se mostram em números equilibrados.

A pesquisa aferiu ainda que a idade de admissão desse grupo no Instituto Histórico foi de 20 a 79 anos, sendo que 76%, dos indivíduos estudados, associaram-se entre os trinta e cinquenta e nove anos. Dessa maneira, grande parte dessas pessoas quando foram admitidas já haviam atingido determinada maturidade intelectual e estavam em boa idade para produção. Já tinham produzido número satisfatório de escritos sobre o tema histórico, geográfico, etnográfico ou arqueológico e ministrado conferências. Sendo estas, inclusive, algumas das exigências para ingressar como sócio efetivo na instituição.

De todo grupo estudado, no momento em que a pesquisa foi realizada, apenas um estava vivo. Todo o restante faleceu entre os anos de 1966 e 2016. Mas, parte significativa - cerca de 32% - faleceu entre os anos de 1981 e 1990, período em que o país passava pela transição democrática e rumava para o fim do regime militar. Quer dizer que todos os membros da direção entre 1964 e 1979 vivenciaram o golpe que implantou a ditadura e cerca de 60% deles presenciaram o desfecho dos governos ditatoriais: alguns assistiram apenas aos anos de abertura política e outros tiveram a oportunidade de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos até a primeira eleição indireta para presidente da República e a promulgação da Constituição de 1988.

Com relação à origem dessas pessoas, os números da pesquisa indicam que a administração do IHGB no período da ditadura civil-militar era provida de sujeitos de diversas localidades do país, embora a maioria fosse oriunda da região sudeste: 64% da região sudeste; 23,5% da região nordeste e o restante espalhado entre a região norte (4,6%), sul (3%), centro-oeste (1,5%) e também do exterior (3%) - Alemanha e Espanha.

Boa parte desses sujeitos que fizeram parte da investigação alcançou estudo superior regular. Poucos não se diplomaram, mas tiveram suas carreiras bem-sucedidas nas Forças Armadas, por exemplo. Entre os que se formaram no ensino superior, o levantamento realizado indica a preponderância de indivíduos que cursaram a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Foram 48,5% formados em direito. Além disso, 14% se formaram em engenharia, 8% em medicina e 3% em arquitetura. Chama a atenção o fato de haver um elevado número de advogados, assim como engenheiros e médicos na administração do IHGB, em contraste ao número de formados na área de ciências sociais, que eram reduzidos a 3%; formados em história e geografia, em filosofia, em teologia ou em letras. No entanto, como regra estatutária da instituição, eles foram admitidos primeiramente como sócios por possuírem número significativo de obras ou escritos na área de história ou geografia.

Esses sócios, que faziam parte da administração do IHGB, se graduaram entre os anos de 1902 e 1953, sendo que grande parte se formou entre as décadas de 1920 e 1940. Boa parte dos sujeitos analisados, portanto, já estavam se formando quando as faculdades de História no Brasil estavam sendo criadas, o que explica, em parte, a razão de o grupo analisado possuir ínfimo número de graduados em história ou geografia, em detrimento de um alto número de formados em direito. Como até os anos de 1930 não havia distinções disciplinares tão nítidas no Brasil, o que se via era uma ausência de faculdades destinadas à formação de profissionais na área de história e outras. Dessa forma, o ofício de historiador era executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: no geral, a dos homens de letras. Diante deste contexto, para ser historiador bastava se envolver na produção de textos históricos e até os anos de 1940 os historiadores eram percebidos como conhecedores de um amplo espectro de saberes envolvendo, além da história, a etnologia, o folclore, linguística, geográfica, biologia (Gomes, 1999).

Foi possível, além de tudo isso, perceber a associação desses ofícios à carreira política de uma pequena parte desses sujeitos. 19% atuaram em algum momento da vida como deputados federais ou governadores, conforme verificado em verbetes do CPDOC. Dentre eles, apenas dois, Afonso Arinos de Melo Franco e Arthur César Ferreira Reis tiveram trajetórias políticas desenvolvidas no período da ditadura civil-militar.

Com tudo isso, realizando uma breve reflexão comparativa em relação ao perfil dos sócios do instituto até os anos de 1889, aproximadamente, período em que se tem informações com o trabalho clássico de Lúcia Guimarães, pode-se notar um tímido arejamento na composição da administração do Instituto, sendo observada, em grande medida, a permanência de um perfil na composição. Como foi destacado na pesquisa de mestrado, entre os anos de

1964 a 1979, o Instituto foi administrado por um grupo formado, em sua maioria, por pessoas que se dedicaram às pesquisas em história, mas que eram diplomadas em outras áreas. A grande maioria, formada em direito e outra parcela significativa, em medicina ou engenharia. Conjugavam, portanto, a pesquisa histórica, muita das vezes, com suas atividades profissionais de formação. Oriundos de famílias tradicionais na vida política e cultural do país, no geral, se engajaram na atividade jornalística, na carreira docente, nas forças armadas, na política ou em algum outro tipo de vínculo com o Estado.

Sua composição interna é reveladora e demonstra uma característica forte da instituição. De acordo com Lília Schwarcz, o IHGB possui um tipo de recrutamento, que se mantém durante toda a sua vigência, que se pauta mais por determinantes sociais do que propriamente pela produção intelectual. Trata-se, assim, de um espaço marcado por uma teia de relações pessoais (Schwarcz, 1993, p. 101). Essa é, portanto, uma discussão histórica no instituto que demonstra o quanto o quadro de sócios da instituição é algo que está em constante ajuste, mas que no fim das contas, a configuração não se modifica de forma abrupta. Por isso, dedico uma parcela importante do tempo de desenvolvimento da tese para compreender o perfil da administração da instituição, buscando salientar permanências e rupturas com esse modelo. Retomar estes dados nos permitirá, mais à frente, traçar um paralelo e elaborar um quadro comparativo sobre a direção do instituto nesses períodos, além de possibilitar uma reflexão mais abrangente sobre a composição da instituição.

1.5 A BIOGRAFIA COLETIVA DOS SUJEITOS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO DO IHGB ENTRE 1980 E 2016

Tem-se o objetivo de compreender, através do método da biografia coletiva, o grupo que fez parte da administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1980 e 2016. A biografia coletiva das pessoas envolvidas na administração do Instituto tem o potencial de colaborar para o entendimento a respeito da instituição a partir de seus sujeitos ao fornecer informações para avaliar a estruturação do instituto no período e conseqüentemente contribuir para a compreensão posterior a respeito das formas de conceber a História.

A biografia coletiva, como um método que utiliza uma abordagem sociológica em pesquisa histórica¹², objetiva investigar características sociais comuns – relativamente

¹² Apesar de, atualmente, ser possível observar algumas distinções em suas aplicações, os termos prosopografia, método prosopográfico e método das biografias coletivas se referem ao mesmo tipo de abordagem. Conforme salienta Flávio Heinz (2006), observa-se no presente a preferência pela utilização

constantes - de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas em determinado período histórico, permitindo conhecer a composição desse grupo a partir de atributos culturais e sociais (Heinz, 2006, p. 9). Como explica Lawrence Stone:

O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante (Stone, 2011).

A partir desse enfoque metodológico escolhido para a abordagem sobre a administração do IHGB entre 1980 e 2016, a intenção é compor um perfil coletivo para esse grupo, elucidando elementos sobre o período de nascimento, de falecimento, formação superior, trajetória profissional e trajetória política, em que esses vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo estudado são justapostos e examinados em busca de variáveis significativas e de correlações internas. Para isso, foram realizadas pesquisas biográficas na coleção da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, disponível para download¹³; foram implementadas pesquisas também no site do IHGB, onde contém um campo específico com informações de cada sócio¹⁴; além deles, pesquisas no acervo do CPDOC, através de consultas ao site¹⁵ e no Currículo Lattes¹⁶.

Todos os dados coletados foram analisados e resultaram em materiais que nos proporcionaram a elaboração do perfil dos indivíduos pertencentes à administração do IHGB nos últimos anos. São produtos dessa investigação a formulação de um banco de dados, onde foram inseridas as informações individuais de cada membro; relatórios produzidos a partir da análise das informações provenientes desse banco de dados e reflexões que geraram textos, tabelas e gráficos com dados percentuais a respeito de cada campo observado. São esses materiais que servem de subsídio para a elaboração do presente capítulo.

Considera-se, com essa finalidade, membros da administração do Instituto pessoas ligadas à Diretoria, às Diretorias Adjuntas, à Direção da Revista, às Comissões Permanentes e aos Conselhos, levando em consideração que são esses sujeitos, alocados em posições de

do termo *prosopography* entre historiadores de origem anglo-saxônica para estudos da antiguidade e medievalismo e o termo *biografia coletiva* para estudos contemporâneos. O uso da designação *prosopografia* é disseminado por historiadores franceses (ou influenciados por eles), embora seja possível encontrar referências ao método como *biografia social* e *biografia quantitativa*.

¹³ <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147>

¹⁴ <https://www.ihgb.org.br/ihgb/quadro.html>

¹⁵ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

¹⁶ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>

destaque, que amparam a instituição nos anos indicados, ditando resoluções, decisões, discussões e os rumos do IHGB¹⁷.

O IHGB, no período da ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1979, era administrado apenas pela Diretoria e pelas mesmas Comissões Permanentes, com exceção da Comissão de Patrimônio e de Ciências Sociais, que foram inseridas, respectivamente, somente nos anos de 1988 e 1998. O Conselho Fiscal, o Conselho Consultivo e as Diretorias Adjuntas foram implementados também nestes mesmos anos: o Conselho Fiscal em 1988 e os demais, em 1998. Nota-se, portanto, que o quadro de dirigentes da instituição foi ampliado entre os anos de 1980 e 1990. Assim, a diretoria entre os anos de 1964 e 1979 foi composta de 64 pessoas – levando em consideração que alguns membros estavam inseridos em mais de um cargo –, enquanto que, para os anos que integram a atual pesquisa, de 1980 a 2016, os dirigentes da instituição totalizam um número de 136 pessoas¹⁸, sendo que alguns deles, inclusive, já estavam presentes na diretoria do período anterior.

Os sujeitos que estiveram envolvidos na administração do Instituto Histórico entre os anos de 1980 e 2016, precisavam, primeiro, serem admitidos como sócios¹⁹, para depois assumirem cargos na instituição. Para ocuparem funções, assim como em anos anteriores, os sócios (efetivos, beneméritos ou grandes beneméritos) passavam, em cumprimento às disposições estatutárias, por uma eleição interna a cada dois anos. Assumiam mandatos bienais, sendo permitida a reeleição (Ihgb, 1965).

¹⁷ Fazem parte da Diretoria: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, Orador e Tesoureiro. As Diretorias Adjuntas são fragmentadas em: Arquivo, Biblioteca, Museu, Secretaria Adjunta, Coordenadoria de Cursos, Patrimônio, Projetos Especiais, Informática e Disseminação das Informações, Relações Institucionais, Relações Externas e Iconografia, onde há uma pessoa responsável em cada uma dessas diretorias. A Direção da Revista, é composta de número variado de pessoas ao longo dos anos, mas trata-se de um grupo com número médio de cinco pessoas. As Comissões Permanentes, compostas por cinco pessoas em cada uma delas, são: Comissão de História; Fundos e Orçamentos; Geografia; Arqueologia e Etnografia; Bibliografia; Estatuto; Admissão de sócios; Patrimônio e Ciências Sociais. Os Conselhos, que por sua vez, são: Conselho Fiscal, composto de cinco a seis pessoas e Conselho Consultivo, onde há de seis a dez pessoas em sua composição. Há, portanto, o total de 31 cargos administrativos na instituição.

¹⁸ A lista completa de todos os nomes das pessoas que compõem a administração do IHGB entre os anos de 1980 e 2016 encontra-se em anexo (Anexo I).

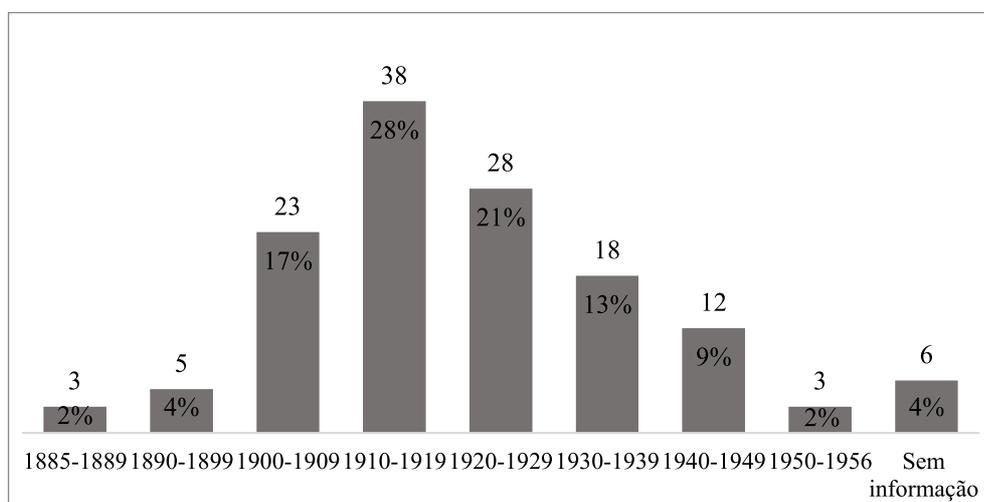
¹⁹ De acordo com o Estatuto de 1965, vigente em 1980, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é composto das seguintes categorias de sócios: sócios grandes beneméritos, sócios beneméritos, sócios efetivos, sócios correspondentes e sócios honorários. Para assumirem cargos precisavam ser sócios efetivos, beneméritos ou grandes beneméritos. Para ser admitido como sócio efetivo, o candidato precisa ser proposto por cinco sócios efetivos, ser autor de trabalho meritório e residir no Rio de Janeiro. Os sócios beneméritos são os sócios efetivos ou correspondentes brasileiros que prestaram serviços notáveis ao Instituto ou exercido cargo na Diretoria ou nas Comissões Permanentes por mais de dez anos consecutivos. Podem ser elevados a grandes beneméritos os sócios beneméritos que possuem no mínimo vinte anos de serviço na Diretoria ou nas Comissões Permanentes.

Apesar desse dispositivo, não houve uma alternância expressiva ou rodízio nos cargos dirigentes do Instituto. O que prevaleceu, em grande medida, foi a recondução. Isso fez com que na prática, apesar do regimento dispor de cargos por biênio, os membros permanecessem nas mesmas funções por longos anos, na maioria dos casos, até o falecimento. Isso pode ser percebido nos quadros apresentados nos Anexos II, III, IV, V e VI. Importante salientar, porém, que isso não se trata de uma prática específica para o período aqui analisado. Lúcia Maria Paschoal Guimarães, em seu clássico livro em que estuda o IHGB no período imperial, já havia relatado o mesmo fato para os primeiros anos da instituição (Guimarães, 1995). O mesmo foi percebido para os anos da ditadura civil-militar na pesquisa de Mestrado já citada (Santos, 2018) e também para a investigação atual.

1.5.1 NASCIMENTO E FALECIMENTO

Em primeiro lugar, para iniciar a apresentação geral da biografia coletiva dos membros da administração do IHGB entre anos de 1980 e 2016, é preciso ressaltar a diversidade geracional presente entre esses sujeitos. Os indivíduos envolvidos na administração do IHGB nasceram entre os anos de 1885 a 1956. Do total – para aqueles cujos dados foram encontrados – 79% nasceram entre os anos de 1900 e 1939. Dentro desse período, nota-se uma sutil predominância de pessoas nascidas entre os anos de 1910 e 1919, correspondendo a 28%. O gráfico a seguir apresenta as informações:

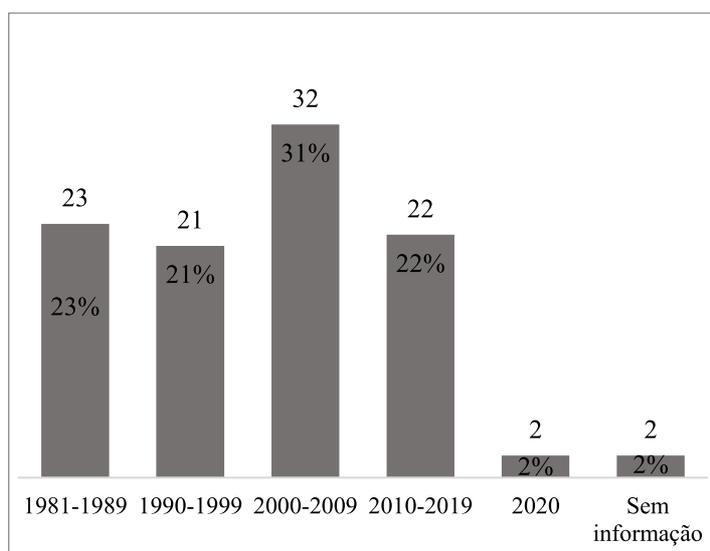
Gráfico 1: Período de nascimento dos membros da administração



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Desse grupo de 136 pessoas, até o ano de 2020, 100 já haviam falecido, o que equivale a 74%; 34 (25%) permaneciam vivas e sobre 2 não foram localizadas informações. Faleceram entre os anos de 1981 e 2020, com uma preponderância entre os anos de 2000 e 2009, com o falecimento de 32 pessoas, equivalente a 31% do grupo (Gráfico a seguir).

Gráfico 2: Período de falecimento dos membros da administração



Fonte: elaborado pela autora (2021)

À primeira vista, este gráfico apenas distribui, entre os anos, o número de falecimentos ocorridos entre os membros da administração do IHGB. Mas, ele tem o potencial de esclarecer também informações não tão evidentes. Este gráfico é capaz de revelar um panorama sobre as renovações que foram feitas nos cargos administrativos da instituição, nos permitindo perceber os períodos em que isso mais ocorreu. Ele nos revela o cenário de movimentação dos cargos da administração do Instituto Histórico e os períodos de maiores incidências. Isso porque a renovação dos cargos se dava, sobretudo, mediante o falecimento dos membros ocupantes.

Sendo assim, no período de 1981 a 1989 um total de 23 pessoas que pertenciam ao quadro de direção da instituição faleceram, o que significou também que 23 lugares se tornaram vagos para o preenchimento de novos indivíduos (sócios). Entre 1990 e 1999, foram 21; do ano de 2000 ao ano de 2009, foram 32; de 2010 a 2019, 22 e no ano de 2020, 2 pessoas. Sendo assim, o período de 2000 a 2009 foi o período em que houve um maior número de perdas para o quadro administrativo da instituição, mas também o período em que houve uma oxigenação nos cargos, em que novas pessoas passaram a compor os lugares vagos.

1.5.2 FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Os estudos realizados sobre os membros da administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1964 e 1979 indicaram uma discreta presença de pessoas formadas em História e Geografia ou áreas próximas. Os dados demonstraram que praticamente a metade era formada em Direito; outra parte, em Engenharia e Medicina; e uma pequena porção em Ciências Sociais, História e/ou Geografia, dentre outros cursos de formação. Havia, portanto, até os anos de 1979 na administração do IHGB um elevado número de advogados, engenheiros e médicos em contraste a um pequeno número de formados em história e geografia, ciências sociais, filosofia e letras (Santos, 2018).

As pesquisas desenvolvidas atualmente para o mesmo grupo entre os anos de 1980 e 2016 resultam em dados que demonstram o quanto o IHGB foi se abrindo ao longo do tempo à entrada de historiadores de formação ou especialistas de áreas afins, como geógrafos e sociólogos. Isso faz com que não só o quadro social da direção e administração se modifique, como também, de certo ponto, as pautas e pesquisas desenvolvidas, além de proporcionar uma guinada na estruturação e conteúdo da Revista do Instituto.

Foram encontrados dados relacionados à formação superior para 80% dos sujeitos pertencentes ao grupo estudado. Para o restante, 13,5% não possui formação superior e 6,5% não foram localizadas informações a esse respeito. Os 109 indivíduos possuem formações das mais variadas, sendo que os graduados em Direito ocuparam a maior parte dos postos estudados (41%). A essa formação, outras se somaram, como em História e/ou Geografia com 17% dos indivíduos; Engenharia com 7%; Ciências Sociais com 5%; Medicina, 4,5%; Comunicação Social, 3,5%; Filosofia, Museologia e Teologia com 3%; Arquitetura, Biblioteconomia e Química com 1,5%. Por fim, formados em Letras, Belas Artes, Economia e Física com 0,7% em cada um deles, como pode-se observar no quadro a seguir.

Quadro 1: Formação superior dos membros da administração do IHGB

Formação Superior	Número de indivíduos	Porcentagem
Direito	56	41%
História e/ou Geografia	23	17%
Engenharia	9	7%
Ciências Sociais	7	5%
Medicina	6	4,5%

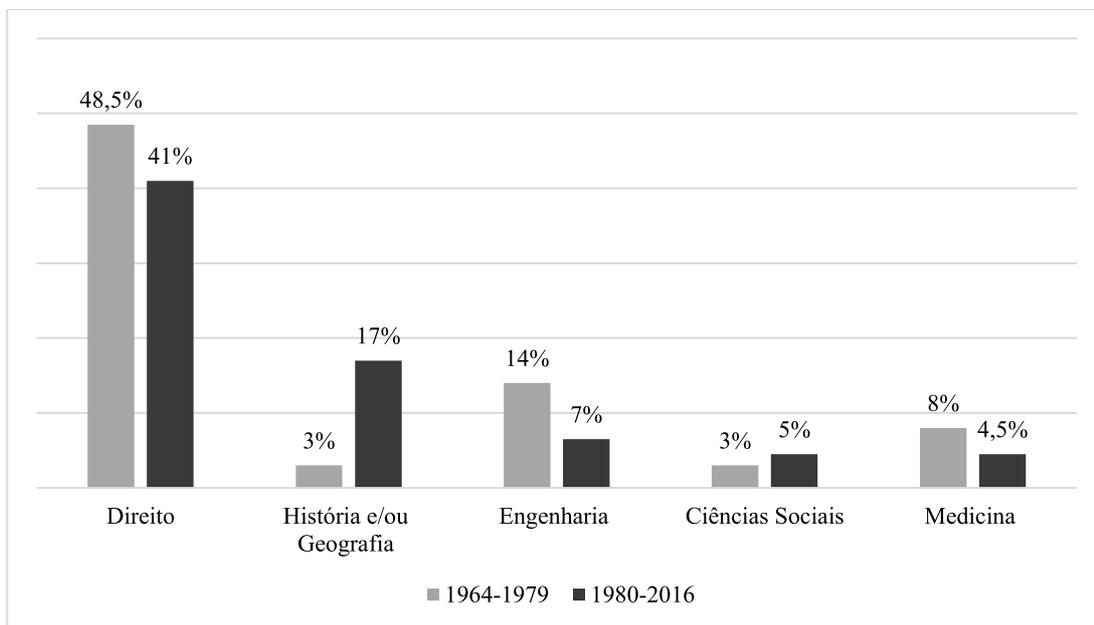
Comunicação Social / Jornalismo	5	3,5%
Filosofia	4	3%
Museologia	4	3%
Teologia	4	3%
Arquitetura	2	1,5%
Biblioteconomia	2	1,5%
Química	2	1,5%
Letras	1	0,7%
Belas Artes	1	0,7%
Economia	1	0,7%
Física	1	0,7%
Sem formação	18	13,5%
Não identificado	9	6,5%

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Diante do exposto, convém a realização de uma análise comparativa com o grupo estudado nos anos de 1964 a 1979. Neste período, foram localizados 9 cursos de formação. Para os anos de 1980 e 2016, são elencados 16 cursos, o que significa uma maior diversidade de áreas de formações, ainda que em algumas delas sejam poucos os representantes.

O gráfico a ser apresentado a seguir, no qual estes dados comparativos dos principais cursos de formação estão reunidos, mostra que mesmo existindo uma distribuição maior entre a formação superior dos indivíduos estudados, o curso de Direito aparece ainda sendo o curso de graduação de uma maioria expressiva do grupo, mas quando colocado em comparação com o período anterior, nota-se uma queda. Para o grupo pertencente à administração da instituição entre os anos de 1964 e 1979, 48,5% eram formados em Direito, enquanto no grupo presente entre os anos de 1980 a 2016, são graduados neste curso 41%. Ainda há um número expressivo de pessoas formada em engenharia. Nota-se, entretanto, em comparação, uma diminuição pela metade. Ao mesmo tempo, verifica-se, para este último período, um aumento relevante no número de indivíduos formados em História e/ou Geografia, com elevação de 14%. Há também um curto crescimento, de 3% para 5%, entre os formados em Ciências Sociais e uma redução quase que pela metade também entre os graduados em Medicina, de 8% para 4,5% nos sujeitos pertencentes ao quadro administrativo do IHGB entre os anos de 1980 a 2016.

**Gráfico 3: Formação superior dos membros da administração:
comparativo 1964-1979 e 1980-2016**



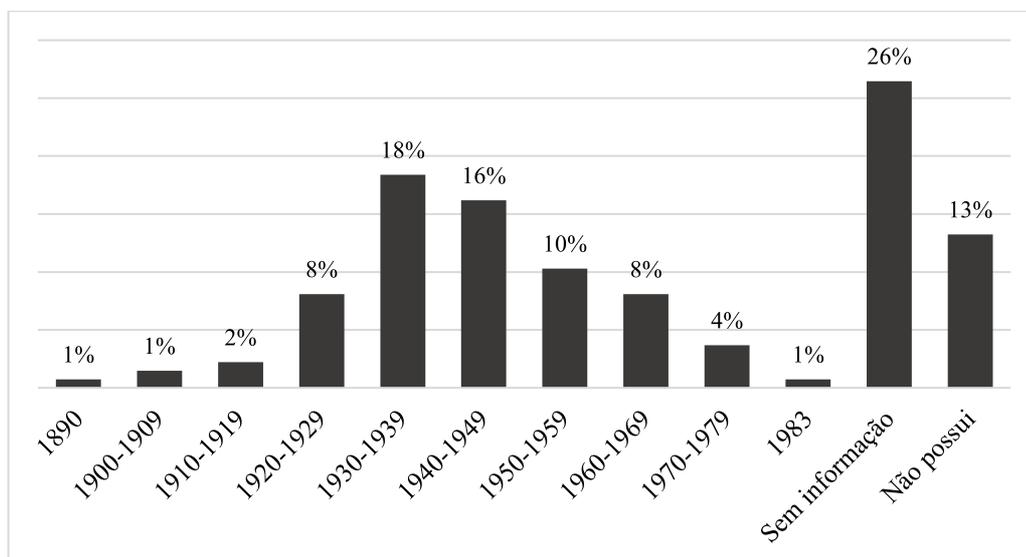
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

De forma resumida, pondera-se que, a partir dos anos de 1980 houve uma diminuição considerável de membros com formações em cursos tradicionais como Direito, Engenharia e Medicina, e uma entrada gradual de formados em outras áreas mais próximas da finalidade da instituição, como História e Geografia, Ciências Sociais, Museologia, Biblioteconomia, Arquitetura, Filosofia e Belas Artes.

São diplomados principalmente em faculdades do atual estado do Rio de Janeiro (48%) em renomadas instituições em seus períodos de duração, como Universidade do Brasil (21%), Universidade Federal do Rio de Janeiro (7%), Universidade do Distrito Federal (6%), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (5%), Universidade Federal Fluminense (5%), Universidade Católica de Petrópolis (1%), Universidade Santa Úrsula (1%), Universidade Gama Filho (1%) e Universidade Candido Mendes (1%), dentre outras universidades localizadas em diferentes estados, como em Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, na Universidade Federal de Pernambuco (5%), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1%), Universidade de São Paulo (1%) e Universidade Federal de Minas Gerais (1%). Há ainda o aparecimento de graduações no exterior (6%): Itália, Romênia, Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra. De acordo com o gráfico, constata-se que se formaram entre os anos de 1890 e 1983, sendo que a maior parte deles (44%) se diplomou entre os anos de 1930 e 1959. Uma fração pequena (12%) se graduou entre 1890 e 1929 e outra (13%), entre 1960 e 1983.

Outros 13% não possuem formação superior. De 23% não foram localizadas informações sobre o período de graduação.

Gráfico 4: Período de Formação Superior dos membros da administração entre 1980 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Deve-se salientar ainda que os números de membros sem formação superior, quando comparados com o período de 1964-1979, permanecem equilibrados. Entre os anos de 1964 e 1979 foi localizado um total de 14% dos membros da administração do IHGB sem nível superior²⁰. Para os anos aqui estudados, 1980 a 2016, esse número totaliza em 13,5%. Da mesma forma, a explicação se dá pelo fato de grande parte desses indivíduos não graduados serem integrantes das Forças Armadas, como Marinha, Exército e Aeronáutica.

Apesar disso, entre os 109 graduados, 45 deles, o que representa 41% desse grupo de formados e 33% do grupo total, possuem algum tipo de formação após o curso de graduação, seja uma especialização, um mestrado, doutorado ou pós-doutorado, algo que não tinha tanta ocorrência no período anterior. A área de pós-graduação mais recorrente entre eles é em História, com ao menos 14 pessoas. Há depois pós-graduados em Direito, Sociologia, Engenharia, Arquitetura Naval, Medicina, Estatística, Economia, Informatização, Geologia, Teologia, Química, Letras e Ciências. Identifica-se, portanto, um número considerável de

²⁰ Essa informação pode ser consultada no Quadro 10 (p.65) apresentada na Dissertação de Mestrado (Santos, 2018).

peças com especializações nas mais diversas áreas do conhecimento, apesar de a apuração ser maior em História, Direito e Sociologia.

Assim, a ideia de se ter no ambiente da instituição pessoas com ensino superior e pós-graduação foi sendo instigada por alguns sócios e o que se vê, a partir dos dados e das discussões nos encontros do IHGB, é que a importância dada ao convívio com pesquisadores foi crescente ao longo do tempo. Conforme descreve em 2002, Luiz de Castro Souza, consócio da Instituição, um bom número de sócios, principalmente Marcos Carneiro de Mendonça, acreditava que “o Instituto precisava ter uma permanente atuação com a presença de novos pesquisadores e jovens dedicados ao passado, notadamente aqueles que saíam das faculdades de filosofia” (Souza, 2002, p. 219).

No que se refere à atuação profissional, pode-se observar que os membros da administração do IHGB entre os anos de 1980 e 2016 atuam em diversas áreas, como atividade principal de Militar (12%), Advogado(a) (9%), Diplomata (7%), Servidor Público (4%), Médico (4%), Pesquisador (4%), Engenheiro (4%), Juiz (2%), Padre (2%), Economista (1%), Arquiteto (1%), Astrônomo (1%), Bibliotecário (1%), Cartógrafo (1%), Documentalista (1%), Escritor (1%), Fotógrafo (1%), Geógrafo (1%) e Químico Industrial (1%), como é possível verificar na tabela abaixo. Essas atividades expostas no quadro são as principais exercidas pelos sujeitos estudados, o que significa que podem ter exercido também outras concomitantemente ou não.

Quadro 2: Profissão dos membros da administração do IHGB

Profissão	Número de indivíduos	Porcentagem
Professor(a)	57	42%
Militar	16	12%
Advogado(a)	12	9%
Diplomata	9	7%
Servidor Público	6	4%
Médico	6	4%
Pesquisador	6	4%
Engenheiro	5	4%
Juiz	3	2%
Padre	3	2%

Economista	2	1%
Arquiteto	1	1%
Astrônomo	1	1%
Bibliotecário	1	1%
Cartógrafo	1	1%
Documentalista	1	1%
Escritor	1	1%
Fotógrafo	1	1%
Geógrafo	1	1%
Químico Industrial	1	1%
Sem informação	2	1%
Total	136	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A administração do IHGB, composta de 136 pessoas nos anos indicados, conta com 16 militares em seu quadro, o que corresponde a 12% de todo o grupo. São militares de alta patente em sua maioria do Exército (62%), mas também da Marinha (31%) e da Aeronáutica (7%). Há que se considerar que, apesar de fazerem parte da administração, a maior parte deles são resquícios de direções anteriores e não conduções das gestões recentes (1980-2016), já que apenas 3 deles ingressaram na instituição como sócios no pós-1980, mais especificamente nos anos de 1988, 1992 e 1997. O restante, que se apresenta em maior número, associou-se, entre os anos de 1950 e 1970, mas principalmente entre os anos da ditadura, o que possivelmente não se trata de uma coincidência.

Além disso, cabe ressaltar a atividade profissional que aparece com maior destaque e para tanto necessita de algumas observações pertinentes, que é a atuação desses membros como professores(as). Verificou-se que ao menos 57 pessoas exerceram a docência como atividade principal, o que corresponde a 42% do grupo pesquisado. Essa porcentagem não leva em consideração as pessoas que tiveram a atuação enquanto professores como atividade secundária ou temporária, o que certamente faria com que esse número fosse ainda maior. Mais de 85% desses professores atuaram em Faculdades e Universidades, sobretudo, do Rio de Janeiro, embora um bom número tenha iniciado sua carreira no Ensino Básico e depois migrado para o Ensino Superior. Parte significativa, aproximadamente 45 pessoas (79%), lecionou na área de História, seja em faculdades, no ensino básico em instituições públicas, particulares ou militares. Alguns deram aulas em faculdades de Direito e um número ainda menor em

faculdades de Economia, Arquitetura, Comunicação, Arquivologia, Museologia, Engenharia, Ciências da Saúde, Sociologia ou Ciência Política.

Como professores alguns deles atuaram também como reitores de Universidades, como Antônio Mendes de Almeida, Arno Wehling, Djacir Lima Menezes, Josué Montello, Pedro Calmon. Número significativo exerceu cargos de diretoria em importantes instituições como Josué Montello que foi diretor da Biblioteca Nacional e do Museu da República; Américo Jacobina Lacombe que atuou na direção da Casa de Rui Barbosa; Paulo Werneck da Cruz, Diretor da Divisão de Pesquisa Histórica do Arquivo Público do Estado do Rio Janeiro; João Maurício Araújo Pinho, que presidiu o Museu Histórico do Rio de Janeiro, foi presidente e diretor da Associação de Amigos do Museu Nacional de Belas Artes, da Casa de Cultura Laura Alvim, da Casa de Rui Barbosa, do Museu do Pontal de Arte Popular, e da Casa França-Brasil, exerceu também o cargo de Presidente do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; Marcos Almir Madeira, que foi diretor da Divisão de Divulgação Cultural do Estado do Rio, do Arquivo Público e da Casa de Oliveira Vianna, também do Estado; José Honório Rodrigues, que dirigiu o Arquivo Nacional e Vera Lucia Bottrel Tostes, que foi Diretora do Museu Fundação Casa de Rui Barbosa e do Museu Histórico Nacional. Relacionando essas informações com as anteriores sobre a área de formação, constata-se que aproximadamente 45 atuaram como professores de História seja no ensino superior ou básico apesar de apenas metade ter formação específica na área.

Para agregar essa investigação, é fundamental realizar um recorte analítico sobre os graduados em História e Geografia. Considera-se necessário por se tratar de um grupo em ascensão no IHGB a partir do período indicado e por ser o grupo que, dentre outros, possui campo de formação alinhado aos propósitos da instituição. Conforme já visto acima, são 23 os historiadores e geógrafos que atuaram (ou atuam) na administração do IHGB entre os anos de 1980 e 2016. São eles:

Quadro 3: Historiadores e Geógrafos na administração do IHGB

1. Affonso Celso Vilela de Carvalho
2. Antônio Pimentel Winz
3. Arno Wehling
4. Cybelle Moreira de Ipanema
5. Eduardo Silva
6. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa
7. Geraldo de Menezes

8. Guilherme de Andrea Frota
9. Isa Adonias
10. Lucia Maria Paschoal Guimarães
11. Lucinda Coutinho de Mello Coelho
12. Marcello Moreira de Ipanema
13. Marcos Guimarães Sanches
14. Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
15. Maria de Lourdes Viana Lyra
16. Marilda Corrêa Ciribelli
17. Mary Lucy Murray Del Priore
18. Miridan Britto Knox Falci
19. Nilo Garcia
20. Thalita de Oliveira Casadei
21. Vera Lucia Cabana de Andrade
22. Vicente Costa Santos Tapajós
23. Waldir da Cunha

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Tratam-se de pessoas que se formaram majoritariamente no Rio de Janeiro (74%) e também em Niterói (13%), Pernambuco (4%) e São Paulo (4%) sendo que um número expressivo, correspondente a 34%, se diplomou na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Graduados em décadas distintas, entre os anos de 1937 e 1983, as décadas de formação mais recorrentes são as de 1940, 1950 e 1970, conforme o quadro apresentado abaixo que mostra os números em porcentagem dos historiadores e geógrafos pertencentes ao quadro administrativo do IHGB entre os anos de 1980 e 2016 separados por suas décadas de formação no curso de graduação.

**Quadro 4: Historiadores e Geógrafos da administração do IHGB
em suas décadas de formação**

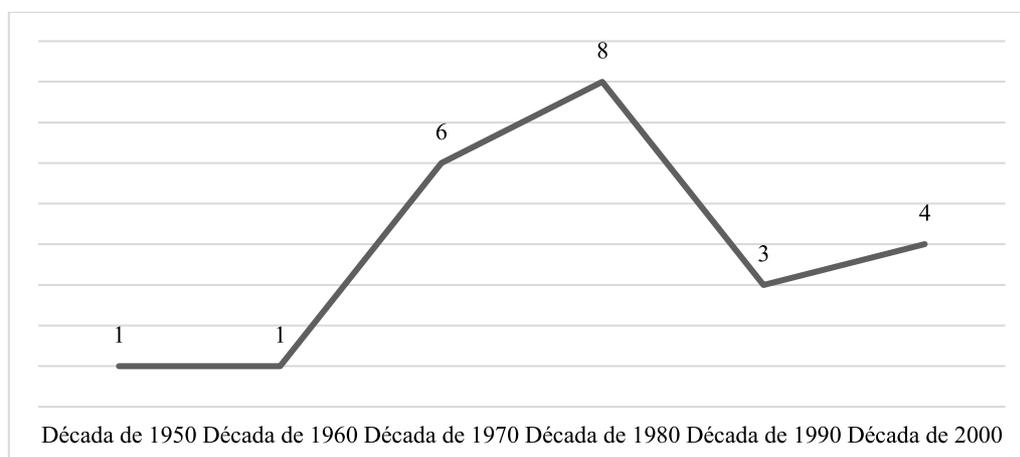
Década de 1930	4%
Década de 1940	13%
Década de 1950	17%
Década de 1960	9%
Década de 1970	17%

Década de 1980	4%
Sem informação	35%

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Observando a movimentação do gráfico abaixo referente ao ano de ingresso desses historiadores e geógrafos no IHGB, verifica-se que a entrada deles, como sócios, ocorreu, sobretudo, a partir dos anos de 1970, apresentando uma crescente na década de 1980 seguida de uma queda nos anos de 1990 e discreta ascensão na década de 2000. Mais especificamente, das 23 pessoas elencadas, 14 ingressaram no Instituto nas décadas de 1970 e 1980, o que corresponde a 61% desse pequeno grupo, enquanto nas décadas de 1950 e 1960, a entrada foi de 9% com duas pessoas, e nas décadas de 1990 e 2000 a entrada foi de 30% com 7 pessoas. Sendo assim, percebemos que o ingresso desses especialistas nas áreas de história e geografia como sócios ocorreu principalmente entre os anos de 1970 e 1980. Lembrando que, geralmente, os indivíduos ingressam como sócios na instituição e apenas depois, com tempo variado, passam a fazer parte da administração.

Gráfico 5: Formados em História e/ou Geografia: ano de ingresso no IHGB



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Os historiadores e geógrafos aqui assinalados fizeram parte de diversos cargos da administração do IHGB, conforme mostra o quadro abaixo. Dentre os 31 cargos dispostos na instituição, eles ocuparam 18 deles. São, portanto, muitas as ocupações designadas a esse grupo e boa parte deles tiveram mais de uma função – concomitantemente ou não. Os cargos mais

ocupados por eles foram na Comissão de História, na Direção da Revista, na Comissão de Arqueologia e Etnografia e na Comissão de Geografia.

Um fato a esse respeito merece atenção: 2 pessoas que ocuparam o cargo máximo da instituição de presidente entre os anos de 1980 e 2016 foram historiadores. O ano de 1992 foi quando, pela primeira vez, um historiador chegou a esse cargo no IHGB com a eleição de Vicente Tapajós, que permaneceu até o ano de 1995. Em seu lugar, desempenhou a função de presidente a partir de 1996 o historiador Arno Wehling, até o ano de 2019. A partir desta data assumiu a presidência o advogado Victorino Chermont de Miranda.

Vicente Costa Santos Tapajós, que foi presidente do IHGB de 1992 a 1995, nasceu em 1916 na cidade de Petrópolis e faleceu em 1998. Foi formado em História na única turma diplomada pela Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira (1937), que depois se tornou a Faculdade de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez também o Curso Superior da Escola Superior de Guerra em 1967. Foi professor de História por mais de 50 anos em escolas particulares e públicas, como o Colégio Pedro II e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Lecionou Historiografia e Estudo de Problemas Brasileiros nos Cursos de Mestrado de História e Filosofia da UFRJ. Foi professor titular de História das Relações Exteriores do Brasil do Instituto Rio Branco, de História Moderna e Contemporânea da Universidade Santa Úrsula e da Universidade Gama Filho. Possui ampla produção na área de História, com suas obras: “História do Brasil” (1954), “Em Torno da Tragédia do Coruripe (Aspectos do governo de D. Duarte da Costa)” (1956), “Duarte Coelho, fundador de Pernambuco” (1956), “O regime de Capitanias Hereditárias” (1962), “Breve História do Brasil” (1960), “Cem Anos de Abolição da Escravidão” (1988), dentre outras²¹.

Arno Wehling, que desempenhou a função de presidente do IHGB por mais de 20 anos, entre 1996 e 2018, nasceu em 1947 no Rio de Janeiro. Se graduou em História em 1968 na Universidade Federal do Rio de Janeiro e em 1991 em Direito pela Universidade Santa Úrsula. Possui doutorado em História pela Universidade de São Paulo (1972), livre docência em História Ibérica pela USP (1980) e pós-doutorado em História nas Universidades do Porto e Portucalense. É professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Foi professor visitante das Universidades de Lisboa e Portucalense e atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida. É conselheiro do IPHAN/ Ministério da Cultura e

²¹ <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/vtapajos.html>. Acesso em 20.12.2020.

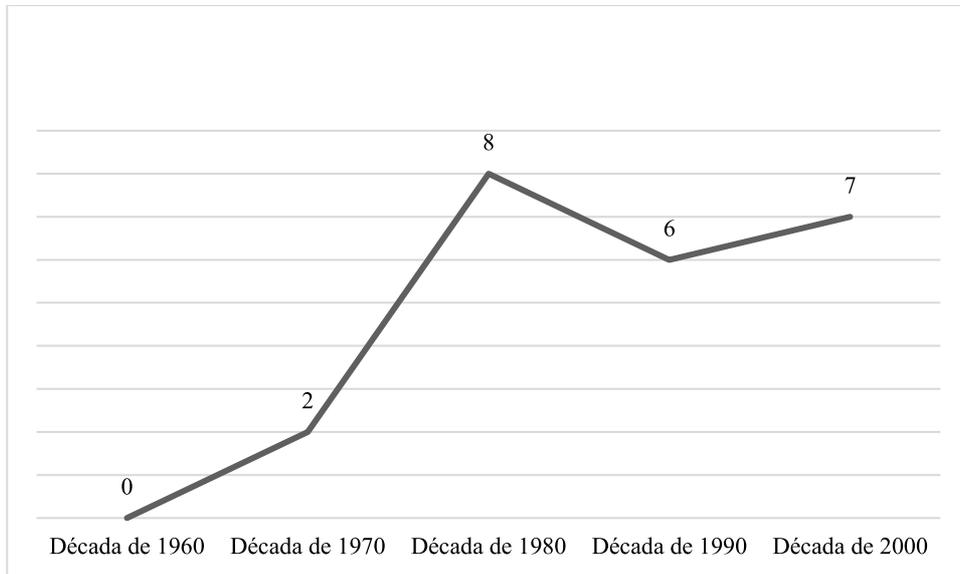
desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de História do Direito/História das Instituições e Teoria da História/Historiografia, com livros e artigos focados, sobretudo, na História do Brasil colonial e nas primeiras décadas da independência sob os ângulos do estado, da justiça colonial, da administração e da memória/construção da identidade²².

Os dois historiadores que foram presidentes do IHGB nos últimos anos, como apresentado, possuem caminhos profissionais próximos. Foram formados no mesmo curso e praticamente na mesma instituição - atualmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro -, dedicaram-se à pesquisa histórica e atuaram como docentes. É significativo o fato de dois historiadores de formação pela primeira vez – apesar de Arno Wehling ser graduado também em Direito – terem assumido a presidência da instituição anos após a ditadura civil-militar e um pouco depois de a Constituição de 1988 ter sido promulgada, de ter ocorrido a eleição direta para a Presidência da República. Antes deles, ao menos os três últimos presidentes entre os anos de 1939 e 1991, que foram José Carlos de Macedo Soares, Pedro Calmon e Américo Jacobina Lacombe, eram formados em Direito. Assim, Vicente Tapajós e Arno Wehling foram os dirigentes do Instituto no momento em que o Brasil havia definido uma nova ordem democrática.

Retornando para as análises empreendidas, sabemos que no período anterior (de 1964 a 1979) apenas dois historiadores e geógrafos fizeram parte da administração no Instituto, e que no período de 1980 a 2016 esse número foi significativamente ampliado para 23. Nesse sentido, o gráfico a seguir foi elaborado buscando rastrear o período em que o instituto mais investiu em historiadores e geógrafos em seu quadro administrativo.

²² <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727000Y6>. Acesso em 12.02.2021.

**Gráfico 6: Formados em História e/ou Geografia:
período de ingresso em cargos administrativos no IHGB**



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Como pode-se observar, até a década de 1960 não havia nenhum historiador ou geógrafo de formação exercendo funções administrativas no Instituto, o que ocorreu na década de 1970 com a entrada dos dois já mencionados - Affonso Celso Vilela de Carvalho e Marcello Moreira de Ipanema. O que se percebe na década de 1980 é um crescimento exponencial desse grupo preenchendo esses lugares na instituição. Houve um salto significativo na entrada de historiadores e geógrafos nas décadas de 1980 a 2000, com 21 representantes.

Com tudo isso, nota-se que a partir dos anos de 1980 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro passou, com mais intensidade, a eleger para o seu quadro administrativo – e, em consequência, para o quadro de sócios - não apenas pessoas possuidoras de trabalhos considerados meritórios, mas em especial profissionais formados nas áreas com mais articulações com os fundamentos do Instituto em proceder estudos e investigações relacionadas à História e Geografia, principalmente do Brasil, e ligadas à academia (especialistas, mestres, doutores, e pós-doutores), o que antes não ocorrera em tais níveis.

Essa entrada tardia de historiadores, geógrafos e profissionais especializados não causa estranhamento, pois está alinhada a uma série de fatores que são relevantes. Esse ingresso significativo coincide com o novo momento político do país, mas também com o processo de constituição da identidade dos profissionais de História a partir dos anos de 1930, com a criação dos cursos universitários de História no Brasil (haja vista que o ano de formação de boa parte

desses historiadores contempla esse período). Coincide com a expansão da pós-graduação no Brasil investida durante o regime civil-militar e também com a presidência da instituição nas mãos de historiadores. Desse modo, ponderando os dados, considera-se que não se trata exatamente de um problema o fato de IHGB não contar em seu quadro administrativo com um grande número de historiadores, como pode-se esperar, pois essa é uma situação que é reflexo da configuração do campo profissional do historiador no cenário brasileiro e também do próprio do perfil da instituição.

Articulando com os dados apresentados acima, é interessante mencionar que o fato de alguns membros da administração do IHGB atuarem como docentes em História embora formados em outra área ocorre em razão de a História, enquanto área de conhecimento, ter sido delimitada em período relativamente recente. Enquanto essa definição de nova área do conhecimento não ocorria, esse campo foi explorado por profissionais provenientes de outros ramos, como do Direito. Sendo assim, até a criação das Faculdades de Filosofia com os cursos de Geografia e História, os historiadores brasileiros eram pessoas de formação profissional diversificada que atuavam no campo do conhecimento histórico, apesar de não ter formação específica, sendo autodidata sua dedicação à história. Sendo assim, como os seus profissionais vinham de outras áreas, eles foram gradativamente percorrendo como “autodidatas” para os estudos históricos sendo “historiadores por vocação” (Glezer, 1976).

Raquel Glezer colabora com essa discussão ao explicar que quando mencionamos historiadores nacionais a partir de 1930, estamos nos referindo a dois grupos coexistentes que possuem em comum o título de historiador. O primeiro grupo é o de historiadores por vocação, sendo pessoas que se dedicavam à história mesmo sendo formadas em outra área do conhecimento, as quais pode-se afirmar, sem a intenção de tirar conclusões sobre o mérito dos trabalhos desenvolvidos por elas, que são as criadoras da história nacional e as responsáveis pela sobrevivência desse saber, segundo Glezer. Continuaram existindo mesmo após o aparecimento do segundo grupo, integrando instituições universitárias, instituições oficiais de cultura e o magistério, exercendo suas atividades como pessoas de notório saber. O segundo grupo, que é formado pelos historiadores de formação, ao surgir dedicou-se, via de regra, ao magistério. Os pertencentes a esse grupo formaram-se em padrões rígidos e desempenharam carreiras profissionais na rede de ensino secundária ou nas universidades. Foram esses últimos que desenvolveram a carreira universitária e a institucionalização da formação profissional (Glezer, 1976).

Diogo Roiz, se baseando em estudos de Ciro Flamarion, Ronaldo Vainfas e Raquel Glezer, é ainda mais específico nesta discussão e divide esse cenário em três períodos

diferentes: o primeiro, de 1838 a 1930, segundo ele, correspondeu ao momento inicial em que o ofício de historiador começou a ser pensado e praticado no Brasil, de modo eminentemente “autodidata”, já que os profissionais com formação universitária transitaram de seu campo inicial de formação, como Direito, Medicina, Engenharia e outros, para os estudos históricos, pelo fato de não existir nenhum lugar que formasse tal profissional. Existiam apenas espaços de sociabilidades, de debates, como associações e clubes; o segundo momento corresponde aos anos de 1931 a 1969 quando foram criados, os já mencionados, primeiros cursos universitários de Geografia e História em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, onde foram diplomadas as primeiras gerações de historiadores profissionais no país, que foram formadas pelos letrados “autodidatas” do momento anterior e por historiadores franceses; o terceiro momento, que inicia-se e a partir de 1970 é marcado pelo tempo em que foi definido o atual modelo de pós-graduação stricto sensu, com seus respectivos cursos de mestrado e doutorado, o qual a partir dele passou-se a entender e a se formar o historiador profissional no país (Roiz, 2020).

Essas colocações de Glezer e Roiz explicam a situação do IHGB, que possui em seu quadro administrativo entre os anos de 1980 e 2016, um número pequeno de 23 pessoas formadas em História, embora número considerável leccione história ou atue em instituições culturais da área. Mais do que isso, praticamente todos os 136 membros desse grupo, com as suas diversas formações e carreiras profissionais, se embrenharam na produção histórica e por isso mesmo fizeram (ou fazem) parte da instituição. Dessa forma, há no quadro administrativo do IHGB uma mescla entre historiadores de formação, embora em menor número, com historiadores por vocação, que se trata de boa parte deles.

No Brasil, apesar de os dois grupos coexistirem, aos poucos e naturalmente com a definição, expansão e exigências desse campo do conhecimento, os historiadores por formação foram ocupando os espaços em instituições culturais, de ensino e de pesquisa, enquanto os historiadores “por vocação” foram se dissipando nesses meios. O IHGB, ao que parece, na contramão dessa tendência, prolongou um pouco mais com o uso do autodidata, se pautando em uma historiografia tradicional sendo escrita por advogados, militares, médicos, engenheiros e outros.

1.5.3 COMISSÃO DE HISTÓRIA

A Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, formada em cada biênio por 5 sócios - embora, em alguns raros momentos, a comissão tenha sido ocupada por 4

ou 6 membros - faz parte da equipe administrativa da instituição e tem como atribuição “dar parecer sobre as memórias, documentos e publicações, que o Presidente lhes remeter, relativas às disciplinas de suas especialidades” (Ihgb, 1965), além de emitir um parecer sobre as propostas de admissão de sócios, avaliando a idoneidade, conveniência e merecimento do candidato a partir da análise da qualidade dos trabalhos do possível ingressante. Logo, trata-se de uma comissão de caráter especializado que serve ao instituto colaborando na seleção de candidatos a sócios, e conseqüentemente, definem, em sua parte, não só o perfil desses membros ingressantes, como também o perfil das produções e pesquisas desenvolvidas pela instituição, já que elas são provenientes desses sócios. A partir dessa perspectiva, torna-se também importante investigar esse grupo com uma lente de aumento e analisá-lo mais de perto, pois compreender a sua configuração pode ajudar a entender as suas escolhas, bem como as resultantes (Ibidem).

Ao longo dos anos de 1980 e 2016, 23 pessoas fizeram parte da Comissão. Trata-se de um número pequeno, já que são 23 pessoas dedicadas à função ao longo de 36 anos, em um grupo de 5 a cada biênio. Seguindo o padrão da Instituição para todos os cargos, os sujeitos envolvidos nesta comissão se fixavam em sua função por muitos anos, só abdicando por problemas de saúde que os impedissem de realizar suas atribuições, por serem remanejados para outros cargos ou ao falecer. Sendo assim, o que se observa é uma continuidade do cenário anterior do instituto para os cargos administrativos: um enraizamento dos sujeitos em suas funções e um mínimo processo de renovação. Esse fato pode ser notado no Anexo VIII.

O ingresso de alguns novos nomes, portanto, é visível, sendo possível apontar a permanência ao menos de 3 figuras de destaque, como Herculano Gomes Mathias, João Hermes Pereira de Araújo e Eduardo Silva, que se conservaram em suas posições na Comissão de História por bons anos. Herculano permaneceu de 1980 a 2001; João Hermes, de 1996 a 2011 e Eduardo Silva, de 1996 aos dias atuais (2021).

Herculano Gomes Mathias, falecido em 2002, nasceu no Rio de Janeiro em 1916. Ingressou no IHGB em 1966, aos 50 anos. Formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro em 1939, foi servidor público por muitos anos. Trabalhou como chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do Museu Histórico Nacional (1960/1977), foi bolsista em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian (1968), quando realizou pesquisas, especialmente no Arquivo Ultramarino. Além disso, foi diretor do Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (1963/1966), assessor bibliográfico da Bloch Editora (1977/1982),

consultor e redator da Revista Geográfica Universal (1981/1982) e consultor do Almanaque Abril (1988/1989). Dedicou suas pesquisas, principalmente, ao estudo de Minas Gerais ²³.

João Hermes Pereira de Araújo, falecido em 2016, nasceu no Rio de Janeiro em 1926. Era sobrinho-neto de Hermes da Fonseca, presidente da República entre 1910 e 1914. Ingressou no IHGB em 1971 como sócio correspondente, aos 45 anos. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1948, seguiu a carreira de diplomata. Exerceu funções no Rio de Janeiro, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), que funcionava no Palácio Itamarati. Posteriormente, em 1954, foi transferido para Roma, onde trabalhou na embaixada do Brasil junto à Santa Sé até 1960. Em seguida, retornou ao Brasil e foi chefe do cerimonial e vice-chefe do gabinete do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Em 1964 foi para a Argentina permanecendo até 1971 ocupando o cargo de encarregado de negócios. Foi chefe do Departamento das Américas entre 1975 e 1981, integrando, nesse período, a comitiva do presidente Ernesto Geisel no encontro presidencial no Uruguai e no Peru. Em 1992 foi nomeado diretor do Museu Histórico e Diplomático do Itamarati. Poucos anos depois, em 1995, aposentou-se, mas não abandonou suas funções. Suas pesquisas foram em torno da história das relações internacionais, história da política externa brasileira e heráldica ²⁴.

Eduardo Silva, nascido no Rio de Janeiro em 1948, formou-se em História em 1975 na Universidade Federal Fluminense. É Mestre (1979) e Doutor (1992) em História, respectivamente, pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade de Londres. É pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro, desde 1976. Suas pesquisas possuem ênfase no período de transição do Império para a República, principalmente nos temas relacionados com a escravidão, abolição, pós-abolição, classes populares e cultura negras. Sua entrada no IHGB foi em 1988²⁵.

Os 23 integrantes da Comissão de História do IHGB, entre os anos de 1980 e 2016, não possuem características muito homogêneas e delineadas. A começar, é um grupo composto majoritariamente por homens. Fizeram parte 3 mulheres. Quanto à formação e área de atuação, pode-se que observar que a instituição não priorizava um grupo que fosse integrado totalmente por pessoas que tivessem formação e atuação na área de História, apesar da existência de cursos universitários de história já consolidados no país ao longo desse tempo. Entre os 23 membros

²³ Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/hgmathias.html>. Acesso em 10/05/2020

²⁴ Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/araujo-joao-hermes-de>. Acesso em 05/05/2020.

²⁵ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4134250494877150>. Acesso em 01/05/2020.

que perpassaram a Comissão, apenas 8, o que corresponde a 35% do grupo, eram formados em História, sendo 7 as pessoas formadas em Direito (30%), e o restante com formação em Filosofia, Teologia, Jornalismo, Letras, e Geografia, e 2, até onde se tem informação, sem qualquer graduação.

Entretanto, esse cenário se altera em 2012, quando a partir deste ano a Comissão de História do IHGB passa a ser integralmente composta por historiadores, a maioria com especialização, mestrado e doutorado, também em História. São eles: Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marcos Guimarães Sanches, Guilherme de Andrea Frota, Maria de Lourdes Vianna Lyra e Eduardo Silva. A importância dessa formação comum em História deve ser ressaltada, pois pode indicar uma alteração na estrutura e mentalidade do Instituto, se direcionando mais à ciência histórica através dos membros de sua comissão.

1.5.4 TRAJETÓRIA POLÍTICA

A historiografia clássica sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enfatiza no perfil socioprofissional dos membros fundadores da instituição que a grande maioria possuía trajetória política. Não à toa, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, conhecendo as origens e revelando as vinculações partidárias, não aceita a tese romântica de que os fundadores do Instituto se reuniram motivados exclusivamente pelo amor às letras. Segundo ela, ao contrário disso, esses sujeitos que estavam apeados dos postos-chaves da Regência e muito visados pelos adversários, sentiram a necessidade de abrir um espaço novo na Corte e aparentemente neutro, que facilitasse o trânsito no cenário político, sendo assim gestada a Academia (Guimarães, 1995, p. 481-482).

Em 1851 o Estatuto da instituição foi revisado para tratar, dentre outros assuntos, sobre a admissão de novos sócios. Neste momento, modificaram os critérios de ingresso e passaram a exigir comprovação da produção intelectual, o que poderia significar o prenúncio de um arejamento na composição dos quadros do Instituto, em que sairiam de cenas os políticos profissionais e entrariam em seu lugar sangue novo. Isso, porém, não ocorreu. Muitos políticos entravam sem provar suficiência literária e assim os destinos do IHGB permaneceram ainda nas mãos do grupo de fundadores por longo tempo. Segundo consta, eles tomaram todas as precauções para que a renovação do quadro não escapasse do controle com a consciência das responsabilidades com o Império. Dessa forma, mesmo muitos anos depois da criação do IHGB, os sujeitos envolvidos no Instituto continuavam a se dedicar às mesmas atividades. Ao longo

do Segundo Reinado, como já vinha ocorrendo, políticos, membros do aparelho do Estado e personalidades chegadas ao imperador permaneceriam tendo a prevalência no acesso às vagas dos quadros do Instituto (Ibidem, p. 487-489).

Em contraponto, para o recorte deste trabalho (1980-2016) percebe-se que ao mesmo tempo em que o IHGB passou a agregar para seu quadro social e administrativo mais pesquisadores de fato, nota-se que são pessoas com menos (ou nenhuma) trajetória política. Se antes (1964-1979) já observávamos um número reduzido em relação ao período da Primeira República de associados com trajetória política, resultando em 19% do grupo (Santos, 2018, p. 77), esse número diminuiu significativamente no quadro administrativo de 1980-2016, o que nos demonstra uma oxigenação nesse perfil de sócios-administradores e uma adequação por parte do IHGB aos novos cenários sociais, profissionais e científicos. Apesar das inúmeras permanências, o IHGB, ainda que pouco a pouco, em passos lentos, vai se refazendo. Entendendo que a instituição é construída a partir dos sujeitos que estão gerindo-a, com essas mudanças no perfil administrativo, temos demonstrações de que o IHGB passou a se fazer de uma outra forma.

Mostrando os números, dos 136 membros da administração, conforme o recorte realizado, apenas 14 possuíram trajetória política, participando de cargos e decisões de governo seja por eleição quanto por indicação, totalizando 10% de todo o grupo. Atuaram, em maior número, como deputados federais nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. Exerceram também funções políticas como governadores dos estados do Amazonas, Pernambuco e Rio de Janeiro. Houve também deputados estaduais da Bahia e do Pará. Apenas 1 foi senador, do estado da Guanabara e do Distrito Federal. Alguns ocuparam também cargos de Ministros em pastas diferentes, sendo da Aeronáutica, da Educação, do Exército e do Trabalho. Essas informações estão reunidas no quadro apresentado no anexo VIII.

A carreira política desses homens participantes da administração do IHGB se deu em períodos diversos. Metade deles se dedicou a algum cargo nos anos de 1930, 1940, 1950 ou nos primeiros anos de 1960; 6 tiveram atuação política no período da ditadura civil-militar e um número menor (3) nos anos 1980 e 1990, sendo que não há qualquer participação política de membros administrativos da instituição a partir dos anos de 2000 até o ano que cobre a pesquisa, que é 2016.

Ademais, o único que teve envolvimento com o ramo da política enquanto esteve na administração do Instituto nos anos que abarcam o recorte temporal da investigação (1980-2016) foi o Afonso Arinos de Melo Franco, que teve uma extensa carreira parlamentar

exercendo postos importantes da vida política brasileira até 1990, ano de seu falecimento. Era membro de uma tradicional e influente família da política mineira²⁶. Seu ingresso no parlamento foi em 1947 quando assumiu a cadeira de deputado federal de Minas Gerais pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1958 foi eleito senador da República também pela UDN do Distrito Federal com o apoio de Carlos Lacerda. Em 1961 foi, por poucos meses, ministro das Relações Exteriores no governo de Jânio Quadros (Lattman-Waltman, 2005).

Apesar de sua formação democrática e antiditatorial, esteve presente nas negociações políticas que antecederam ao golpe de 1964, tendo a percepção que o governo de João Goulart caracterizava uma falência das elites e que significaria um colapso das instituições democráticas devido à “incapacidade dos responsáveis”, sendo, então, favorável à derrubada de Goulart, o que não significa que foi próximo do regime militar a todo tempo. Ao contrário, tão logo aumentaram os conflitos entre o governo militar e os setores liberais que haviam apoiado o golpe, Afonso Arinos se afastou. Isso ocorreu de forma efetiva quando o regime impôs ao Congresso a Constituição de 1967 (Lemos, 2010).

Afastou-se em 1967 do Congresso e dedicou-se ao magistério e à literatura. Retornou à vida política na redemocratização. Voltou ao Legislativo como constituinte, tendo papel relevante na primeira fase. Instalada a Assembleia Nacional Constituinte, Afonso Arinos empenhou-se na elaboração do seu regimento interno, aprovou propostas, foi suplente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, ocupou a presidência da Comissão de Sistematização e da Comissão de Redação da Constituinte. Com a promulgação da Constituição, Afonso Arinos continuou em seu mandato como senador até o seu falecimento em 1990 (Ibidem).

Ele possuía, mesmo antes de sua inserção na política, uma imagem de intelectual estabelecida em razão de seus livros publicados desde jovem. Exerceu práticas da literatura, da crítica, da ensaística, da historiografia e da consultoria jurídica, além da política e da diplomacia. Assim, o seu envolvimento na política, apesar de ter durado muitos anos e de ter fluidez, parece ter sido fruto de possíveis pressões de seu contexto de socialização e inserção social, segundo Fernando Lattman-Waltman, que salienta algumas de suas contradições políticas e tensões vocacionais. Dessa forma, Arinos seguia o encargo e o dever que foi incumbido de se envolver na política como herança e imposição de seus antepassados e,

²⁶ Seu pai, Afrânio de Melo Franco, foi deputado federal por Minas Gerais, ministro da Viação e das Relações Exteriores; seu irmão, Virgílio de Melo Franco, foi deputado federal por Minas Gerais e constituinte em 1934; seu avô, Cesário Alvim, foi deputado por Minas Gerais, presidente da província do Rio de Janeiro no Império e na República foi governador de Minas Gerais, ministro da Justiça e prefeito do Distrito Federal (Lattman-Waltman, 2005).

sobretudo, de seu pai. Por isso tinha o direito e a política como um modelo utilitário, mas acreditava que seu mundo era o da literatura (Lattman-Waltman, 2005).

Por isso, foi membro de inúmeras instituições culturais como o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Academia Nacional de Educação, a Academia de Ciência Jurídicas e a Academia Nacional de História e o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi premiado duas vezes pela Academia Brasileira de Letras; obteve o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro; o Juca Pato, concedido pela União Brasileira de Escritores; o Prêmio Nacional de Literatura, do Ministério da Educação e Cultura; a medalha Teixeira de Freitas, do IAB; e o Golfinho de Ouro, na área de ciências políticas, concedido pelo governo do estado da Guanabara em 1978.

O IHGB, então, parecia ser um dos lugares em que ele se sentia à vontade como intelectual, palestrante, assim como sua a imagem construída e cumprindo sua vocação. Esteve lá desde 1949 quando foi admitido como sócio efetivo, ocupando cadeira na direção como orador e vice-presidente, além de ter feito parte da Comissão de Bibliografia e de Estatuto da instituição.

1.5.5 PARTICIPAÇÃO DE MULHERES

Destaca-se o grupo estudado a partir de uma análise de gênero, o que nos permite também problematizar a condução e produção do conhecimento histórico no Instituto a partir desta categoria. Dentre as 136 pessoas envolvidas na administração do IHGB entre os anos de 1980 e 2016, 17 mulheres ocuparam cargos administrativos na instituição, o que corresponde a 12,5%. Enquanto isso, os homens ocuparam 87,5% dos postos.

A diferenciação em gênero é algo presente nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico desde os primeiros anos de sua criação. Conforme apresentam Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995) e Maria da Glória de Oliveira (2018), em 1850 o IHGB vetou a primeira proposta de admissão de uma mulher no instituto demonstrando que, naquele ambiente de memória e história nacional, não havia espaço para representantes do sexo feminino, ainda que elas apresentassem, inegavelmente, virtudes letradas. Para o caso de membros do sexo masculino, no século XIX, nem sempre as formalidades acadêmicas tinham o peso tratado no estatuto.

Até o ano de 1965, não só a administração do IHGB era composta apenas por homens, como também todo o quadro social era formado exclusivamente por membros do sexo

masculino. Neste ano, os sócios, em Assembleia Geral, trataram sobre a possibilidade de admissão da escritora Virginia Rau na vaga de sócio correspondente português. A proposta foi analisada pela Comissão de Admissão de Sócios, que apresentou uma resposta ambígua em relação à entrada da escritora. A comissão disse ser favorável à sua admissão em razão de seus méritos enquanto historiadora e professora da Universidade de Lisboa. Porém, colocou impedimento pelo fato de até aquele momento nenhuma mulher ter pertencido ao quadro social do Instituto (Ihgb, 1965a).

As discussões em torno do assunto foram extensas e dividiram opiniões entre os sócios. O tema foi abordado em diversas reuniões e o consócio Américo Jacobina Lacombe foi enfático em sua posição favorável ao ingresso de Virgínia Rau, argumentando que era preciso levar em consideração o contexto em que os sócios fundadores estavam inseridos, e que a conquista do mundo científico pelas mulheres era um fenômeno irrecorrível e uma simples questão de tempo. Após todo o debate, a entrada de Virginia Rau foi aceita (Ibidem).

Entretanto, convém salientar a perceptível permanência majoritária de homens na composição do quadro de sócios nos anos posteriores com escassa presença feminina. A administração do IHGB, foco deste estudo, permaneceu sendo composta exclusivamente por homens, sendo Cybelle Moreira de Ipanema a primeira mulher a integrar a diretoria em meados de 1985, como 2ª secretária. Cybelle chegou até o cargo de 2ª secretária a partir do remanejamento na composição da diretoria em razão da morte de Pedro Calmon, Presidente do IHGB, em 1985, que fez com que os sócios ascendessem em seus cargos e Fernando Monteiro, que era o 2º secretário, renunciasse. Assim, Cybelle de Ipanema, que já era sócia efetiva do Instituto, passou a secretariar (Ihgb, 1985, p. 226).

Além disso, nenhuma mulher chegou à presidência, cargo máximo da Instituição. Isa Adonias, professora universitária formada em Geografia e História, a primeira sócia efetiva a ser admitida na instituição em 1968, foi também a mulher que atingiu o mais alto cargo, como 3ª vice-presidente de 1988 a 1989 e depois como 2ª vice-presidente entre os anos de 1992 e 1993. Estes altos cargos não foram ocupados por nenhuma outra sócia depois dela. Foi a primeira e única vez que uma mulher chegou mais próximo da presidência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Maria da Glória de Oliveira colabora para uma reflexão acerca da invisibilidade da mulher na história intelectual. Segundo ela, há uma “separação paradigmática que se manifesta nas variadas formas de silenciamento acerca das contribuições intelectuais das mulheres por conta da persistência de um modelo de pesquisa com foco predominante no estudo de obras de autoria masculina”. Mais do que isso, “a produção intelectual de autoria feminina não se

configurou como tema privilegiado e frequente da história da historiografia, mantendo-se, em larga medida, como o ‘outro’ silenciado, marginal e periférico nos cânones historiográficos e na memória disciplinar” (Oliveira, 2018, p. 104).

O argumento da autora é cabível na investigação aqui realizada, já que as mulheres pertencentes à administração do IHGB precisavam ser, para alcançarem o cargo, necessariamente sócias efetivas em algum momento. Significa que passaram pela análise criteriosa da comissão de admissão sócios, onde atentam, dentre outros elementos já mencionados, para as produções desenvolvidas em áreas pertinentes ao IHGB. Sendo assim, os dados aqui apresentados ratificam essas informações e demonstram o quanto a instituição teve um pequeno avanço neste quesito no período analisado. O quadro, no Anexo VII, apresenta pelo nome, em ordem alfabética, as 17 mulheres que ocuparam cargos na administração do Instituto entre os anos de 1980 e 2016, bem como o ano de ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, formação e atuação profissional.

As informações coletadas mostram que essas mulheres ocupantes de funções administrativas ingressaram como sócias na instituição em anos diversos, entre 1968 e 2009, sendo a distribuição em cada década relativamente equilibrada: 1 ingressou em 1968; 4 na década de 1970; 5 na década de 1980; 3 na década de 1990 e 4 na década de 2000. Não se observa, nesse sentido, uma entrada em massa, a partir de um determinado período, dessas sócias no IHGB. Ao contrário, o que se verifica, são entradas distribuídas e dispersas ao longo dos anos.

O mesmo pode-se dizer sobre o ingresso dessas mulheres em cargos administrativos, que ocorreu entre os anos de 1985 e 2012. Distribuindo o ingresso em décadas, é possível verificar um discreto destaque nos anos de 1990 com a entrada de 7 mulheres na administração, como pode-se observar no quadro apresentado a seguir. Fica nítido, portanto, que não há um esforço interno na instituição de inserção de sócias nos quadros administrativos a partir de um determinado período.

Quadro 5: Entrada das mulheres na administração do IHGB

Década	Quantidade
Década de 1980	4
Década de 1990	7
Década de 2000	4
Década de 2010	2

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Alguns pontos ainda sobre a formação e profissão dessas mulheres pertencentes à administração da instituição são importantes para o quadro geral de análise aqui empreendida e merecem evidência. Há que se salientar o alto grau de instrução dessas mulheres. É perceptível e relevante o fato de todas elas possuírem formação superior, sendo graduadas nos cursos de Geografia, História, Jornalismo, Ciências Sociais, Direito, Biblioteconomia e Museologia. São formadas em História e Geografia, que é o foco de atuação da Instituição, 65% delas (Quadro 2).

Quadro 6: Formação das mulheres pertencentes à administração do IHGB

Formação	Quantidade	Porcentagem
Geografia e/ou História	11	64,7%
Jornalismo	2	11,8%
Ciências Sociais	1	5,8%
Direito	1	5,8%
Biblioteconomia e/ou Museologia	2	11,8%

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Mais do que isso, 53% dessas mulheres possuem elevado grau acadêmico. Entre as 17 mulheres inseridas na administração do IHGB, 6 delas possuem doutorado em História, 1 em Antropologia e Geologia, 1 em Direito e 1 possui pós-doutorado em História. Inseridas no mercado de trabalho, 11 delas atuaram (ou atuam) na docência, sendo um número significativo no ensino superior, como Isa Adonias (s/i), Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria de Lourdes Viana Lyra (UFRJ), Marilda Corrêa Ciribelli (UFRJ), Mary Lucy Murray Del Priore (USP, PUC/RJ e Universo), Miridan Britto Knox Falci (UFRJ e USS). Há também mulheres que seguiram carreiras próximas como arqueóloga, bibliotecária e museóloga, pesquisadora, consultora em documentação e advogada.

Interessante mencionar ainda que a Diretoria da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, principal fonte desta pesquisa, passou a ser composta majoritariamente a partir dos anos 2000 por mulheres. Contando com o trabalho dessas pesquisadoras, historiadoras e professoras universitárias proeminentes na área de História, a *RIHGB* a partir desse momento passou a se tornar gradativamente uma revista de caráter científico. Em 2000, ano em que a equipe editorial da revista passou a ser composta predominantemente por mulheres, a *RIHGB* começou a ser indexada, indicando sinal de qualidade e cientificidade.

CAPÍTULO 2: DITADURA NA MEMÓRIA E DEMOCRACIA NO HORIZONTE: O IHGB NOS ANOS DE 1980

O Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, recém-falecido, 9 de outubro de 1985, foi nosso Presidente de Honra desde 29 de abril de 1970 [...]. Manteve contato efetivo e permanente com o Instituto e sua memória será aqui cultuada para sempre (Valladão, 1985, p. 233).

Esse é um trecho do discurso de Haroldo Valladão, sócio e orador do IHGB, parte de um texto publicado na *Revista da Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em homenagem ao ex-presidente Emílio Garrastazu Médici em razão de seu falecimento em 1985. Em sua declaração o orador demonstrou que Médici possuiu grande aproximação com a instituição e que sua personalidade ocupava um lugar importante, tanto que “o Instituto o glorificou com um gabinete próprio em sua sede, a Sala Presidente Médici, única dedicada a um sócio” (Valladão, 1985, p. 233). Médici teve também, ainda em vida, seu nome perpetuado em uma placa na sede da instituição e, além disso, recebeu em 1972, das mãos do então presidente do IHGB, Pedro Calmon, uma medalha de ouro cunhada para comemorar a inauguração do novo edifício do Instituto construído com a sua ajuda (Santos, 2018).

A aproximação do IHGB com Médici ocorreu quando, sob a ditadura, ele governou. O comprometimento por parte da instituição em manter sua memória foi feito após sua morte, enquanto o Brasil caminhava no processo de redemocratização e no momento em que, dentro do jogo de construção democrática, a sociedade, perante a memória coletiva, rememorou as vítimas, silenciou as relações mantidas com o regime e se dissociou das figuras e dos valores da ditadura.

Buscando refletir sobre as movimentações do IHGB em um período de grandes modificações na conjuntura brasileira, com o processo de abertura política e redemocratização, este capítulo se propõe a imergir nos silenciamentos, contradições e entrelaçamentos de memórias da ditadura e da transição democrática existentes no Instituto dos anos 1980. Em vista disso, a fim de fornecer subsídios para situar os caminhos que as memórias trilharam no IHGB na década e para entender como lidaram com este momento, o texto apresenta a investigação realizada em torno de pautas de reuniões da instituição e de publicações da *RIHGB* nos anos de 1980, com uma atenção mais detida em 1984, por ser a efeméride de vinte anos do golpe de 1964 - recorte escolhido para a pesquisa. Outros marcos da década que corroboram para essa reflexão acerca da memória sobre a ditadura e sobre a democracia são também explorados, como o ano de falecimento de Tancredo Neves, de posse de José Sarney e da promulgação da Constituição.

A partir dessa proposta, o capítulo é dividido em quatro seções. As três primeiras têm a intenção de mergulhar no contexto desta década, abordando o quadro político, o balanço das produções sobre a ditadura e do campo historiográfico brasileiro no período. Dessa forma, a primeira seção é dedicada ao contexto político brasileiro desses anos de 1980, sobretudo, aos eventos que envolveram a abertura política, o ano de 1984 e a redemocratização. Na segunda seção, a reflexão é voltada para a produção a respeito da ditadura especialmente até a rememoração dos vinte anos do golpe de 1964. A terceira seção é direcionada para a percepção do campo historiográfico, de modo geral, no Brasil nestes anos, e por fim, a quarta seção é focada em analisar o IHGB da década de 1980, com especiais menções a 1984.

2.1 OS PRIMEIROS ANOS DO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Em 1984 o contexto brasileiro era o de crise do regime militar, de abertura política e um encaminhamento ao processo de redemocratização, acompanhando um movimento ocorrido desde o final dos anos de 1970 e a década de 1980 em toda a América Latina que esteve quase em sua totalidade envolvida em ditaduras. O processo de luta pela democracia iniciou-se bem antes, em 1974, a partir de um longo jogo político envolvendo a pressão externa, sobretudo, em anos seguintes pelo governo de Jimmy Carter nos Estados Unidos, pelo projeto de abertura do poder militar, na estratégia Geisel-Golbery e pela ação, ainda que condicionada, da oposição representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Silva 2007, p. 245-247).

Embora alguns participantes do projeto Geisel-Golbery defendam a tese de que a abertura foi um projeto do poder definido internamente, conduzido conforme suas formulações e sem interferência da oposição nos rumos que foram tomados, sabemos que os demais atores políticos da época fizeram parte desse processo. Tratou-se de uma longa operação de negociação política envolvendo os atores internos: o grupo Geisel-Golbery, que planejava a constitucionalização do regime; o MDB, único partido político de oposição; e em seu auge, durante a campanha das *Diretas Já*, os cidadãos, que ocupando as ruas reivindicavam por democracia e participavam, de alguma forma, dessa negociação política (Ibidem, p. 255).

Segundo Jorge Ferreira (2018, p. 31), entre os anos de 1974 e 1982, o poder militar sustentou, em alguma medida, o controle do processo de transição. Deste momento em diante, o domínio não era mais completo. Em 1979, episódio fundamental para a redemocratização foi a aprovação da Lei da Anistia, que permitiu a volta dos exilados políticos, apesar de não

contemplar e não responsabilizar os perpetradores de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura.

A segunda fase, de 1982 a 1985 é marcada pela entrada de novos atores no cenário político (Ferreira, 2018, p. 31). Assim, a ditadura civil-militar, que em seu momento inicial contou com a aceitação e apoio de diversos segmentos da sociedade, começou a observar um célere crescimento da oposição. Sinal dessa saturação foi o movimento popular que ocupou as ruas (Silva, 2007, p. 256-257).

A campanha pelas *Diretas Já* e suas manifestações políticas de cunho popular, que ocorreram entre os anos de 1983 e 1984, tinham como objetivo primeiro retomar as eleições diretas para o cargo de presidente de República. Mas, assinala Lucília Delgado que havia, evidentemente, um sentido republicano na campanha que contou com a participação de milhões de brasileiros, sendo eles trabalhadores, estudantes, jornalistas, políticos, artistas, clérigos e também intelectuais. Desse modo, as manifestações eram alimentadas por aspirações democráticas e pelo descontentamento com a crise econômica gerada no governo militar e vivida no país nesta década de 1980 marcada por um período recessivo e inflacionário que afetava grandemente as condições de vida da população brasileira. Defendiam e aspiravam democracia política, representatividade, eleições periódicas para cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Delgado, 2007, p. 2-4).

Foi, dessa maneira, um movimento de base popular interligado a um projeto institucional originário da Câmara que atingiu uma reverberação sem precedentes. Como consequência, pode ser interpretado como “acontecimento síntese de um movimento mais amplo e prolongado de transição democrática”, nas palavras de Lucília Neves Delgado. Iniciado em 1983 de modo ainda acanhado, em 1984 assumiu propriedades de uma campanha de massa, sustentada em uma rede de movimentos populares urbanos e em partidos de oposição ao governo federal (Delgado, 2007, p. 6). Em 10 de abril de 1984 ocorreu no Rio de Janeiro o comício da Candelária, sendo o terceiro grande comício e, até aquele momento, a maior manifestação política da história do Brasil. Na semana seguinte a marca foi superada em São Paulo no comício do vale do Anhangabaú (Gaspari, 2016, p. 291).

Após essas mobilizações populares, dias depois, chegou a data em que estava marcada a votação na Câmara Federal da Emenda Dante de Oliveira²⁷, que, se aprovada, estabeleceria

²⁷ Deputado pelo PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira foi quem formalizou o pedido de emenda constitucional.

as eleições diretas para presidente da República. Entretanto, por 298 votos a favor e 65 contra, sem atingir o quórum qualificado de 2/3 para aprovação, a proposta foi rejeitada.

O resultado da votação não correspondeu às expectativas do povo que havia inundado praças e ruas, em torno da bandeira ‘das diretas já’. A contundente voz das multidões, incorporada pela locução de Osmar Santos, não alcançou suficiente ressonância junto aos parlamentares, que votaram contra o restabelecimento das eleições diretas (Delgado, 2007, p.1).

De qualquer forma, apesar da derrota da emenda, as manifestações, com a presença de multidões contrárias ao regime ocupando os espaços públicos, deixaram a sua marca. Embora sem alcançar êxito em sua finalidade, a concentração em torno das *Diretas Já* demonstrava o rompimento com o tipo de abertura que estava sendo desenvolvido e um desagrado com as forças que estavam segurando a ditadura no país. Não significou, portanto, um ponto final na transição política. Ao contrário, se fez marcante na trajetória pela reconquista da democracia na década de 1980 (Delgado, 2007).

Logo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para presidente da República, arranjos políticos foram sendo feitos e a pauta das *Diretas Já* foi substituída pela campanha pró-eleição de Tancredo Neves pelo voto indireto. Assim, no mesmo campo em que a emenda foi derrotada, abria-se a possibilidade de vitória de um candidato da oposição no Colégio Eleitoral. Dentro do cenário do governo segmentado e com uma oposição coligada, bastaria uma dissidência menor para que Tancredo fosse o novo presidente da República (Gaspari, 2016, p. 295).

Foi, portanto, ainda no ano de 1984, após a votação da emenda, que iniciaram as negociações para a candidatura de Tancredo Neves pela Aliança Democrática. Mesmo com os movimentos sociais nas ruas, o poder militar permanecia controlando o processo político. Com isso, determinados grupos entenderam que as oposições não conseguiriam retirar as Forças Armadas do poder através do enfrentamento. Grupos moderados do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) consideraram que a alternativa viável seria derrotar os militares usando as regras do jogo político, através do apoio de dissidentes do partido do regime. Para o PT (Partido dos Trabalhadores) e grupos mais combativos e minoritários do PMDB, a saída seria enfrentar o governo com as mobilizações nas ruas. Foi a negociação política que prevaleceu e ganhou espaço, com a estratégia de concorrer às eleições presidenciais no Colégio Eleitoral, derrotando a ditadura a partir de suas próprias regras (Ferreira, 2018, p. 33-34).

O nome de Tancredo Neves, como alguém que tinha bom trânsito com os militares que eram a favor de encerrar a ditadura, foi conjugado ao de José Sarney, dissidente do PDS (Partido Democrático Social). Dessa maneira, o PMDB e a Frente Liberal – formada pelos descontentes no partido do governo – formaram a Aliança Democrática ainda em agosto de 1984. Constituiu-se assim a chapa com a candidatura de Tancredo Neves para presidente e José Sarney, como vice-presidente. Nesse ano ainda, através de articulações, dedicaram-se, principalmente Tancredo Neves, à viabilização da vitória no Colégio Eleitoral para o início do ano de 1985, quando ocorreriam as eleições indiretas (Ibidem).

Sendo assim, convém ponderar que a década de 1980, diferentemente de algumas interpretações economicistas que a apresentam como perda, foi de crescimento das organizações populares e de reconquista da democracia. Foi uma década que arcou com uma pressão gradativa pela redemocratização do país e comportou eventos que se fizeram importantes nesse processo, como o retorno do pluripartidarismo, eleições diretas para governadores de estado, diretas já, eleição - pela via indireta – de um presidente civil após anos de rotatividade de generais. Ainda, a composição de uma Assembleia Nacional Constituinte, a promulgação de uma nova constituição e a eleição direta para presidente (Delgado, 2007, p. 5).

2.2 O DEBATE ACADÊMICO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ATÉ 1984 SOBRE O GOLPE DE 1964 E DITADURA

Especificamente sobre o ano de 1984, no campo político, diversos foram os acontecimentos, como mobilizações sociais, negociações e arranjos políticos buscando o fim da ditadura. Assim, 1984 presenciou o ápice das manifestações pedindo eleição direta para presidente, além de ter testemunhado a organização de grupos para a eleição indireta, o que significaria mais um passo importante rumo à Nova República. Foi ainda o ano em que o golpe civil-militar, que depôs o presidente João Goulart e instalou um regime autoritário no Brasil, completava exatos 20 anos.

Aniversários de eventos políticos importantes completando décadas estimulam a memória, e com isso, oportunizam reflexões, debates, balanços e “des-comemorações”. Foi por essa razão da efeméride do golpe de 1964 que escolhemos para este capítulo o ano de 1984 como escopo principal de análise do IHGB em sua produção e também em seus debates, apesar de não haver neste ano ainda uma grande atenção para o tema da ditadura nas produções historiográficas. Foi um ano, como se verá adiante, que o IHGB publicou em sua revista diversos artigos frutos da história militar.

Nestes anos, com a ditadura ainda não encerrada, foram principalmente os jornalistas e cientistas políticos que se dedicaram a interpretar e fornecer explicações para esses acontecimentos recentes no Brasil, como o golpe de 1964 e o regime ditatorial que se seguiu. De toda maneira, eram escassas as pesquisas de mestrado e doutorado no período sobre a história da ditadura militar. Segundo Carlos Fico, entre 1971 e 1990 foram defendidos 49 trabalhos com essa temática (Fico, 2004, p. 41). Isso porque os historiadores, em um primeiro momento, não produziram estudos sobre esse passado próximo em razão da carência de fontes dos governos militares, mas também por dificuldades específicas da história do tempo presente e a cautela em analisar fenômenos contemporâneos (Fico, 2004a, p. 20-21).

Dessa forma, algumas obras importantes que ditaram pilares para os debates historiográficos posteriores a respeito do golpe de 1964 e da ditadura foram produzidas, no Brasil ou no exterior, por cientistas políticos neste primeiro momento. Algumas delas trataram de debates teóricos e modelos gerais de interpretação sobre regimes militares latino-americanos, englobando o caso brasileiro. Organizadas aqui em ordem cronológica até o ano de 1984, alguns exemplos são: “Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira”, de Alfred Stepan (1975); “As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)”, de Eliézer Rizzo de Oliveira (1976); a tese de 1979, “The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and crisis of 1964”, de Wanderley Guilherme dos Santos; “1964: a conquista do Estado”, de René Dreifuss (1981); “Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)”, de Maria Helena Moreira Alves (1984).

Alfred Stepan (1975), em seu livro publicado no Brasil²⁸, apresentou uma tese explicativa para o golpe de 1964. Sua tese consiste na ideia de que houve no país até o momento do golpe um padrão *moderador* de relacionamento entre os militares e os civis que foi quebrado em 1964. Até então, segundo ele, os militares eram chamados apenas para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis. Ou seja, “os militares brasileiros faziam breves intervenções, ‘arrumavam a casa’ e a devolviam aos civis” (Fico, 2017, p. 13). Para Stepan, em 1964 esse padrão foi modificado pelo fato de os militares terem se sentido ameaçados pela possibilidade de Goulart incumbir um golpe. Assim, buscaram “dar solução à crise” (Stepan, 1975). Seu livro, apesar de apresentar algumas fragilidades - tais como desconsiderar as interferências dos militares na política brasileira antes de 1964 e a heterogeneidade política dos militares -, foi assertivo em apontar a importância de reflexões sobre os militares a partir de

²⁸ Alfred Stepan defendeu seu doutorado em 1969, apresentando sua tese que originou na publicação do livro em 1971, sob o título: *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Foi lançado no Brasil em 1975 (Fico, 2004, p. 42).

suas interações com a sociedade e suas características específicas, além de, para o seu tempo, demonstrar a viabilidade de estudos sobre o tema (Fico, 2004, p. 43).

Logo depois, em 1976, Eliézer Oliveira lançou seu livro, fruto de sua dissertação de mestrado, procurando fornecer subsídios para a compreensão sobre os fenômenos políticos pós-64 e sobre a presença dos militares no aparelho de Estado como decorrente de fenômenos que fundamentam ao nível das relações entre as classes sociais. Sua intenção foi compreender o processo político desenvolvido no interior das Forças Armadas após a derrubada de Goulart e a ideologia manifesta nos discursos políticos de Castelo Branco e Costa e Silva. A hipótese do autor foi a de que as Forças Armadas interviram quando houve acirramento da luta de classes e debilitação das relações econômicas e políticas com os Estados Unidos (Oliveira, 1976).

Em 1979, Wanderley Guilherme dos Santos apresentou seu doutorado à Universidade Stanford (EUA)²⁹. No escopo da Ciência Política norte-americana, propôs a tese sobre paralisia decisória, fundada no “modelo teórico da competição política e cálculo do conflito”, buscando explicar em limites institucionais o que chama de colapso do sistema político em 1964 (Fico, 2017, p. 13). De acordo com ele, o golpe de 1964 ocorreu em razão de uma crise de paralisia decisória por incapacidade de funcionar, de tomar decisões sobre questões conflitantes, e não por consequência de algum programa governamental específico. Desse modo, segundo Santos, o Congresso e o Executivo ficaram em “paralisia decisória”, sem iniciativas políticas consistentes.

René Dreifuss em seu livro “1964: a conquista do Estado”, fruto de sua tese doutorado em 1980 na Universidade de Glasgow, apresentou uma leitura de que a deflagração do golpe e a instauração da ditadura foi resultado de uma ampla articulação política entre setores civis e militares, marcada por uma dimensão essencialmente classista e empresarial, resultado da ação coordenada entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Desse modo, ao classificar como “civil-militar” abre portas para o debate, que se estende até os dias atuais, em torno do caráter do golpe e da ditadura.

Poucos anos depois, em 1984, Maria Helena Moreira Alves publica sua obra “Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)”, resultado de sua tese de doutorado junto ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos. Em seu trabalho enuncia as relações entre o Estado de Segurança Nacional e a oposição, em que a dialética entre a aplicação do projeto

²⁹ Sua tese foi traduzida e publicada em versão de livro em 1986, com o título *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. Em 2003, sua pesquisa foi reelaborada reunindo novas análises e foi lançada na obra *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*.

de Segurança Nacional e as reações contrárias foi responsável pela dinâmica do período, com alternâncias de repressão e liberalização. Destaca também o papel relevante da Doutrina de Segurança Nacional para a sustentação ideológica e programática da ditadura civil-militar no Brasil. Sua intenção foi colaborar na compreensão dos conceitos básicos do Estado formado por militares e sua relação com a sociedade civil.

Em outra perspectiva, diferentemente da operação intelectual que se fixa em convenções científicas, há o campo da memória, que embora não seja necessariamente algo oposto e incompatível a ela, é essencialmente uma construção cultural livre (Meneses, 1992 apud Napolitano, 2015, p. 11). Nesse sentido, a partir da distensão política no governo de Geisel a memorialística também marcou os estudos sobre a ditadura, sendo a primeira tentativa de construção de uma narrativa histórica sobre o período. Foi a memorialística, portanto, que compôs o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura (Fico, 2004, p. 31). Com lembranças pessoais, reproduzindo algumas das vezes mitos ou estereótipos, esses livros de memórias construíram múltiplas representações sobre a atuação do regime militar no Brasil, já que cada autor se localizava a partir de seu espaço social ou de sua vinculação a determinados grupos políticos da época.

É significativo o número de obras memorialísticas no período. Até 1984, ano que interessa especialmente a esse capítulo, foram diversas as versões apresentadas sobre a ditadura. Alguns, apresentaram narrativas de defesa sobre a “revolução de 64” ou depoimentos como participantes no processo de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Outros, expressaram sentimentos de contestação ao regime, com narrativas de vítimas do aparato repressivo, com prisões, exílio, censura e torturas, contribuindo, assim, de certa forma, para engrossar a luta pela democratização no país. (Cardoso, 2012, p. 18-20).

Compõem o primeiro grupo, os livros “O governo Castelo Branco” (1975), de Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil de Castelo Branco e “Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças” (1976), de Daniel Krieger, líder do governo no Senado. Ambos construíram o perfil de Castelo Branco, primeiro general-presidente, como moderado e legalista. “A revolução e o governo Costa e Silva” (1979), de Jayme Portella de Mello. Há também “O outro lado do poder” (1979) e “Tempo de Crise” (1980) de Hugo Abreu (Fico, 2004, p. 31-32).

As obras do segundo grupo aqui mencionado são inauguradas com Renato Tapajós em 1977 com o livro “Em câmara lenta”, que segundo Martins Filho (2003) serviu para testar os limites da distensão encaminhada pelo presidente Ernesto Geisel. Ainda em 1977, Rodolfo Konder, jornalista que presenciou a tortura de Vladimir Herzog, publicou “Cadeia para os mortos”. Em 1978, Uchôa Cavalcanti lançou “Memórias do exílio” contendo, em anexo, um

dossiê sobre a tortura e ao suicídio do frei Tito de Alencar. Gregório de Bezerra, em 1980, detalhou em seu livro “Memórias, 1946-1969” a tortura a qual foi submetido nas ruas de Recife nos primeiros dias após o golpe. Em 1981, o jornalista Álvaro Caldas relatou as terríveis experiências dos prisioneiros daquela fase, em “Tirando o capuz”. No mesmo ano, Frei Betto, em “Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella”, narrou sua versão sobre os acontecimentos da morte de um dos principais organizadores da luta armada (Martins Filho, 2003, p. 185-186).

Também depoimentos, como os de Fernando Gabeira e de Alfred Sirkis, que foram sucessos editoriais, cooperaram com suas obras para a construção da imagem mítica do ex-guerrilheiro (Fico, 2004, p. 32). Gabeira em “O que é isso companheiro?” (1979), fez relatos de sua atuação na guerrilha urbana, do sequestro do embaixador norte-americano, de sua prisão, da tortura e da saída do Brasil. Em “Crepúsculo do Macho” (1980), retratou seu exílio. Enquanto que em “Entradas e Bandeiras” (1981) dá continuidade aos anteriores e conta sobre a sua volta do exílio. Alfredo Sirkis, por sua vez, publica “Os Carbonários – Memórias da Guerrilha Perdida” (1980) com relatos sobre a guerrilha urbana e movimentos estudantis, descrevendo sua participação na luta armada (Cardoso, 2012, p. 21).

Os livros de Fernando Gabeira, principalmente “O que é isso companheiro?”, com um importante papel da mídia como alavanca de divulgação, foram muito bem sucedidos com o público-leitor, tendo sucesso de vendas no mercado editorial logo após seu lançamento, ainda na década de 1980. Esse sucesso, porém, fornece subsídios para um diagnóstico do momento político, social e cultural. Convém, assim, reflexões sobre: por que, nessa situação do país, esses livros fizeram sucesso? Por que houve espaço para publicações como essa em uma sociedade que não se identificou com a experiência da luta armada? Por que essa sociedade posteriormente se interessou por conhecê-la? (Rollemberg, 2006).

Segundo Leopoldo Waizbort (2013), os livros de Gabeira – o que pode, a título dessa reflexão, ser também ampliado para outros livros memorialísticos - saciavam uma necessidade narrativa do que a sua vida possuía de geral ou comum com outras vidas: oposição ao golpe, luta armada, prisão, tortura, exílio. Isso porque havia uma conjuntura ampla: um clima novo, não só político, mas também cultural. O autor explica que a “trilogia do retorno” – como denomina os três livros de Gabeira – possuiu, no contexto de anistia, reabertura política e início do processo de democratização, um efeito catártico e foi capaz de exprimir uma ânsia por mudanças (Waizbort, 2013, p. 43).

A receptividade pode ser explicada também por uma outra ótica, que está associada às teses de Daniel Aarão Reis (2010). Conforme a ditadura aproximava-se de seu fim, com a

exposição da participação do Estado brasileiro em graves violações de direitos humanos, de práticas de tortura, mortes e desaparecimentos pelo aparelho repressivo, muitos passaram a não se identificar mais com a ditadura e a recusar qualquer tipo de pertencimento ou aproximação com o regime. Assim, o consenso, o consentimento, o apoio ou a colaboração ficaram encobertos. Tornava-se mais propício se aproximar da égide da resistência. Desse modo, a memória construída foi de que “todos” se tornaram resistentes e democratas.

As obras citadas estão inseridas no processo inicial de construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Nesse contexto, os indivíduos, grupos sociais ou políticos, moldaram, de forma dinâmica e até contraditória, suas relações com esse passado. Não se torna viável, portanto, a existência de uma memória homogênea, mas sim uma memória hegemônica, que passou por um processo complexo de elaboração misturando símbolos da esquerda, vencida no processo político, e da remissão parcial de setores liberais, que ajudaram a implantar o regime (Napolitano, 2015).

Para essa construção, alguns espaços sociais são particularmente importantes, como é o caso de instituições político-ideológicas; de associações de classe; de instituições e atores voltados à produção e preservação de memória, como associações, museus, arquivos, públicos ou privados; da mídia jornalística; do campo artístico, como televisão, cinema e música; movimentos sociais ou culturais e universidades. Todos como exemplos de atores coletivos e espaços sociais que têm o potencial de estarem envolvidos na construção da memória e no debate público, com efetiva capacidade de legitimar seus argumentos, e assim, disputar a memória e seus usos políticos. A relação da sociedade com esse passado da ditadura, porém, não depende unicamente destes espaços sociais. Também atuam na disseminação de memórias hegemônicas ou contramemórias, as redes de sociabilidade privada: família, vizinhança, grupos de sociabilidade juvenil, entre outros (Napolitano, 2015).

A memória da ditadura brasileira, que iniciou o seu processo de estruturação ainda durante a vigência do regime, não se encontra estabilizada. Ao contrário, se mostra aberta e dinâmica atualmente. Em meados da década de 1980, a memória hegemônica sobre o regime não foi a pertencente aos grupos vencedores da batalha política e ideológica no golpe de 1964³⁰. No campo da memória, eles fracassaram – ao menos naquele período, pois para os dias de hoje, os quais a extrema direita ganhou voz, essa afirmação mereceria uma lapidação. Ao mesmo tempo, essa memória hegemônica não é montada apenas pelos vencidos e é marcada, assim

³⁰ Esse tempo, considerado por Marcos Napolitano como a segunda fase no processo de construção da memória social do regime militar brasileiro, especialmente os anos de 1979 a 1985, foram primordiais para fixar a memória hegemônica crítica ao regime (Napolitano, 2015).

como qualquer memória social, pelo jogo entre esquecimento e lembranças seletivas para justificar posições no passado e identidades no presente.

2.3 CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980

Levando em consideração que o conhecimento produzido é parte de nossa experiência temporal, há que se considerar que todos esses marcos da década de 1980 impactaram o campo da produção historiográfica brasileira - ligado ao fato de também nesse período ter ocorrido a ampliação do número dos cursos de pós-graduação. Importante, nesse sentido, pontuar que o horizonte da historiografia estava sendo construído pela vivência no processo de redemocratização.

Observa, desse modo, Ângela de Castro Gomes (2004), que, conectados a esses processos, não é surpresa a ocorrência de, no âmbito dos programas de pós-graduação de história e ciências sociais, os objetos selecionados pelos alunos pesquisadores priorizar, naquele momento, o tema dos movimentos sociais urbanos e rurais, assim como uma história social do trabalho, na qual os protagonistas eram escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos, operários e assalariados em geral. Segundo a autora:

Tais escolhas estavam claramente articuladas com preocupações voltadas para o estudo do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro, especialmente em suas formulações autoritárias, abrindo-se caminho para investigações centradas no tema da cidadania e dos direitos, em sua trajetória de transformações na sociedade brasileira (Gomes, 2004, p. 158).

Desse modo, havia um direcionamento para a renovação e diversificação dos estudos históricos. Retomava-se o tema da questão social, distanciando do enfoque socioeconômico mais estrutural, dedicando-se a abordagens que ressaltavam variáveis políticas e culturais, para uma compreensão mais apurada das relações sociais construídas entre dominantes e dominados (Gomes, 2004, p. 159).

Considerando que a pesquisa histórica nesse período no Brasil já estava consolidada nos centros universitários de forma crescentemente profissional, e que também havia ritmos próprios e tendências de investigações a partir dos grandes campos da história (história econômica, social, política, das ideias, das mentalidades e cultural), torna-se importante salientar de forma um pouco mais detalhada alguns rumos que a pesquisa tomou no Brasil nesta década de 1980. Essa avaliação, mais à frente, com o balanço da produção do IHGB em 1984, nos permitirá fugir de anacronismos e ponderar se a instituição acompanhou os mesmos

caminhos da historiografia brasileira, se suas preocupações históricas iam de encontro a essa historiografia – concentrada nas universidades -, ou se direcionou seu conhecimento em sentido divergente.

A ênfase dada à história econômica, que teve sua base fixada em consequência de um contexto em que problemas ligados ao desenvolvimento e subdesenvolvimento estavam em evidência, foi sendo fragmentada. Na década de 1970 vivenciou sua crise, principalmente em âmbito internacional. Porém, essa tendência declinante ecoou tardiamente no Brasil com seus primeiros efeitos a partir dos anos de 1980, quando se verifica uma retração (Florentino; Fragoso, 1997).

A história social, que se constituiu com o movimento dos *Annales* - em oposição à historiografia factual, centrada nas decisões e ideias de “grandes homens”, em batalhas e estratégias diplomáticas -, passou a ser utilizada pelos historiadores com sentidos mais precisos nas décadas de 1950 e 1960. Com a crise dos estruturalismos (de origem braudeliana, marxista ou funcionalista) e com o pensamento de que as realidades sociais não poderiam ficar presas em modelos preestabelecidos, a história social buscou formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. Desse modo, em consonância com as discussões internacionais, a história social proliferou no Brasil por sociólogos e foram desenvolvidos os primeiros trabalhos sobre a história social do negro, da escravidão, do trabalho e sobre o movimento operário. Na década de 1980, estava em pleno desenvolvimento e configurou alguns campos específicos que concentrou boa parte dos estudos na perspectiva da história social, como história social da família, do trabalho, do Brasil Colonial e da escravidão (Castro, 1997).

Sobre a história política, é recorrente vermos que, no curso da historiografia ocidental, ela passou por algumas fases, como as de ascensão, de apogeu, de declínio e de ressurgimento com novas abordagens. Durante séculos, essa história, chamada de historiografia metódica ou tradicional - voltada ao Estado, ao poder, às instituições, de forma narrativa, factual e linear - desfrutou de grande prestígio. Sua hegemonia foi abalada a partir de 1929, com o movimento dos *Annales* que fez críticas incisivas ao primado da história política e lançou bases divergentes para a pesquisa histórica, mais focados em estruturas duráveis, na longa duração, nos comportamentos coletivos, colocando-a em descrédito. Entretanto, passadas algumas décadas, nos anos de 1970 e 1980, a história política manifestou seu retorno ao progressivamente se constituir de forma diferente e abrindo espaço para a “nova história política”, se ligando a outros domínios; marcando distância em relação aos erros e equívocos do modelo tradicional; redefinindo antigos objetos e definindo novos (Rémond, 2003; Falcon, 1997).

No Brasil, porém, é preciso dizer, que a história política tradicional não foi tão condenada como ocorreu na França. Segundo Francisco Falcon (1997, p. 109-210), essa ideia de uma história política em vias de extinção, como ocorreu na França, não se aplica a outros países, como Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Estados Unidos e ao Brasil, onde a história política tradicional não desapareceu e continuou a representar uma fração quantitativamente importante. Ocorreu no país uma progressiva contestação a esta história, a começar por algumas universidades. Os historiadores foram criando meios de introduzir novos métodos, abordagens e novos objetos (Falcon, 1997).

A história das ideias, que pode ser explicada, grosso modo, como o campo da história que lida com as ideias humanas ao longo do tempo, adquiriu perenidade desde o princípio do século XX, e com suas variações, conquistou lugar privilegiado no campo da História, atingindo sua proeminência entre as décadas de 1940 e 1950 (Barros, 2007, p. 207). No Brasil dos anos de 1980, tudo o que se percebia era uma certa tendência ao aumento na quantidade de trabalhos, como teses, dissertações e artigos, ligados à história social das ideias e à história intelectual, com textos tratando de ideologia, tomadas de consciência, formas de pensamento e tendências intelectuais. Mas, esse diagnóstico é delicado, já que a história das ideias é muito dispersa e pode estar presente em disciplinas próximas, em pesquisas de história política, econômica, social e cultural (Falcon, 1997a).

Por sua vez, a história das mentalidades, disciplina genuinamente francesa, buscou se afirmar como campo do conhecimento histórico a partir dos anos de 1970. Com as críticas acusando-a de se afastar da tradição dos *Annales*, de ser excessivamente ou insuficientemente antropológica, ou de reeditar o antigo estilo historizante de conceber história, poucos historiadores franceses da década de 1990 se admitiam como historiadores das mentalidades. Apesar do declínio da expressão “mentalidades”, com outras roupagens os estudos já se mostravam volumosos e inspiravam programas de pesquisa não só na França, mas também em outros países. A história das mentalidades, de forma simplificada, tem a preferência por temas ligados ao cotidiano e às representações, com recortes do social, como o amor, a morte, a família, a criança, as bruxas, a mulher, os modos de vestir, de comer, entre outros, costumando realçar a narrativa e a descrição, ao invés de explicações globalizantes. Além disso, há uma predominância da Europa como espaço escolhido para as pesquisas, e escassos estudos relacionados a países não-europeus (Vainfas, 1997).

De todo modo, os estudos das mentalidades ultrapassaram seu ambiente francês e se espalharam para outros países europeus, também para América, onde foi adequada às tradições culturais e historiográficas e não se fizeram de maneira homogênea. O desgaste com críticas

daqueles que rejeitam os temas das mentalidades atrapalhou a consolidação do termo “mentalidades”. A partir dos anos de 1980 verificou-se o surgimento de novos campos que, em algum grau, herdaram temas e problemáticas das mentalidades, como a história da sexualidade, história de gênero, história da vida privada, e segundo Ronaldo Vainfas, também a micro-história, que triunfou por toda parte, e é por ele considerada como uma das manifestações da história das mentalidades. Mas, como afirma, foi a história cultural – principalmente a Nova História cultural-, mais do que a micro-história, um refúgio consistente da história das mentalidades, que manifesta apreço pelas manifestações das massas, afeição pelo informal e pelo popular. Dessa forma, sem pormenorizar e sem abordar exceções, trata-se de uma outra denominação para o que era chamado nos anos de 1970 de história das mentalidades (Ibidem).

No Brasil, por razões acadêmicas e extra-acadêmicas, a difusão da história das mentalidades ou da história cultural foi tardia, chegando na historiografia em meados da década de 1980, quando as mentalidades já estavam em reformulação na França. Os motivos que explicam essa demora estão ligados ao fato de que no Brasil os cursos de pós-graduação em história, com algumas exceções, estavam dando seus primeiros passos e por isso era incipiente o quadro de produção ou recepção nesse sentido; ao fato de que o regime militar brasileiro emperrava as ciências humanas e a política editorial no país; e também ao fato das universidades, sobretudo os cursos de história, terem se colocado em resistência intelectual ao regime e se apegado aos marxismos. Pouco a pouco nesta década ainda o campo foi sendo inserido no país, tendo o período colonial e o século XIX como épocas privilegiadas, com temáticas da sexualidade, das moralidades cotidianas, da escravidão, usando como referências Carlo Ginzburg e Edward Thompson (Vainfas, 1997).

Colaborando com a discussão sobre a produção historiográfica brasileira no período, a obra de Carlos Fico e Ronald Polito (1992) foi uma das primeiras a empreender reflexões sobre a historiografia da década de 1980 através de um levantamento de iniciativas e trabalhos produzidos no período, englobando diversos segmentos, como os trabalhos oriundos de cursos de pós-graduação em História, periódicos e artigos, obras de referência, instituições e associações, congressos e seminários, editoras e livros de História. Trata-se, assim, de uma investigação que contribui para que tenhamos ferramentas para entender como, na prática, essas movimentações historiográficas impactaram nas pesquisas brasileiras.

Deste modo, de acordo com os autores, nos anos 1980, com a consolidação dos cursos de pós-graduação em História no Brasil, houve, em relação aos anos anteriores, um fluxo mais contínuo de pesquisas e uma definição um pouco mais precisa do perfil institucional, fazendo com que a Universidade passasse a desempenhar papel principal na produção do conhecimento

histórico, apesar da existência de outros núcleos de pesquisa em História no Brasil, como é o caso do IHGB (Fico; Polito, 1992, p. 31-32).

O balanço realizado por eles mostra um quadro positivo no campo da história, com ampliação do número dos cursos de pós-graduação, consolidação de um certo ritmo de produção de teses, maior abertura do leque de opções temáticas e metodológicas, aumento do número de revistas e livros publicados. Ressaltam também o crescimento de ordem qualitativa, como revistas mais especializadas, grupos especiais de estudo e pesquisas, uso de fontes menos convencionais dentro de uma perspectiva crítica e criativa. Verifica-se assim, como consequência, uma legitimidade maior da História neste período, se projetando e alcançando o consumo público. Porém, apesar do visível salto qualitativo, havia uma comunidade científica formada ainda muito incipiente, com pequeno número de pesquisadores experientes.

Dentro dos cursos de pós-graduação, havia, do ponto de vista geral, a predominância de pesquisas em História do Brasil, sobretudo nas áreas de concentração da História Social e Econômica. Em segundo plano, a História Demográfica e da Cultura. Nas linhas de pesquisa, havia a dominância de enfoques regionais. Verificou-se ainda que o Brasil na pesquisa histórica acompanhou o movimento comum do mundo ocidental de privilegiar abordagens socioeconômicas e consolidar a História Social (Ibidem, p. 33-34).

Na década de 1980, Fico e Polito rastrearam a existência de 68 periódicos. Entre eles, os autores mostraram que havia um baixo número de temas não relacionados à História do Brasil. Ainda, através do levantamento, demonstraram predominância de artigos relacionados à República Velha (26%), seguido de trabalhos relacionados ao Império (24%), Colônia (17%), República de 1930 a 1964 (16%) e República pós-64 (7%). Quanto aos temas, o escravismo aparece como o mais abordado (Fico; Polito, 1992, p. 68-69).

A respeito disso, a *Revista Brasileira de História*, da Associação Nacional dos Professores Universitário de História (ANPUH), foi um dos principais periódicos de História do país nos anos de 1980. A revista foi criada em 1981 buscando suprir aos Anais que registravam os Simpósios que haviam sido interrompidos, contava com uma diretoria responsável e seus números não eram restritos a temáticas específicas (Ibidem, p. 65).

Ademais, as efemérides históricas, lembradas no Brasil dos anos 1980, foram decisivas em muitos aspectos e influenciaram na escolha de temas de pesquisa e no movimento editorial de livros, artigos e demais modalidades de trabalhos. Frutificou ainda mais quando se tratou de

temas já com alguma tradição de estudos, como o caso do escravismo³¹. De acordo com Fico e Polito, alguns encontros revelaram certo caráter inócuo pelo fato de terem ocorrido mais por rotina ou por pressão de “datas especiais” (Ibidem, p. 97).

Ainda, as recorrentes abordagens relacionadas à História Regional, segundo eles, pareciam ser motivadas menos pela temática, pela metodologia ou teoria, e mais por se tratar da terra natal do autor, dando a impressão de um excessivo localismo, visível em um bom número de teses. E a História Política persistia, sem uma renovação visível, sendo comum a descrição e a supervalorização da política das elites como elemento explicativo das realidades históricas. Sendo assim, enfatizaram:

[...] ficamos muito marcados pelas ‘grandes datas’ e pela ‘pequena política’ – nossas associações profissionais poderiam ocupar espaços políticos e culturais mais significativos e colaborar para que a História não seja entendida apenas como ‘ilustração’. É preciso reforçar, ainda mais, a compreensão, que já se vai consolidando de algum modo, de que a História não é puro diletantismo (Fico; Polito, 1992, p. 181).

Em face do exposto, depreende-se que nos anos de 1980 a produção histórica no Brasil, sobretudo por parte das universidades, acompanhou até certo ponto as movimentações historiográficas internacionais e foi influenciada pelo contexto sócio-histórico de governos autoritários aqui vivenciados. Apesar disso, as abordagens tradicionalistas da história política continuaram sendo marcantes. Levando em conta esses aspectos e a trajetória da historiografia brasileira na década, torna-se interessante identificar e contrastar com a história escrita pelo IHGB no período, principalmente no que tange à ditadura.

2.4 O IHGB EM 1984: O LEGADO MILITAR NOS 20 ANOS DO GOLPE DE 1964

Neste momento nos direcionamos ao IHGB de 1984. Ano escolhido por ser a ocasião em que o golpe civil-militar de 1964 no Brasil completou vinte anos e ano em que o Brasil vivenciou diversos movimentos rumo à democratização. Por esse motivo, buscando compreender até que ponto esse cenário pode ter influenciado nas agendas e discussões do IHGB, são apresentados aqui os assuntos que foram pautados nas reuniões ordinárias, nos

³¹ O escravismo foi tema muito tratado em razão do centenário da abolição da escravidão, assim como a República foi também bastante enfocada no período pelo centenário da Proclamação de 1889, dos 50 anos da Revolução de 30 e da Revolução de 32. Mobilizaram também a atenção de historiadores a Revolução Francesa e a Conjuração Mineira, pelo bicentenário das mesmas em 1989 (Fico; Polito, 1992).

encontros da Comissão de Estudos e Pesquisas Histórica (CEPHAS) e na produção da revista do Instituto Histórico, com destaque para os pontos que evidenciam e fornecem indícios sobre a visão do IHGB a respeito da ditadura civil-militar. Em vista disso, algumas perguntas são suscitadas: para o IHGB de 1984 quais objetos do passado brasileiro eram mais relevantes de serem estudados? Quais tipos de textos foram escolhidos pelos editores e publicados na revista? Qual história, sob o olhar da instituição, conviria ao Brasil? O Instituto dialogou com o seu presente? A ditadura e a democracia foram mencionadas?

Para iniciarmos, caminhamos na *Revista do IHGB* em sua edição de julho a setembro de 1984, que apresentou a transcrição traduzida de uma entrevista de José Honório Rodrigues concedida à John D. Wirth³² e publicada na *Hispanic American Historical*. A entrevista tratou da trajetória de José Honório desde sua origem, sua formação, suas atividades e sua carreira como pesquisador, escritor, arquivista e professor, e abordou também, de forma ampla, a evolução do papel dos historiadores e as direções do campo de trabalho.

Jose Honório Rodrigues, sócio antigo do IHGB³³, membro naquele ano da Comissão de História da instituição, com seus quase 70 anos, com uma longa carreira desenvolvida como professor e pesquisador³⁴, possuía em 1984 vastas produções e já se destacava como um pesquisador de relevância dedicado ao exame da produção historiográfica brasileira. Dirigiu o Arquivo Nacional até poucos dias antes do golpe de 1964. Foi professor visitante da Universidade de Texas e na Columbia University e de acordo com seu relato, recebeu oferta para ser professor titular nos Estados Unidos, com excelente salário e estabilidade, mas recusou por acreditar que um historiador brasileiro precisava morar em seu próprio país. Não previu, no entanto, “que o Brasil começara em 1964 uma ditadura militar que durou quase vinte anos”. Se tivesse cogitado, diz que não teria perdido essa oportunidade (Rodrigues, 1984, p. 163).

Mesmo com seu prestigiado currículo e com sua longa dedicação ao Instituto, não deixou de ser alvo de críticas de seus congêneres por um fragmento de sua fala na entrevista, a qual, naturalmente, todos tiveram acesso, já que foi publicada integralmente no periódico da instituição.

³² Especialista em História da América Latina e professor da Universidade de Stanford, Califórnia.

³³ Sócio do IHGB desde 1948.

³⁴ José Honório Rodrigues, bacharel em direito, trabalhou, com a direção de Sérgio Buarque de Holanda, no Instituto Nacional do Livro (1939-1944); foi bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool (1945); nos anos de 1940 fez cursos na Universidade de Colúmbia; lecionou no Instituto Rio Branco (1946-1956), na Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília; pesquisador do arquivo do Ministério das Relações Exteriores (1949-1950); diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (1946-1958) e do Arquivo Nacional (1958-1964) (Gontijo, 2011, p. 277).

As críticas começaram logo após a publicação da revista em setembro de 1984 e foram expostas em ao menos dois encontros da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) do IHGB por sócios que dessas reuniões participaram. Assim sendo, nos encontros de 19 de setembro e de 03 de outubro do mesmo ano, em que estiveram presentes em média 27 sócios, 8 deles se manifestaram contrariamente à fala de José Honório, que foi considerada merecedora de “geral repulsa”, conforme termos usados por Herculano Mathias, integrante que trouxe à tona o assunto (Ihgb, 1984, p. 333).

A fala do entrevistado que incomodou e tornou sua entrevista alvo de comentários negativos dentro da instituição foi uma crítica que fez sobre o fato de a escrita da história no Brasil estar sendo feita por militares. Quando questionado pelo entrevistador sobre a influência das ciências sociais sobre a história, ele respondeu demonstrando sua posição positiva em relação a essa interdisciplinaridade, mas revelou a sua contrariedade à inserção dos estudos sociais em detrimento da história do Brasil nos currículos escolares primários e secundários, que fez com que os historiadores do Brasil perdessem mercado de trabalho. Aproveitou a oportunidade da temática da conversa para argumentar a desatenção que o Brasil estava concedendo à pesquisa histórica séria e mencionou que, no país, diplomatas estavam escrevendo história de forma equivocada com “argumentos que derivaram da pura ignorância das condições históricas brasileiras” (Rodrigues, 1984, p. 170). Mais ainda, que “pessoas não treinadas estão escrevendo história nos vários ministérios, inclusive oficiais do exército e da marinha, quando o que necessitamos são quadros profissionais de historiadores para fazerem trabalho sério” (Ibidem). Acrescenta dizendo que a pesquisa que não é técnica ou científica não merece ajuda governamental.

Na entrevista de José Honório Rodrigues, que resultou em 17 páginas e foi publicada também fora do Brasil, a breve afirmativa, transcrita acima, de que pessoas destreinadas estavam escrevendo história, como oficiais do exército e da marinha, incomodou alguns membros do IHGB, a maioria deles sócios militares e frequentadores assíduos do Instituto naquele ano. Herculano Gomes Mathias foi o primeiro a se pronunciar sobre o teor da entrevista. Depois dele, ocorreram manifestações de Arthur César Ferreira Reis, do general Jonas Correia, do coronel Cláudio Moreira Bento, do coronel Francisco Ruas Santos, do general Francisco de Paula e Azevedo Pondé, do general Umberto Peregrino, bem como o presidente da instituição Pedro Calmon que “não fez restrições às restrições” (Ihgb, 1984, p. 334). Para o general Jonas Correia, Honório Rodrigues fez acusações gratuitas aos militares historiadores.

Como se observa, dentre as pessoas que se declararam insatisfeitas com o comentário, cinco delas eram pertencentes às Forças Armadas. Eram também empenhadas na história militar

e marcavam presença em praticamente todas as reuniões da CEPHAS. O entrevistado, por sua vez, não esteve presente em nenhum desses encontros. Ele, que não tinha o hábito de participar das reuniões da CEPHAS - inclusive não estava nos dias em que as críticas foram feitas - manteve o seu costume de não comparecer. Nenhuma satisfação ou providência oficial foi tomada após essa situação.

Embora não mencionado por ninguém nas ocasiões em questão, José Honório, na entrevista, quando perguntado sobre seus pensamentos com relação ao papel dos historiadores e ao direcionamento do campo historiográfico brasileiro, afirmou que observava a necessidade de criar um instituto de pesquisa histórica, como havia em alguns países. Ponderou a existência do IHGB com essa finalidade, mas, confirmou seu argumento em prol da criação de uma outra instituição. Em suas palavras, o Instituto “é largamente honorífico” (Rodrigues, 1984, p. 169). Essa sua fala pode também ter mexido com o brio de alguns sócios, como Pedro Calmon, presidente do IHGB, que não fez nenhum comentário específico sobre a situação – ao menos não relatado em ata -, mas, que também não fez questão de apaziguar os ânimos daquela reunião que tanto falou sobre ele, e Arthur César Ferreira Reis, que era vice-presidente, e se manifestou contrariamente.

O relato desse mal-estar gerado em torno de historiadores militares importa não apenas pelo caso em si. Essa foi uma crítica que afetou diretamente um grupo ativo dentro da instituição (os historiadores militares) e pode ser considerada extensível também aos trabalhos e reflexões desenvolvidas na CEPHAS do IHGB. Isso porque a história militar - ou assuntos relacionados - era um dos temas comuns abordados em praticamente todos os encontros desta comissão. Militares e história militar estavam presentes no IHGB de 1984. Talvez por isso a afirmativa de José Honório tenha gerado esse desagrado e manifestações de alguns dos sócios nas reuniões - algo não muito comum de ser ver nas atas.

Em 1984 ocorreram entre 2 a 4 reuniões mensais na Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, totalizando 29 encontros ao longo do ano. Todos eles contaram com a participação ativa de alguns de seus sócios que possuíam carreira militar. Nenhum encontro da CEPHAS ao longo desse ano ocorreu sem a presença e participação de algum deles. O mesmo pode-se dizer das reuniões ordinárias, que aconteciam uma vez por mês. Tratavam-se de pessoas ativas na instituição e nos trabalhos da CEPHAS, onde apresentavam comunicações, opiniões e sugestões, diferentemente de outros sócios que apenas compareciam como ouvintes.

Os militares que marcaram presença na instituição em 1984 foram, basicamente, os mesmos que protestaram contra a fala de José Honório Rodrigues, exposta acima. Sendo eles:

Jonas Correia, Cláudio Moreira Bento, Francisco Ruas Santos, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Umberto Peregrino e Edmundo de Macedo Soares.

Eles estavam presentes não apenas em 1984 e não só em reuniões ordinárias e da CEPHAS. Lúcia Guimarães (1995) já havia afirmado que as carreiras militares juntamente com o funcionalismo público e a política constituíam as principais ocupações dos sócios do Instituto até 1889. Ainda, através da biografia coletiva dos membros da direção, sabemos que 17% da composição da administração do IHGB ao longo de 1964 a 1979 foi preenchida por militares (Santos, 2018). Na década de 1980, houve uma diminuição: 8% dos cargos administrativos foram ocupados por membros das Forças Armadas, sendo que nenhum deles ingressou na instituição como sócio nesta década. Entraram como sócios, em sua maioria, no período da ditadura e menor número nos anos de 1950 e 1960.

Dessa forma, se fizeram presentes, enquanto sócios, nas reuniões do IHGB, mas ocuparam um número menor de cargos importantes na década de 1980 quando em comparação com o período anterior. Isso nos faz pensar que o militarismo se constituiu como uma herança e uma tradição dentro do Instituto não apenas de tempos recentes da ditadura, mas de tempos mais distantes que envolveram os primeiros anos da instituição, embora não tenhamos esses dados quantificados.

A partir do anexo X, construído com base nas atas de sessões da CEPHAS, percebe-se que, de 29 sessões ocorridas, apenas em 5 delas não foram realizadas qualquer referência a questões militares, apesar de os sócios militares estarem presentes. Em todo o restante dos encontros, o assunto atravessou, de alguma maneira, as conversas, ocorrendo na maioria das vezes por iniciativa desses membros do IHGB que eram pertencentes às Forças Armadas. Nas sessões ordinárias da Instituição, realizadas mensalmente, de março a dezembro, totalizando 10 reuniões no ano de 1984, em 8, com o comparecimento dos sócios com carreira nas Forças Armadas, ocorreram comunicações ou menções à história militar (anexo XI).

A história militar aparece através do culto a personalidades militares, falecidos ou não, considerados honrosos; através de homenagens e lembranças de seus atos grandiosos; mediante discussões sobre pesquisas ou livros escritos por membros das Forças Armadas a respeito do desenvolvimento de atividades militares; através de estudos de estratégias militares ou de batalhas e de guerras. Tudo isso comumente ligado à história política tradicional. Além do mais, os sócios indicam as suas relações próximas com instituições militares, prestando assessorias e ministrando cursos. Como pode-se ver nos anexos X e XI, considerando as reuniões da CEPHAS e as sessões ordinárias da instituição, houve citações, por exemplo, relacionadas ao falecimento do almirante Washington Perry de Almeida; ao trabalho do sócio

Cláudio Moreira Bento sobre o sesquicentenário da Polícia Militar de São Paulo; ao centenário de nascimento do General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (integrante da Sociedade Bibliotecária Acadêmica da Escola Militar do Realengo); às tradições da Academia Militar das Agulhas Negras em seus 40 anos em Resende. Houve também comunicações sobre a figura do oficial brasileiro José Inácio de Abreu Lima, que serviu nas forças de Simon Bolívar e também sobre o Tenente Antônio João que participou da Guerra do Paraguai, dentre outros.

Os temas tratados no IHGB, portanto, são centrados naquilo que geralmente se entende por uma história militar tradicional, território geralmente ocupado por historiadores militares e poucos admiradores civis, com estudo focado nas instituições, guerras, batalhas, táticas, principais figuras militares, com uma fascinação por aspectos românticos e patrióticos. Essa história militar apareceu pela primeira vez no Brasil, enquanto um gênero identificável, no final do século XIX, quando houve um crescimento e fortalecimento institucional do Exército, e alcançou seu apogeu na primeira metade do século XX (Castro, 2004).

A história militar desenvolvida no Instituto, dessa forma, não se localiza, portanto, na “nova história militar”, que amplia a compreensão da instituição militar como integrante da sociedade, com estudos que abordam a origem social e vínculos de sociabilidade, por exemplo, tal como apresenta Celso Castro, mas que só foi propiciada no Brasil posteriormente, por volta de 1990. Trata-se de uma revisão da história militar, que apenas se tornou possível em razão de uma confluência frutífera de democratização e maior influência da história social e da antropologia, fazendo com que a história militar ganhasse aceitação no campo profissional no final da década (Ibidem, p. 12-24).

Através da editora da Biblioteca Militar, fundada em 1937, atualmente Biblioteca do Exército Editora ou Bibliex, o Exército tinha a missão de publicar autores de seu interesse, que no geral, estavam envolvidos na história militar tradicional (Ibidem). Todos esses historiadores militares ativos no IHGB em 1984 que foram citados tinham alguma relação com a Bibliex. Cláudio Moreira Bento ganhou prêmio literário pela Bibliex com dois livros: “Exército e a Abolição” e o “Exército na Proclamação da República”; o general Francisco de Paula e Azevedo Pondé fez parte do Conselho Editorial da Bibliex; o coronel Francisco Ruas Santos teve diversos livros publicados pela editora, como “Fontes para a história da FEB” (1958), “Ensaio e estudos militares” (1959), “Coleção Bibliográfica Militar” (1960), “Osório” (1967) e “Marechal Castello Branco: Seu Pensamento Militar” (1968); o general Jonas Correia publicou seu livro “Sentido heroico da Poesia de Castro Alves” (1971) também pela Bibliex e o general Umberto Peregrino foi diretor da instituição entre 1950 e 1960 e sobre ela, em meados

de 1980, escreveu o livro “História da Biblioteca do Exército: um capítulo da História Cultural do Brasil”.

A história militar acadêmica tem um curso mais complexo, por coincidir com a expansão das universidades, com o fortalecimento da história como profissão, com o envolvimento militar na política e com o regime civil-militar a partir de 1964, que teve como resultado imediato o desencorajamento da pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas. A academia, assim, ocupou-se pouco com a história militar para além do estudo do envolvimento militar na política, ponto delicado enquanto se vivenciava um regime autoritário (Castro, 2004, p. 13-17). Sobre isso, Celso Castro diz:

Uma ironia da paisagem política brasileira até o início dos anos 1980 residia na demanda de uma história sobre as origens do regime, ao mesmo tempo em que a maior parte da profissão histórica era desviada para longe dele, em parte por dificuldades de acesso a fontes, em parte por ter sofrido constrangimentos profissionais ou pessoais de diversas ordens (Castro, 2004, p. 17).

Certo é que o regime militar promoveu alguns estigmas para a história militar. De certo modo, há razão nas explicações de José Murilo de Carvalho, apesar de suas generalizações e de considerar os militares pertencentes a um grupo homogêneo. De acordo com ele, há na comunidade acadêmica brasileira um veto aos estudos militares, sendo poucos os pesquisadores que se dedicam ao tema. Isso porque não possui legitimidade acadêmica e do ponto de vista político é considerado suspeito. Sendo assim, para ele, “quem escreve sobre militares corre o risco de ser considerado simpático à instituição militar e à sua ideologia”, e a ter “indícios de simpatias direitistas” (Carvalho, 2005, p. 140-142). Há que se salientar que essa rejeição não é exclusiva do Brasil. Em países onde os militares se envolveram na repressão e na tortura isso ocorre, porque a imagem do torturador passa para a categoria militar como um todo e boa parte dos cientistas sociais dessas localidades foram vítimas da repressão ou tiveram pessoas próximas que foram. Logo, “por transferência, qualquer estudioso dos militares que não seja simplesmente um denunciador da tortura, torna-se suspeito de conivência ou, no mínimo, de tolerância com as práticas repressivas” (Ibidem).

O IHGB, em suas sessões da CEPHAS em 1984, ao contrário disso, deixava espaço aberto para a história militar tradicional quando o regime militar ainda não havia se encerrado. Inclusive, percebe-se através das menções realizadas que suas conexões eram mais estreitas com instituições como Institutos Históricos Militares, Instituto Militar de Engenharia e com a Escola Superior de Guerra (ESG) – além de outras, que não têm relação com o militarismo, como os Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Brasil, museus e outras instituições

culturais - do que com universidades. Em alguns desses encontros, por não serem restritos aos sócios, pesquisadores eram convidados para explanarem a respeito de suas pesquisas³⁵. Esse parece ser, em 1984 o maior diálogo que faz com a academia e, talvez, com o público externo.

Não à toa, neste ano, alguns sócios chamaram a atenção para a necessidade de o Instituto Histórico fornecer cursos e apresentar exposições, a exemplo do Museu Histórico Nacional e Centro de Estudos Históricos da Casa de Rui Barbosa, acreditando que a instituição precisava atrair o público. Umberto Peregrino chegou a registrar que estava sendo lançado o “Arquivo Nacional na Informática” e cursos e Seminários “Memória Histórica” do Museu Histórico Nacional, com pessoas de fora do relacionamento normal da instituição, sugerindo a reflexão de estarem sendo marginalizados³⁶ (Ihgb, 1984, p. 337).

Outro ponto relevante a ser destacado é que esses historiadores militares participantes ativos na instituição, na maioria das vezes, eram mencionados nos relatórios e atas de sessões a partir da patente que ocupavam no comando militar. Os títulos de coronel e general, que são os postos mais altos das Forças Armadas, foram os que apareceram com mais recorrência. Então, usualmente eles não eram chamados apenas pelos seus respectivos nomes. Antes do nome estava, via de regra, a patente. Essa prática, simbolicamente, mostra que não eram “apenas” “historiadores” ou simplesmente sócios do IHGB. Ela reafirmava, no interior da instituição, o reconhecimento à posição de comando e de autoridade militar desses homens.

Destacamos aqui os militares e a história militar, porque, em razão da recorrência, é algo relevante de ser notado quando analisamos os documentos da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do IHGB de 1984 e as atas das reuniões ordinárias do mesmo ano. Além disso, porque possui confluência com o recorte temático e com as efemérides, já que, a despeito de qualquer tese que seja priorizada para explicar o golpe de 1964 e o regime que foi estabelecido,

³⁵ Exemplo disso, é a visita de Manoel Luiz Salgado Guimarães, como doutorando, apresentando, em um dos encontros da CEPHAS em maio de 1984, sua tese em andamento sobre a formação do Estado nacional brasileiro e a construção da historiografia com ênfase no IHGB. Também a ida de Luís Carlos Soares, como convidado, para explanar sobre sua pesquisa de doutorado em andamento em Londres, sobre escravidão no Município do Rio de Janeiro no século XIX (Ihgb, 1984, p. 316-328).

³⁶ Além disso, espelhando-se em outras instituições, em boa parte dessas sessões de 1984, o coronel Francisco Ruas Santos, além de ter levantado pontos relativos à história militar, também discorreu sobre a informatização, sendo nítido o seu esforço na busca por aliar a computação e a pesquisa histórica. Ele, de forma insistente trouxe à tona esses assuntos justamente no momento em que se assistia a uma revolução nas relações entre a história e a informática, com a utilização de banco de dados, transcrição de dados, catalogação e controle bibliográfico, entre outras possibilidades que surgiam e permitiam a modificação da rotina no trabalho de pesquisa (Figueiredo, 1997). Com a intenção de atentar seus pares para a questão, além de tentar conseguir brechas para a aquisição de computadores e implementação de informatização na instituição, Francisco Ruas mobilizava seus argumentos em torno de suas conferências.

temos a certeza de que foram alguns grupos de militares que depuseram o presidente João Goulart, instalaram e governaram a ditadura no país. Mas, não podemos deixar de mencionar que outros assuntos também foram tratados nessas reuniões em 1984, embora não haja outro tão comum como este.

Apareceram também com recorrência nesses encontros do Instituto Histórico apresentações biográficas e homenagens em razão de efemérides de nascimento ou morte de homens cujas trajetórias eram consideradas relevantes. Em 1984, dentre outros, foram mencionados: o sesquicentenário de falecimento de D. Pedro I; sesquicentenário de nascimento de Lafayette Rodrigues Pereira (Conselheiro Lafayette), político no Império, que teve uma sessão exclusivamente dedicada à sua lembrança; bicentenário de Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias; cinquentenário de morte de Padre Cícero Romão Batista; bicentenário de Diogo Antônio Feijó, que foi regente do Império. Além dos 30 anos de falecimento de Getúlio Vargas, são citados Barão do Rio Branco, Euclides da Cunha e diversos outros nomes. Alguns, trata-se de personalidades amplamente conhecidas da História do Brasil; outros, possuem proeminência local, como Silvío Pedrosa, político brasileiro na década de 1950 no Rio Grande do Norte e Adroaldo Mesquita da Costa, político do Rio Grande do Sul dos anos de 1930 aos anos de 1950, e consultor-geral da República nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva.

Com base nas fontes, portanto, é perceptível o fato de que nas sessões os associados se dedicaram, em boa medida, a rememorar nomes que consideraram ilustres. Foi comum no ano de 1984 o presidente da Instituição (Pedro Calmon ou Américo Jacobina Lacombe, na ausência do primeiro) iniciar algumas das reuniões ordinárias assinalando efemérides. A sessão do mês de setembro foi totalmente dedicada à memória do prof. Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, em razão de seu falecimento em dias anteriores. Assim sendo, os sócios se reuniram neste dia exclusivamente para prestar homenagens a ele, recordando aspectos da sua personalidade e relembando episódios de sua vida profissional e de suas obras. Antes dessas homenagens, porém, Pedro Calmon abriu a sessão registrando o “107º aniversário da chegada ao Rio de Janeiro do Imperador D. Pedro II de volta de sua longa viagem aos Estados Unidos da América e à Europa acompanhado pela imperatriz D. Teresa Cristina” (Ihgb, 1984, p. 276).

Essa era uma prática habitual. Em abril, Américo Jacobina Lacombe, como presidente interino, iniciou a reunião mencionando “o 217º aniversário do nascimento de Luís Gonçalves dos Santos, que escreveu “Memórias para servir à História do Reino do Brasil” e o 132º aniversário da morte do poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo” (Ibidem, p. 265). Em maio, a abertura do encontro foi marcando a efeméride do “129º aniversário da morte, em Porto

Alegre, de Bento Manuel Ribeiro, famoso chefe militar que tomou parte em todas as guerras do sul, entre 1801 e 1851” (Ihgb, 1984, p. 267). Em junho, foi o “95º aniversário da morte, no Recife, de Tobias Barreto de Meneses, uma das mais altas expressões do pensamento brasileiro na segunda metade do século passado” (Ibidem, p. 269). Essas citações eram feitas pelo presidente na abertura da sessão, mas também outras eram realizadas pelos sócios ao longo das reuniões.

Foram igualmente citadas efemérides de eventos históricos, como o sesquicentenário da Cabanagem, 40 anos da invasão da Normandia pelos Aliados, sesquicentenário do Ato Adicional, revisando a constituição imperial de 1824, centenário do bonde do Corcovado, centenário da elevação a vila de Três Corações e os 100 anos da visita de D. Pedro II e conde d’Eu, 149 anos da Revolução Farroupilha e 167 anos de emancipação das Alagoas, são alguns dos exemplos.

Ademais, uma prática muito comum que se observa em boa parte dessas reuniões é o oferecimento por parte dos sócios de livros de autoria própria, de escritores que consideram relevantes ou obras que tenham algum valor histórico, bem como recortes de jornais com matérias que eram julgadas como interessantes aos olhos da instituição, peças históricas, fontes e documentos de arquivos pessoais. Tudo isso para compor a biblioteca, o arquivo e o museu do IHGB. Neste ano foram entregues, a título de exemplo: peça de porcelana monogramada do bisavô de um sócio, documentos de uma imobiliária de Petrópolis referente a D. Pedro, livro de ata do Partido Republicano de Muriaé, obra “A Antártida: nos confins dos três mares”, documentos sobre a História da Medicina, livro sobre o Tribunal de Contas do Conselheiro Jarbas Maranhão, medalha comemorativa da morte de Gumercindo Saraiva e recorte sobre D. Pedro I.

Recomendações e comentários a respeito de participações em eventos culturais, exposições, congressos, palestras, conferências, simpósios e cursos dos mais variados temas também eram comuns. As temáticas, pelo que se percebe, eram apresentadas de acordo com a afinidade de quem estava contando ou sugerindo tais eventos. Sendo alguns deles: IV Encontro Estadual de História de Minas Gerais em Mariana, exposição de J. Carlos e Seth, exposição fotográfica de Marc Ferrez, palestra no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) sobre o Rio de Janeiro na Belle Époque, conferência sobre D. Pedro II, 1º Encontro de Indexadores, Congresso de História de Direito Romano, curso no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, exposição nos Correios da produção de selos na Casa da Moeda e Encontro de Pesquisadores e Historiadores de Micro-História.

O IHGB, através das reuniões da CEPHAS, no entanto, tentou discorrer sobre o presente com cautela, seguindo a sua tradicional prática e de acordo com pressupostos estabelecidos ainda na inauguração do Instituto no século XIX de que o historiador deveria recusar a proximidade com os fatos analisados. Verifica-se que há, porém, um espaço reservado para o presente, como em narrativas memorialísticas e outras exceções. Em 1984 na CEPHAS, foi falado sobre a participação de brasileiros nas Olimpíadas que acontecia naquele ano; sobre a economia nos últimos 12 meses, pelo sócio, professor universitário especialista em História econômica, Mircea Buescu; sobre a decisão da secretaria municipal do Rio de Janeiro de restabelecer o ensino isolado da História e da Geográfica no 1º grau, dentre outros exemplos que podem ser elencados. Mostra, então, que não se tratava de uma instituição que estava totalmente alheia ao seu presente.

2.5 O PRESENTE E AS MEMÓRIAS DE UM PASSADO RECENTE

A *Revista do IHGB*, seguindo o tradicional padrão editorial da publicação, era composta de seções regulares, nas quais, após a seleção da equipe de redação da revista, os sócios deixavam a colaboração de seus trabalhos. Analisamos 4 seções, que são as que interessam mais diretamente para os objetivos aqui propostos: *Inéditos*, *Conferências e Discursos*, *Transcrições* e *Documentos*. Levando em consideração que o fato de, em uma revista, um determinado texto ter sido escolhido para ser publicado em detrimento de outros (Lucas, 2008), investigamos o periódico da instituição em seu conteúdo, a fim de compreender a sua composição geral e o que foi escolhido a ser publicizado, diante de outras possibilidades, além de interpretar o que pode dialogar com o seu presente: sobretudo, com a ditadura e como processo de redemocratização.

Sua produção, grosso modo, se manteve sendo direcionada para questões, períodos ou acontecimentos da história pátria. As seções *Inéditos*, *Transcrições* e *Documentos*, do ano investigado, seguiram a tradição do IHGB de privilegiar principalmente temas relacionados ao período colonial e imperial brasileiro mesclados à necessidade de revelar personalidades que poderiam servir de exemplo.

Na divisão *Inéditos* das edições foram publicados artigos sobre o Rio de Janeiro nas balanças comerciais de Portugal (1796 a 1807), a política brasileira dos engenhos centrais, o Rio de Janeiro no crepúsculo da Monarquia sob os aspectos da vida social e comercial, a prestação de um governante colonial do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, a trajetória de Angelo Soliman e o poeta brasileiro Gregório de Matos.

A seção *Transcrições*, que contava com transcrições de fontes históricas ou comentários de sócios sobre algum documento, cedeu espaço significativo para crônicas de Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1851-1920), que foi engenheiro e professor da Escola de Belas Artes, ligadas sobretudo à arquitetura e arte do Brasil. Esteve também presente na revista comentários sobre um documento de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, que cuidou da transferência da Biblioteca Real de Portugal para o Brasil, bem como a reprodução dos escritos de Pedro de Azevedo Carneiro do século XVII apresentados ao rei de Portugal com informes e sugestões para elaboração de um plano de fortificação regional para o território da Amazônia. Além deles, a transcrição da entrevista já mencionada de José Honório Rodrigues.

Por sua vez, a seção *Documentos*, em diversos volumes, foi composta exclusivamente por publicações de correspondências do barão de Mareschal, que foi um agente diplomático da Áustria no Brasil. As cartas que, escritas em francês e datadas dos anos de 1826 e 1828, são destinadas ao D. Pedro I, evidenciam a continuidade de uma preocupação em coletar e expor documentos que abastecessem a memória do Império brasileiro.

A seção *Conferências e Discursos* foi composta de comunicações realizadas pelos sócios em encontros do IHGB, que foram selecionadas para integrar a revista. Trata-se de um reflexo direto das discussões e assuntos realizados nas reuniões da instituição, porém, em um resultado filtrado, já que são apresentações escolhidas pelos editores da revista e as vezes indicadas pelo presidente da instituição para estarem ali. Por isso, essa seção tem relação direta com o que já foi exposto acima a respeito do conteúdo das sessões. Assim, foram publicados textos, frutos dessas intervenções, em confluência com os temas referentes a informatização na pesquisa, como em “A pesquisa histórica: situação atual e perspectiva”, “Arquivos históricos e computadores”, “A informática na organização e no desenvolvimento da pesquisa cultura”; a biografia, não só de grandes homens, mas também de sócios recém-integrados, que foram saudados quando tomaram posse, como aparece nos textos publicados “Saudação a Alípio Mendes”, “saudação ao professor David Antônio da Silva Carneiro”, “Achilles Ribeiro de Araújo: a assistência médico-hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX”, “Dia de Anchieta, João Henrique Elliott, presença viva no IHGB”, “O centenário de Hélio Lobo”; e a história militar, que também apareceu com peso significativo com as publicações “As tradições da Academia Militar das Agulhas Negras em seus 40 anos em Resende”, “A Guerra da Tríplice Aliança”, “Reflexos no poder nacional da pesquisa e estudo crítico da história militar terrestre do Brasil”, “Marechal Mascarenhas de Moraes: significação histórica”, e outros.

Além desses textos algumas publicações merecem destaque diante do recorte da pesquisa aqui realizada, envolvendo o contexto político vivenciado, a construção da memória

sobre a ditadura e seus governantes naquele período e as interpretações sobre o presente. Selecionamos os textos relacionados. Referem-se a homenagens ao Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott e à Emílio Garrastazu Médici, militares que ocuparam lugares opostos no campo ideológico. Além de menções a Tancredo Neves e José Sarney, que fizeram parte do contexto de retomada da democracia.

2.5.1 LEMBRANÇAS DE MARECHAL TEIXEIRA LOTT NO ANO DA EFEMÉRIDE DO GOLPE CIVIL-MILITAR

Escrever discursos homenageando sócios falecidos constituía-se como uma tradição na instituição. Ao menos uma edição de cada ano – geralmente a última – contava com um espaço destinado a esse fim (*Elogio dos sócios falecidos*), no qual todos os sócios falecidos durante o ano eram mencionados e lembrados por suas obras e participações na instituição.

Logo, em setembro de 1984, na mesma edição da *Revista do IHGB*, citada no subcapítulo anterior, na qual foi publicada a entrevista de José Honório Rodrigues que foi reclamada pelos sócios militares da instituição, esteve presente um memorial em razão da morte do Marechal Henrique Teixeira Lott – ocorrida em maio desse mesmo ano de 1984 -, cujo título foi “Lembranças e reflexões sobre o Marechal Teixeira Lott”, escrito pelo general Umberto Peregrino Seabra Fagundes que dedicou quatro páginas a esse tributo.

O texto não integrou o espaço na revista destinado as homenagens às pessoas falecidas do ano de 1984. Ele foi publicado a parte, tendo destaque em relação aos outros. Além disso, no geral, este tipo de texto era publicado na *RIHGB* quando se tratava do falecimento de sócios da instituição ou chefes de Estado que tiveram relevância para o Instituto. No entanto, Teixeira Lott não foi sócio e ainda assim Umberto Peregrino encontrou lugar para dedicar quatro páginas neste escrito enquanto diversos sócios falecidos da instituição recebiam em média uma página na seção específica para esse fim.

Para Teixeira Lott, Umberto Fagundes redigiu uma espécie de memorial com reflexões sobre a vida dele. Teceu uma série de elogios ao Marechal, que foi enaltecido como um homem de moral, de rigor militar, impecável na atitude, exigente, de grande capacidade profissional e que por isso, alcançou os mais altos postos da hierarquia militar. Segundo o autor, Lott desempenhou delicados comandos e foi um militar puro e isento no jogo das seduções políticas (Fagundes, 1984).

Ao reverenciar as virtudes morais e políticas de Lott, o autor afirma, naquele momento, em 1984, que já possuía perspectiva para saber que “se acaso o General Lott houvesse alcançado

a Presidência da República não teria ocorrido o colapso institucional de 1964” (Fagundes, 1984, p. 47). Umberto Peregrino, no texto, está mencionando a candidatura do marechal à presidência da República na eleição de 1960, na qual Jânio Quadros saiu vitorioso. Sobre isso, diz que “tratava-se de enfrentar Jânio Quadros, o maior, o mais desastroso equívoco político de que já foi vítima o eleitorado brasileiro” (Ibidem).

Essa publicação chama a atenção e a interpretação deste trecho nos permite realizar algumas considerações. Ao dizer que se Lott tivesse alcançado a Presidência da República não teria acontecido o “colapso institucional de 1964”, não sabemos se o general, sócio do IHGB, estava de alguma forma responsabilizando o fracasso do governo de Jânio Quadros pelo golpe de 1964 e mais do que isso, considerando que os acontecimentos advindos do governo de Jânio inseriram o Brasil em uma situação de crise. Dentro desta perspectiva, o golpe de 1964 corresponderia a um desmoronamento das instituições políticas do país. Outra possibilidade de interpretação, seria de que quando o general Umberto Pergunto chama 1964 de colapso institucional, se ele não estaria, na realidade, culpando Jânio Quadros e João Goulart, atribuindo ao golpe um caráter de inevitabilidade diante do cenário político. Nesse caso a visão dele não seria tão contraditória, já que o golpe de 1964 já havia sido apresentado nas páginas da *RIHGB* de forma positiva.

Em 1964 o golpe havia sido legitimado pelo Instituto Histórico (Santos, 2018). Pedro Calmon, em nome da instituição, a respeito de Castelo Branco “quis realçar as virtudes do militar irrepreensível que numa encruzilhada da história comandou o reerguimento da pátria” (Calmon, 1964). No plano ideológico, em 1964, o IHGB compartilhou de valores próximos aos que justificaram o golpe. Se mostrou adverso ao governo de João Goulart e concordou com a ideia da “ameaça comunista”. Posteriormente, com a instalação da ditadura, recepcionou o regime e todos os generais-presidentes (Santos, 2018).

Nesse sentido, uma das ações relevantes que nos ajudam a entender o posicionamento do IHGB neste contexto de 1964 é o caso em que a instituição se envolveu com o projeto denominado *História Nova do Brasil*, que foi elaborado no governo de João Goulart em 1963, a partir de uma parceria de dois órgãos do Ministério da Educação e Cultura: a Companhia de Assistência ao Educando (CASES) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Sua finalidade era a de revisar os conteúdos dos livros didáticos de História do Brasil que circulavam nas escolas, por conta de um incômodo que alguns intelectuais e professores tinham em relação ao ensino de História no país que era concebido de forma tradicional, factual, heroica e quadripartite (Cardoso, 2016, p. 128). Logo o objetivo da *História Nova* era elaborar uma coletânea de textos para uso dos professores de história no ensino básico de colégios públicos

e particulares com uma nova abordagem do ensino, alargando as perspectivas do estudo de História e inserindo a sua função social (Guimarães, 2003, p. 237).

O projeto, contudo, foi recebido com grande enfrentamento pelas forças conservadoras. Os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* dedicaram editoriais para difamar a publicação, da mesma forma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se manifestou às vésperas do golpe (em março de 1964). Membros que faziam parte da Comissão de História do Instituto redigiram um parecer e publicaram na revista da instituição. O parecer, que possuía em torno de 19 páginas, foi elaborado com a intenção de tecer ásperas críticas à *História Nova*.

De acordo com o texto redigido e publicado na *RIHGB*, a coletânea da *História Nova* é uma publicação marxista, com uma orientação doutrinária; que não deveria ser recomendada por autoridades educativas do país; que deforma a mentalidade dos jovens com conceitos errados e falsos; que não valoriza exatamente aquilo que se deve na história; que banaliza o culto cívico e fatos memoráveis da nacionalidade e que por ter propósitos “comunizantes”, o projeto deveria ser urgentemente cancelado para que houvesse uma educação livre e democrática (Reichardt, 1964, p. 283-302).

Os aspectos propostos pela *História Nova* chamaram a atenção dos setores conservadores da sociedade brasileira e incomodaram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como assinala Vanessa Cardoso, travou-se um duelo entre duas historiografias: a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a dos autores da *História Nova do Brasil* (Cardoso, 2016, p. 146). Criticar a escrita tradicional da história significava criticar a forma como o Instituto Histórico e seus sócios se dedicavam e mais ainda: significava opor-se a autores consagrados (Ibidem, p. 144). Mas, para além de um embate historiográfico havia também envolvido um embate ideológico, pois, o contexto em que esse parecer do IHGB foi escrito era marcado pela ideologia do anticomunismo, conforme apresenta Rodrigo Patto Sá Motta (Motta, 2002, p. 47).

Com o golpe civil-militar deflagrado alguns dias depois da elaboração desse manifesto do IHGB, o parecer foi utilizado como documento de acusação. As obras e os autores foram alvo dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), bem como o ISEB, acusados por conspiração. Este parecer foi fundamental para a proibição e perseguição dos autores da obra (Cardoso, 2016, p. 146-149). Todos os exemplares da *História Nova* foram apreendidos e os autores detidos – com exceção de Nelson Sodré, todos ficaram anos no exílio durante os governos militares. O ISEB teve suas portas fechadas. Suas publicações, obras, documentos e arquivos foram queimados (Guimarães, 2003, p. 245). Logo, o projeto da *História Nova do Brasil*, com a

instalação da ditadura civil-militar, tomou os mesmos rumos que o governo de João Goulart: ambos projetos foram derrotados.

Nos anos seguintes, o IHGB acolheu todos os generais-presidentes através da concessão do título de presidente de honra. De acordo com o Estatuto da instituição no período, este era um título concedido por deliberação em Assembleia Geral em escrutínio secreto, somente “a chefe de Estado ou a ex-presidente do Instituto, sendo favoráveis quatro quintos dos votos apurados” (Ihgb, 1965, p. 292). O presidente de honra não tinha direito a voto nas Assembleias e, portanto, nas decisões do instituto – isto cabia à diretoria e aos sócios ativos da instituição. Mas, tratava-se de um título concedido pelo Instituto que simbolizava reverência, estima e reconhecimento. Era ainda uma prática muito comum dentro da instituição.

Foi, portanto, nessas condições, que os cinco presidentes no período da ditadura civil-militar – Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo – foram eleitos como presidentes de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com unanimidade de votos dos sócios presentes nas assembleias. Apesar das distintas relações de cada general-presidente com o IHGB, sabemos que todos eles se tornaram, rapidamente, por vontade dos sócios, presidentes de honra (Santos, 2018).

É significativo, portanto, o fato de João Goulart não ter recebido o título pela instituição. Jango foi presidente, embora com diversos percalços, por quase três anos (1961-1964) e em nenhuma assembleia publicada nas atas de sessões entre aqueles anos foi cogitada a possibilidade de inserir o seu nome para votação. Pode-se interpretar que João Goulart não foi um presidente legítimo aos olhos do IHGB e por isso não merecia fazer parte da Instituição. Na verdade, essa forma de olhar para João Goulart e o seu governo de forma pejorativa, não se trata de uma novidade após compreender a forma com que a instituição criticou a *História Nova do Brasil*. De toda forma, saber que Jango não pôde compor o cadastro social do IHGB nos ajuda consideravelmente a refletir sobre o perfil da instituição no período e entender os ajuizamentos do IHGB a seu respeito, acerca do golpe de Estado de 1964 e a respeito da instalação da ditadura no país (Ibidem).

Sendo assim, é possível afirmar, por meio das análises empreendidas, que o IHGB, em grande medida, se identificou com alguns dos valores, referências e concepções do golpe e da ditadura. Na posse de Castelo Branco como presidente de honra, Pedro Calmon, orador do Instituto na ocasião, o homenageou assinalando que Castelo Branco havia aparecido em uma hora grave da existência nacional e que tinha nas mãos o difícil encargo de governar com equilíbrio e autoridade. Mais do que isso, realçou suas virtudes e, em cerimônia festiva junto

aos sócios, recebeu no Instituto o recém-nomeado à presidência da República em um processo derivado de um golpe de Estado (Ibidem).

Vinte anos depois, em 1984, Umberto Fagundes, um militar, publica na *RIHGB* um texto em que considera 1964 um colapso institucional. Isso através de um memorial de Marechal Henrique Teixeira Lott, que não se enquadrava nas ideias que foram propagadas pelo IHGB sobre o golpe no período. Henrique Batista Duffles Teixeira Lott possuiu uma extensa carreira política e militar. Em 1961 logo após a renúncia de Jânio Quadros e com as tentativas de impedimento da posse de João Goulart enquanto vice-presidente, Lott se colocou em defesa da Constituição e, portanto, em defesa da posse de Goulart. Em seguida, com o golpe de 1964, o Marechal Teixeira Lott declarou em uma nota a seus colegas de armas que era “completamente antidemocrático e contrário aos interesses nacionais procurar depor um presidente da República mediante uma insurreição” (Coutinho, 2010).

Conforme evidencia Karla Carloni (2010), a carreira política e militar de Lott foi associada às ideias de legalidade, democracia e nacionalismo. Ele havia sido escolhido pelas esquerdas da época como um representante de suas aspirações, de uma sociedade mais igualitária e justa. Sua figura demonstra a existência de um grupo de militares com identidade alternativa à imagem tradicional construída do militar brasileiro, sobretudo, após o golpe civil militar de 1964.

A partir de suas posições, ele foi afastado da vida pública e desmoralizado no interior das Forças Armadas, sendo acusado de ter incentivado a entrada de comunistas e de ter colaborado com a politização no interior do Exército durante os cinco anos em que ocupou a pasta de Ministro da Guerra (Carloni, 2010). Tanto que em sua cerimônia fúnebre em 1984, conforme o texto publicado na *RIHGB*, a família solicitou formalmente ao Ministério da Guerra as devidas honras militares para o oficial e o pedido foi recusado. O número de militares presentes também foi discreto (Fagundes, 1984).

O fato de Umberto Peregrino conseguir espaço na *Revista do IHGB* para publicar esse texto é relevante e está em harmonia com o que demonstra a historiografia especializada na construção da memória sobre ditadura. Neste período, mais especificamente a partir do ano de 1979, houve um afastamento paulatino de amplos setores da sociedade brasileira em relação à ditadura civil-militar. Desse modo, pessoas e instituições se distanciaram e procuraram garantir uma dissociação de qualquer cumplicidade com o regime considerado abominável. Com a memória hegemônica, a ditadura passou a ser um passado recusado e a sociedade foi vista como vítima do Estado autoritário conduzido unicamente pelos militares (Napolitano, 2017).

Ambiguidades, ambivalências, trânsitos surpreendentes já são evidenciados em importantes instituições, como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Academia Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (Reis Filho, 2010). A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), em seu caso, apoiou oficialmente a ditadura em seus primeiros anos, mas posteriormente se contrapôs às arbitrariedades do regime. As atividades de oposição inicialmente foram casos isolados entre os bispos e com o passar do tempo foram chanceladas pela comissão central da CNBB. Ela traçou uma relação complexa com a ditadura, mas, no processo de redemocratização e de construção da memória do período, marcou-se pela oposição ao regime com uma narrativa heroizante, sendo colocada na rubrica da “resistência democrática”. Nesse sentido, Paulo César Gomes Bezerra (2010) ressalta que, apesar de a CNBB ter ficado marcada pela oposição ao regime, a sua postura não se deu de maneira unânime e sem disputas internas.

Semelhanças são localizadas para o caso do Instituto Histórico. Evidenciamos que Umberto Peregrino mencionou o golpe como “colapso institucional”, porém, em outros momentos pontuais em reuniões o mesmo acontecimento foi citado sob outras nomenclaturas. Em outra ocasião, dentro de outro assunto, general Umberto Peregrino referiu-se ao golpe como “movimento de 64”³⁷ e em um encontro, Rubens Porto citou como “revolução”³⁸ (Ihgb, 1984, p. 269-281), o que demonstra a coexistência de memórias conflitantes no interior do IHGB a respeito da origem da destituição política de João Goulart, já que as denominações utilizadas implicam em uma posição. Enquanto os militares, desde o primeiro momento do golpe de 1964, autointitularam o movimento como “Revolução” com a finalidade de legitimarem-se com um termo positivo naquela conjuntura, outros grupos da sociedade reconheceram que se tratava de um “golpe” (Bauer, 2014, p. 35).

2.5.2 MÉDICIS: MEMÓRIA NÃO ESQUECIDA

Emílio Garrastazu Médici faleceu em nove de outubro de 1985. Tão logo na *Revista do IHGB* de outubro a dezembro do mesmo ano, na seção *Elogio Histórico dos Sócios Falecidos*, Haroldo Valladão, orador do Instituto, homenageou o ex-presidente. Médici foi lembrado por ele na ocasião como o Presidente da República eleito pelo Congresso Nacional, “por maioria

³⁷ Comunicação evidenciando espírito pioneiro e diligente de Paulo Seabra na criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social, extinto pelo “movimento de 64” (Ihgb, 1984, p. 269-281).

³⁸ Oferece uma edição rara da “Ação Governamental de João Goulart” do IBGE, das vésperas da “Revolução” (Ihgb, 1984, p. 269-281).

absoluta, em 27 de outubro de 1969”; como figura detentora de uma “notável carreira militar”; como o Presidente de Honra do IHGB desde 1970 que contribuiu notavelmente para a vida do Instituto e como “Governador Honorário de todos os Rotarys Clubes do Brasil”. Com o Instituto Histórico, Valladão reforçou que o ex-presidente “manteve contato efetivo e permanente”. Assim, sua memória na instituição seria “cultuada para sempre” tanto que o IHGB o honrou com uma sala dedicada a ele (Valladão, 1985).

O falecimento de Médici e todas essas memórias positivas sobre ele foram evocadas pelo Instituto Histórico em um ano marcante para a transição democrática do país. Foi em 1985 que, a partir de eleições indiretas, José Sarney tomou posse como o primeiro civil assumindo a função de presidente após longos anos de governo controlado por militares.

Médici e a ditadura, enquanto ela esteve sob seu comando, usufruíram de grande popularidade junto a alguns grupos da sociedade brasileira por terem conciliado, em linhas gerais, o crescimento econômico e o combate à “subversão”, que proporcionaram a estes segmentos sociais uma sensação de otimismo, expectativas e ordem ao país. O sucesso do regime representado por Médici, porém, segundo Janaína Cordeiro, teve raízes em questões mais profundas do imaginário político nacional envolvendo referências relacionadas à Pátria, à prosperidade e ao nacionalismo, por exemplo. “A ditadura soube [...] dialogar com sentimentos caros à determinada cultura política brasileira” e com isso foi capaz de angariar apoios e mobilizar sentimentos (Cordeiro, 2012, p. 95).

Com o IHGB não foi diferente. Médici estabeleceu alianças com a instituição. Ele enquanto presidente do Brasil, viabilizou, a partir de sua influência, a concretização do empréstimo solicitado na Caixa Econômica Federal pelo Instituto para dar prosseguimento às obras da nova sede. Foi também o general-presidente da ditadura brasileira que mais contribuiu financeiramente com o IHGB (Santos, 2018). Além disso, valorizou o trabalho da instituição elegendo-a como responsável pelo estudo e divulgação da história pátria nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972³⁹, que foi, possivelmente, a única grande festa popular da ditadura (Cordeiro, 2012).

Tradicionalmente, o Instituto procurava estabelecer um elo com os chefes de Estado, elo este que não deve ser explicado apenas pela chave da dependência ou do interesse. Este entrelaçamento ocorria também - e principalmente - em razão do compartilhamento de valores, ideologias e concepções. Assim, o IHGB criou uma aproximação com todos os presidentes da

³⁹ Tudo isso pode explicar o fato de o filho de Médici ter confiado ao IHGB a guarda de seu acervo em 2004, que foi disponibilizado aos pesquisadores apenas em 2014.

ditadura ao convidá-los para serem presidentes de honra da Instituição. Com Médici, porém, a proximidade foi além deste título.

Sendo assim, a homenagem e a promessa de Haroldo Valladão à Médici, em virtude de seu falecimento em 1985, obtiveram espaço na revista - sob o trecho já exposto na abertura deste capítulo -, o que nos ajudar a compor parte da identidade da instituição no período. Ainda, Pedro Calmon, presidente do IHGB, conforme acentua Haroldo Valladão, também já havia encaminhado telegrama ao Médici, ainda em vida, dizendo que a casa da memória “[...] de forma toda especial guardará para sempre os atos de compreensão e benemerência que recebeu seu grande governo” (Valladão, 1985, p. 233).

A prática de homenagear sócios falecidos também era comum, e quanto maior relevância e mais serviços prestados à instituição a pessoa tivesse, maior e mais prestigiosos eram os elogios e os tributos a ela. Merece atenção, desse modo, o fato de João Goulart, além de não ter tido proximidade com o IHGB por não ter sido indicado como presidente de honra, também não teve, por consequência, nenhuma homenagem prestada quando ocorreu o seu falecimento em 1976. Em 1967 o presidente do IHGB fez um lamento pelo falecimento de Castelo Branco e aprovou na ocasião a inclusão na ata de sessão um voto de pesar em homenagem a ele, por suas “virtudes morais e intelectuais” (IHGB, 1967, p. 209). O mesmo ocorreu com Arthur da Costa e Silva falecido em 1969, o que reforça o argumento de que outros elementos, não só materiais, fazem parte desse universo e nos ajudam na interpretação e entendimento sobre os princípios que eram preservados na instituição.

O IHGB conservou em 1985 a imagem positiva sobre Médici. O Instituto por ter se identificado de alguma forma com os valores do regime e por ter sido beneficiado por Médici, vivenciou e enxergou especialmente esses “anos de ouro” de seu governo, apesar de terem sido também “anos de chumbo”⁴⁰. No quadro de “eufóricas celebrações” e de “sombrias perseguições” – em palavras de Cordeiro (2009) -, o IHGB se mobilizou com o primeiro. O evento de inauguração do novo prédio em 1972, que contou com a participação do presidente, aconteceu dentro dos festejos do Sesquicentenário da Independência, fazendo parte das comemorações que serviam de legitimação para o governo.

Cultuar a memória de Médici localiza o Instituto Histórico como integrante da parcela da sociedade que focalizou no “Milagre Brasileiro”, e não nas perseguições e repressões que já

⁴⁰ Como salienta Janaína Cordeiro (2009, p. 91), os anos de 1970, especialmente o período de 1969 a 1974, foram muitas vezes *anos de ouro* e *anos de chumbo* ao mesmo tempo. Sendo possível que alguns tenham vivido os *anos de ouro* e outros, os *anos de chumbo*, havendo nesses casos um grande espaço entre eles.

eram, naquele contexto de 1985, reveladas⁴¹. Apesar da promessa de culto à sua memória, que ao ser publicada na *RIHGB* indica certo consenso, é importante salientar que há indícios de que não havia unanimidade entre os sócios do IHGB com relação a memória de Médici, conforme demonstra o trecho seguinte do sócio militar Cláudio Moreira Bento:

Pedro Calmon inaugurou uma dependência do IHGB como Sala para que o Presidente Médici usasse. Ao falecer o Presidente Médici ninguém quis homenageá-lo. E o que existia sobre ele me foi entregue e coloquei no 3º volume da História da 3ª Região Militar na qual ele exerceu marcante comando sob o lema servir e servir cada vez melhor! Não me conformei com esta ação dos que sucederam Pedro Calmon e julgaram politicamente o Presidente Médici. Aqui fica o registro para a História (Bento, [2014?], recurso online).

Cláudio Bento, coronel do Exército e sócio do IHGB desde 1978, forneceu, com essa escrita em tempos mais recentes no site da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - instituição em que é presidente -, amostra de um possível desacordo entre os sócios do Instituto Histórico a respeito da memória de Médici. Está, portanto, em convergência com o emaranhado de memórias construídas sobre ele.

Na memória coletiva sobre o governo Médici a imagem dos “anos de chumbo” predominou, embora alguns tenham se fixado nas lembranças dos “anos de ouro”. A explicação para essa prevalência está diretamente associada à construção da memória em torno da ditadura, quando, a partir da abertura política nos anos de 1980, no movimento de constituir consenso em torno da democracia, a sociedade, de modo geral, se sentiu opositora ao regime e aos perpetradores – no caso, os militares envolvidos no Estado ditatorial. Assim, eles foram colocados no silêncio, no esquecimento ou no banimento do espaço público. Do mesmo modo, se tornaram quase inexistentes os que se intitulavam como apoiadores, colaboradores, simpatizantes ou indiferentes ao regime (Cordeiro, 2009, p. 92-94).

A coexistência no IHGB daqueles que defendiam o culto à memória de Médici e dos que eram contrários às homenagens evidencia no interior da instituição não só a complexidade de memórias sobre o seu governo em específico, mas também sobre a ditadura, de forma ampla. Demonstra que apesar de haver uma memória coletiva predominante, possivelmente conviviam no interior da instituição sócios com perspectivas plurais a respeito do regime. De todo modo,

⁴¹ Exemplo disso é o livro *Brasil: nunca mais*, um dos livros mais vendidos em 1985, que denunciava o ápice dos mecanismos autoritários, a repressão violenta e a tortura realizada no governo de Médici (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

a perspectiva que a direção permitia transmitir e propagar entre os seus leitores através da revista era a de reverência ao presidente ditador.

2.5.3 TANCREDO NEVES: A AUSÊNCIA QUE SE FEZ PRESENÇA

Tancredo Neves, que governava Minas Gerais desde 1983, marcou presença no cenário político brasileiro no momento de grande significância para o processo de redemocratização no país. Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira em 1984, com intensas articulações políticas, foi lançado como candidato à Presidência no Colégio Eleitoral para disputar a eleição indireta tendo José Sarney, que havia apoiado a ditadura ao longo de sua existência, como candidato à vice-Presidência. Em janeiro de 1985, foram eleitos. Entretanto, em março, às vésperas da posse, Tancredo foi internado e José Sarney ocupou o seu lugar interinamente e depois permanentemente em razão de sua morte em abril do mesmo ano (Reis Filho, 2014).

Tancredo foi o primeiro presidente civil eleito, ainda que indiretamente, após anos de ditadura e sua eleição foi recebida com entusiasmo por boa parte dos brasileiros. “Cerca de 2 mil pessoas acompanharam a votação diante do Congresso Nacional. Em várias capitais multidões foram às ruas festejar o fim da ditadura” (Ferreira, 2018, p. 34). Esperanças foram depositadas em sua figura, por isso sua morte também suscitou comoção nacional. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho sua morte foi “um marco – e um símbolo – do caráter transicional do processo que levou da ditadura à democracia no país” (Reis Filho, 2014, p. 146). De todo modo, tratava-se de uma liderança política que iria compor o pacto político que selaria a transição para a democracia, processo que levou à saída dos militares do poder através de uma mudança negociada e até mesmo tolerada (Prado; Leopoldi, 2018, p. 74).

Foi sob esse contexto que em junho de 1985 ocorreu no IHGB uma sessão em homenagem a Tancredo Neves, meses após sua morte, feita por Afonso Arinos de Melo Franco, que foi publicada na revista da instituição no mesmo ano. Na mesma edição foi inserido também um texto de Umberto Peregrino com reflexões sobre as comoções populares perante o falecimento do político brasileiro. Os dois textos trataram da figura de Tancredo Neves, da sua ausência e da sua presença sincronicamente. As leituras desses dois sócios, entretanto, são díspares e realizadas sob óticas diferentes.

“A vida de Tancredo Neves”, conferência realizada por Afonso Arinos de Melo Franco, foi publicada em formato de texto na *RIHGB* na última edição do ano de 1985. Afonso Arinos, sócio da instituição desde 1949, que integrava a Comissão de Estatuto da instituição, discursou

sobre Tancredo Neves a partir de sua visão. Apesar das divergências políticas permanentes e vínculos com partidos contrários (Afonso Arinos pertencia à União Democrática Nacional e Tancredo ao Partido Social Democrático), Arinos não deixou de discorrer sobre Tancredo, pois, como afirmou, nunca houve entre eles “rusga”, “dificuldade”, “estremecimento”, “ressentimento” ou “aborrecimento” (Franco, 1985).

Para ele, Tancredo representou o grande político. Foi um homem político em termos de formulação da ação e de aparelhamento profissional, com base racional, ideológica, filosófica e intelectual, que não possuiu qualquer ato incoerente, contraditório ou sem embasamento. Além disso, de acordo com Arinos, Tancredo representava o mito da mineiridade, com a personalização da figura moderada, prudente, paciente, mas também representante da mineirice, do sujeito que possuía jogo de manobra. “Ele tinha um jeito de chegar ao que ele queria” (Franco, 1985, p. 44).

Nessa direção, ainda como político, a imagem de Tancredo foi construída por Afonso Arinos como um sujeito “do poder, de sensibilidade política e de confiança em suas intuições” e que possuía “visão das coisas que não estão visíveis”. Assim afirmou:

Nunca houve, a meu ver, ninguém que tivesse uma carreira mais atraente e misteriosa entre os Presidentes eleitos do Brasil. A maneira pela qual ele atingiu o poder foi calculada, foi como um jogo que ele houvesse preparado e no qual tudo deu certo (Franco, 1985, p. 47).

Ponderou, entretanto, que a sua ausência, em consequência de sua morte, aumentou a sua presença e fez com que ele alcançasse o posto de símbolo incontestável da reconquista democrática (Ibidem). Além disso, Afonso Arinos acrescentou:

A presença dele se dilatou enormemente com a ausência. E o Brasil precisa dessa presença, dessa presença imanente, dessa presença transcendente no plano político, dessa presença que não se choque com as ambições, com as aspirações, com as maldades, com os erros, os ódios, e os ressentimentos, os interesses. Uma presença que supere tudo pelo sacrifício [...]. Como na vida, a presença do ausente é maior do que a presença do presente (Franco, 1985, p. 47).

Afonso Arinos considerou que, apesar da ausência dele ter sido uma tragédia, para o Brasil havia uma significação que a presença não teria. Ao reafirmar a importância da ausência de Tancredo, sustentou que o nome dele, se tratando das questões do país até aquele momento, tinha sido capaz de conter, estimular, entusiasmar e que sua presença precisaria continuar após sua morte (Franco, 1985, p. 48).

Na mesma edição, Umberto Peregrino Fagundes, através de seu texto “Reflexões de conteúdo histórico à margem da doença e morte do presidente Tancredo Neves”, também se referiu ao presidente eleito. Porém, suas menções foram realizadas a partir de outra abordagem. O autor buscou comparar a reação da população diante da morte de Tancredo com as manifestações do povo com o falecimento de ex-presidentes do período da ditadura.

Com esse raciocínio, Umberto Peregrino, figura já mencionada neste capítulo, iniciou o seu texto discorrendo sobre reflexões, consideradas por ele importantes, relacionadas a morte de Tancredo Neves e a decorrente comoção da população, que se manifestou com tristeza, choro, cantos e poemas. Para ele, a mobilização em torno da morte do presidente eleito poderia nos conduzir a duas ponderações: uma, sobre a qualidade do povo brasileiro, visto por ele, como gente de bondade de coração, de solidariedade maciça e espontânea; outra, sobre o volume das manifestações tributadas ao Tancredo, que segundo sua afirmação, “foram visivelmente superiores às que conhecemos anteriores em ocasiões congêneres” (Fagundes, 1985, p. 50). Além disso, deixou claro o seu entendimento de que “um povo bom sabe, por si próprio, reconhecer e amar os bons” (Ibidem).

Posteriormente, Umberto Peregrino iniciou a comparação, considerada por ele como inevitável, com a indiferença da população com relação a morte de Costa e Silva, que ocorreu quando ele estava em exercício da presidência. Para Umberto, Costa e Silva “era pessoalmente homem bom e simpático. Seu governo não vinha sendo opressor. Entretanto, a doença e morte do General Costa e Silva transcorreram sob a indiferença da população. Nenhuma emoção maior” (Ibidem).

Fez analogias também com a morte de Castelo Branco, “o primeiro designado pelo movimento militar de 64”, que recém-saído do governo, faleceu em um acidente aéreo. Sobre esse acontecimento salientou: “Pois bem, com esta a reação popular foi até cruel, de achincalhe e gozação. O povo o detestava, com base em certas medidas do seu governo não compreendido” (Fagundes, 1985, p. 50).

Outros exemplos levantados fizeram menções à doença de Figueiredo e ao falecimento de Médici. Em relação ao Figueiredo, segundo ele “ao povo soavam apenas como sofisticados tratamentos em dólares. Nunca geraram preocupação, até porque nunca ocorria ao povo o Presidente sofrendo padecimentos físicos, nem correndo perigo”. Quanto ao Médici, que foi vítima de um derrame cerebral, “não existiu nada além de aflição e assistência dos parentes e amigos. O povo ignorou-o tanto quanto maciçamente se voltou para Tancredo Neves, assim que este se adoeceu”, em termos dele (Ibidem).

Diante dessas afirmações, Umberto Peregrino considerou que a morte em si não gerava necessariamente lágrimas do povo, bem como a doença não provocava obrigatoriamente emoção popular. Mas, que essas reações, “lúcidas e implacáveis”, significavam o reconhecimento do mérito e estima de quem faleceu e, além disso, possuíam o peso de julgamento. Desse modo, para ele, a mobilização popular em torno da recuperação de Tancredo, havia sido a prova de adesão à causa que ele representava (Ibidem). Logo, em suas palavras, concluiu:

O certo, sem sombra de dúvida, é que Tancredo Neves cresceu a dimensões de herói porque escondeu, viemos a saber com certeza, o grave problema de saúde para não abrir protestos ao truncamento da instalação regular da nova ordem democrática, isto é, a posse dele próprio, Presidente consagrado nos comícios populares (Fagundes, 1985, p. 51).

Fato é que os eventos em torno da doença e morte de Tancredo constituíram elementos simbólicos e impulsionaram a construção de sua representação do ponto de vista coletivo. O seu falecimento acirrou as disputas por sua memória, sendo um momento propício para a produção de biografias a seu respeito. Sua imagem, nesse contexto, passou por redefinições no mesmo tempo em que ocorria o processo de reestruturação da democracia e da “Nova República” no país. Também por isso, muitas das vezes, ambos se entrelaçaram, já que no caso de Tancredo Neves as reelaborações memorialísticas foram acompanhadas de uma releitura da própria história do país (Marcelino, 2011).

Seu funeral contou com um grande número de pessoas e os seus restos mortais, segundo Douglas Marcelino, percorreram um longo trajeto, maior do que de qualquer outro presidente brasileiro, passando por São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del-Rei. As cerimônias contaram com sentidos e o representaram como um grande estadista, herói nacional e homem comum do interior de Minas Gerais (Ibidem).

Foram vários os jornais e revistas da época que se referiram a ele como o “mártir da democracia”. Na televisão, no programa *Jornal Nacional* da Rede Globo, foi transmitida uma edição especial voltada para a sua doença e morte com grande carga simbólica e emotiva atribuindo-o esse papel comum de mártir. Os traços positivos da personalidade do presidente foram marcados por exaltação e heroicização da sua figura (Ibidem).

Tais textos publicados na *RIHGB* constituem elementos que nos permitem depreender a leitura a respeito de Tancredo Neves que foi divulgada na instituição. Tratava-se de leituras realizadas em virtude de seu falecimento e de sua impossibilidade de tomar posse na presidência e estavam situadas em uma conjuntura político-institucional delicada, que compreendia o fim da ditadura e o surgimento de expectativas na anunciada “Nova República”.

A leitura de Afonso Arinos sobre Tancredo Neves foi elaborada a partir de uma memória sobre sua trajetória de forma linear, coerente e sua “vocação democrática”. Enquanto Arinos se pautava na heroicização do personagem Tancredo Neves, outros discursos perpassavam a publicação de Umberto Peregrino. Afonso Arinos destacou a trajetória política de Tancredo de forma teleológica, e sob a ótica da predestinação, como um sujeito que tinha uma missão e iria cumpri-la. Como alguém que tinha amplo conhecimento da história política do país. Seguiu algo que era comum sobre sua figura naquela conjuntura: ele era aquele que podia ler na história o que os outros não viam, “uma espécie de intérprete profético do destino coletivo, que carrega em si o passado e o futuro do seu povo” (Marcelino, 2009, p. 40). Algo que pertencia ao senso comum quando se tratava de sua memória.

Eram também exploradas a representação do político mineiro como conciliador por natureza e Arinos seguiu esse padrão em seu discurso. Encaixavam Tancredo na imagem do mineiro conciliador e moderado. Tratava-se de uma dimensão conciliadora que servia ao próprio processo de redemocratização da sociedade na forma pactuada conforme se deu o caso brasileiro. Era “o Brasil da concórdia” que guarneceria garantias para aqueles comprometidos com o regime anterior. Assim, ele se tornou o líder que conduziu o país para a reconciliação. Sendo assim, boa parte das interpretações sobre ele nutriam a imagem do líder que era espelho de seu povo, sendo cordial, solidário, conciliador e martirizado. (Ibidem, p. 49-50). Ainda segundo Douglas Átilla Marcelino, “sua heroicização servia para se manterem acesos os ideais de liberdade e democracia associados à sua figura, em contraposição ao autoritarismo anterior”. Tratava-se de um momento de “reelaboração dos nossos mitos, de refazer nossa história a partir da concessão de um passado e um futuro que nos une, a morte do presidente Tancredo Neves reatualizava nossa memória política nacional” (Ibidem, p. 50-51).

Umberto Peregrino em seus escritos demonstrou encontrar méritos em Tancredo e em sua carreira como político; observou que as mobilizações e reações em torno da morte do presidente eleito eram lúcidas e apropriadas e que elas demonstravam que o povo estava de acordo com a causa que ele representava; deixou subentendido que considerava justas as homenagens prestadas a ele. Tudo isso ao mesmo tempo em que manifestou certa indignação com a população que não expressou benevolência com as dores dos generais-presidentes. Em sua exposição, mencionou a situação que cada um deles passou, de doença e falecimento, e deixou implícito que considerou injusto o fato de Tancredo, que não teve tempo para criar motivos para julgamentos já que não chegou a governar o país, ter recebido em seu leito de morte numerosas comoções, enquanto os generais-presidentes, por essa razão, foram relegados

ao desprezo. Sua conclusão é que no caso de Tancredo a comoção nacional se deu em razão da adesão à causa que ele representava (Fagundes, 1985).

As percepções de Umberto Peregrino, em especial, nos fornecem um material profícuo para perceber as ambiguidades, as incongruências e as contradições que os indivíduos de seu tempo estavam sujeitos quanto se tratava da memória a respeito do golpe de 1964 e da ditadura. Misturavam sentimentos próprios e memórias individuais com a memória coletiva do período. Umberto Peregrino é retrato desses paradoxos. Em 1984, quando escreveu em homenagem ao Marechal Teixeira Lott, mencionou o golpe como “colapso institucional” (Fagundes, 1984, p. 47). Em 1985, quando falou sobre a morte de Tancredo e a indiferença do povo com relação ao falecimento dos generais-presidentes da ditadura, se referiu ao golpe como “movimento de 64”, sem mencioná-lo como revolução, como golpe ou como colapso institucional (Fagundes, 1985, p. 50).

Comportamentos ambivalentes são típicos em sociedades que vivenciaram regimes autoritários. Posicionamentos ambíguos ou ambivalentes são regularmente presenciados no contexto transicional da ditadura para democracia no Brasil e algumas pesquisas nos salientam para este fato. Sendo assim, é possível observar atitudes inexatas em muitos sujeitos que conviveram com o regime naqueles anos e enxergar pessoas que se localizaram em *zonas cinzentas*⁴² e não se encaixaram, assim como parte considerável da sociedade brasileira da época, em dicotomias simples que aceitam apenas um embate direto ou uma defesa incontestável do golpe e da ditadura. Nesse mesmo espaço das *zonas cinzentas* existentes entre esses polos, podemos inserir Umberto Peregrino, que realça essa existência de múltiplas construções narrativas possíveis quando se trata do golpe de 1964 e a ditadura instalada no Brasil.

2.5.4 PARA CASTELO BRANCO, FLORES E PARA SARNEY NEM TANTOS FULGORES

José Sarney, que assumiu a presidência da República em definitivo após o falecimento de Tancredo Neves, apesar de ter protagonizado um momento importante no Brasil, não ganhou créditos em sessões do IHGB no ano de 1985. Convém mencionar ainda que o presidente do IHGB, Pedro Calmon, adoeceu e faleceu em junho deste mesmo ano e esses acontecimentos fizeram com que o instituto deslocasse parte de seu olhar e de suas atividades memorialísticas

⁴² O conceito de *zonas cinzentas* é apresentado originalmente na obra de Primo Levi (Levi, 2016).

para ele que havia ocupado e se dedicado ao cargo desde 1968. O falecimento de Calmon e a gerência de outra pessoa podem ter impactado, em algum ponto, no ritmo e nas práticas internas da instituição⁴³. De todo modo, Médici e Tancredo Neves não foram esquecidos.

Naquele contexto, quando Sarney assumiu a presidência da República, alguns grupos se demonstraram inconformados ao vê-lo ocupando esse cargo “por uma tragédia, por um acidente” (Ferreira, 2018). Ao mesmo tempo, militares golpistas estiveram no Palácio do Planalto defendendo argumentos de que ele não poderia ocupar a presidência. Apesar de tudo isso e das incongruências, Sarney tomou posse e tornou-se o presidente que conduziu o país da ditadura para a democracia (Ibidem, p. 36-38).

Desde o golpe em 1964, Sarney demonstrou alinhamento ao governo autoritário e em diversos momentos defendeu o regime de modo incondicional. Por isso, para determinadas perspectivas, era decepcionante assistir um político que serviu à ditadura e que se manifestou contra liberdades democráticas conduzindo a transição, pois “parecia que o regime autoritário conseguira sobreviver naquele momento na figura de um defensor da própria ditadura” (Ibidem, p. 40).

De qualquer maneira, ele possuía tarefas políticas importantes a serem cumpridas, como conduzir o país na transição democrática e desprendê-lo do entulho autoritário. Dessa forma, ainda nesse ano de 1985, ele cumpriu compromissos assumidos por Tancredo Neves enviando ao Congresso Nacional o “Emendão”, que reunia uma série de emendas que alterava dispositivos da Constituição de 1967 que estava em vigor. Como salienta Jorge Ferreira (2018, p. 41), essa iniciativa estabelecia eleições diretas para presidente da República em dois turnos, assim como para prefeitos das áreas de segurança nacional, estendia aos analfabetos o direito de votar, legalizava os partidos comunistas e organizações como a UNE, alterava a legislação facilitando a criação de novos partidos políticos, entre outros. Enviou também proposta de emenda constitucional para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Assim, Sarney realizou medidas democratizantes. Mas, sustentou o acordo de preservar os militares de

⁴³ Essa é uma hipótese que se sustenta a partir de algumas discussões anotadas em atas de sessões ordinárias, como a que ocorreu em maio de 1985. Foi relatado que o general Umberto Peregrino fez a leitura de um projeto de reforma do IHGB o qual o coronel Francisco Ruas informou ter sido autorizado a apresentar por Pedro Calmon, presidente que estava ausente por motivos de adoecimento antes de seu falecimento. Logo no início da leitura do plano, outro general, Jonas Correia, “disse de forma peremptória duvidar que o nosso Presidente tivesse dado ao Coronel Ruas autorização para as providências que vem tomando”. Essa contestação foi complementada com afirmativas de que Pedro Calmon era sempre prudente e cauteloso e que sabiam que ele jamais autorizaria qualquer pessoa a planejar modificações substanciais sem consultar a diretoria. Com isso, o autor do relatório ficou surpreendido, conforme relatado, e “a esta altura houve certa confusão no plenário, com diversos apartes” (Ihgb, 1985, p. 270).

punições, constrangimentos, mantendo a conciliação que Tancredo havia prometido e marcou, de alguma forma, a presença das forças do “antigo regime” na condução da nova república brasileira.

Mesmo com relevantes mudanças ocorrendo no país e com expectativas coletivas a respeito do processo de redemocratização, menções sobre Sarney ou sobre as medidas que rompiam com o autoritarismo foram nulas tanto nas reuniões quanto na revista do IHGB em 1985. Registro sobre Sarney neste ano ficou restrito à decisão de convidá-lo para compor a presidência de honra, seguindo o ritual da instituição. Em Assembleia Geral convocada em 02 de outubro de 1985 para eleição de novos sócios, cumprindo o Estatuto foi realizada uma eleição por voto direto e secreto com seu nome. A proposta, que foi aprovada, usava das seguintes justificavas:

Os sócios abaixo assinados propõem, para Presidente Honorário do Instituto, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, homem ligado à cultura, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-Deputado e ex-Senador, que já exerceu a Governadoria de seu Estado, o Maranhão, autor de projetos na área cultura de que se tem a certeza de sensibilidade para os temas que são o objetivo desta Casa. O sufrágio de seu nome representará não só a manutenção de uma sistemática da instituição consagrada no mandamento do art. 4º do Estatuto, mas também o reconhecimento da convergência da personalidade do proposto com os altos interesses que caracterizam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Ihgb, 1985b, p. 241-242).

José Sarney só tomou posse como presidente honorário do Instituto em 1987, quase dois anos depois do convite. Sua recepção foi contrastante quando comparada à forma como Castelo Branco foi acolhido na instituição em 1964. Ambos foram admitidos quando inauguravam uma nova conjuntura no país: Castelo Branco, a ditadura e José Sarney, a Nova República. Mas, Castelo Branco, seis meses após o golpe que destituiu João Goulart da presidência da República, foi recebido na instituição, conforme relato, em cerimônia de clima festivo (Santos, 2018, p. 11). Já Sarney, que demorou a buscar seu título, não foi acolhido com tanta celebração.

A posse de José Sarney no IHGB iniciou-se com um pronunciamento do presidente da instituição, Américo Jacobina Lacombe, discorrendo sobre os valores e as necessidades da casa da memória nacional. Assim, demonstrou que há longos anos trabalhavam em busca dos objetivos dos fundadores e ressaltou as importantes funções que tinham de guardar arquivos “de grandes figuras do Império e da República”, de conservar e exibir “peças preciosas de nosso passado”, publicar diversos volumes da Revista, dispor de “uma biblioteca das mais ricas do

país”, além de realizar comunicações para compartilhar pesquisas e promover cursos (Lacombe, 1987, p. 225). Diante disso, não hesitou em demonstrar a necessidade de apoio financeiro:

“O governo desde a Regência sempre nos prestigiou incluindo-nos no Orçamento da Nação. A lei vigente, porém, especialmente dirigida ao Instituto contempla-nos com uma quantia que nos asseguraria três cruzados por mês. Teremos, pois de vencer por outros meios nossos problemas materiais” (Lacombe, 1987, p. 226).

Posteriormente, finalizou afirmando que a atenção dispensada por ele ao aceitar o título de presidente honorário da casa possuía grande significado. Ademais, buscando reforçar a notoriedade do Instituto Histórico para Sarney, reiterou que a instituição estava ali para ser não só um órgão consultivo do governo, mas também uma instituição a serviço das universidades, dos estudantes e do povo brasileiro. Foi desse modo, portanto, que Sarney foi recebido: sendo lembrado da grandeza e das demandas do IHGB. Nada se falou sobre a sua figura ou sobre questões marcantes na conjuntura brasileira de redemocratização, como a instalação naquele ano de 1987 da Assembleia Nacional Constituinte, texto que consolidaria a transição da ditadura para a democracia no país.

Os sócios da instituição haviam demonstrado em 1985, porém, intenção em realizar um Curso de História Constitucional do Brasil, como um curso pago, com diploma e o planejamento era de que fosse aberto por Sarney no dia de sua posse como presidente de honra do Instituto (Ihgb, 1985c, p. 313). As iniciativas pretendidas, entretanto, não foram colocadas em prática ao que parece. Não houve evidência nas fontes de que o curso ocorreu.

2.5.5 EM MEIO À CONSTITUIÇÃO, O PRESIDENCIALISMO SENDO COLOCADO EM QUESTÃO

Entre 1987 e 1988 foi realizada no país a Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração do texto constitucional brasileiro. A Constituição foi promulgada em outubro de 1988 e ao longo deste ano, bem como do seguinte, o assunto em si não foi privilegiado no Instituto Histórico, mesmo tendo como orador Afonso Arinos de Melo Franco, que participou ativamente do processo de elaboração da Carta Magna. Ele, assim como Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno, deputado constituinte, entretanto, conseguiram espaço na *RIHGB* deste ano para uma campanha em prol do parlamentarismo no país.

Afonso Arinos havia sido oficialmente indicado por Tancredo Neves e mantido por Sarney a presidir a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Trabalhou por um ano e

apresentou, junto com a comissão, o anteprojeto da Constituição em setembro de 1986, que dentre outras propostas de reforma, continha a adoção do sistema parlamentar de governo. O governo, contudo, recusou o anteprojeto como base para a discussão do texto constitucional (Lemos, 2010).

Em seguida, Arinos candidatou-se a senador constituinte nas eleições de 1986 e conquistou a vaga pelo Rio de Janeiro. Quando a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada, em 1987, ele dedicou-se aos trabalhos de elaboração do regimento interno. Foi suplente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Logo teve seu nome indicado e eleito para ocupar a presidência da Comissão de Sistematização (Lemos, 2010).

Arinos defendeu em todas as oportunidades a adoção do parlamentarismo. Não só ele como também outros deputados e senadores que articularam na Assembleia Nacional Constituinte a mudança da forma e do sistema de governo no Brasil. Cunha Bueno foi um deles. Como deputado constituinte, pretendia inserir a forma monárquica no país. Mas, para isso precisavam conseguir a revogação de uma cláusula pétrea que impedia a contestação da república, o que não era comum. Derrotados pela aprovação da forma republicana com sistema presidencialista, passaram a apoiar um projeto que solicitava uma consulta eleitoral a respeito das formas e sistemas de governo a serem implantadas no Brasil. Logo, com número suficiente de votos favoráveis, um plebiscito foi marcado para 1993 (Ibidem).

Em novembro de 1988, Antônio Henrique da Cunha Bueno fez seu discurso de posse como sócio honorário, que foi publicado na revista da instituição sob o título “O Plebiscito e a República”. Ele ingressou na política em 1970 sendo eleito na para a Assembleia Legislativa paulista pelo partido de apoio à ditadura civil-militar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Foi deputado federal em 1974 por São Paulo pela Arena, reeleito em 1978 e tornou-se secretário de Cultura de São Paulo no governo de Paulo Maluf. Reassumiu sua cadeira na Câmara em 1982 pelo Partido Democrático Social (PDS). Foi também deputado federal constituinte em novembro de 1986 pela legenda do PDS. Monarquista, teve notoriedade com sua proposta de realização do plebiscito, com argumentos de que no período monárquico o Brasil viveu seu momento de maior estabilidade⁴⁴ (Costa; Roberti, 2010).

⁴⁴ Nas votações da Constituinte, Cunha Bueno se opôs ao rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem política de discriminação racial e à limitação do direito de propriedade produtiva. Foi contrário à legalização do aborto, à estabilidade no emprego, ao turno ininterrupto de seis horas, como também foi desfavorável ao presidencialismo e ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Foi favorável à pena de morte, à pluralidade sindical e à soberania popular, por exemplo (Costa; Roberti, 2010).

Sua explanação no dia de sua posse no Instituto Histórico e publicada na *RIHGB*, grosso modo, foi permeada pela realização de uma campanha em favor da monarquia e do parlamentarismo para o plebiscito que aconteceria anos depois, em 1993. Com esse propósito, iniciou sua fala evidenciando a proteção incessante do imperador d. Pedro II com o Instituto, facilitando o desenvolvimento de diversos trabalhos e também a circulação sem interrupção da revista desde 1839. Relatou que se sentia honrado por integrar o quadro da instituição e que era filho de político⁴⁵ “sofrido pelas agruras da república”. Segundo diz, por seu pai, aprendeu rapidamente “a excelência da estabilidade e grandeza das instituições monárquicas constitucionais” (Bueno, 1988, p. 575). Logo, percebe-se que sua personalidade se encaixava com o perfil da instituição.

Além disso, Cunha Bueno reiterou que foi com esse espírito que apresentou e conseguiu aprovar na Assembleia Nacional Constituinte a emenda abolindo a Cláusula Pétrea e Emenda Popular, estabelecendo um plebiscito sobre a opção nacional pela república ou monarquia constitucional e o parlamentarismo ou presidencialismo em setembro de 1993. Em sua fala nota-se que ele se orgulhava desse fato e guardava como conquista, tanto que afirma ter conseguido ultrapassar o parágrafo 1º do art. 47 da Constituição de 1967, que determinava que não seria objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a federação ou a república. Em sua concepção estava devolvendo ao povo brasileiro “o que lhe pertence, o seu elementar direito de escolher sua forma e seu sistema de governo” (Bueno, 1988, p. 577). Procurou ainda demonstrar em sua oratória a instabilidade dos governos brasileiros para fortalecer a sua defesa de mudança. Assim, disse:

Foram doze estados de sítio, dezessete atos institucionais, dezenove rebeliões militares, duas renúncias presidenciais, três presidentes impedidos de tomar posse, quatro presidentes depostos, sete constituições diferentes, dois longos períodos ditatoriais e nove governos autoritários. Nos últimos sessenta e dois anos, somente um presidente civil terminou o mandato: Juscelino Kubistschek (Bueno, 1988, p. 577).

Em suas argumentações mobilizou também as instituições militares brasileiras. Segundo ele, àquela altura os militares já estavam cansados da falta de estabilidade política no país e tinham que “intervir na Organização do Estado para garantir as instituições democratas”

⁴⁵ Seu pai, Antônio Sílvio Cunha Bueno, foi deputado estadual em São Paulo de 1947 a 1950, secretário estadual de Negócios do Interior em 1955 e deputado federal de 1951 a 1965 e de 1966 a 1969. Em 1964 foi um dos organizadores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em 1969 teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5 (Abreu, 2010). É possível que tenha sido sobre este fato que seu filho se referiu quando falou do sofrimento de seu pai pelas tribulações da república.

(Ibidem). Além de tudo, defendeu a existência de um quarto poder, o poder moderador, para equilíbrio e manutenção da independência de todos os outros. Em sua compreensão, com a inexistência do poder moderador no Brasil e nas repúblicas vizinhas, o Exército acabava exercendo o papel dele e se desgastava com o povo, “conforme sabem muito bem inúmeros militares cansados desta função” (Ibidem).

Finalizou mostrando que para ele o Brasil deveria retomar “o perdido fio da meada” e aderir à monarquia parlamentarista, pois se tratava do “melhor caminho para o liberalismo e a social-democracia”. Sua campanha no IHGB estava ligada a esse propósito (Bueno, 1988, p. 578-579).

Seguido das considerações de Cunha Bueno, foi publicado também um discurso realizado em uma sessão ainda naquele ano de 1988 por Afonso Arinos de Melo Franco, como orador do IHGB. Neste encontro estavam presentes consócios, o presidente da instituição, bem como membros da diretoria e o Arcebispo do Rio de Janeiro D. Eugênio Sales.

Após uma explanação sobre as suas concepções a respeito da História, volta-se ao objetivo que lhe interessava na ocasião: propor que a *RIHGB* e o Instituto abrigassem o estudo, através de uma comissão especializada composta por historiadores da instituição sobre a “formação, a criação e benefícios que houve no Brasil através do sistema parlamentar de governo” (Ihgb, 1988, p. 591-592). Ao mesmo tempo em que lançava a proposta, se resguardava dizendo: “não é uma insistência, uma teimosia, não é uma pirronice de atitude. Não!” (Ibidem).

Encontrando a brecha para o assunto em meio a sua oratória, Arinos lançou de pronto o seu posicionamento, que evidentemente já era de conhecimento de todos: “Considero a solução brasileira a mudança do regime” (Ibidem, p. 592). Complementou dizendo que não se podia assimilar um regime de governo que não correspondia às suas origens e às suas finalidades. Além do que, em sua interpretação o presidencialismo não existiu na América Latina e em nenhum outro lugar fora dos Estados Unidos. Para conseguir ainda mais validade em sua fala, não hesitou em mencionar que Rui Barbosa de sua vida declarou que repudiava o presidencialismo e penderia para o parlamentarismo. Assim, insistiu:

Não estou aqui, portanto, falando como maníaco. Estou sentindo que isso é uma coisa importantíssima para todos nós e acho que o Instituto Histórico deve tomar a si a responsabilidade de construir um grupo que estude a elaboração, a fixação, o êxito do sistema parlamentar no Brasil [...]. (Ihgb, 1988, p. 592)

Na conclusão de sua exposição, repetiu que seria relevante se o Instituto Histórico fizesse esse estudo sobre o sistema parlamentar no Brasil e avaliou: “acho que nesse momento teria uma importância enorme, porque o que foi o sistema presidencial no Brasil nós já sabemos. Ninguém precisa nos ensinar. Eu acho que foi muito ruim. Muito Obrigado” (Ibidem, p. 593).

Logo, diante das explanações apresentadas, torna-se aparente que tanto Antônio Henrique Cunha Bueno quanto Afonso Arinos buscaram apoio às suas propostas no IHGB com a confiança de que encontrariam ali um local de acolhimento e de possível disseminação de seus propósitos. Certamente encontraram. A revista, ao publicar, deu visibilidade e espalhou o assunto entre seus sócios, que eram os principais leitores do impresso. Eles podem ter servido de porta-voz de muito sócios. Caso contrário, essas opiniões não ganhariam espaço ali.

É substancial, nesse sentido, lembrar que o IHGB alimentava uma “nostalgia imperial” – em termos de Ricardo Salles (2013). O autor, motivado pela reflexão acerca da vivência com a aprovação do plebiscito, ressaltou que esse sentimento estava presente em camadas da sociedade brasileira, principalmente nas elites intelectuais. Isso baseado na percepção de que no Império o Brasil era mais respeitável e honesto. Percepção esta que não conseguiu alcançar a maioria do país, já que no fim das contas o regime republicano foi mantido, bem como presidencialismo.

CAPÍTULO 3: A PLURALIDADE COMO ESSÊNCIA: O IHGB NA DÉCADA DE 1990

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é, reiteramos mais uma vez, simultaneamente uma academia, porque deve reunir nomes consagrados de suas diferentes áreas numa convivência superior, que acentua o humanismo e transcende o espírito de facção, qualquer que seja a característica deste [...] (Wehling, 1997, p. 1142).

Iniciamos este capítulo com o trecho de um pronunciamento que representa o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da década de 1990. O IHGB, assim como o país, passou, neste período, por significativos movimentos. Ocuparam-se com ajustes, conflitos internos, choques de narrativas e transposições de barreiras. Mas, ocuparam-se também com permanências, conveniências e convivências com questões que não quiseram mexer. Esse trecho faz parte de um discurso feito em 1997 por Arno Wehling, presidente do IHGB, diante de situações conflituosas entre sócios, que serão detalhadamente abordadas ao longo do capítulo.

Como o Brasil, o Instituto esteve nas mãos de três presidentes diferentes na década de 1990 e foi conduzido para despertares de novos tempos. Foram constituídos novos grupos, redes e parcerias. Neste período, que pode ser considerado como transicional para o Instituto, coexistiram indícios de atualizações e marcas tradicionais, bem como uma manutenção no padrão de escolha de sócios paralelo a uma guinada na inserção de professores universitários e pesquisadores no quadro social. Neste convívio entre grupos díspares, existiram desarmonias e discordâncias, que retrataram, por vezes, disparidades evidentes inclusive nas narrativas e pensamentos.

Por tudo isso, importa focar nos objetivos principais da tese, compreendendo as dinâmicas da instituição frente às transformações no período após o encerramento da ditadura e construção de uma nova ordem política após a Constituição de 1988. Neste contexto, buscou-

se perceber se dentro das dinâmicas do IHGB na década de 1990 houve espaço para discussões atualizadas sobre o recente regime ditatorial.

3.1 DE FERNANDO COLLOR A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Os anos de 1990 no Brasil foram marcados por importantes transformações econômicas e políticas. Havia pouco tempo em que novas regras jurídicas tinham sido pensadas, resultando na Constituição de 1988, definindo uma ordem democrática para o país; pouco tempo também que havia ocorrido a primeira eleição direta para a Presidência da República depois de 1961, em que mais de duas dezenas de candidatos disputaram o primeiro turno das eleições em 1989, ficando para o segundo turno Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Fernando Collor de Mello, do Partido de Reconstrução Nacional (PRN) (Sallum Jr, 2018, p. 163).

Enquanto a década de 1980 foi caracterizada pela abertura política e pela transição para o regime democrático, a década de 1990 foi marcada por mudanças que abriram a economia brasileira (Santana, 2007, p. 285). Segundo Sallum Jr (2018, p. 164), neste contexto, imaginava-se a democracia já assegurada e por isso, nesta eleição não houve controvérsia sobre o assunto, já que a própria eleição direta parecia efetivá-la.

Nesse sentido, o que se colocou na fileira de discussão eleitoral entre Collor e Lula foi a apresentação de alternativas econômicas a serem adotadas e nesse quesito os dois eram representantes de projetos muito distintos. Collor se apresentava como o “Caçador de Marajás”, aquele que iria contra funcionários públicos que acumulavam benefícios exorbitantes por meio de processos fraudulentos, e ao mesmo tempo que atacava a presença forte do Estado e defendia do ponto de vista econômico uma reforma liberal que rompesse com o caráter fechado e integrasse o Brasil ao Primeiro Mundo. Lula, por sua vez, defendia um desenvolvimento-distributivo conduzido pelo Estado para alcançar o crescimento econômico e atentar para a igualdade e distribuição de renda. A disputa, assim, ficava centrada na ação econômica do Estado a partir dessas duas propostas: reformismo liberal e desenvolvimentismo distributivo (Sallum Jr, 2018, p. 164).

Boa parte da população brasileira depositou o seu voto em Fernando Collor, que venceu as eleições contando com a significativa contribuição de sua campanha de marketing político. Como reitera Sallum, o candidato se anunciava como “jovem, vigoroso, econômico com o dinheiro público”, destacava sua imagem de bem-sucedido em suas viagens internacionais e

encontros com líderes mundiais e ainda “procurava acentuar sempre sua autonomia em relação a partidos políticos e grupos de pressão” (Ibidem, p. 165).

O início de seu governo foi envolvido de grande esperança popular. Os brasileiros, em bom número, tinham expectativas para seu mandato. Suprir a essas expectativas, entretanto, não parecia ser tarefa fácil, já que o país passava por grandes dificuldades econômicas, que envolviam hiperinflação e dívida externa, dentre outros fatores. Como resposta a esse problema, o presidente apresentou o Plano Brasil Novo, conhecido como Plano Collor (Ibidem, p. 166-167).

Seguindo uma agenda de ajustes econômicos, uma de suas primeiras medidas de governo foi a abertura comercial e a privatização de empresas estatais, além do confisco das cadernetas de poupança (Santana, 2007, p. 300). Seu plano produziu impactos sobre a vida econômica nacional envolvendo reforma monetária, reforma fiscal, políticas de renda, políticas de câmbio e de comércio exterior, mas acabou não alcançando seu objetivo central de liquidar a inflação, o que resultou em grande pressão sindical e dos partidos de centro e esquerda (Sallum Jr, 2018, p. 167).

Fato é que o presidente Fernando Collor se envolveu em escândalos e acusações de corrupção, que resultou em um processo de *impeachment*. Foi condenado pelo Senado à perda do cargo de presidente da República e declarado inabilitado por oito anos para exercer qualquer função pública (Ibidem, p. 186).

Com isso, seu vice, Itamar Franco assumiu a presidência e governou o Brasil no restante do mandato, do final do ano de 1992 a 1994. A continuação do governo com o novo presidente foi marcada pelos mesmos problemas de crise econômica e alta da inflação. Com seu ministro, Fernando Henrique Cardoso buscou, em linhas gerais, combater a inflação com estratégias de privatizações e estabilizar a moeda através do Plano Real (Santana, 2007, p. 301). Foram feitos ajustes fiscais e reformas na área monetária. A percepção deles era de que o problema da inflação estava no déficit permanente do Estado. Defendiam que para reduzir a inflação seria necessário trabalhar com as privatizações e redução de gastos públicos. Assim o plano avançou com as desestatizações. O programa de estabilização contava também com as mudanças na moeda nacional (Motta, 2018, p. 227-228).

Itamar Franco se tornou figura importante neste processo de controle da inflação e também no de construir um sistema político em harmonia com os preceitos da Constituição de 1988, conduzindo o país à uma estabilidade política (Ibidem, p. 220). Tinha, entretanto, pouco tempo para estruturar uma coalização capaz de vencer as eleições, assim concentrou seu apoio em Fernando Henrique Cardoso e usou de seu capital político para agregar base eleitoral à chapa

governista. Como afirma Marly Motta (2018, p. 230), “à medida que o real conquista corações e mentes, a ponte frágil e oscilante se transformou em um caminho pavimentado por onde desfilaria FHC”.

Fernando Henrique venceu a eleição presidencial. Mas, antes de percorrer os caminhos da política, trabalhou como sociólogo, lecionando na USP. Com o golpe de 1964, ficou exilado, retornando ao Brasil em 1968, ano em que foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5. Impossibilitado de exercer a docência em instituições públicas, fundou, junto com outros professores em situação semelhante, o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que, dentre outras atividades, elaborava pesquisas para empresas privadas. Sua aproximação com a política se fez com o MDB, quando a direção do partido lhe pediu que fizesse a atualização do programa partidário para as eleições legislativas de 1974. Esse trabalho resultou em sua filiação ao MDB/SP e posteriormente em sua candidatura ao Senado em 1978. Se manteve no partido, que passou a se chamar PMDB. Em 1988, a partir de dissensões, Fernando Henrique, acompanhado de um grupo de políticos, abandonou o PMDB e fundou o PSDB. Anos depois aceitou o convite do presidente Itamar Franco de trabalhar no Ministério da Fazenda e posteriormente assumiu a presidência do Brasil (Motta, 2018, p. 225).

Como presidente, permaneceu com o foco em manter a inflação em níveis baixos. Incluiu como projeto governamental a inserção do Brasil na economia global, sobretudo, em razão do resultado que isso poderia gerar no controle de inflação e queda dos preços internos. Com base no neoliberalismo, tendência ideológica em voga de Estado mínimo e ênfase às iniciativas do setor privado, deu prosseguimento, em ritmo acelerado, ao processo de privatização, que por sua parte tinha uma função financeira. Buscava-se sustentar a economia por meio de capital externo investido na compra de empresas estatais, sendo a privatização uma das marcas de seu governo neoliberal (Motta, 2018, p. 231-231).

Há ainda alguns pontos a serem destacados, ao que interessa para as reflexões deste trabalho sobre Fernando Henrique Cardoso como presidente da República no que tange decisões institucionais com relação aos militares das Forças Armadas. Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar que FHC, em seis anos de governo, extinguiu cinco ministérios militares. Criou o Ministério da Defesa e eliminou as pastas das três forças e a do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que foram substituídas por cargos não ministeriais de comandantes e de chefe do Estado-Maior da Defesa. Extinguiu o Gabinete Militar da Presidência e colocou no lugar o Gabinete de Segurança Institucional, em que o chefe continuou com status de ministro, porém, a pasta não podia ser mais ocupada por militar da ativa. Foram atitudes que podem ser consideradas significativas, pois mesmo com a passagem do poder aos

civis, havia uma manutenção de ocupações em lugares institucionais e governamentais por militares das Forças Armadas (Martins Filho, 2000).

FHC realizou alguns avanços importantes. Em outros aspectos, porém, considera-se que teve postura recuada, como o fato de procurar não desagradar os militares, mesmo em um quadro de crise econômica e contenção de gastos públicos. Dentro de rigorosa contenção na política salarial dos servidores públicos, o governo deu um tratamento diferenciado aos militares (Ibidem, p. 2-6).

Convém salientar que em seu discurso de despedida do Senado em finais de 1994, Fernando Henrique Cardoso afirmou que acreditava “firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil” (Motta, 2018, p. 219). Neste ensejo, em dezembro de 1995, a partir de grande pressão pelas comissões de familiares de mortos e desaparecidos, o presidente recém-eleito enfrentou um tema sensível à sociedade brasileira sancionando a lei 9.140, conhecida como “Lei dos Desaparecidos”, que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979” (Brasil, 1995). Foi criada ainda uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para analisar cada caso de denúncia sobre outras mortes não naturais, com motivação política no mesmo período (Rotta, 2008).

Essa lei estabeleceu condições para uma reparação moral de pessoas mortas por motivos políticos durante a ditadura civil-militar e também indenização financeira a seus familiares. Reconheceu de imediato 136 desaparecimentos. Com a lei, o Estado brasileiro se tornou responsável pelo desaparecimento e morte de todas essas pessoas e assumiu a condenação das violações dos direitos humanos praticadas pela ditadura com seus aparelhos repressivos (Rotta, 2008).

Contudo, esses atos não significaram uma profunda revisão do passado autoritário. Não à toa, entidades de familiares de mortos e desaparecidos demandaram ainda uma lei que fizesse um exame profundo das circunstâncias das violações de direitos humanos causadoras das mortes, a identificação dos responsáveis por elas e ampla divulgação para a sociedade. Essas questões fundamentais incomodavam os familiares que tinham a expectativa de que houvesse um maior esclarecimento dos fatos e um comprometimento do governo em responsabilizar os agentes que estiveram envolvidos com a prática de tortura, morte e desaparecimento de opositores ao regime ditatorial (Santos, 2008).

Durante a elaboração da Lei 9.140, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Nelson Jobim, para anunciar a decisão de criar essa lei de cunho indenizatório em que o Estado assumiria a culpa pelos crimes cometidos durante a ditadura, reuniram-se com

representantes das Forças Armadas. Procuraram deixar claro que se tratava de uma obrigação do Estado Democrático de Direito e não um ataque aos governos anteriores. Firmou-se que, para que fosse sancionada, não poderia haver acusações particulares (Ibidem).

Sendo assim, mostra-se que foi uma lei que, apesar dos avanços, apresentou deficiências frente à possibilidade de promover um ajuste de contas com a sociedade. Como conclui o sociólogo João Roberto Martins Filho, “depois de feitas as indenizações, tudo continuou como antes. As Forças Armadas continuam a controlar a chave dos arquivos do período ditatorial” (Martins Filho, 2000, p. 3).

Com a promulgação da lei, o governo buscou atender reivindicações da sociedade, o que deveria ser discutido dentro do regime democrático. Mas, ao mesmo tempo, não quis criar embate com as Forças Armadas. Com isso, deixou de lado discussões cruciais para o avanço da democracia (Santos, 2008). Martins Filho, no balanço geral que faz sobre a política do governo para as Forças Armadas considera que FHC “deu um passo à frente e dois passos atrás” (Ibidem, p. 14).

3.2 HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990 E OS 30 ANOS DO GOLPE

Neste interim, a década de 1990 foi, ainda que com certas reservas, um período propício para discussões a respeito da ditadura que havia findado no país. Além disso, foi nesta década que o golpe que culminou no regime completou 30 anos. Tudo isso foi conjugado aos próprios movimentos historiográficos de renovações advindos de novas correntes.

Sendo assim, mapear a produção cultural e historiográfica brasileira, visualizar as tendências ideológicas, políticas e intelectuais torna-se tarefa interessante, embora não seja fácil diante da complexidade do universo social do país. A década de 1970 trouxe, como já mencionado em capítulos anteriores, a expansão dos estudos históricos, das pesquisas e publicações em grande medida impulsionada pela criação dos cursos de pós-graduação no país. Essa nova realidade foi movimentando para as décadas seguintes, de 1980 e 1990, gradativamente, uma configuração diferente, propiciando uma ampliação dos debates historiográficos e uma renovação das linhas de pesquisa (Rago, 1999).

Concomitantemente, diversos grupos sociais, passaram a participar da vida pública, ampliando as formas culturais. Mulheres cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, nas universidades e outras instituições; negros com demandas na agenda pública; movimentos operários se reorganizando. Questões de gênero, de religião, sexualidade, relações raciais,

mobilizaram uma crescente produção acadêmica, que também buscou acompanhar os desenvolvimentos teóricos e temáticos de outros países. Junto a isso, havia também a preocupação em trabalhar especificidades e experiências históricas locais (Ibidem).

No momento em que havia visíveis sinais de esgotamento do marxismo como modelo de interpretação do passado, outras abordagens foram contempladas. Sujeitos sociais como mulheres, negros, escravos, crianças, entre outros, foram incluídos no rol de temas e problemáticas a serem estudados. Houve uma tendência a focalizar estudos sobre grupos mais estigmatizados e socialmente excluídos (Rago, 1999).

Foram também os impactos que a Nova História e a Nova História Cultural trouxeram na produção historiográfica brasileira dos anos 1990. Fruto da relação com a terceira e quarta geração do grupo dos *Annales*, com os expoentes Jacques Le Goff e Roger Chartier, novos temas e novas metodologias passaram a fazer parte do campo dos historiadores brasileiros. Foram incorporados nos estudos um conceito de cultura mais ampliado, além de cultura popular, história do cotidiano, vida privada e todo o desenvolvimento da história das mentalidades e do imaginário. Mary Del Priore é um exemplo de historiadora brasileira que já na década de 1990 aplicava em suas pesquisas essas influências da produção francesa, privilegiando temas como história das mulheres, da sexualidade, da criança, da família, da religião, entre outros (Belieiro, 2017).

São diversos os fatores que se entrecruzam e impactam na produção historiográfica brasileira desse período. Podem ser considerados no cenário de construção e renovação no modo de fazer história, dentre outros aspectos, a própria cultura historiográfica do país; as vivências contemporâneas no âmbito econômico, político, social e cultural; o abandono de certas teorias explicativas, bem como as influências teóricas, temáticas e metodológicas advindas de países do exterior, sobretudo, as da França, com quem historiadores brasileiros já alimentavam uma proximidade (Ibidem).

Há que se considerar ainda que a década de 1990 no Brasil foi aberta com os balanços e reacomodações resultantes dos últimos acontecimentos políticos do país, possuindo como novo alicerce a Constituição de 1988. Nesse período, forças políticas que atuaram, muitas das vezes, como antagônicas no cenário da ditadura, precisaram, neste tempo recente de democracia, conviver. Atores que haviam servido de sustentação à ditadura frequentaram espaços, sendo eles institucionais ou não, onde também coexistiam opositores que foram integrados à vida política brasileira após a Lei da Anistia e representantes de novos movimentos sociais. Foi uma década de grandes expectativas com a primeira eleição direta após a ditadura,

que logo foi surpreendida com um processo de *impeachment* e atravessada por uma onda neoliberal (Joffily, 2018).

Essa década lidou ainda com o aniversário e a “des-comemoração” dos 30 anos do golpe militar no Brasil, em 1994, o que torna esta data um momento de ativação da memória desse evento político e estimula a produção acadêmica e o mercado editorial a mobilizar o assunto. Como demonstra Mariana Joffily (2018), a produção historiográfica e a atenção pública aos 30 anos do golpe foi relativamente pequena, o que pode ser justificada pelo fato de não haver completado ainda nem uma década do final da ditadura, sendo a experiência autoritária ainda muito recente. “Era matéria a superar mais do que indagar” (Joffily, 2018, p. 206). Com o fim da ditadura civil-militar, a produção sobre ela no Brasil foi crescendo exponencialmente ao longo das décadas, assim, nos anos de 1990, embora pequena, quando comparada com as seguintes, a produção acadêmica e editorial sobre a ditadura e o golpe tiveram significância.

Como os historiadores ainda possuíam ressalvas em abordar temas considerados recentes, esse campo continuou sendo explorado, sobretudo, por cientistas políticos e pela imprensa (Ibidem, p. 218). Essa hesitação em estudar temas do tempo presente, inclusive, fez com que, no Brasil, os historiadores do pós-ditadura – principalmente os estudiosos dos anos de 1970 e 1980, mas também para os dos anos de 1990 - voltassem substancialmente a sua atenção para o período de governo de Getúlio Vargas e para o Estado Novo e um pouco menos para a experiência autoritária mais recente, buscando as bases do autoritarismo brasileiro. Mesmo cientistas políticos, em muitos casos, se concentravam em eventos da trajetória política brasileira de 1930 a 1954, com temas relacionados ao corporativismo, à esquerda, ao comunismo, autoritarismo e as configurações político-ideológicas, pois era uma forma de entender, através de um contraponto histórico, esse passado mais próximo⁴⁶ (Jegelski; Muller, 2018, p. 17).

⁴⁶ Alguns exemplos desses estudos são: Anastasia, Carla Maria Junho. Corporativismo e Cálculo Político – O Processo de Sindicalização Oficial dos Trabalhadores em Minas Gerais, 1932-1937 (1990); Boito Jr, O Sindicalismo de Estado no Brasil (1991); Boschi, R. (org) Corporativismo e Desigualdade (1991); Brandão, Gildo Marçal. A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista – 1920/1964 (1997); Capelato, Maria Helena. Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo (1998); Chasin, José. O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio (1999); Corsi, F. L. O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica (1996); Costa, Homero. A insurreição comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia (1995); D'araujo, M. C. A Era Vargas (1997); Dutra, Eliana Freitas. O artilheiro totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30 (1997); Tavares, José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo (1991); Gertz, René E. Estado Novo: um inventário historiográfico (1991); Vianna, Luiz Werneck. Dominação corporativa e classe operária (1999).

Alguns pesquisadores, entretanto, não deixaram de mergulhar diretamente no tema. O livro organizado por Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares, "21 anos de regime militar: balanços e perspectivas", e o outro por Caio Navarro de Toledo, "1964: visões críticas do golpe", foram obras publicadas em razão dos 30 anos do golpe e colaboraram para a identificação dos debates historiográficos realizados em torno das razões e da natureza do golpe.

A publicação de D'Araujo e Soares (1994), como eles mesmos afirmam, abre possibilidades para novas reflexões, busca caminhar na direção do reexame e do balanço do período, assim como procura dinamizar e manter aceso o debate. Reúne historiadores, sociólogos, cientistas políticos, economistas e antropólogos para tratar do golpe a partir de suas razões e raízes, assim como de atores institucionais como os sindicatos, militares, partidos políticos e empresários, além de abordar políticas econômicas e sociais. O artigo do próprio organizador, Gláucio Soares, lança mão de entrevistas com militares buscando analisar as explicações que esses atores, que são de diversas orientações políticas, apresentaram para o golpe. Maria Celina D'Araujo, também organizadora da obra, publica seu artigo no mesmo livro, abordando as origens do golpe, acompanhando especialmente a trajetória do PTB ao longo do governo de João Goulart e o que considera como contribuições desse partido para a radicalização que favoreceu as atitudes golpistas.

Como muito bem destaca Mariana Joffily (2018), com relação à natureza do regime, os organizadores destacaram o período pelo evidente mando dos militares, mas inseriram com ênfase a base civil que deu suporte, como setores empresariais e políticos, que se aliançaram com militares em prol de repelir a ameaça comunista. Entretanto, o artigo de Gláucio Ary Dillon Soares, que provavelmente foi o que mais reverberou nos debates historiográficos, amplificou de forma desmedida o papel e o protagonismo dos militares. Sua concepção foi a de que o golpe foi militar, assim como o regime, independentemente do apoio de setores civis.

O livro organizado por Caio Navarro de Toledo, por sua vez, apesar de ter sido publicado em 1997, foi produzido a partir de apresentações no Seminário "O Golpe de 64: 30 anos", realizado em março de 1994 pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp por ocasião dos 30 anos do golpe. Em sua afirmação foi uma iniciativa de "não deixar passar em brancas nuvens trinta anos decorridos do golpe de 64", enquanto "poucas foram as universidades do país que se lembraram de discutir e analisar, criticamente e em profundidade, este momento da vida política do Brasil" (Toledo, 1997, p. 11).

A obra reuniu análises de pesquisadores e participantes dos movimentos sociais e políticos dos anos de 1960, como Paul Singer, Argelina Figueiredo, Lucilia de Almeida Neves,

Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender, dentre outros, que buscaram entender as razões e significados do “golpe político-militar de 1964” (Ibidem, p. 9).

Constam na obra reflexões sobre os dilemas e perspectivas da economia brasileira na conjuntura de 1964 e as razões que levaram as elites políticas e classes dominantes a optarem pelo golpe; quadro político-institucional, lutas sociais e conflitos ideológicos; organização e mobilização de entidades de estudantes e trabalhadores na luta pelas reformas de base e aplicação da democracia; golpes ocorridos na década de 1960 na América Latina com a presença norte-americana; explicações para a vitória das forças conservadoras e reacionárias e o fracasso das tentativas de resistência; a derrocada do projeto do capitalismo nacional e do socialismo nacional; significado da ditadura militar no pós 64 e também conta com depoimento de um intelectual da resistência democrática relatando sua experiência como editor enfrentando a censura e a repressão (Toledo, 1997, p. 9-11)

A coletânea apresenta autores com perspectivas discordantes sobre os fundamentos do golpe e do “golpismo”, como observa Joffily (2018). O artigo de Caio Toledo no livro se desenvolve sobre o isolamento político de João Goulart, fruto da desconfiança da direita e da esquerda por conta de suas ambiguidades. Segundo ele, pairou-se na cena política brasileira a dúvida sobre quem daria o golpe: a direita acreditando que seria Goulart; e os setores progressistas temiam a reação conservadora e desconfiavam de Goulart, ao mesmo tempo (Ibidem).

Jacob Gorender em seu texto também publicado na obra afirma que estavam presentes no golpe a direita e a esquerda (Gorender, 1997). O texto de Argelina Cheibub Figueiredo explicava o golpe a partir de fatores econômico-estruturais conduzindo a tese de que democracia e reformas eram vistas como objetivos políticos conflitantes; que as esquerdas não tinham intenção de expandir os limites da democracia; que tinham tão pouco compromisso com o jogo democrático quanto a direita e que estavam sempre prontas a romper com a democracia para assegurar seus privilégios (Figueiredo, 1997). Assim, para Figueiredo as reformas de base seriam feitas à custa da democracia, enquanto significavam um aprofundamento da democracia para Gorender e Toledo. Em outros termos, a interpretação da autora apresenta-se com “um desdobramento político controverso: o de que é necessário contentar-se com os estreitos limites da democracia liberal representativa para evitar que as elites instaurem regimes autoritários” (Joffily, 2018, p. 22).

Há ainda na década de 1990, extrapolando os 30 anos do golpe, outros trabalhos que contemplam análises e reflexões sobre esse período autoritário no Brasil. São exemplos, Daniel Araújo Reis Filho (1990), com seu livro “A revolução faltou ao encontro”, em que volta seu

olhar para a trajetória das organizações comunistas brasileiras nos anos 1960, caracterizando seus pensamentos e práticas no período e avaliando os impactos com o golpe de 1964 até 1968; Marcelo Ridenti (1993), com “O fantasma da revolução brasileira”, livro que faz um balanço sociológico da experiência da luta armada contra a ditadura; Suzeley Kalil Mathias (1995), com sua obra “Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)” apresenta suas pesquisas sobre os fatores que determinaram o processo de distensão no governo de Ernesto Geisel; Carlos Fico (1997), com o resultado de sua tese de doutorado publicou o livro “Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”, onde traça um caminho para a história das mentalidades e das ideologias, juntamente com conceitos da história política, examinando a propaganda política que o regime ditatorial produziu no período de 1969-1977.

Em 1997 ainda foi lançado o livro “Versões e Ficções: o sequestro da história” com a reunião de textos de diversos autores, como Daniel Aarão Reis com três artigos, Marcelo Ridenti, Elio Gaspari, Renato Tapajós e outros, abordando os anos 60 e 70. Marcelo Ridenti dedicou-se, em seu artigo ao estudo da oposição armada ao regime civil-militar; Daniel Aarão Reis, ocupou-se em refletir sobre apropriações da memória, construção da memória da esquerda nos anos 60 e breves comentários sobre o filme “O que é isso companheiro?”.

No gênero memorialístico também surgiram publicações. Elas englobaram, principalmente, depoimentos de militantes e de militares, que revelaram as suas diferenças mais elementares: enquanto o primeiro grupo buscou manter viva a memória dos anos sombrios da ditadura brasileira, o segundo, em sua maior parte, preferiu o manto do esquecimento. De acordo com João Roberto Martins Filho (2002), no início dos anos de 1990, no contexto de fim da Guerra Fria, começou a segunda fase do que chama de “guerra da memória”, momento em que surgiram novas formas de memória no campo da esquerda e também de militares.

Contribuiu para colocar em evidência as memórias de militares o projeto dos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) pertencente à Fundação Getúlio Vargas, que ao longo de seu desenvolvimento entrevistou 17 militares a partir de um conjunto de questões similares (D’araujo; Soares; Castro, 1995).

Importante mencionar nesse sentido que os anos de 1990 no Brasil marcaram a consolidação de trabalhos com depoimentos orais, tanto que a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) foi criada em 1993 (Muller; Iegelski, 2018, p. 17). A História Oral tão logo se consolidou no país e já foi utilizada no desenvolvimento de trabalhos sobre o tempo presente com temas como o da ditadura.

Maria Celina Soares d'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro publicaram uma série de livros utilizando como base o material obtido com os depoimentos concedidos por militares ao CPDOC. Os livros “Visões do golpe: a memória militar sobre 1964”, “Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão” - ambos lançados em 1994 -, e o “A volta dos quartéis”, de 1995, foram elaborados com o objetivo de trazer dados para a compreensão de todo o ciclo, desde o golpe até a saída dos militares do poder. Para isso, usaram os depoimentos dos próprios militares que ocuparam postos de relevo com a intenção de “fazer com que os militares sejam, eles mesmos, parte na explicação da ascensão e queda do poder militar” (D'Araujo; Soares; Castro, 1995, p. 7). Dois depoimentos fornecidos ao projeto foram lançados em edições separadas: “Médici: o depoimento”, em 1995, com entrevista concedida pelo filho do ex-presidente Médici, Roberto Médici e também “Ernesto Geisel”, em 1997.

Outros livros também podem ser mencionados, como: “Militares, confissões”, do jornalista Hélio Contreiras, de 1998, que apresenta cerca de 40 depoimentos curtos de oficiais; “Memória viva do regime militar” e “Brasil: 1964-1985” de Ronaldo Costa Couto, ambos publicados em 1999, com 3 depoimentos militares (Martins filho, 2002).

De outro lado, surgiram também algumas biografias de personagens da esquerda armada. Como lembra Martins Filho (2002), em 1992 a jornalista Judith Lieblich Patarra lançou “Iara”, uma reportagem biográfica sobre a integrante da Vanguarda Popular Revolucionária e companheira de Carlos Lamarca. Alguns anos depois, em 1998, o jornalista Emiliano José publicou “Marighella, o inimigo número um da ditadura militar”, fazendo uma narrativa da vida do fundador da Ação Libertadora Nacional; em 1999, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio organizaram “Dos filhos deste solo”, expondo com detalhes a situação de centenas de mortos e desaparecidos políticos durante o governo ditatorial.

Pode-se considerar, frente a esse cenário editorial, que, diante da batalha da memória, os militares decidiram expor suas versões sobre as fases mais agudas da ditadura possivelmente por conta da posição vitoriosa que a esquerda estava conquistando. Somado a isso, o horizonte democrático, a consolidação do regime civil e a distância temporal, ainda que relativa, dos acontecimentos podem ter influenciado na escolha dos militares em fixarem versões próprias sobre a história (Martins Filho, 2002, p. 9).

3.3 A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO TEMPO: O IHGB NA DÉCADA DE 1990

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na década de 1990 passou por algumas atualizações, ao mesmo tempo em que conservou a sua forma de gestão e de produção. Os resultados aqui apresentados, nesse sentido, foram feitos com base nas análises da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1990 a 1999. Neste período, o IHGB esteve nas mãos de três presidentes diferentes: Américo Jacobina Lacombe que esteve à frente de 1986 a 1991; Vicente Tapajós, de 1992 a 1995 e Arno Wehling, de 1996 até 2017. Essa movimentação no quadro de direção, como já mencionado em capítulos anteriores, aconteceu, principalmente, em razão de falecimento ou a pedido dos mesmos por questões particulares.

Desse modo, Américo Lacombe, 1º vice-presidente passou a ocupar o cargo em 1986 em razão do falecimento do presidente Pedro Calmon. Em 1991, porém, Lacombe decidiu deixar a presidência por se sentir cansado em razão da idade e considerar que não possuía mais as mesmas forças para gerir o instituto assim como tinha quando assumiu. Para ele, o Instituto precisava de forças novas para que mantivesse o nível (Ihgb, 1992, p. 225). Assim, em 1992, Vicente Tapajós, que ocupava o cargo de 1º secretário, se tornou presidente, fixando-se nesse lugar até 1995. Antes, porém, de entregar o posto, já estava se ausentando de algumas sessões em razão de enfermidades e o vice-presidente, Arno Wehling, assumiu interinamente, até ocupar a função de fato em 1996.

Interessante salientar que esses três sócios que passaram pela cadeira da presidência nos anos de 1990 tiveram suas trajetórias profissionais envolvidas com a docência na área de História. Américo Jacobina Lacombe, formado em Direito, lecionou em vários colégios do Rio de Janeiro, como Colégio Jacobina, São Bento, Santo Inácio e Sion. Foi professor de História do Brasil no Instituto Santa Úrsula; fez parte do grupo que lançou as bases da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde também lecionou. Foi professor do Instituto Rio Branco, do Itamarati e ainda diretor da Casa de Rui Barbosa de 1939 até 1993 (Senna, 1993). Vicente Tapajós, formado em História, foi professor no ensino secundário de diversas escolas do Rio de Janeiro. Lecionou no Colégio Pedro II, na Faculdade de Filosofia Santa Ursula da PUC, foi coordenador Geral do Ensino de História do Instituto de Educação do Distrito Federal e docente do Departamento de História da UFRJ (IHGB, 1998). Arno Wehling, por sua vez, graduado em História e em Direito, e com Doutorado em História Econômica, teve sua carreira docente fundamentada no ensino superior, sendo professor da UFRJ, da UNIRIO e da Universidade Gama Filho (Cnpq, 2023).

Em um balanço da direção sob as mãos de Vicente Tapajós de 1992 a 1995, ele foi lembrado como o gestor que conduziu o IHGB de uma época a outra: da transição do Instituto “fechado em sua torre de marfim” para o “despertar de um novo tempo, há muito pressentido e

desejado, de abertura e sintonia às transformações e imperativos de nossos dias” (Miranda, 1998, p. 1759). Ainda que não tenha conseguido concluir esse processo, o seu ensejo foi valorizado. Tapajós foi visto como o presidente que teve a responsabilidade de ser o elo de transição desses dois momentos.

Sua gestão foi apontada anos depois como a que deu o primeiro passo concreto para a abertura de nomes para candidatos a sócios que pudessem ser escolhidos sem discriminação de ordem política ou ideológica. Sua direção foi lembrada ainda como a que, no âmbito administrativo, teve a iniciativa de reformular as atividades da CEPHAS com a realização de painéis e seminários a cargo de especialistas recrutados dentro do instituto ou fora dele. Além de ser recordado por adotar um Conselho Editorial para a revista que fosse capaz de zelar pela excelência da produção, dentre outros pontos que foram elencados.

Cabe deixar evidente que esse é um olhar de dentro da instituição, em que um sócio expôs os seus pensamentos sobre a gestão de Tapajós e teve respaldo para estar incluída na revista como uma visão institucional da gestão do ex-presidente. Foi fixado com clareza que Tapajós não conseguiu concretizar muitas das mudanças, mas, sob essa perspectiva, foi quem idealizou e deu os primeiros passos importantes, deixando Arno Wehling, que foi o presidente subsequente, indicado para desenvolvê-las (Ibidem, p. 1760).

Sendo assim, com relação a inserção de novos sócios na instituição, nota-se na década de 1990 uma constância nos padrões de escolhas, priorizando a entrada de pessoas com os perfis semelhantes de período anteriores, como diplomatas, militares e religiosos. A exemplo, foram inseridos aos quadros de sócios, Marcos Castrioto de Azambuja e Sérgio Rouanet, diplomatas; general Alberto Martins da Silva e Dino Willy, militares; Dom Matheus Ramalho Rocha, monsenhor Maurílio César de Lima e padre Fernando Bastos de Ávila, religiosos. Concomitantemente, percebe-se ainda uma inserção em maior significância de professores universitários e pesquisadores, como José Octávio de Arruda Mello e Maria Breatriz Nizza da Silva e outras mulheres, como Miridan Britto Falci, Esther Bertolleti e Vera Botrel. Esses contrastes se tornam significantes.

Miridan Britto Falci, com pós-doutorado e professora universitária; Esther Bertolleti com doutorado e atuante na área técnica de documentação da Casa de Rui Barbosa, Fundação Biblioteca Nacional e coordenadora de outros projetos de microfilmagem – algo relevante para a época, Vera Botrel, museóloga, com doutorado, havia sido coordenadora do Arquivo Fonográfico do Museu da Imagem e do Som, diretora do Museu Fundação Casa de Rui Barbosa, curadora em museus de arte nos EUA, professora de faculdades e na época diretora do Museu Histórico Nacional.

Percebe-se que algumas mudanças ocorreram no IHGB nesta década de 1990. Sabendo que estiveram na direção da instituição professores de histórias, pesquisadores e docentes universitários, é possível indagar - e até supor – que eles possam ter tido um papel importante nessa fase de transição do IHGB, conduzindo-o para uma frente mais crítica, reflexiva, próxima de instituições acadêmicas e universidades.

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, principal fonte de pesquisa para este trabalho, nos anos de 1990 permaneceu nos padrões e moldes antigos e tradicionais. Na grande maioria dos casos na revista ao longo dessa década foram publicados artigos e conferências de sócios e não de pessoas externas à instituição. Alguns sócios foram colocados na revista com um pouco mais de evidência e recorrência. Foi o caso do militar Cláudio Moreira Bento, na grande maioria das vezes com publicações referentes à história militar, e de Maria Cecília Ribas Carneiro com publicações de temas da história republicana brasileira mais recente.

Porém, nesse embalo gradual de pequenas renovações, a revista da instituição passou, nesta década, a ter suas publicações de forma mais agilizada em razão da moderna tecnologia da época, ao enviar seus materiais em disquete para a Imprensa Nacional realizar a impressão (Ipanema, 1997, p. 1154); o IHGB iniciou o processo de indexação de sua revista, algo relevante no cenário da comunicação científica (Ihgb, 1998); a revista foi ainda incluída no Guinness Book por sua antiguidade (Ihgb, 1995, p. 788); foi colocado como meta “prioritaríssima” da instituição realizar o projeto de informatização de seu acervo e o andamento da criação da home page do Instituto, a partir de proposta de Vera Botrel, diretora do Museu Histórico Nacional, que havia acabado de ingressar como sócia no IHGB (Ipanema, 1997, p. 1158).

As sessões da CEPHAS ocorreram também dentro dos moldes, mas com algumas atualizações. Nos encontros foram realizados, em grande medida, debates já programados a partir da exposição de algum sócio ou convidado sobre assunto de domínio do apresentador e pré-determinado junto ao presidente. Mas, havia espaço também para observações feitas pelos que estavam presentes. Desse modo, surgiam também, com frequência, debates com temas aleatórios, que eram imprevistos⁴⁷.

⁴⁷ Tal como uma discussão desencadeada sobre a lápide do marquês de Sapucaí. O assunto surgiu em uma reunião ordinária de sócios em 1996 quando o tesoureiro da instituição relatou que foi alertado por um pesquisador, através de fotos, que o túmulo do marquês de Sapucaí, que havia sido sócio do IHGB, estava abandonado no Cemitério do Catumbi. Levantou a possibilidade de o Instituto oficial à família, enviando as fotos ou a própria instituição assumir a responsabilidade de arrumar a lápide, registrando nela a homenagem. Vários sócios se manifestaram, até que um deles se lembrou que o bisneto do marquês, que era secretário de Justiça, esteve em uma conferência e se propõe a apresentar a situação para ele (Ihgb, 1996).

Nestas reuniões, em primeiro lugar, notou-se uma diminuição moderada da presença de militares e a conseqüente redução de conferências ou interlocuções sobre algo referente a história militar. Não significa dizer que não mais existiram, mas sim que se tornaram descontínuas. Essa baixa é perceptível quando comparada com as sessões da década de 1980, cujas análises foram aqui apresentadas no capítulo 2. Havia ainda, porém, a presença assídua nas sessões de alguns sócios que eram membros das Forças Armadas, como Cláudio Moreira Bento e Jonas Correia Neto.

Em segundo ponto, tornou-se mais frequente a presença de visitantes para realizarem conferências nessas sessões. Na maior parte das vezes, esses conferencistas convidados eram pesquisadores que desenvolviam seus mestrados ou doutorados, ou eram docentes em alguma Universidade Federal do país. Chegavam no IHGB através do convite de algum sócio da instituição, que em algumas vezes havia participado da banca de defesa da dissertação ou tese desses conferencistas. Foram, reiteradamente, convidados e anfitriões os consócios Arno Wehling e Miridan Britto Falci, ambos professores da UFRJ.

Miridan Falci foi, neste tempo, uma das poucas mulheres sócias do IHGB no período e retrata aquele perfil apresentado no Capítulo 1, de que as mulheres ingressantes na instituição, no geral, possuíam alto grau de qualificação. Mestre em História do Brasil pela UFRJ, Doutora em História Social pela USP e com Pós-doutorado na França, na época era professora da UFRJ (Cnpq, 2022). Além disso, comparecia em encontros da ANPUH, coordenando mesas. Miridan havia ingressado no IHGB nesta década, em 1993. Havia sido admitida há pouco tempo e já prestava uma dinamicidade para o instituto. Frequentava regularmente as sessões da CEPHAS e exercia a função de secretária. Ela pode ser destacada como uma figura importante de interlocução com acadêmicos, realizando essa aproximação deles com a instituição.

Passou-se a ser comum nesta década um sócio levar um convidado de sua proximidade, com trajetória na área de pesquisa para apresentar seus trabalhos e se tornar, talvez, um candidato a sócio no futuro. Era uma forma de angariar novas pessoas para o instituto, sobretudo, acadêmicos, e ao mesmo tempo montar uma rede de sociabilidade, algo muito prezado pela instituição. Miridan e Arno fizeram isso com excelência.

É o caso de Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Mary Del Priore, que foram convidadas para apresentar na CEPHAS e depois de algum tempo se tornaram membros da instituição. Lúcia Guimarães, hoje referência nos estudos sobre o IHGB, foi convidada por Arno Wehling a se apresentar na CEPHAS em 1997 (Ihgb, 1997, p. 1213). Teve ainda sua tese de doutorado,

defendida em 1995, publicada na revista do IHGB (Ihgb, 1995). O mesmo ocorreu com Mary Del Priore, que foi apresentada ao IHGB por Miridan Falci em sessão de 1998 (Ihgb, 1998, p. 1821). Alguns anos depois, ambas ingressaram como sócias no Instituto.

A instituição buscou ainda aproximar-se de universidades e instituições, principalmente, do Rio de Janeiro, como UERJ, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Museu Histórico. Estabeleceu, assim, convênio com a UERJ que designou oito estagiários do Curso de História para tratamento de documentação do período colonial arquivada no IHGB. Paralelamente, estreitou laços com instituições que já eram próximas como Instituto de Geografia e História Militar e Instituto Rio Branco - escola diplomática do Brasil (Ipanema, 1997, p. 1155).

Nesse sentido, observou-se um movimento de construir novas redes a partir de atitudes como essas de inserir novos sócios na instituição, convidar conferencistas, estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e universidades, enquanto também buscava preservar as redes já constituídas. Da mesma forma, constata-se um ritmo de inserção de sócios com novos perfis, acompanhando, em seu tempo, às transformações ocorridas com o crescimento da pós-graduação no país, ao mesmo passo em que resguardavam os sócios antigos e inseriam outros com perfis mais tradicionais. São observados, assim, movimentos em dois sentidos: de preservar as tradições, de um lado e alavancar para novas tendências, de outro.

Prezaram pelas redes de sociabilidades, buscaram integrar os familiares e enalteceram os méritos de seus congêneres, que eram rememorados e apreciados com muitos adjetivos e predicados. Realizaram homenagens de aniversários; lembraram sócios evidenciando aniversários de falecimentos. Exemplos são as diversas homenagens, em 1996, de aniversários em razão dos 80 anos dos sócios Antônio Houaiss, Vicente Tapajós, Marcos Almir Madeira, como também os tributos pelos 10 anos de morte de Pedro Calmon (Ihgb, 1996b); 1 minuto de silêncio pelo falecimento da esposa de Vicente Tapajós.

Preservaram também seus rituais e procuraram estreitar relações com representantes da Igreja, da diplomacia, das Forças Armadas e do governo. As sessões magnas, que são sessões especiais que aconteciam anualmente sempre no dia 21 de outubro, data de aniversário do Instituto Histórico, contam como um bom exemplo. Era um momento em que estavam presentes diversos sócios, como também, por vezes, o alto escalão da igreja, como o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles ou substitutos, monsenhores; autoridades diplomáticas, como cônsules gerais; autoridades governamentais, como representantes do prefeito. O ritual de abertura da sessão se desenvolvia com a banda do 1º Distrito Naval da Marinha do Brasil executando o Hino Nacional e, como tradição, eram lidas as *Efemérides Brasileiras* do barão do Rio Branco relativas à data.

Efemérides Brasileiras é uma obra que reúne textos do barão do Rio Branco que foram originalmente publicados no *Jornal do Brasil* de forma sequencial desde o seu primeiro número em 1891. Cada texto é um pequeno artigo diário comemorando ou indicando os principais acontecimentos históricos brasileiros, como uma espécie de efeméride. Rio Branco levantou dados e elencou para cada dia do ano fatos e eventos ocorridos na data sobre a história do Brasil, sendo evidente o interesse sobre a história militar, que ocupa grande espaço na obra. Publicou no jornal as efemérides do dia 1º de abril até o último dia do ano de 1891, enquanto que do primeiro trimestre nenhuma havia sido publicada. Haviam sido, entretanto, redigidas por ele e encontradas posteriormente em seus manuscritos com algumas falhas (Garcia, 2012).

Os textos foram todos reunidos e alguns anos após a sua morte, o Itamaraty ofereceu os originais ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tomou para si o encargo de completar as lacunas das efemérides (Garcia, 2012). Demonstrando apreço por ela, o Instituto resolveu, em assembleia geral em 1919, que daquela data em diante em todas as sessões seriam lidas a parte das efemérides referentes ao dia. Assim, Rio Branco seria o único sócio lembrado em cada sessão (Ihgb, 1996a, p. 348).

Desde então a prática tem sido mantida, estando presente inclusive nas sessões dos anos de 1990, o que demonstra que, mesmo com o passar de muitos anos, a instituição procurou manter suas tradições e a memória de Rio Branco. Além da leitura frequente das efemérides, ele foi regularmente mencionado em discursos. Tanto que em 1996 foi organizado um curso, denominado “Rio Branco – seu significado histórico”, que contou com um ciclo de conferências por ocasião das comemorações dos 150 anos de seu nascimento (Ihgb, 1996a).

Depreende-se a partir das leituras dos discursos e textos publicados na *RIHGB* que seu valor para a instituição se dava em reconhecimento, em grande medida, à sua presença, atuação e fidelidade enquanto foi sócio e presidente da instituição. Foi eleito sócio em 1867 e, como relatam, esteve desde este tempo sempre ligado ao IHGB, sendo presidente a partir de 1907 até o seu falecimento em 1912. Consideravam-no um homem que possuía “amor aos estudos históricos” (Ibidem, p. 338). Prestigiavam e reverenciavam sua trajetória de cônsul geral e ministro das Relações Exteriores, e o enxergavam como um exímio diplomata.

3.4 O IHGB EM 1994: CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA “INTENTONA” E “INSSUREIÇÃO” DE 1935 E A DISPARIDADE ENTRE SÓCIOS

Em vista dos acontecimentos políticos do país perpassados na década de 1990 e das tendências historiográficas em voga, focamos neste capítulo em refletir sobre as escolhas do IHGB no que diz respeito aos temas privilegiados nas sessões, nas discussões e nas publicações

da revista, bem como nas escolhas sobre admissão de sócios e sua dinâmica. Os questionamentos para esta década permanecem os mesmos. Para o IHGB dos anos de 1990 quais assuntos da história mereceram destaque? Em algum momento parou-se para refletir sobre ditadura ou democracia?

Para nos direcionarmos a caminho das respostas apresentaremos pouco a pouco alguns episódios que marcaram a instituição no período e nos forneceram material para aproximarmos de explicações que desvendam os trajetos percorridos pelo IHGB nesta década. Começamos, então, visitando a *RIHGB* de 1994, em sua edição de outubro a dezembro em que foi publicado um texto de Joaquim Ponce Leal, advogado, que neste mesmo trimestre foi admitido como sócio na instituição.

O texto intitulado “Elucidação sobre a Intentona Comunista de 1935” foi fruto de uma conferência realizada pelo sócio recém-admitido, em que procurava expor, a partir de sua perspectiva, os fatos ocorridos em 1935, durante o governo de Getúlio Vargas. Logo de início, Ponce Leal já anunciou que preferiria desenvolver sua conferência lendo o seu texto já pronto, embora tivesse a preferência por falar sem ele. Pontuou que sua decisão foi feita para não correr o risco de se afastar das regras do cavalheirismo e não permitir que alguma palavra inconveniente fosse pronunciada:

Embora prefira falar sem ler um texto, vou contornar essa minha preferência. É que abordarei algo capaz de despertar emoções. E será preferível ficar a prova escrita do que vou dizer. Desse modo, estarei seguindo uma antiga e sábia praxe do Itamaraty, que obriga os nossos diplomatas [...] a sempre fazerem discursos escritos. É uma boa prática. Ademais, lendo um texto, não correrei o risco de me desviar das regras do cavalheirismo – e não me esquecer do cavalheirismo é a minha própria maneira de ser – mas não devo permitir que alguma palavra menos conveniente seja pronunciada por mim, sob a emoção natural de tratar da tragédia brasileira de 1935, tragédia que me tocou de modo muito pessoal (Leal, 1994, p. 767).

A partir dessa sua fala inicial já é possível identificar que o novo sócio tentou preparar os seus ouvintes, sócios do IHGB, para introduzir um assunto delicado, que envolvia suas próprias emoções. Deixou claro ainda o seu desconforto e a tentativa em tentar polir palavras indesejadas que pudessem ultrapassar os limites da cortesia. Isto é, preferiu ler o texto para não se deixar dizer aquilo que talvez tivesse vontade.

Mesmo com a tentativa, deixou à mostra sua concepção sobre o assunto. Em sua fala seguinte apresentou o seu descontentamento com um pronunciamento que havia sido feito há pouco tempo no IHGB com o título “A Insurreição de 1935”. Afirmou que o estranhamento não partiu apenas dele, mas também de outros confrades do próprio Instituto Histórico e

também do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o qual parecia também fazer parte. Joaquim Ponce Leal estava se referindo à um texto publicado na revista anterior, na edição de julho a setembro de 1994, que tratou da transcrição de uma comunicação apresentada na Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) em agosto pela sócia historiadora Maria Cecília Ribas Carneiro.

Ponce Leal defendeu que o Brasil em 1935 sofreu o impacto de uma invasão estrangeira e que o governo precisou adotar medidas excepcionais imediatas para lidar com o caráter de agressão da invasão do “inimigo externo”, como afirmou. Seguiu assim, apresentando a sua perspectiva sob o argumento de que são fatos históricos provados e comprovados que a “Intentona de 1935” resultou de um complô comunista internacional.

Nessa direção, realizou afrontas diretas ao texto de Maria Cecília, sem mencionar em qualquer momento o seu nome. Referia-se dizendo “o pronunciamento feito neste instituto em 31 de agosto [...]”; “disse-se que [...]”, “se faz também, neste pronunciamento de 31 de agosto [...]” (Leal, 1994). Dessa forma, sua fala, que resultou em sete páginas transcritas, foi focada em produzir críticas à conferência de Maria Cecília. Seguiu, assim, contestando e contradizendo cada ponto da exposição da historiadora. Para Ponce Leal, a maior parte do pronunciamento feito por ela “é anedótica e destituída de qualquer valor histórico” (Ibidem, p. 768).

Segundo ele, Maria Cecília procurou dar a impressão de que 1935 foi uma insurgência, enquanto que para Ponce Leal, foi uma “verdadeira invasão estrangeira” (Ibidem, p. 767). Nesse sentido, procurou, ao longo de seu discurso, demonstrar o caráter agressivo dessa “invasão estrangeira”, sob a qual o governo precisou adotar medidas imediatas. Joaquim Ponce Leal prosseguiu argumentando que houve um “complô montado no estrangeiro” contra o governo brasileiro e que por essa razão, a Argentina com seu presidente general Agustin Justo, “horrorizado”, como diz, colocou as forças armadas argentinas à disposição do governo brasileiro diante “da gravidade do que acontecia em nosso país e pelo fato de o Presidente argentino ser também general honorário de Exército brasileiro; como oficial brasileiro não podia ficar indiferente [...] quando o Brasil estava ameaçado” (Ibidem, p. 768).

Assim, destaca que há duas afirmações no texto de Maria Cecília, em especial, que não poderiam deixar de serem contestadas, e que para isso faz alguns comentários em sentidos opostos a partir de sua vivência e conhecimento. Em primeiro ponto, incomoda-o a visão da historiadora de que o movimento de 35 “não foi esquerdista”, que tampouco visou estabelecer o comunismo e que resultou de insatisfação e desapontamentos. Ponce Leal sobre isso refutou:

Que a Intentona de 1935 foi comunista e resultou de um complô comunista internacional é um fato histórico provado e comprovado e, agora, conhecido ainda mais profundamente, em todo seu escândalo, depois que William Waak pesquisou nos arquivos secretos moscovitas, até ontem intocados. Com efeito, mais uma vez ficou evidente que os chefes comunistas brasileiros eram simples subordinados que cumpriam ordens dos soviéticos. Negar esse fato é tentar o impossível e ridículo. E cabe a quem contesta o ônus da prova. Não é possível e nem preciso responder ao que não foi provado (Leal, 1994, p. 768).

Em segundo ponto, contesta de maneira enfática outro trecho da exposição da autora que considera “lamentável”: o trecho em que ela nega a veracidade de alguns oficiais que foram assassinados pelos “insurretos comunistas” enquanto dormiam. Para ele, Maria Cecília usa argumentos insubsistentes. Ressalta que esses são fatos incontestáveis, já que foram amplamente noticiados pela imprensa da época, denunciados nas tribunas do Congresso e que “o que se disse sempre, se continuou e se continua dizendo é que os comunistas foram desumanos ao matarem seus companheiros que dormiam”. Leal ainda reforça: “aliás, nada há de estranho no banditismo do modo de agir comunista [...]” (Leal, 1994, p. 770). Questiona a exposição da historiadora Maria Cecília Carneiro: “[...] por que tanta preocupação em negar a brutalidade da ação comunista?” (Ibidem, p. 772).

Torna-se nítido, a partir da leitura da conferência de Joaquim Ponce Leal, que as enunciações feitas por Maria Cecília Carneiro a respeito dos oficiais que supostamente estavam dormindo é um grande incômodo para ele. Sobre isso, discorre vários parágrafos. Incomoda-o a afirmação de Maria Cecília que de os oficiais não estavam dormindo e que nenhum deles estava de pijama. Ponce Leal se preocupa com esse ponto e rebate minuciosamente afirmando que também se dorme durante uma prontidão rigorosa; que é preciso dormir fardado, sem descalçar as botas, podendo apenas afrouxar o cinturão; que na própria guerra, como na Primeira e Segunda Guerra Mundial, é preciso dormir; que o inquérito militar sobre o “levante comunista na Escola de Aviação” apontou que ao menos dois oficiais foram mortos quando dormiam. Por isso, replicou:

Se isso é uma tentativa de fazer *humour noir*, então o gosto por esse tipo de *humour*, relacionando-o com uma tragédia como a de 1935, é que constitui um desrespeito, um ultraje, e grave, à memória de todos os que tão bravamente serviram, lutaram ou morreram pela ordem e pelo País (Leal, 1994, p. 770).

Para firmar o argumento, prossegue citando alguns documentos militares que fizeram a mesma afirmação de que os oficiais estavam dormindo quando perderam suas vidas. Provocamos atenção, neste interim, a menção que faz ao general Ferdinando de Carvalho, que foi um militar que esteve ao comando de Inquéritos Policiais Militares (IPM's) instaurados contra

setores das esquerdas durante a ditadura iniciada em 1964. Foi um coronel que reivindicou ações mais contundentes das Forças Armadas contra a “ameaça comunista no período” (Mendes, 2021, p. 268). A citação de Ferdinando de Carvalho por Joaquim Ponce Leal não é imparcial, e sedimenta a análise aqui realizada a respeito da concepção e seu ideário sobre o comunismo, ameaça comunista e até mesmo sobre a ditadura civil-militar. Neste ponto ele se expressa:

Quero acrescentar que o general Ferdinando de Carvalho, que presidiu o IPM sobre o comunismo, após a Revolução de 1964, manifestou-se sua tristeza, ao ver, tanto tempo depois, que existe ainda quem tente distorcer a verdade. E me pediu que incluísse a sua declaração no meu texto, acrescentando que está de pleno acordo com tudo que estou dizendo (Leal, 1994, p. 771).

Faz menções à Ferdinando de Carvalho como uma referência sobre o assunto, utilizando seu nome para legitimar seus argumentos e contrariar as interpretações de Maria Cecília sobre 1935, com a seguinte passagem:

Também é de se lamentar-se, como diz o general Ferdinando de Carvalho, que nesta altura se venha negar verdades estabelecidas e que se tenha gasto trabalho, papel e tempo – tempo de quem escreveu o texto – e tempo dos que o ouviram - para tratar de um assunto já exaustivamente tratado por vários autores, quando aí estão os desafios da história do Brasil – colonial, imperial e republicano – a guardar a nossa pesquisa e a nossa interpretação (Leal, 1994, P. 773).

Assim, segue para o desfecho de sua contribuição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasil ratificando que “a Assembleia do IHGB certamente merecia mais que isso” (Leal, 1994, p. 773).

O pronunciamento de Maria Cecília Ribas Carneiro tão mencionado por Joaquim Ponce Leal, publicado em edição anterior, também em 1994, por sua vez, resultou em dezoito páginas fruto de sua conferência no IHGB sobre a “insurreição de 1935”. Tratou-se de uma exposição feita a partir de pesquisas em volumes do Inquérito Penal Militar sob a guarda do arquivo do Supremo Tribunal Militar, com entrevistas com figuras envolvidas nos acontecimentos de 1935. Conta também com depoimento de um acusado de envolvimento no levante, além de suas próprias impressões enquanto filha do juiz que sentenciou o fechamento da Aliança Nacional Libertadora.

Antes de focar no seu objeto, apresentou o contexto histórico anterior a 1935, mencionando as transformações sociais dos pós Primeira Guerra Mundial, o comunismo

implantado pela Revolução Russa de 1917, a propagação do comunismo no exterior, a reação das potências conservadoras e o surgimento da contraposição entre fascismo e comunismo.

Ribas Carneiro menciona a Ação Integralista Brasileira (AIB), com sua campanha e reprodução fascista no país e a Ação Nacional Libertadora (ANL), frente ampla antifascista reunindo comunistas, socialistas, liberais, militares e outros. Seu argumento é de que o “descontentamento e o choque entre os dois extremismos – da direita e da esquerda – iriam conflamar, novamente, o País” (Carneiro, 1994, p. 580).

Adiante, abordou outro assunto que estava em voga naquele período: a questão do aumento de vencimentos dos Ministros da Corte Suprema e das Forças Armadas. Discussão que provocava reação nos meios militares e que Carneiro trata com detalhes de informações, correspondências e depoimentos de figuras da época. No desenvolvimento de sua fala procurou mostrar a conturbada situação da época para situar que os levantes foram frutos das insatisfações e conspirações existentes principalmente no meio militar.

Sustentou que o levante de Natal, em 1935, foi uma revolta de cabos, sargentos, operários e funcionários públicos, e que a maioria desconhecia o que era o comunismo (Carneiro, 1994, p. 585). Segundo ela, a massa que aderiu pensava que se tratava de um movimento para repor o interventor Mário Câmara. Houve assim, em Natal, o combate entre os revolucionários e os oficiais legalistas.

Prosseguiu mostrando que a “rebelião” avançou por outras cidades, como no Recife e no Rio de Janeiro. Fala em “choque entre esquerdistas e direitistas”. Conta como organizaram as mobilizações, revoltas, como foram os combates e dominação do Quartel do 3º Regimento no Rio e decisões dos governantes. Destaca que, durante este levante, ocorreram conflitos de revoltosos e legalistas, além de feridos e logo após ocorreu a rendição e prisão dos revoltosos (Ibidem, p. 589-591).

Narra também o levante na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro. Revoltosos, segunda conta, conseguiram atacar na madrugada de 27 de novembro de 1935. Aproveitaram da escuridão, aprisionaram uma patrulha e mataram um cabo. Descreve o combate, diz que houve tiroteio e que o local ficou cercado pelos rebeldes e que depois, ainda na madrugada, as posições se inverteram e ocorreram mortes, no total de 19, além de 157 feridos e 134 prisioneiros. Neste momento faz a afirmação que incomoda Joaquim Ponce Leal:

Todos os demais que pereceram, tanto no 3º RI, como na Escola de Aviação, morreram lutando. Ninguém foi assassinado, dormindo, porque esses dois estabelecimentos militares estando em prontidão absoluta, não poderia permitir que seus comandos estivessem dormindo, e muito menos de pijama,

como muitos órgãos de imprensa informaram, alastrando um boato que perdura até hoje. Considero uma ofensa aos oficiais mortos essa lenda, pois todos foram bravos e morreram lutando (Carneiro, 1994, p 592).

Em seu desfecho, salienta ainda que “resistiram e morreram na luta dentro do quartel fieis à legalidade. Acusá-los de dorminhocos constitui até um insulto histórico” (Carneiro, 1994, p. 595). Estas foram as afirmações que parecem que mais incomodaram o novo sócio do IHGB. Carneiro ainda ressaltou que “a chamada intentona comunista não foi um movimento exclusivamente esquerdista, visando implantar o comunismo no Brasil. Foi o conjunto de descontentamentos e frustrações” (Carneiro, 1994, p. 594).

Finalizou com suas vivências diante dos ocorridos. Seu pai, Edgard Ribas Carneiro era Juiz Federal e com uma sentença fechou a Aliança Libertadora. Como consequência, afirmou ter recebido ligações de comunistas em várias madrugadas e ter sido ameaçada de sequestro por eles. Por isso, passou a ficar em sua casa um cabo da Polícia Militar, que permaneceu por 15 anos (Carneiro, 1994, p. 596).

Sua visão está em certa confluência com a historiografia que se consolidou posteriormente. A historiadora Marly de Almeida Vianna mostra que o fato de os comunistas terem aderido ao golpe, não deu a ele características socialistas. “Só mesmo a má-fé ou o absoluto desconhecimento dos fatos pôde ver nos acontecimentos de Natal um levante comunista. A maioria dos participantes não sabia explicar o porquê da rebelião” (Vianna, 2007, p. 90). Tendo conhecimento dos acontecimentos considera um absurdo atribuir os levantes às ordens de Moscou, pois há provas de desarticulação do movimento. Em Natal ocorreu de surpresa por questões políticas locais e agitações do quartel; no Recife, por determinação do secretariado do Nordeste que desencadeou a quartelada sem conhecimento do que ocorria em Natal, com despreparo político e militar. No Rio de Janeiro, Luís Carlos Prestes que decidiu pelo levante nas unidades militares, ficando marcada para 27 de novembro, com o argumento de dar apoio aos movimentos do Nordeste, não os abandonando à própria sorte. Nesse momento é que as tarefas do movimento no Rio foram distribuídas, que Prestes buscou contato com a Internacional Comunista em Moscou para avisar da decisão tomada e com os antigos companheiros da coluna. O levante foi derrotado. Diante dos movimentos, o governo criou a Comissão de Repressão ao Comunismo, iniciando uma repressão (Vianna, 2007, p. 90-94).

Ainda segundo Vianna, “os movimentos desencadeados em novembro de 1935 foram a última manifestação da rebeldia tenentista” (Ibidem, p. 101). Seguiam tradições de lutas que vinham ocorrendo desde 1922 e exprimiam anseios de camadas da população que queriam novos rumos para o país, transpondo os domínios dos grupos da República Velha. Os levantes,

apesar de terem o elemento tenentista em comum, possuem notáveis diferenças: em Natal, o movimento eclodiu a partir de revolta de militares subalternos e contou participação popular; no Recife, foi desencadeado pela direção regional do PCB e não teve sucesso com a população civil; no Rio de Janeiro, determinados por Prestes, os levantes foram de quartel (Ibidem, p. 102).

Conforme Marly Vianna explicita, foram escritas muitas calúnias sobre novembro de 1935. As rebeliões foram chamadas de “intentona” e “intentona comunista”, em tom depreciativo e com vestes ideológicas anticomunistas. Entretanto, como adverte, elas não tiveram caráter socialista. “A plataforma do movimento era a dos tenentes, de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia – por pão, terra e liberdade” (Vianna, 2007). O programa era justo, mas não significa que não houve erro de avaliação política. Acreditavam que as revoltas eram formas eficazes e justas para a realização de mudanças. Erros foram cometidos pelos rebeldes.

É um assunto que deixou trauma na memória política brasileira e que a direita por vezes resgata apresentando os protagonistas como marionetes de Moscou. Mesmo tendo passado muitos anos o tema estava em disputa pela memória nos anos 90, assim como permanece até hoje. Apesar de haver uma historiografia sobre o assunto, escritas construídas a partir do anticomunismo são disseminadas, assim como foi a de Joaquim Ponce Leal na revista do IHGB em 1994.

A historiografia sobre o tema é centrada, sobretudo, em Nelson Werneck Sodré (1986), Marly Vianna (2007), Homero Costa (2015) e Rodrigo Patto Sá Motta (2020). Esses estudiosos demonstram que o termo “Intentona Comunista”, utilizado no IHGB por Joaquim Ponce Leal, é usado por aqueles que querem disseminar uma imagem depreciativa sobre o movimento, acusando-o de improvisado, temerário e insensato. Sendo que o que a historiografia nos mostra, é que embora tenha sido precipitado, o movimento tinha algum planejamento prévio. A historiografia ainda argumenta que as revoltas não foram provocadas por comunistas, mas sim por militares da ANL, remanescentes do movimento tenentista. A interpretação de Ponce Leal reproduz o anticomunismo ao, em primeiro lugar, utilizar esse termo no título e explorar em seu discurso fatores externos de que os atos foram comandados por Moscou, passando a ideia de que os protagonistas eram manipulados por ordens soviéticas. A historiografia aponta fatores internos como responsáveis por esses atos, como agitação política nacional, desgaste dos governos estaduais, greves operárias.

Não temos o objetivo aqui de discutir detidamente os fatos ocorridos em 1935. Mas sim, a intenção de demonstrar a disparidade nas concepções entre os dois sócios que realizaram suas

conferências no IHGB e as reverberações que se deram diante dessas discordâncias. De um lado, Ponce Leal procurou culpabilizar os comunistas do movimento que chama de “intentona comunista”, deixando explícito sua percepção de que fizeram à mando de Moscou. Em contrapartida, Maria Cecília Ribas Carneiro procurou demonstrar o fator militar presente nos movimentos que foram frutos de descontentamentos e frustrações e de um contexto conturbado por aspirações distintas.

O tema discutindo, mesmo não se tratando de ditadura, interessa-nos, já que aborda assuntos que são comuns nos dois períodos: no governo Vargas e na ditadura iniciada em 1964. Os períodos iniciados em 1935 e 1964 se identificam como fases de anticomunismo agudo em que a “ameaça comunista” foi argumento político para justificar golpes políticos e para adotar medidas repressivas contra a esquerda. Foi, aliás, a “Intentona Comunista” um evento, em grande medida, responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no país (Mota, 2002).

Além disso, esse material fornece uma amostra de como um assunto como este é tratado na instituição. Isso abre espaço para se pensar que ainda que algum membro tivesse o interesse em falar sobre o golpe e a ditadura no país de forma crítica, possivelmente, encontraria empecilhos, contestações e disputas acirradas de narrativas.

Joaquim Ponce Leal tinha acabado de ser admitido quando sua contestação sobre a explanação de Maria Cecília Ribas Carneiro foi publicada na revista. Atentamos para o fato de sua crítica ter sido acolhida e ainda publicada, ganhando espaço na revista da instituição, mesmo com sua inserção recente como sócio, colocando em questão a fala de uma sócia um pouco mais antiga, admitida em 1988, e com assiduidade e prestígio no Instituto.

No caso apresentado, são dois sócios que possuem visões opostas sobre o mesmo tema e trajetórias que se chocam em 1994 no IHGB. São perspectivas que envolvem conceitos e tomadas de posição. Embora não tenhamos muitos elementos sobre a biografia de Joaquim Ponce Leal e seus escritos, sabemos que foi advogado e que foi admitido no Instituto Histórico em 1994 por conta de seu livro, “Os Homens e as Armas”. Livro que foi escrito entre 1971 e 1975 tratando sobre a província de Mato Grosso, o conflito entre campo e cidade e a atuação de Generoso Ponce, seu avô. Desde sua associação no Instituto Histórico tornou-se presença ativa nos encontros. Em seu falecimento em 2002 foi lembrado no IHGB e descrito como “incisivo e polêmico”. Na homenagem foi ratificada a informação ainda de que no Instituto ele contou com “admiradores e oponentes”, mas “nenhum capaz de negar os predicados intelectuais que lhe ornaram a biografia” (Miranda, 2003, p. 275-276).

Maria Cecília Ribas Carneiro, ingressou no IHGB em 1988. Era professora primária formada pelo Instituto de Educação, onde também lecionou. Estudou posteriormente na Faculdade Nacional de Filosofia, onde cursou Jornalismo e depois História das Artes. Com isso, foi também professora secundária lecionando no Instituto de Educação, inglês, geografia, português e francês, e no Curso Normal, sociologia educacional. Foi jornalista e atuou como advogada – “em bom tempo militante”, conforme palavras de Cybelle de Ipanema em recepção de Maria Cecília ao IHGB (Ipanema, 1989, p. 238). Foi também bolsista da Organização dos Estados Americanos (OEA) nos Estados Unidos para pesquisar documentos sobre a participação do Brasil na 2ª. Guerra Mundial e bolsista da Faculdade Cândido Mendes, nos Estados Unidos, pesquisando documentos sobre 1964 (Ihgb, s/d).

Em saudação a Maria Cecília por sua entrada no IHGB, Cybelle destacou que a convivência de Maria Cecília através de seu pai Edgar Ribas, professor, juiz e desembargador, com políticos e parlamentares fez com que encaminhasse o seu gosto pela História Contemporânea do Brasil, ramo em que se fez autoridade e que fez parcerias de escrita com Hélio Silva⁴⁸ (Ipanema, 1989). Assim, nestes anos de 1990 já possuía uma produção extensa sobre o período republicano brasileiro e sobre os presidentes do país.

Colaborou constantemente com conferências e publicações na *RIHGB*, além de ter sido uma frequentadora assídua nas reuniões do Instituto Histórico até o seu falecimento em 2008. Na década de 1990, em especial, é nítida a sua presença e participação nos trabalhos do Instituto. Nota-se através da análise da *RIHGB* nos anos de 1990 que as suas escritas e pesquisas tinham lugar no Instituto. Maria Cecília escrevia e realizava comunicações na instituição sobre o tempo presente, e tinha seus textos publicados na revista. Além de sua comunicação aqui apresentada, neste período foram publicados textos seus sobre Oswaldo Aranha (1894-1994); sobre o atentado a Carlos Lacerda; sobre o ataque ao Palácio da Guanabara em 1938; sobre 1961 e as dificuldades de João Goulart assumir à presidência após a renúncia de Jânio Quadros; cinquentenário da FEB; Café Filho, entre outros.

Percebe-se que ela foi, gradativamente, se aproximando de assuntos contemporâneos, chegando perto de abordar 1964. Chegou em 1961, tratando minuciosamente das dificuldades

⁴⁸ Com Hélio Silva, Maria Cecília Ribas Carneiro escreveu diversos livros, algum deles utilizando fontes orais. Podem ser citados: *Nos braços do povo, 1951-1954* (1975); *O Estado Novo, 1937-1938* (1975); *nasce a República* (1975); *O primeiro 5 de julho, 1920-1922* (1975); *A renúncia* (1975); *Os Presidentes: Getúlio Vargas* (1983); *Os Presidentes: Juscelino Kubitschek* (1983); *Deodoro da Fonseca: 1º presidente do Brasil* (1983); *Os Presidentes: Washington Luís* (1983); *História da República Brasileira: fim da Primeira República* (1985), dentre outros

de João Goulart em assumir a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Deixa indícios de que considerava que João Goulart não deveria ter passado por tantos entraves para tomar posse e de que era de direito dele ocupar a presidência. É um artigo que causa atenção já que até então, dentro do período estudado desde 1964, não foi localizada qualquer menção à João Goulart que não fosse de forma negativa na revista do IHGB. Esse artigo de Maria Cecília foi publicado em 1993 com o título “Os treze dias que abalaram o Brasil (25 de agosto a 7 de setembro de 1961)” (Carneiro, 1993).

Ela foi, no período, a sócia que mais publicava na *RIHGB* sobre o tempo presente. Seu ritmo de publicações na *RIHGB*, todavia, parece ter sido interrompido pela situação criada por Joaquim Ponce Leal ao criticá-la diretamente na tribuna do Instituto. Não temos informações do que ocorreu nos bastidores, mas logo após o ocorrido, seus textos cessaram por um tempo na revista. Suas contribuições que eram constantes e seguidas na revista se tornam escassas e mais distantes do tempo presente, sendo reduzidas a homenagens a sócios, por exemplo. Sua presença na instituição, porém, continuou tendo inclusive ocupado em 1995 a função de secretária interina da CEPHAS, redigindo ata de sessão, pela ausência da titular.

Passados os anos, Maria Cecília, em 1999, apresentou na CEPHAS uma comunicação com o título “Como nasceu a História do Governo Castelo Branco”, sendo a primeira vez que um tema da ditadura foi explorado diretamente em uma sessão do IHGB em formato de comunicação – ou ao menos que foi publicado na revista. Esse dado foi encontrado em uma ata de sessão, onde foi relatado brevemente o resumo de sua apresentação sem muitos pormenores. Temos apenas a informação de que a conferencista recordou fatos da época, que ao final houve intervenções dos sócios – militares, diga-se de passagem-, e que no momento de aprovar a ata, houve correções (Ihgb, 1999, p. 997).

3.5 O INÍCIO DO PERFIL PLURICORPORATIVO E A NECESSIDADE DE UMA “CONVIVÊNCIA SUPERIOR”

Há que se considerar que o mal-estar entre Maria Cecília e Joaquim Ponce não se encerrou em 1994. Em 1995 em um encontro da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) do IHGB, Maria Cecília procurou defender seu parceiro de escrita, Hélio Silva, após o seu falecimento, da acusação de plágio feita por parte de outro sócio do IHGB, Alberto Venâncio Filho. Hélio Silva havia falecido há um mês e o assunto veio à tona, sendo tratado na Academia Brasileira de Letras, chegando até a imprensa e no Instituto. Incomodada com a situação, Maria Cecília na sessão da CEPHAS de 22 de março de 1995 quis esclarecer o

episódio dentro do IHGB sobre o recém-falecido sócio. Afirmou que Hélio Silva foi “iludido na sua boa-fé por pesquisadores que contratara”. Continuou explicando que o texto compõe o Dicionário do CPDOC e que na época o fato foi conversado com coordenador do projeto. Pontuou que “considera descabido o protesto que faz, agora, depois da morte”, se referindo à acusação feita por Alberto Venâncio (Ihgb, 1995, p. 743).

Alberto Venâncio Filho não estava presente nesta sessão. Por isso, no encontro seguinte da CEPHAS, em 5 de abril, se pronunciou para tratar do assunto do plágio de Hélio Silva e da defesa feita pela sócia na sessão anterior. Iniciou dizendo que a afirmação de Maria Cecília de que ele se manifestou apenas após a morte de Hélio Silva era “mentirosa e leviana” (Ibidem, p. 745). Seguiu, assim, informando que quando teve conhecimento, tomou posição e recebeu carta em resposta. Exibiu cópias da carta e entregou para diretoria do IHGB para decisão sobre o “problema da ética na pesquisa e redação por parte do historiador” (Ibidem). Maria Cecília, por sua vez, não estava presente neste encontro.

Conforme noticiado na *Folha de S. Paulo*, o advogado Alberto Venâncio Filho fez a acusação de plágio ao historiador Hélio Silva em sessão da Academia Brasileira de Letras em março de 1995, após o discurso de Cândido Mendes em homenagem ao historiador. Foi neste momento, segundo o jornal, que Venâncio Filho pediu a palavra e apresentou ao presidente da ABL o que chamou de “provas do plágio”.

A discussão, que no interior do Instituto Histórico e Geográfico, estava sendo entre Maria Cecília Ribas Carneiro – em defesa de Hélio Silva - e Alberto Venâncio Filho, teve a entrada de Joaquim Ponce Leal, que nesta sessão de 5 de abril diz se solidarizar com Alberto, dizendo-se também “vítima de assalto em seu patrimônio intelectual e espiritual”. Com isso, Joaquim Ponce que havia há pouco tempo criado uma indisposição com Maria Cecília, alimentou mais uma vez esse mal-estar ao se colocar ao lado de Alberto Venâncio e mais do que isso: de ter sido o único a se pronunciar sobre o assunto, além dos dois, em tribuna do IHGB. Arno Wehling, presidente do IHGB se ateu a atender o pedido de decisão, afirmando que encaminharia a proposta para consideração (Ihgb, 1995, p. 745).

O assunto, que possivelmente rendeu conversas entre os sócios e a diretoria, posteriormente não teve mais nenhum registro em ata. Há um único registro feito na sessão seguinte, de 12 de abril de 1995. Nesta reunião, foi feita a leitura da ata anterior, como de praxe, para aprovação. Entretanto, para que fosse aprovada, a observação feita por Alberto Venâncio Filho “de que falara naquela sessão, não por provocação sua” teve que ser incluída, de acordo com seu pedido (Ibidem, p. 746).

Para além disso, torna-se interessante mencionar que, com a leituras das atas de sessão desses anos, é perceptível a existência, em algum grau, de grupos formados dentro da Instituição. Percebe-se, por exemplo, que quando Alberto Venâncio Filho se manifestava em sessões, Joaquim Ponce Leal também usava da palavra na ocasião, geralmente em confluência com Venâncio, e vice-versa.

Todas as situações apresentadas nos propiciam algumas reflexões sobre o IHGB da década de 1990, em especial, de 1994; sobre a expectativa de que haja alguma menção sobre a ditadura marcando os 30 anos do golpe e ainda, sobre a organização da instituição, as redes de sócios e os conflitos. São fatos que, de alguma maneira, retratam um clima de tensão que existiu entre determinados sócios do IHGB, sobretudo, um choque entre aqueles mais conservadores e os mais progressistas - resumindo de forma simplória.

Compreende-se que existia um convívio, nem sempre harmônico, entre os consócios e entre as narrativas ali propagadas. Havia ainda na década de 1990 uma presença significativa de membros das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que existia também uma presença crescente de professores universitários, pesquisadores e acadêmicos. Encontros estes que nem sempre pareciam ser harmoniosos.

Situações de desconforto, nesse sentido, não pareciam ser incomuns no IHGB, sobretudo, nos encontros da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas da década de 1990. Outro caso ocorreu em 1995 envolvendo Marcos Ribeiro Corrêa, visitante no Instituto. O caso inicia-se em 17 de maio deste ano, quando na CEPHAS, Marcos Corrêa afirmou em sessão que detectou mais de 700 erros no “Atlas da História Universal - The Times”, de *O Globo*, até o 9º fascículo. Considerou que a falha se deu na tradução e citou como exemplos, erros de toponímias, fatos e mapas. Na ocasião, disse que já havia contactado a editora e o tradutor, sem sucesso (Ihgb, 1995, p. 756). Alguns meses depois, em 20 de setembro do mesmo ano, o “frequentador Marcos Ribeiro Corrêa” – como é referido em ata – informou que *O Globo* respondeu que faria pequena errata das observações que apresentou. Marcos na ocasião agradeceu o apoio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do IHGB (Ibidem, p. 779-780).

No mês seguinte, em 11 de outubro de 1995, entretanto, ele, ainda como visitante na sessão da CEPHAS, pediu a palavra para fazer uma explicação pessoal. Esclareceu que para suas críticas ao “Atlas da História Universal” não recebeu apoio do Instituto, e sim apoio moral de sócios. Fez a ressalva de que apoio institucional recebeu do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, onde é membro. Por conta disso, Jonas Correia Neto, sócio militar, pediu

explicações da diretoria. O presidente Arno Wehling, por sua vez, se manifestou e quis saber se Marcos recebeu o parecer da Comissão de História (Ibidem, p. 783).

Apesar de não possuímos muitos elementos para analisarmos essa situação instalada na sessão da CEPHAS do IHGB em 1995 e estarmos restritos ao que foi informado em ata, trata-se de um fato que demonstra mais um mal-estar instalado na instituição. Pode ser considerado mais uma amostra da divergência de pensamento e da posição institucional, que muitas vezes, nestes últimos anos procurou ser imparcial. Além disso, deixa em evidência a importância de separar o que é dito em nome da instituição e aquilo que é dito em nome de sócios. Falam em nome do IHGB, mas em muitos casos estão representando estritamente o seu próprio pensamento.

Jonas Correia Neto que se manifestou neste caso do visitante Marcos Corrêa, foi um sócio militar assíduo na instituição e algumas vezes levou falas polêmicas para o interior do IHGB. Em 5 abril de 1995, poucos dias após a efeméride dos 31 anos do golpe de 1964, na sessão da CEPHAS, Jonas Neto, fez um pronunciamento sobre a “Revolução de 31 de março de 1964”. Há poucas informações sobre sua explanação. Em ata houve o registro de que ele afirmou se surpreender com a intenção de vários setores de ignorar “esta revolução” e apresentou sua opinião que a História deveria analisar e tomar posição, sendo contra ou a favor (Ihgb, 1995, p. 746). Nada além disso foi anotado no relatório de sessão. Não é possível saber se foram feitos comentários ou interferências e qual foi a reação dos sócios presentes.

Mas, a partir do pequeno registro e do termo utilizado para se referenciar ao golpe de 1964, chamando-o de “revolução”, há o conhecimento sobre o posicionamento do sócio. Jonas Correia Neto, que foi uma figura muito frequente nas sessões da CEPHAS, é filho do Jonas Correia Filho, militar e sócio do IHGB, apresentado no capítulo anterior. Há pouco tempo, em 1990 havia sido nomeado ministro de Estado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ocupando o cargo até 1991, quando foi transferido para a reserva remunerada, deixando de desenvolver atividade profissional ligada ao militarismo. Isso explica o fato de ter entrado no IHGB logo em seguida, em 1992, como sócio titular e ter se tornado a partir de então um membro dedicado e presente na instituição.

Sendo assim, Jonas Correia Neto levava visitantes para participar das sessões e fazia intervenções em quase todas as reuniões das CEPHAS. Em uma sessão de outubro de 1996, Jonas Neto deu notícias de eventos que aconteceriam no Rio de Janeiro na semana que seguia. Um deles era o “Encontro Nacional de Estudos Estratégicos” no BNDES e Petrobrás; o outro, era a exposição fotográfica sobre “Direitos Humanos no Mundo Atual”, no espaço cultural do metrô, que contou com apoio do MEC, UNESCO e UERJ. Segundo o sócio militar, a exposição

apresentou as agressões ao direito, como as ações dos nazistas, dos fascistas, do Chile de Pinochet, mas observou “que não havia nenhum painel sobre Cuba ou URSS”, o que para ele “demonstra a ideologia partidária na exposição”. Completou que “trata-se de uma importante contribuição ao assunto, mas apresentada de modo parcial” (Ihgb, 1996, p. 1233).

Em 1º de outubro de 1997, também na sessão da CEPHAS, o sócio militar Jonas Correia Neto, em posse da palavra, fez explanações sobre o centenário de Canudos, que foi, aliás, um tema largamente explorado no IHGB nos últimos anos da década de 1990. Sua fala foi dedicada a rememorar seu avô, que segundo disse, “foi promovido por bravura naquela campanha”. Comentou ainda sobre o papel da Igreja, sobre o armamento dos sertanejos e “à violência de ambas as partes”. Afirmou que “as primeiras mortes violentas foram provocadas pelos jagunços” e que políticos monarquistas e republicanos “insuflavam as facções”. Por fim, citou trechos do livro do tenente Henrique Duque Estrada de Macedo Soares sobre as operações. Não há maiores detalhes sobre sua fala. Sabemos, porém, que ocorreram intervenções de sócios, dentre eles, d. Mateus, consócio e membro da Igreja Católica, e Maria Cecília Ribas Carneiro, sócia já apresentada. Possivelmente as manifestações foram enérgicas. Tanto que houve intervenção do presidente Arno Wehling para conciliação das ideias em discussão, algo que não é comum de se ver registrado em ata de sessão.

A presença e as falas de Jonas Correia Neto propiciam algumas reflexões. De um lado, reforça a ideia da existência de uma rede de sociabilidade, sendo inclusive familiar, que preserva a permanência de grupos dentro do Instituto Histórico, como é o caso de militares. De outro lado, nos coloca a pensar sobre o quão difícil se tornava, diante desse cenário, levar para o espaço da instituição assuntos sobre o golpe de 1964 a partir de uma visão crítica. Como, neste ambiente, haveria espaço para uma discussão profícua sobre ditadura?

Fica evidente no IHGB de 1990 a dificuldade de certas convivências de grupos que são, naturalmente, diferentes. Grupos que de um lado representam setores mais conservadores, como diplomatas, militares, religiosos; e de outro, que representam professores e acadêmicos.

Não à toa, após esse episódio em que houve a necessidade de mediação de Arno Wehling para esfriar os ânimos dos sócios na reunião, o presidente fez um pronunciamento dias depois, em 10 de outubro 1997, na sessão magna. Neste encontro, que era de aniversário do IHGB, o presidente Arno Wehling priorizou explorar em seu discurso um tom agregador e pacificador. Certamente notou essa necessidade. Iniciou, dessa maneira, seu pronunciamento, já pontuando que o Instituto enquanto uma academia precisava reunir pessoas de diferentes áreas. Mais do que isso, destacou, logo na introdução, a necessidade de uma “convivência superior”, em que sobressaísse o “humanismo” em detrimento do “espírito de facção” de qualquer característica,

defendendo assim um convívio harmonioso que superasse divisões de grupos por ideias ou princípios discordantes (Wehling, 1997, p. 1141).

Contextualizou que o Instituto Histórico ocupava centralidade por ser um grande centro de referência documental e também local de criação e divulgação de estudos e pesquisas referentes à história e geografia do país. Assinalou que a instituição reinou até as primeiras décadas do século XX com suas características, pela escassez de academias e centros de referências documentais e ausência de cursos superiores em sua área de atuação. Evidenciou, entretanto, que esse quadro foi modificado pelas transformações do entorno, com novas instituições, cursos superiores de história, núcleos de pesquisa, programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), que passaram a ser o maior foco produtor e irradiador da pesquisa histórica no Brasil.

Demonstrou que, como consequência, houve alteração na composição do quadro social. Desde a fundação foi deliberado que o denominador comum, o que uniria os sócios, seria o interesse e produção pelas áreas dos saberes exploradas pela instituição. Explicou que em decorrência, o IHGB incorporou no passado sócios que eram eclesiásticos, diplomatas, militares, políticos, juristas, médicos e professores, já que historiadores, geógrafos ou cientistas sociais não existiam.

Seguiu descrevendo que os novos tempos exigiram, naturalmente como reflexo do papel das Universidades, uma alteração na estrutura corporativa da instituição e que, como novidade, o IHGB agregou em seus espaços professores universitários e pesquisadores, que passaram a conviver junto com aqueles grupos predominantes, de eclesiásticos, diplomatas, militares e profissionais do direito.

Expôs, assim, sua visão sobre a importância de Instituto Histórico congregar diversos perfis de estudiosos para que continuasse a ter relevância no panorama cultural. Segundo ele, a instituição precisaria contemplar um leque “pluricorporativo de personalidades”, pois “a indesejada hipertrofia de um segmento sobre o outro produziria o risco de o IHGB tornar-se uma extensão da respectiva corporação de origem, o que empobreceria sua representatividade cultural e social”. Diante disso, explicitou a necessidade da união de todos “pelo amor ao conhecimento e ao Brasil”, seja de qualquer profissão, “sejam cientistas ou pensadores, ensaístas ou pesquisadores, polígrafos ou especialistas, clássicos ou modernos” (Wehling, 1997, p. 1143).

Deixou claro, assim, o seu posicionamento e sua tentativa de promover uma reflexão sobre a importância da convivência acadêmica harmoniosa entre os pares, unidos pelo “talento

voltado para os estudos brasileiros”. Seguiu, desse modo, para o desfecho de seu discurso ressaltando que:

A vida gregária das academias tem sido ponto alto no Instituto ao longo de sua história. A sociabilidade não é apenas traço que se observa no passado, mas valor a se preservar no presente e no futuro. Dezenas de intelectuais reunidos, na plenitude de sua condição, representam forçosamente perspectivas, cosmovisões, opiniões e mesmo idiossincrasias diversas. Não há por que buscar a unanimidade. Há, sim, que respeita a diferença, exercitar a tolerância, ou na bela imagem católica, ‘descobrir o outro’ (Wehling, 1997, p. 1143).

Com esse trecho de conclusão, o presidente do IHGB, Arno Wehling, se mostrou compreensível com as opiniões opostas e comportamentos diversos dos sócios. Mas, procurou demonstrar que a sociabilidade e o convívio eram fundamentais para a vida da instituição, sendo elementos que deveriam ser defendidos naquele momento e refletidos para o futuro. Argumentou, nesse sentido, que a uniformidade de pensamentos não era obrigatória no Instituto Histórico, mas sim, o respeito e a tolerância.

Partimos do pressuposto que o presidente da instituição não dedicaria seu tempo em celebrar o aniversário da instituição com essas palavras se não fosse necessário. É possível, assim, entender que sua explanação foi fruto dos últimos acontecimentos de conflitos entre sócios.

3.6 DARCY RIBEIRO E NELSON WERNECK SODRÉ NAS PÁGINAS DA RIHGB

Ao mesmo tempo em que ocorriam todas essas controvérsias, algumas outras narrativas eram desenvolvidas no Instituto Histórico e Geográfico e divulgadas na *RIHGB*. Neste mesmo ano, em 1997, na edição de abril a junho da revista da instituição, foi publicada na sessão *Bibliografias*⁴⁹ uma resenha feita por Leda Boechat Rodrigues do livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, de Darcy Ribeiro.

É um texto que nos permite caminhar em duas vertentes: de um lado, pensar na ocupação da mulher intelectual, historiadora, nos espaços e na revista do IHGB; de outro, refletir sobre a inserção nas páginas do periódico a figura de Darcy Ribeiro e de seu livro, que havia sido publicado há pouco tempo.

⁴⁹ Seção da *RIHGB* em que eram apresentadas resenhas e resenhas de livros, feitas por sócios.

Assim, em primeiro lugar, convém situar que a resenha foi feita por Leda Boechat Rodrigues, que teve sua trajetória profissional como jurista e historiadora e marca um tempo importante no IHGB em que há maior presença de mulheres na instituição e conseqüentemente na revista. Embora em muitos momentos seja mencionada no IHGB por seu lugar de esposa de José Honório Rodrigues, que também havia sido sócio, falecido em 1987. Seu caminho intelectual foi acompanhado pela “sombra” de seu marido, sendo o seu lugar de “esposa” muitas vezes mais destacado que o de “historiadora”.

Leda Boechat, autora da resenha, veio de uma família abastada do interior de Minas Gerais, o que a permitiu ter liberdade financeira e acesso a atividades acadêmicas e culturais. Ainda jovem saiu de sua cidade rumo ao Rio de Janeiro para dar continuidade em seus estudos. Coursou a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e paralelamente aos seus estudos iniciou sua trajetória profissional no judiciário, tendo sido aprovada em 1935 no concurso público para o cargo de taquígrafa do Supremo Tribunal Federal. Seu cargo no STF manteve sua classe social e a inseriu em círculos jurídicos, políticos e intelectuais brasileiros, fazendo-a uma figura influente. Concluiu seu curso de Direito em 1939 e ingressou no de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, permanecendo até 1941. Leda Boechat abandonou o curso em razão do casamento com José Honório Rodrigues, mas seguiu com discussões e debates como historiadora. Em 1940, formou-se em biblioteconomia na Biblioteca Nacional (Sesquim, 2023).

Conjugando seus estudos e sua experiência como funcionária do Supremo Tribunal Federal, Leda Boechat desenvolveu competências na área jurídica e na história do direito. Possuía domínio da língua inglesa. Com isso, foi tradutora de algumas obras do direito norte-americano, se configurando como área de seu interesse, que se consolidou com a estadia nos EUA nos anos de 1940 com seu marido em virtude da bolsa de estudos que recebeu. Nesta oportunidade, aprofundou seus estudos sobre a história do direito estadunidense. Seus horários de estudos, porém, eram encaixados nas brechas da rotina com o esposo. Em decorrência das pesquisas realizadas, publicou em 1985 o livro “A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano” e se tornou reconhecida no Brasil como pioneira nos estudos sobre Suprema Corte (Sesquim, 2023).

Lêda Boechat foi colaboradora, organizadora e digitalizadora dos trabalhos de seu marido, José Honório Rodrigues. Após o falecimento dele, foi responsável por publicar obras que não haviam sido lançadas. Sua colaboração foi ofuscada pelo sucesso de seu esposo como historiador. Sucesso o qual ela tenha sido também em grande parte responsável por sua participação nos bastidores. Como demonstra a historiadora Ilda Sesquim, Lêda Boechat no

final da década de 1990 já era reconhecida como uma grande escritora e pesquisadora dedicada à história do judiciário. Mas, apesar disso, continuou ausente nos espaços de recordações e nos cânones da história da historiografia (Ibidem).

No IHGB, ingressou em 1979 como sócia honorária. Após o falecimento de seu marido em 1985 passou a aparecer um pouco mais nas publicações do IHGB. Em 1997, por exemplo, fez uma comunicação na instituição sobre o Pensamento Contrafactual ou História Hipotética, que rendeu grandes diálogos e discussões teóricas na sessão da CEPHAS (Ihgb, 1997, p. 1193). Outra contribuição foi a resenha publicada sobre o livro de Darcy Ribeiro, que nos leva a outro caminho de observação.

Leda Boechat publicou em 1997 a resenha que fez sobre o livro que havia sido lançado há pouco tempo, em 1995, pelo antropólogo e sociólogo Darcy Ribeiro. Esse texto torna-se ponto de reflexão interessante pelo fato de Darcy Ribeiro não ser figura comumente lembrada no IHGB. Possivelmente, não à toa. Ele havia sido Ministro da Educação e Ministro-chefe da Casa Civil do governo de João Goulart, coordenando o projeto das reformas de base. Com a ditadura civil-militar instalada em 1964, seguiu para o exílio no Uruguai, onde manteve-se ativo em seus estudos e reflexões políticas. Passou por vários outros países durante o tempo em que ficou exilado. Em 1976, com o início da abertura do regime ditatorial, Darcy Ribeiro retornou ao Brasil (Cardoso Júnior, 2012).

O livro ora apresentado por Lêda Boechat foi escrito justamente neste contexto. Darcy Ribeiro começou a escrita em seu exílio. Segundo ele, foi o maior desafio que se propôs, pois dedicou a ele por 30 anos, escrevendo-o e reescrevendo. Sobre isso, mostrou o que estava por traz da escrita do seu texto:

Era, isto sim, a versão resultante de minhas vivências nos trágicos acontecimentos do Brasil de que havia participado como protagonista. Esse era o nervo que pulsava debaixo do texto, a busca de uma resposta histórica, científica, na arguição do que nos fazíamos nós, os derrotados pelo golpe militar. Por que mais uma vez, a classe dominante nos venceu? (Ribeiro, 1995, p. 13).

Por toda sua trajetória e por não deixar de demonstrar seu posicionamento político em suas obras, já era considerado um intelectual de esquerda. Como afirmou, seu livro teve restrições dos comunistas, pois não consideravam que era uma obra marxista, ao mesmo tempo em que teve restrições também dos acadêmicos da direita, que afirmavam que se tratava de um livro marxista. Foi de qualquer forma um livro com grandes pretensões e que não deixou de

marcar posição. Assim, declarou que sentiu a necessidade de publicar este livro como texto antropológico explicativo e como um gesto na nova luta por um Brasil decente e complementou:

Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontra-se a si mesmo (Ribeiro, 1995, p. 17).

Leda Boechat, certamente, estava ciente desses posicionamentos de Darcy Ribeiro ao ler a obra, preparar a resenha e encaminhar ao IHGB para compor as páginas da revista. Sua resenha foi publicada em 1997 logo após a morte de Darcy Ribeiro, que ocorreu no mesmo ano. No IHGB não foi feita qualquer homenagem a ele. A lembrança foi reduzida à publicação da resenha. Sua morte recente foi sequer mencionada. De toda forma, Leda trouxe à tona sua obra. Optou, em seu texto, por não evidenciar a posição política de Darcy Ribeiro, assim como não mencionar sua atuação no governo de João Goulart e seu exílio durante a ditadura, quando iniciou a escrita do seu livro. Priorizou destacar o longo tempo em que o livro foi construído e o drama da doença de Ribeiro enquanto concluía a obra. De acordo com ela, “se tivesse morrido antes de terminá-la, a historiografia teria perdido uma obra valiosíssima e original” (Rodrigues, 1997, p. 637).

Ao que parece, Leda conhecia Darcy Ribeiro para além de sua obra. De acordo com seu breve relato no texto, o antropólogo e sua esposa já haviam ido em sua casa, a seu convite e de seu marido, José Honório Rodrigues. Apesar disso, focou em expor sua obra e apresentá-lo.

A obra que é um clássico sobre o inconformismo da desigualdade social, foi resumida em sete páginas por Leda. Mencionou as principais ideias de Darcy Ribeiro no livro sobre as explicações do surgimento do povo brasileiro, as transformações ao longo do tempo e as heranças históricas. Tudo isso sem muitos detalhes e sem expressar opinião. Não deixou de apresentar, entretanto, ainda que de forma breve, uma das principais teses do livro que trata da estratificação de classes como um fator de separação dos brasileiros em componentes opostos.

Procurou evidenciar o orgulho de Darcy por ser brasileiro e inserir o livro como um “testamento patriótico” do autor, que segundo afirmou, “fala na inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade do nosso povo tão sacrificado que atenta e comove todos os brasileiros” (Rodrigues, 1997, p. 638).

Além dele, reaparece no Instituto Histórico e Geográfico e nas páginas da revista, após mais de 30 anos, o nome de Nelson Werneck Sodré, que havia sido criticado pela Comissão de História do IHGB em 1964, juntamente com os outros autores, pelo projeto da *História Nova*,

chefiado por Sodré e com a colaboração de mais cinco jovens formados na Universidade do Brasil. Através de um parecer publicado na revista do IHGB, membros da Comissão de História, expressaram comentários negativos sobre os folhetos que foram publicados pela *História Nova*, acusando-os de parcialismo, marxistas, subversivos, “comunizantes”, dentre outros adjetivos que demonstravam a ideologia anticomunista difundida por tais sócios do Instituto (Santos, 2018).

Dessa vez, Nelson Werneck Sodré apareceu de outra forma no Instituto Histórico. Passados alguns anos, tendo os militares saído do poder e reinstalada a democracia, o anticomunismo e o “perigo vermelho” não estavam mais em primeiro plano nas manifestações públicas e no debate político (Motta, 2015). Diante desse novo cenário, Sodré pôde entrar na instituição na década de 1990 pela “porta da frente”.

Em 13 de agosto de 1997 foi votada em Assembleia Geral do IHGB a admissão de Sodré como sócio honorário. O presidente Arno Wehling na ocasião explicou que aos sócios foram solicitados nomes a serem indicados para compor o *Quadro Extraordinário de Sócios Honorários*. A partir desse pedido, foram entregues pelos sócios 42 nomes como indicações. Em votação em reunião exclusiva da Diretoria, foram selecionados 25, que segundo explicação de Wehling, melhor atendiam aos requisitos. Essa lista foi apresentada em Assembleia Geral para escolha de 15 a constituírem o quadro de sócio honorário. Dentre nomes como de Antônio Cândido de Melo e Souza, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, e outros, estava o de Nelson Werneck Sodré (Ihgb, 1997, p. 1168).

Ele foi eleito sócio honorário, mas não com unanimidade. Ao contrário, foi o que menos recebeu votos. Em um universo de 37 votantes, Sodré recebeu 15 votos, enquanto o mais votado, Antônio Cândido foi eleito com 29 votos. Isso demonstra que havia um número significativo de sócios, que estavam presentes na Assembleia, que discordavam de seu ingresso na instituição. Interessante notar que havia, dentre esses nomes, expoentes do pensamento brasileiro, além de Nelson Werneck Sodré. É o caso de Celso Furtado, que recebeu 26 votos e Fernando Henrique Cardoso, 22 (Ibidem, p. 1168).

A permanência de Sodré no Instituto, entretanto, foi curta, pois ingressou em 1997 e em 1999, faleceu. Esteve ligado ao IHGB por menos de dois anos e dentro desse tempo não foi um sócio presente. Seu discurso de posse, se houve, não foi publicado na revista como ocorre tradicionalmente com os sócios ingressantes.

Após seu ingresso, foi assunto de uma publicação na *RIHGB*. Em 1998, o professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, José Carlos Reis teve seu artigo inserido na *RIHGB* sob o título “O sonho da emancipação e da autonomia nacional” em

que tratou basicamente da trajetória, das obras de Sodré, além de uma análise sobre sua interpretação do Brasil (Reis, 1998). Tomou como fio condutor o livro de Nelson Sodré, “História da Burguesia Brasileira” e o texto “Modos de Produção no Brasil”, em que retoma suas teses sobre o Brasil.

De início, apresentou Sodré como um militar e comunista, ressaltando que isso “não é nada incompatível, apesar de depois de 1964 os militares brasileiros terem se tornado a expressão mais feroz do anticomunismo” (Reis, 1998, p. 1671). Sodré, de acordo com ele, era um militar pré-64 e fazia parte do numeroso grupo dos militares ligados ao PCB.

Seguiu a apresentação de Nelson Werneck Sodré afirmando que nos anos de 1950 e 1960 ele aprofundou seus estudos do marxismo e foi muito ativo, publicando vários livros, oferecendo diversos cursos, criando a *História Nova do Brasil* para alcançar a escola básica e média, até que em 1964 ele e seus parceiros de trabalho também sofreram o golpe. Esse evento da política brasileira fez com que Sodré passasse um tempo na prisão militar e tivesse o projeto da *História Nova* proibida (Ibidem).

Sodré foi, com diz Reis, duramente atacado por seus companheiros por sua interpretação e teoria, que o acusaram de seguir um “marxismo cristalizado, esquemático e apressado, dogmático, vulgar, etapista, evolutivo, linear, imitativo, soviético” (Ibidem, p. 1672). Acrescenta que Sodré foi “corajoso e teimoso”, pois sustentou o seu ponto de vista e não fugiu ao combate, até perder um pouco a sobriedade da discussão teórica e ganhar turbulência na discussão política e pessoal.

Seguindo esta linha, José Carlos Reis defende que essa é uma tendência entre os debatedores teóricos do marxismo “de nunca terminarem sobriamente”, deixando que a ação dominasse a teoria, tornando-a “radical, perigosa, sistemática, fechada, ineficaz, enfim, cega, surda, verborrêica e muito autoritária, apesar de corajosa” (Ibidem, p. 1672). Em contrapartida, mostra que o pensamento dialético é “criativo, interrogativo, reformulador, autocrítico, inquieto” (Ibidem, p. 1673).

Prosseguiu apresentando Nelson Sodré como o teórico marxista mais importante dos anos de 1950 e do PCB. Inseriu nesta narrativa a história da consciência marxista no Brasil, dividida em 3 fases: 1920 a 1940, etapa dogmática, pré-crítica; 1940 a 1960, fase de autonomização teórica e a pós-1960, etapa de revisão crítica generalizada, de retorno às fontes e da luta armada. Apresenta também uma periodização do pensamento marxista brasileiro, entre o materialismo primitivo, materialismo funcionalista e materialismo dialético, para em seguida localizar Sodré nesta história.

Mostrou que Sodré, em linhas gerais, entendeu a sociedade brasileira do início do século XX como semicolonial e semifeudal, sob o domínio do latifúndio e do imperialismo. Muitos de seus críticos consideraram que possuía um domínio precário da teoria. Com isso, José Carlos Reis questionou: “Sodré teria sido mal lido e mal interpretado pelos seus críticos?”. Respondeu mostrando a importância de compreender o teórico em sua época e circunstância, a visão marxista do Brasil dos anos de 1950, a fim de ter um entendimento mais crítico a respeito de seu pensamento quando confrontado com demais interpretações marxistas do Brasil (Ibidem, p. 1679). Prosseguiu assim fazendo uma análise detalhada do pensamento de Sodré e de sua teoria da revolução democrático-burguesa e situou Mantega, Fernando Henrique Cardoso e Ciro Cardoso como os autores marxistas posteriores aos anos de 1960 que rejeitaram a tese feudal para o Brasil e invalidaram os pensamentos de Sodré, sua análise histórica do passado brasileiro e sua proposta revolucionária (Reis, 1998, p. 1692).

Conforme demonstra, a tese feudal sobre a realidade brasileira reunia, entretanto, até os anos de 1950 os marxistas do PCB e intelectuais de várias tendências. Era a tese preponderante. A partir dos anos de 1950, porém, o debate histórico se politizou. Nesse momento, como Reis diz, as vozes do debate passaram a ser mais vigorosas. “Gritam mais e analisam menos” (Ibidem, p.1693). E assim segue ratificando que “este era o tom adequado à história brasileira dos anos 50/60, décadas de sonhos e derrotas”, afirma (Ibidem, p. 1693). Nesse contexto, o PCB, Sodré e Caio Padro discutiram a história do Brasil dominados pela paixão, até que veio “a derrota de 64” (Reis, 1998).

O professor e historiador José Carlos Reis, que parece não ter sido sócio do IHGB, teve seu artigo sobre Nelson Werneck Sodré publicado. Sodré que foi um militar destoante dos membros das Forças Armadas que frequentavam o IHGB. Não foi nenhum deles que evidenciou sua memória, mas sim um historiador, a partir de um texto extenso e denso que localiza não só boa parte da trajetória de Sodré, mas também do pensamento marxista no Brasil.

Em 1999, com o falecimento de Nelson Werneck Sodré, o sócio Marcos Almir Madeira redigiu um texto recordando sua vida e suas obras. Iniciou contando sobre o seu primeiro contato com ele:

Em 1939, por volta de meio-dia, chegava eu à casa de Oliveira Vianna para o almoço de aniversário de sua irmã exemplar, quando se despedia um cavalheiro sóbrio de maneiras, mas de olhar incisivo: era Nelson Werneck Sodré que eu via pela primeira vez e de quem já havia lido *História da literatura brasileira e seus fundamentos econômicos*. Levei-o até a porta da rua e enquanto caminhávamos pelo jardim de canteiros floridos, ele me confessou o que não me foi novidade, aludindo ao nosso anfitrião: ‘Eu não concordo com as conclusões dele, mas foi ele quem me ensinou os caminhos

do Brasil profundo'. Passei para o grande Vianna o que havia acabado de ouvir. E ele, instantâneo: 'Então eu ensinei mal, porque me parece que ele se perdeu no caminho'. E anexou esta observação justa: 'Mas tem valor, tem talento' (Madeira, 1999, p. 914).

Assim, começou o seu discurso indicando que Sodré extraviou o caminho na forma de enxergar o Brasil. Porém, logo em seguida não deixou de ressaltar que ele "ocupou posição eminente na história social do Brasil", que "foi um sociólogo de fato histórico ou um historiador equipado dos materiais da sociologia política ou da política arrimada na ciência social". Além disso, em sua perspectiva, Sodré foi inserido no IHGB no momento certo: quando a instituição se tornava, com a presidência de Arno Wehling, um centro de pesquisa baseada em critério científico e na história como objeto de reflexão crítica (Madeira, 1999, p. 914-915).

Prosseguiu evidenciando que Sodré deixou vinte e três obras "cuja consistência, densidade e brilho teremos de reconhecer acima ou apesar das disparidades ideológicas, tanto quanto de posição simplesmente política" (Madeira, 1999, p. 915). Logo na sequência sublinhou as discordâncias e reservas políticas e ideológicas que possuía com o Sodré. O pequeno texto é, em grande medida, voltado em lembrar o sócio a partir da sua visão em contraposição com a do autor, Marcos Madeira.

Dá sequência à sua fala com um registro pessoal, lembrando que em 1958 teve uma divergência pública com Sodré em uma publicação que fez na revista da PUC do Rio de Janeiro sobre o livro "Introdução à Revolução Brasileira". A respeito disso, ressalta:

Confesso que terei pecado por um certo excesso de veemência ou mesmo por uma certa acidez na crítica. Mas nada disso amorteceu meu apreço intelectual pelo historiador sociólogo, pelo seu dinamismo literário e invejável prodigalidade de escritor político. Aqui lhe faço minha reverência, aquela continência paisana de que um dia lhe falei (Madeira, 1999, p. 915).

Interessante notar que o autor do texto não traça muitos elogios pessoais ao sócio homenageado, algo que era de costume. O discurso foi feito não apenas para Nelson Sodré, mas também para os outros cinco sócios falecidos. Dessa forma, recorda também Aurélio de Lyra Tavares, Francisco Iglésias, Antônio Houaiss, Luis Philippe Pereira, Renato Berbert de Castro e Carlos Segreti. Nota-se que Marcos Almir foi econômico nos elogios à Sodré, embora demonstrasse respeito à sua trajetória e ao seu conhecimento. Estava, entretanto, cumprindo um protocolo e o pedido que lhe foi feito de realizar um louvor aos sócios que faleceram naquele período. Demonstra, assim, muito mais apreço quando faz menção a outros falecidos, como Aurélio de Lyra de Tavares e Antônio Houaiss, por exemplo.

A explanação sobre o falecimento de Nelson Sodré foi focada em realçar as disparidades ideológicas, políticas e teóricas, e os elogios fixaram-se no reconhecimento da qualidade de suas obras e de seu conhecimento como sociólogo. Deixa claro, como já mencionado, o respeito que possui por Sodré a despeito das oposi es que já existiram entre os dois.

Em contrapartida, para Aurélio de Lyra Tavares, Marcos Madeira conta com maiores descri es encontros pessoais que tivera com Lyra Tavares e coloca em destaque sua ocupa o como general do Exército. Descreve com mais detalhes as obras de Tavares, além de características pessoais. Mostra Lyra Tavares como uma “pessoa de excelente convivência: dado, afável, bem humorado, sem nada de emp fia ou de arrogância e tudo de cordial, aproximativo, greg rio”, que “principalmente na Academia, todas as preven es políticas se diluíram na água de rosas do seu jeito liberal e ameno” (Madeira, 1999, p. 914).

Sobre Antônio Houaiss os elogios foram também extensos. Ele foi retratado por Marcos Madeira como um homem de grandes dotes, de “sólida razão”, de “largueza do saber e da inteligência”, de “trabalhos sem hiatos”, de “dignidade de ser, de pensar e dizer”. Além disso, foi descrito como uma “expressão da inteligência indagadora, da fertilidade e dinâmica da linguagem”, entre outros adjetivos (Ibidem, p. 916-917).

Cabe sobre isso comentar a partir das observa es às fontes que Nelson Sodré foi, de forma geral, apresentado nessas passagens do IHGB como uma pessoa com ideologia err nea, apesar de ter um arcabouço teórico denso e produ es importantes.

Convém ainda repassar que, como mostra a historiografia recente, Sodré foi um homem prolífero, que atuou nas Forças Armadas, na área política e também na área intelectual. Seguiu carreira no Exército por 28 anos como oficial, chegando a general. Utilizou seu tempo em salas de aula, arquivos e reda o de jornais. Produziu diversas obras historiográficas de orienta o marxista, ministrou aulas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Quando ocorreu o golpe de 1964, Sodré, que já havia entrado para a reserva, ficou preso por 57 dias e respondeu a Inquéritos Policiais Militares. Entre os anos de 1950 e 1960 defendeu teses marxistas, mas não admitiu publicamente seu pertencimento ao Partido Comunista Brasileiro. Suas obras foram, a princípio, marginalizadas até certo tempo e depois ganharam uma crescente proje o (Muniz Júnior, 2021).

Nos anos de 1960 e mais ainda a partir dos anos de 1970, Sodré foi alvo de oposi es vindos da academia, principalmente da USP. Nesse mesmo período, seu projeto da *História da Nova do Brasil* foi atacado pelo IHGB através de um parecer elaborado por sócios da Comissão de História, que foi utilizado também como documento de acusa o para os Inquéritos Policiais

Militares e a consequente proibição da obra e perseguição dos autores (Cardoso, 2016, p. 146-149).

Entende-se, desse modo, que, talvez, para o IHGB e para os sócios seria incompatível antes de 1990 trazer à tona a figura de Nelson Werneck Sodré. Com a diluição da memória da ditadura com o passar do tempo e com o distanciamento dos fatos ocorridos, isso passou a ser possível, ocasionando inclusive seu ingresso na instituição. As oposições ainda são evidentes. Contudo, reconhecem a relevância de Sodré e de suas obras. Ao que parece apesar das discordâncias e das polêmicas, o sociólogo era respeitado por seu trabalho, até mesmo em 1964, no auge dos conflitos ideológicos com membros do IHGB.

Com tudo isso, é possível perceber e ratificar que elementos antagônicos, muita das vezes, coexistiram no Instituto Histórico da década de 1990, como militares conservadores com militares comunistas, historiadores, sociólogos e professores universitários. O discurso do presidente Arno Wehling apresentado acima faz ainda mais sentido quando apresentado dentro desse contexto amplo. O que vemos é uma instituição com membros com diferenças e perfis divergentes mais acentuados quando comparado com décadas anteriores. Não à toa, isso passou a ocorrer quando entraram maior número de sócios ligados à pesquisa, como professores universitários e pesquisadores.

3.7 OS EVIDENTES CONTRASTES

Os contrastes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e consequentemente em sua revista são vários. O que se percebe a partir das investigações realizadas é que existem vários tempos coexistindo na instituição. Havia membros que buscavam se fixar em temas com abordagens mais convencionais, tradicionalistas e até conservadoras. Enquanto havia outros, sobretudo sócios recém-admitidos, que impulsionavam a instituição para novos tempos, buscando se atualizar em uma historiografia mais moderna, atual e inovadora.

Ao mesmo tempo em que há a apresentação de elementos novos na revista do *IHGB*, como a resenha do livro de Darci Ribeiro e de um livro de Mary Del Prior sobre história das mulheres no Brasil, há também no mesmo ano a resenha do militar Cláudio Moreira Bento sobre uma obra do Coronel Davis Ribeiro de Sena. Coexistindo, portanto, referências que apontam para uma atualização do conhecimento e outras, que fixam e marcam lugares nas práticas e perspectivas tradicionais, que o IHGB preservava.

A *RIHGB* de outubro a dezembro de 1997 publicou na seção *Bibliografia: resenhas e recensões* duas resenhas que representam este contraste. A primeira é feita novamente por Leda

Boechat Rodrigues a respeito do livro organizado por Mary Del Priore, “História das Mulheres no Brasil”; a segunda, é feita pelo militar Cláudio Moreira Bento sobre o texto “Canudos – Campanha Militar” do Coronel Davis Ribeiro de Sena.

A resenha sobre o livro organizado por Mary Del Priore apresentou, de forma breve, os vinte artigos escritos por cinco professores e quinze professoras que constam na obra. Leda Boechat fez a resenha desse livro por se tratar “de obra importantíssima sobre o elemento feminino brasileiro desde o século XVI até os dias atuais” (Boechat, 1997, p. 1117). O livro, que acabava de ser publicado, coroava uma empreitada de pesquisadores que procuravam dar visibilidade à mulher, desconsiderada pela historiografia tradicional. Os artigos presentes dedicam-se às mulheres em diversas regiões e de diferentes classes sociais. Importa, nesse sentido, compreender o que significa inseri-la na revista do IHGB. Uma resenha que trata de um livro com tema novo e atual para época, além de tudo, escrita também por uma mulher, o que torna ainda mais representativo no que diz respeito a presença feminina na instituição com mais ênfase.

O aumento de discussões e de pesquisas envolvendo mulheres está diretamente ligado também à inserção feminina nos campos de pesquisa, nas universidades e instituições. Algo que pôde ser refletido no IHGB. Precisaria ser uma mulher para escrever essa resenha e publicar na revista da instituição. Como aponta Tânia Maria Gomes da Silva (2008), no Brasil, as narrativas históricas sobre mulheres foram iniciadas na década de 1980 e com o tempo novas abordagens, métodos e técnicas foram incorporados, dando espaço a estudos importantes que aqueceram o debate sobre a historiografia das mulheres. Era, portanto, um campo novo que estava sendo apresentado ao IHGB, ainda que em uma pequena dose.

Em seguida há a resenha escrita por Cláudio Moreira Bento, sócio militar ativo na instituição, sobre a recém publicação feita pelo Exército do texto do Coronel Davis Ribeiro de Sena, “historiador militar terrestre brasileiro”, como apresentado, que havia sido contratado pelo Arquivo Histórico do Exército para desenvolver o assunto de Canudos. De acordo com Cláudio Bento, a obra é uma valiosa e oportuna edição, que traduz fielmente a situação do Exército em Canudos enquanto cumpridor das ordens emanadas do poder civil. Ainda, sobre isso reitera:

Isto nos leva a concluir num contexto de manipulações políticas contra instituições brasileiras onde o Exército e Polícias Militares têm sido levemente apontados como responsáveis pela grande tragédia de Canudos [...]. E se frise a violência foi recíproca, bem como a degola. A 3ª Expedição foi barbarizada. Dops militares mortos, seus cadáveres foram profanados por terem sido decapitados e as cabeças enfileiradas ao longo da estrada com os

rostos voltados para o interior. O cel. Tamarindo foi empalado. Teria sido orientação de Conselheiro ou foi desobedecido? (Bento, 1997, p. 1121).

Sua resenha de sustenta na afirmação de que todas as lideranças brasileiras, sejam militares, políticas, econômicas e sociais foram responsáveis pelo desfecho da “tragédia social de Canudos”, como chama (Bento, 1997, p. 1121). Evidencia que não há o que celebrar sobre Canudos, mas sim comemorar, para memorar em conjunto o evento por pertencer a História do Brasil e para que as atuais lideranças de instituições que estiveram envolvidas na época aprendam as lições sobre a tragédia. Ao mesmo tempo, parabeniza o autor, coronel Davis, pelo “útil trabalho” e “pela lembrança reverencial das lideranças militares”. Desse modo reforça:

Elas honraram com combatentes e se fizeram notáveis na História Militar do Povo Brasileiro em cujos anais devem ser incluídos e estudados respeitosamente. Pois em nova leitura contribuíram com suas soluções táticas e técnicas genuínas para enriquecer o patrimônio cultural militar terrestre brasileiro (Bento, 1997, p. 1121).

Além disso, caminhando para finalização da resenha, Cláudio Bento exprime seu ponto de vista de que os que lutaram deveriam ser chamados de conselheiristas e não pelo nome jagunço, por ser uma forma pejorativa e preconceituosa. Por fim, concluiu com uma reflexão sobre o pensamento militar a partir do episódio de Canudos: “Um Exército forte moral e materialmente impõe respeito interno e externo. Um Exército fraco moral e materialmente não dissuade externamente e causa medo internamente” (Bento, 1997, p. 1122).

Com tudo isso, o general Cláudio Moreira Bento expôs sua visão que possui relação direta com a memória que foi construída sobre o episódio da Guerra de Canudos no meio militar, a partir de uma lógica de heroicização dos oficiais que estiveram nos conflitos no arraial.

3.8 MEMÓRIAS DE JOÃO GOULART E OS SILENCIAMENTOS SOBRE A MORTE DE GEISEL E FIGUEIREDO

Vasco Mariz, sócio do IHGB, advogado, diplomata, musicólogo e com produções relacionadas à história das relações internacionais e história da política externa brasileira, teve uma palestra sua realizada no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio publicada na *RIHGB*, no ano de 1998. Vasco Mariz que foi embaixador do Brasil no Equador,

em Israel, Chipre, Peru e Alemanha Ocidental, explorou em sua palestra a condução da política externa brasileira nos últimos anos, colocando em evidência a atuação do Itamaraty.

Sob o título “A política externa do Brasil nos últimos 50 anos” faz uma análise, a partir do seu olhar e da sua vivência, do que foi a política externa brasileira no período de 1945 a 1995, perpassando assim aos períodos do governo de João Goulart, da crise política, do golpe civil-militar de 1964, dos governos militares e do período de restauração e consolidação da democracia.

Desse modo, dividiu esse tempo em seis períodos com orientações diferentes sob a perspectiva da política externa. Assinalou que de 1945 a 1961 houve um alinhamento moderado com os EUA; de 1961 a 1964 houve uma política exterior independente; de 1964 a 1966, um alinhamento excessivo com os EUA; de 1967 a 1993, um alinhamento moderado; de 1993 a 1994, apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano e de 1995 a 1997, um alinhamento moderado com os EUA.

A partir disso, apresentou um panorama de todos esses períodos, sendo relevante para a pesquisa o que trata especialmente sobre João Goulart e os governos posteriores. Sendo assim, a respeito de Goulart, importa ressaltar que Mariz discursou que sua ascensão à presidência foi inesperada e que o político gaúcho era inexperiente e imaturo, mas que isso foi amenizado pela “notável atuação” de San Tiago Dantas como chanceler e com a “habilíssima” embaixada de Roberto Campos. Complementa o seu argumento lembrando uma visita de João Goulart em 1962, em Washington, nos Estados Unidos, onde ele estava na época:

A visita oficial de Jango aos EUA ocorreu em 1962 [...]. Apesar dos pesares, tudo correu bem e o anedotário foi numeroso e divertido e não me privo de recordar alguns episódios *sui generis* pouco conhecidos. Como chefe do setor de imprensa da embaixada, preparei 92 fichas com todas as possíveis perguntas, com suas respostas, para as diversas entrevistas de imprensa. Logo depois da chegada de Jango a Washington, ensaiamos severa sabatina com o presidente e com prazer constatei que ele fizera seu *homework*. Aliás, ele saiu-se bem em todas as entrevistas de imprensa e eu ganhei uma promoção... Divertida e angustiada foi a primeira entrevista com o presidente Kennedy: Jango desejando reafirmar a política exterior independente, proclamou em certo momento ser um presidente independente. Aí aconteceu algo surpreendente, que nos foi contado por Roberto Campos: Kennedy levantou-se subitamente, deu a volta à grande mesa em torno da qual estavam sentados, e chegou até Jango, que embaraçado levantou-se também. Sorrindo Kennedy apertou-lhe a mão, felicitando-o por afinal ter encontrado um presidente independente. Lamentou que ele, sim, era dependente do Congresso americano, da imprensa, de seu partido, de Kruschew, De Gaulle, etc. Foi um vexame! (Mariz, 1998, p. 133-134).

O palestrante Vasco Mariz optou por utilizar de adjetivos que demonstram inaptidão por parte de João Goulart, contrastados com a grande competência e habilidade da embaixada. Procurou deixar claro que havia sido simpatizante e defensor da política externa independente, cuja “valiosa tentativa” foi interrompida pela “revolução de 31 de março de 1964”, em seus termos. Continuou dizendo:

Infelizmente nossos desavisados esquerdistas empurraram Jânio e Jango a adotarem posturas exageradas que comprometeram a valiosa tentativa aos olhos de Washington. O desvio durou três anos apenas, entre 1961 e 1964, mas deixou várias sementes proveitosas, que depois foram discretamente revividas pelo Itamaraty nos governos Geisel e Figueiredo (Mariz, 1998, p. 134).

O diplomata, assim, elaborou fundamentos de que esquerda comprometeu a política de Jânio Quadros e João Goulart e não permitiram que eles executassem a política externa independente e o equilíbrio entre a autonomia e harmonia com os EUA. Algo que, em sua perspectiva, foi aproveitado pelos governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo. Com esse raciocínio, prosseguiu afirmando:

Após o golpe militar de 1964 [...], o próprio Presidente da República preocupou-se em definir pessoalmente as diretrizes de nossa política externa, talvez para melhor esclarecer as ambiguidades e distorções da administração anterior (Mariz, 1998, p. 134).

Mostrou que Castelo Branco voltou com o alinhamento com os Estados Unidos e rompeu relações diplomáticas com Cuba. O alinhamento, em sua visão, porém, “não foi total e temos vários outros exemplos durante o governo militar” (Mariz, 1998, p. 135).

A respeito do governo de Costa e Silva, frisou que foi executada a “diplomacia da prosperidade”, conseguindo para o Brasil mais espaço, ao menos dentro da política interamericana. Em vista disso, sublinhou que o governo e o Itamaraty agiram “com extrema cautela e habilidade nas delicadas negociações com a Argentina”. Além disso, marcou que “é de louvar-se a prudência com que reagiram os presidentes Médici, Geisel e Figueiredo”, se referindo à relação com a Argentina. Para ele, Geisel foi um chefe “de alto calibre intelectual” e muito interessado na política externa (Mariz, 1998, p. 136).

Prosseguiu sua palestra destacando que “graças à estabilidade política do regime militar” foi feito um trabalho “persistente e continuado, por mais de vinte anos” na política externa. Segundo ele, os governos militares tiveram o mérito e o bom-senso de proporcionar liberdade de ação aos “competentes chanceleres” (Ibidem, p. 138). Tratou, nessa continuação,

de algumas pontuais decisões que perturbaram as relações internacionais nesse período. Mas, nada que tirasse o mérito dos governos militares.

Passou a seguir a expressar o seu panorama sobre a política externa no período democrático com José Sarney na presidência. Sarney foi explorado como “homem de alguma vivência internacional”, que com o seu chanceler, fez bem em restabelecer as relações diplomáticas com Cuba, já que o Brasil não poderia ser o último país da América Latina a reatar com Fidel Castro. Considerou, porém, que em boa parte do governo, Sarney conduziu “uma política morna” (Ibidem, p. 140).

O diplomata Vasco Mariz sustentou que diante da dívida externa, após a abertura democrática, a política internacional brasileira precisou ser encolhida. Mas, de acordo com ele, Fernando Collor tentou projetar modernidade na política externa, aproveitando o fim da guerra fria e a queda do muro de Berlim, se voltando para a nova ordem mundial com ênfase em assuntos econômicos e comerciais (Ibidem, p. 141).

Com a saída de Collor e entrada de Itamar Franco no governo, Mariz acentuou que houve um impulso nas relações com os países vizinhos. Em seguida, com Fernando Henrique Cardoso foi colocado em vigor o MERCOSUL e inaugurado a “diplomacia presidencial”. Como o governo de FHC ainda estava em andamento quando Vasco Mariz realizou a palestra, ele afirmou que a política externa “parece estar dando bons resultados graças ao seu carisma pessoa, preparo intelectual e fluência no manejo de vários idiomas” (Mariz, 1998).

Finalizou, por conseguinte, sua exposição concluindo que nesses cinquenta anos o país contou com uma política externa “bastante oscilante”. Assim, afirmou que de 1945 a 1960 ela foi “moderada e tímida devido à guerra fria”; de 1961 a 1964 “foi demasiado ousada e irrealista com Jânio Quadros e João Goulart”; nos primeiros anos do regime militar estava muito alinhada aos Estados Unidos, mas que nos governos de Médici, Geisel e Figueiredo “prevaleceu a experiência e o bom-senso do Itamaraty em busca de uma maior autonomia internacional sem confrontações”. Com a democracia a partir de 1985, entretanto, salientou que a política externa “foi seriamente perturbada pela moratória unilateral e pela negociação da dívida externa” (Mariz, 1998, p.142).

Por fim, firmou boas expectativas com Fernando Henrique Cardoso em razão de sua experiência internacional e sua vivência como chanceler. De acordo com Mariz, esses fatores “facilitarão as atividades do Itamaraty na direção das grandes metas históricas de nossa política internacional” (Ibidem).

Logo, a partir da exposição do diplomata Vasco Mariz, pode-se extrair algumas ideias sobre as interpretações a respeito de João Goulart e da ditadura civil-militar brasileira que

estavam sendo disseminadas na revista do Instituto. Vasco Mariz parecia ser prestigiado e influente no IHGB, por isso teve sua palestra feita em 1996 publicada dois anos depois no periódico da instituição.

Ele deixa em evidência sua admiração pelos governantes militares e seus respectivos chanceleres em contraste com sua visão desqualificada sobre o ex-presidente João Goulart, que é colocado como inexperiente, imaturo e influenciável. Sua perspectiva sobre Jango é previsível e pode ser explicada a partir de teses que abordam essa questão.

Sobre isso, Marieta de Moraes Ferreira questiona: por que alguns homens públicos são guardados na memória coletiva e se perpetuam no tempo a partir de atributos depreciativos? Para ela, a resposta, que está além das características negativas deles, tem a ver com a memória e a história, entre a história vivida e a história como operação intelectual e com os mecanismos de construção das memórias, do que é selecionado para ser lembrado e o que é desprezado e colocado no esquecimento. Mecanismos estes que operam no tempo e são atualizados de acordo com lutas políticas e demandas sociais (Ferreira, 2006).

Neste período, pode-se entender que poucas eram as produções e pesquisas sobre a figura e o governo de João Goulart, ficando cristalizada as concepções e representações consagradas já entranhadas no imaginário político coletivo. A produção ficava concentrada no papel dos militares e na oposição a Jango, enquanto os impasses de seu governo, sua atuação no momento do golpe e no exílio foram temas relegados (Ferreira, 2006).

Ainda segundo a autora os trabalhos que se voltavam para a crise do governo de Goulart colocavam em evidência o isolamento dele, a dificuldade em estabelecer alianças sólidas e bases de apoio. Além disso, aponta que a imagem que se construiu sobre Jango, tanto entre os adversários quanto entre os aliados, foi em grande maioria negativa e marcada por posicionamentos políticos-ideológicos de curto prazo. Sua memória foi por várias décadas relegada ao esquecimento, diferentemente de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek que tiveram suas memórias revitalizadas (Ferreira, 2006, p. 10).

Como demonstra Jorge Ferreira (2011), João Goulart foi deposto do cargo de presidente da República por civis e militares, sendo protagonista de um momento delicado de crise política no país. A partir disso, a memória sobre ele acabou ficando, em grande medida, confinada nos dois dias da história do país: dia 31 de março e dia 1º de abril de 1964. Esse episódio determinou a forma como ele passou a ser lembrado, muitas vezes a partir de um rol de desqualificações, quando não esquecido.

No IHGB, João Goulart foi mantido em esquecimento quando esteve na presidência a partir de 1961. Não foi convidado para assumir o título de Presidente de Honra da instituição,

como os outros governantes. Em 1964, o Instituto mostrou que foi adverso ao seu governo, sobretudo, no plano ideológico. Além disso, foi favorável ao golpe e à sua deposição. Quando faleceu, em 1976, não foi lembrado (Santos, 2018). Agora na década de 1990, em períodos democráticos, sua memória também não foi restaurada de maneira positiva pela instituição.

Paralelamente, neste mesmo período, faleceram Ernesto Geisel e João Figueiredo, nos anos de 1996 e 1999, respectivamente. Ambos receberam o título de Presidente de Honra da Instituto quando estiveram no cargo do poder executivo brasileiro. Não receberam, entretanto, as honrarias quando faleceram. Tratando dos dois últimos presidentes militares, o IHGB não manteve a tradicional prática de homenagear os sócios falecidos. Aliás, o discurso de elogio aos falecidos ocorreu, porém, Geisel e Figueiredo não foram citados.

É bem verdade que Geisel e Figueiredo, dentre os presidentes militares, não foram os que tiveram mais aproximação com o IHGB. Castelo Branco, Costa e Silva e Médici foram os chefes de Estado da ditadura que mais prestigiaram a instituição e que foram, também, com gestos simbólicos, recompensados por ela. Geisel, por exemplo, diminuiu os repasses ao Instituto quando esteve no governo e aceitou o convite para ser empossado como Presidente de Honra após três anos, a partir de uma rápida visita (Santos, 2018).

Seja como for, o fato de Geisel e Figueiredo não serem rememorados no momento do falecimento pela instituição trata-se de um ato simbólico. Para Castelo Branco, em 1967, a instituição elaborou um voto de pesar, colocando em evidência as suas virtudes morais e intelectuais. O mesmo foi feito para Costa e Silva, falecido em 1969. Para ele foi feito um minuto de silêncio por sua memória e sua figura foi recordada como o estadista que não falhou às promessas feitas para a instituição e como o militar e estadista que desempenhou com dignidade o “movimento de 1964” (Santos, 2018). Para Médici, em 1985, como já mostrado no capítulo anterior, foram evocadas memórias positivas. Sendo assim, indo na contramão das tradicionais honrarias feitas aos falecidos, Geisel e Figueiredo não foram lembrados. Isso mostra uma tentativa do IHGB de distanciar das memórias da ditadura e ocultar a proximidade que tiveram com eles.

Apesar de o IHGB fazer isso tardiamente quando comparado com outras instituições e segmentos da sociedade civil. É um momento em que as memórias do passado da ditadura se reconstroem com o fim do regime e posse de governos civis e tendem a fixar-se na memória da ditadura como uma era de violência política a ser superada.

A década de 1990, em especial, foi marcada pela entrada do Estado como produtor de memória. Memória crítica ao regime. Nesse período o Estado desenvolveu, ainda que de forma tímida, uma política de memória pautada nas vítimas das violências do regime, se tornando

mais explícita e normatizada a partir de 1995, como destaca Marcos Napolitano (2015). O IHGB, talvez possa ter seguido essa posição mais próxima do Estado e se silenciado sobre as mortes de Ernesto Geisel e João Figueiredo ou ter diluído o tema na instituição em virtude do próprio contexto democrático.

3.9 AS RELAÇÕES COM OS GOVERNO COLLOR, ITAMAR E FHC

As relações com os governos democráticos foram menos sistemáticas. Enquanto com os governos ditatoriais as sessões com as visitas dos chefes de Estado eram acaloradas, com Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, foram menos entusiasmadas.

Fernando Collor de Mello, que tomou posse na presidência da República em março de 1990, tornou-se Presidente de Honra do IHGB em 13 de dezembro de 1991 (Ihgb, 2023). Não há na *RIHGB*, entretanto, qualquer menção a ele, à sua posse na presidência do Brasil ou nos quadros honoríficos da instituição. De todo modo, há que se considerar que ele recebeu o título pela instituição, mas não com tanto esplendor que merecesse ocupar as páginas da revista para divulgação do momento.

Pode-se considerar, entretanto, que o IHGB se aproximou, de alguma forma, de Fernando Collor através de seu avô, Lindolfo Collor, que em 1990, ganhou enfoque pelos sócios do Instituto. Em razão de seu centenário de nascimento naquele ano, Lindolfo Collor foi homenageado com uma sessão extraordinária. Lembrado como o primeiro-ministro do Trabalho do Brasil, parlamentar, jornalista e historiador (Rihgb, 1990). 1990 foi também o ano em que Fernando Collor assumiu o cargo de Presidente da República.

Ao que parece, ao mesmo tempo em que a figura do avô ajudava a constituir a campanha do neto, Fernando Collor também colaborou para promover relatos biográficos do avô ao estar em evidência midiática em razão da campanha eleitoral. Embora não haja nos discursos feitos a Lindolfo Collor menções explícitas a seu neto, a homenagem coincidiu com a chegada de Fernando Collor ao cargo de Presidente da República. Ele, na época, utilizava em alguns de seus discursos a figura de Lindolfo para se promover enquanto político, afirmando ser continuador e devedor do legado jurídico e trabalhista do avô.

Segundo Tiago Bruinelli (2013), Fernando Collor fez diversas associações com Lindolfo Collor. Discursando para membros do Tribunal Superior do Trabalho prestou homenagem ao seu avô materno recordando-o como promotor dos direitos do trabalhador e do

cidadão e se identificando como herdeiro e compromissado em lutar pelo respeito ao trabalho e bem-estar do trabalhador como seu avô.

O *impeachment* de Fernando Collor em 1992 não foi tratado pela revista, o que não significa que não pode ter sido comentado internamente pelos sócios. A substituição pelo vice-presidente Itamar Franco foi igualmente omitida das páginas do periódico, assim como não há menções de que ele foi convidado e assumiu a presidência de honra da instituição.

Fernando Henrique Cardoso, que tomou posse como presidente do Brasil em janeiro de 1995, foi convidado em 1996 pelo IHGB para receber o título de Presidente de Honra da instituição. O convite foi feito, mas a resposta foi demorada. Conforme consta nos registros de ata de sessão ordinária de março de 1996, foi enviada uma carta com o convite e como retorno, receberam duas manifestações de Brasília: uma, solicitando o artigo do Estatuto que trata sobre a posse e informações sobre o Instituto, que foi respondida; outra, com a visita informal nas dependências da instituição de uma assessora do presidente Fernando Henrique. Além disso, o Instituto enviou-lhe também exemplares do “Álbum dos 150 anos” e edições dos arquivos “Prudente de Moraes e Rodrigues Alves”, e ficou sem qualquer retorno (Ihgb, 1996, p. 1164).

A respeito dessa falta de resposta, o sócio Marcos Almir Madeira, que estava ajudando no contato com a presidência e na mediação com representante do Itamarati, comentou, como uma forma de alento, que a Academia de Medicina aguardou três meses pelo comparecimento do presidente da República. Outro sócio, Luiz de Castro Souza reiterou, entretanto, que na Academia de Medicina o título é automático, enquanto que no IHGB a titulação é consolidada a partir da visita do convidado (Ihgb, 1996, p. 1164).

Dois meses depois, em maio de 1996, mais um registro em ata de sessão foi feito, com a observação de que a visita do presidente da República estava sendo agendada (Ihgb, p. 1169). O assunto só foi retomado no final do ano de 1996 no *Relatório Anual* quando fizeram um balanço sobre o ano que findava. A 1ª Secretária, Cybelle Ipanema ressaltou que as metas traçadas para 1996 foram cumpridas, ficando para trás apenas a posse de Fernando Henrique Cardoso como Presidente de Honra da instituição. Assim, afirmou:

Cumpriram-se as metas traçadas e anunciadas no balanço de 96, restando um item não efetivado, sem que tenhamos sido responsáveis, no ciclo que se finda em 21 de outubro. A se fecharem, ainda dois meses do ano civil – quem sabe? -, se chegará a consumá-lo: a posse, como Presidente Honorário, do senhor Presidente da República, professor doutor Fernando Henrique Cardoso, conforme estatui o documento maior do Instituto (arts. 8º e 9º) (Ipanema, 1997, p. 1145).

Fica evidente que os sócios e a direção do IHGB criaram expectativas sobre o ingresso de FHC nos quadros honorários. O presidente do Brasil, entretanto, protelou sua investidura na instituição. Fato que se estendeu por 3 anos, sendo efetivado apenas em 1999.

Assim, os registros do Instituto deixam descritos que a posse do presidente da República ocorreu em 3 de outubro de 1999 com “numerosíssimo comparecimento de sócios e convidados” (Ihgb, 1999, p. 957). Recebeu o título de presidente de honra, seguindo o Estatuto de que os presidentes da República são, por sua investidura, presidentes de honra do IHGB. Além disso, por ser sociólogo, foi eleito também sócio honorário (Ibidem).

A cerimônia foi categoricamente formal. As anotações em ata mostram que Fernando Henrique e sua companheira Ruth Cardoso, foram recepcionados na entrada do prédio pelo presidente do IHGB, Arno Wehling e por sua esposa. Seguiram ao 11º andar, na Sala Imperial, onde estavam os membros da diretoria, sócios e técnicos do Instituto. Foram mostrados livros, documentos manuscritos e iconográficos. Posteriormente, seguiram para o Salão Nobre e formaram a mesa com a primeira secretária, com o ministro da Cultura, com presidente do IHGB, com Fernando Henrique Cardoso, com o cardeal d. Eugênio Sales, com o vice-presidente do IHGB e com um sócio emérito (Ihgb, 1999, p. 957).

As formalidades seguiram com a abertura da sessão feita com a execução do Hino Nacional pela banda do 1º Distrito Naval. Em seguida, foi feita a leitura das efemérides brasileiras, dos atos protocolares da posse, do compromisso, diploma, livro de posse e entrega do colar. O presidente Arno Wehling fez um discurso de recepção para FHC em que destaca a sua “carreira brilhante, nacional e internacionalmente”. Foram listadas suas qualidades enquanto pesquisador, professor em universidades e político. Para Wehling, Fernando Henrique teve a oportunidade de conjugar os dois polos: o das ideias e o da prática.

As concepções teóricas de FHC foram também por ele realçadas. Desse modo, o presidente do IHGB organizou-as em três etapas. Para ele, em uma primeira etapa, Fernando Henrique concentrou-se nos problemas sociais e econômicos do Brasil meridional, aperfeiçoando o instrumental de análise. Em um segundo momento entre as décadas de 1960 e 1970, conforme diz, o sociólogo buscou construir “padrões de compreensão” da realidade brasileira e latino-americana. Enquanto sua terceira fase estava sendo desenvolvida décadas de 1980 e 1990 quando a atividade política se tornava absorvente. A esse respeito, Arno Wehling afirmou que FHC “nesse momento, concentrou segundo sua própria expressão, as energias para ajudar a reconstrução da democracia no Brasil” (Wehling, 2000, p. 72).

Fernando Henrique Cardoso em posse da palavra, realizou seu discurso, afirmando que recebia os títulos com satisfação e enfatizou que sua admiração pelo Instituto remontava a seus

anos de academia. Ressaltou que aprendeu como pesquisador a valorizar a preservação da memória, e como sociólogo, a contribuir para a interpretação do processo histórico. Sendo o IHGB nos dois domínios, da memória e da interpretação, uma referência maior (Cardoso, 1999).

O presidente da República seguiu tratando a respeito das interpretações sobre o Brasil e minuciosamente sobre questões que acreditava que seriam colocadas inevitavelmente aos futuros intérpretes. Para ele, era necessários pensar sobre o legado de desigualdade, o modelo de inserção internacional, as responsabilidades do Estado, as perspectivas de bem-estar social, a questão federativa e sobre a luta pela democratização da terra. Além disso, segundo ele, precisaria ser feita claramente a opção pelo aperfeiçoamento de nossa democracia, eliminando as desigualdades e valorizando as instituições. Salientou a necessidade ainda de avançar com a causa dos direitos humanos rompendo com “mentalidades e estruturas que sustentam a impunidade” (Ibidem).

A cerimônia foi concluída com os agradecimentos de Arno Wehling e com um coquetel no terraço (Ibidem, p. 958). Para Wehling, este momento de receber o chefe de Estado e um cientista social era raro na história do Instituto. Finalizou assim dizendo: “Nossa casa sente-se particularmente honrada em tê-lo entre nós. Muito obrigado” (Wehling, 2000, p. 72).

Sobre tudo isso cabe refletir: por que os primeiros presidentes da ditadura aceitaram prontamente o convite para receberem as honrarias do instituto e, ao mesmo tempo, mereceram tanto prestígio na instituição enquanto os governos democráticos não? Por que os governos democráticos não se interessavam em uma aproximação com o Instituto Histórico, assim como governantes anteriores? De outro lado, há um juízo de valor dentro da instituição que norteia essa decisão ou isso ocorreu em razão de uma mudança de postura do IHGB com o passar do tempo com relação a esse título honorífico? Seja como for, é uma postura que marca um novo tempo na instituição, mas que coincide com governos democráticos.

CAPÍTULO 4: O IHGB NOS ANOS 2000: ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO

A conjuntura de fim de século e de milênio, sem que nos mova uma superstição gregoriana, é locus simbólico para que, considerando as tendências conhecidas de nossa conjuntura histórica, projetemos algumas perspectivas e nelas procuremos enquadrar o Instituto (Wehling, 2000, p. 59).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro iniciou o novo milênio com essa entoação feita pelo presidente da instituição, Arno Wehling, no ano de 2000, em seu discurso que empossava a diretoria para o atual biênio. Em sua fala, o presidente refletia sobre os destinos da *Casa da Memória*. Idealizava os rumos do IHGB para o próximo século sob a convicção de que, nos meios intelectuais, os anos vindouros seriam dominados pelo conhecimento em suas vertentes científicas e tecnológicas e que o Instituto seria profundamente influenciado pelas transformações gerais que aconteceriam (Wehling, 2000).

Acreditava que as tendências do novo tempo e a mutação do conhecimento trariam modificações nas ciências sociais e na história, por extensão. Além disso, pensava que as comemorações dos 500 anos do descobrimento teriam o potencial de estimular ainda mais as discussões sobre a formação brasileira, cidadania e igualdade, alcançando debates sobre distribuição de renda e exercício do poder. A esse respeito, em sua exposição, seguia corroborando com a ideia de que “a consciência das dificuldades frequentemente orienta a

correta identificação dos problemas e as opções para o seu enfrentamento”, logo, “nesse ponto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode dar sua contribuição, contribuição para o esclarecimento de questões [...]”. (Ibidem, p. 61).

Nesse ponto, apresentou as potencialidades que o Instituto possuía para dar o seu reforço na construção do conhecimento, como “sujeito ativo”, “produtor de saberes” e “interlocutor de diálogos frutíferos”, que poderia estimular o conhecimento especializado e o cultivo de valores como o respeito à alteridade e a tolerância. Defendeu como indispensáveis: a pesquisa histórica para o desenvolvimento da pesquisa científica em geral e a formação cultural, não como enciclopédia, mas sim como compreensão do processo de formulação. Por essa lógica, encerrou seu discurso com a convicção de que o IHGB teria plena condição de responder aos desafios dessas tendências e construir “uma ciência mais rica, uma cultura mais densa e uma sociedade mais aberta” (Ibidem, p. 62-63).

Esse discurso do presidente, que é imbuído de expectativas para um novo tempo, ostenta um modelo de instituição progressista, renovador, aberto e que acompanha as correntes contemporâneas. Sabemos, entretanto, teleologicamente, que esse painel não correspondeu por completo com as práticas realizadas pelo IHGB na década dos anos 2000. Afirmamos que essas expectativas não se preencheram integralmente, pois o IHGB caminhou em duas direções: em uma delas, pegou a rota de retorno. Nesse itinerário regressou ao passado, ao entranhamento de suas raízes, tradições e manutenção de padrões. Na outra, conduziu-se rumo às modificações e atualizações. Desenvolveu, nesse período, uma história mais crítica e ao mesmo tempo, uma história patriótica, reverenciadora, memorialística, baseada em vivências e experiências individuais. Caminhou nas duas direções concomitantemente.

Arno Wehling prospectou uma instituição comprometida em colaborar com a consciência, com a identificação e superação de dificuldades reais da sociedade. Passou a ideia de que questões profundas seriam tratadas. Criou em nós a espera por debates profícuos sobre a ditadura, suas memórias e reparação, seguindo o próprio ritmo e as demandas da sociedade na década. Todavia, no que tange às discussões sobre esse assunto, foram expectativas que não foram atingidas e não idealizadas pelo IHGB. É sobre isso que este capítulo se trata.

4.1. O FIM DO GOVERNO DE FHC E A ERA LULA

O contexto político brasileiro dos anos 2000 foi marcado pelo segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e, principalmente, pela “Era Lula” com a presidência

de Luiz Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores) de 2003 a 2010. O mandato de Lula, que ocupou a maior parte dos anos 2000, se tratou de um marco na história do país após a redemocratização. Foi um momento em que esteve à frente do poder executivo federal alguém com um perfil de retirante nordestino, trabalhador braçal, operário metalúrgico e sindicalista (Motta, 2018, p. 415).

FHC, que em seu segundo mandato governou de 1999 a 2002, lidou com a expressiva desvalorização do real em relação ao dólar e crescimento da dívida pública. Buscando estabilizar a economia, adotou uma nova roupagem para a ideologia neoliberal e introduziu o sistema de metas de inflação, que para alcançar as taxas definidas o governo utilizava da taxa de juros. Além disso, a dívida externa estava alta. Por esse motivo, outra medida tomada no âmbito econômico foi a transformação da dívida externa do setor público em dívida interna: oferecia títulos públicos em altas taxas de juros. A intenção era garantir controle sobre o gerenciamento da própria dívida (Nobre, 2013).

Conseguiu controlar a inflação, mas, apesar disso, o país não crescia e não gerava emprego. O panorama seguiu, ao longo do segundo mandato, com manutenção de altas taxas de juros, garantia da preservação da renda dos mais ricos, continuidade da distribuição de renda de forma desigual e altas taxas de desemprego. O encanto do Plano Real esvaia-se e os índices de impopularidade do governo elevavam-se (Nobre, 2013).

Como pontua Marcos Nobre (2013), o segundo mandato do governo de FHC atravessou crises de grandes dimensões em todos os anos, com exceção do ano de 2000: passou pela desvalorização de 1999, o Apagão de 2001 e a crise do câmbio de 2002. Diante desse quadro, Fernando Henrique não se dedicou mais em prosseguir com a agenda de reformas liberalizantes e privatizações. Ao invés disso, manteve-se na defensiva por boa parte do tempo.

Tudo isso prejudicou o presidente Fernando Henrique em controlar o processo sucessório. Nesse sentido, houve dificuldade em montar uma candidatura dentro do PSDB ao mesmo tempo em que o projeto da reeleição ficou inviabilizado em grande medida em razão do enfraquecimento das bases políticas do governo (Couto; Abrucio, 2003). Devido a essas dificuldades de FHC, em 2002, com as novas eleições, Lula venceu após sua quarta tentativa em ocupar o posto de presidente do Brasil.

Além de tudo isso, Lula alcançou sua vitória pelo esgotamento citado do projeto de Fernando Henrique Cardoso e do Plano Real, que se mostravam incapazes de manter a inflação baixa e a moeda valorizada. Desse modo, Lula se comprometeu com a estabilidade econômica, com o combate à inflação, com o pagamento das dívidas do Estado e com o respeito à propriedade (Motta, 2018).

Chegou a esse posto também a partir do projeto político do PT que utilizou de várias estratégias. Uma delas foi o investimento em um programa político mais comedido em relação às tentativas fracassadas de anos anteriores. Por isso abandonou o radicalismo, adotou uma perspectiva mais moderada e inclinou-se em reformar o sistema econômico-social. Nesse contexto, fez também alianças com setores políticos moderados e colocou José de Alencar, conservador e empresário, como vice-presidente (Ibidem).

O governo Lula respeitou as privatizações realizadas por seu antecessor, manteve alguns elementos da política macroeconômica, mas se afastou da orientação liberal que havia sido dominante nos anos de 1990. Adotou políticas sociais voltadas para a distribuição de renda e aplicou incentivos para alavancar a indústria. Além disto, instalou, paulatinamente, um novo desenvolvimento colocando de lado a visão privatista e reestabelecendo o papel do Estado como agente e planejador econômico, conforme salienta Rodrigo Motta (2018, p. 419).

O grande feito do governo Lula foi o alto investimento em programas que realizaram inclusão social através de políticas de transferência de renda. Como pontua André Singer, a partir do segundo mandato, houve a criação de um fenômeno político no Brasil que intitulou de “lulismo”, que propiciou um realinhamento eleitoral como resultado da combinação de políticas voltadas para a redução da pobreza com a inexistência de radicalização política (Singer, 2012).

Assim, de acordo Singer, o “lulismo” se configurou com um caráter ambíguo, entre conservação e mudança; reprodução e superação; decepção e esperança. O cientista político argumenta que Lula manteve a ordem neoliberal dos mandatos anteriores e adotou uma política econômica conservadora. Ele defende a interpretação de que a partir de 2003 houve a adoção de políticas para minimizar a pobreza, combater a miséria e ativar o mercado interno. Tudo isso, porém, sem confronto com o capital (Ibidem, p. 10).

De todo modo, o grande pilar do governo de Lula foi a redução da pobreza com a política de transferência de renda através do Bolsa Família e do aumento do salário-mínimo, além do crédito consignado, que permitiu que pessoas de baixa renda tivessem acesso a crédito com juros mais baixos. Foram medidas que fizeram com que houvesse um aumento expressivo de consumo das camadas mais populares e uma reativação da economia. E como salienta, Singer (2012), sem nenhum tipo de radicalização política foi capaz de conformar uma espécie de modelo associada à sua figura de presidente. Por isso batizou de *lulismo*.

O Bolsa Família atrelou o combate à fome, às melhorias educacionais e na saúde ao condicionar as famílias ao recebimento do auxílio mediante a obrigação de manter as crianças na escola e deixar a vacinação em dia. Mesmo os valores recebidos pelas famílias em vulnerabilidade sendo baixos, foram observados resultados sociais consideráveis que

contribuíram para a retirada de milhões de pessoas da linha da miséria, impactando principalmente o Nordeste (Motta, 2018, 420-421).

Essas políticas sociais colaboraram para um crescimento econômico ao ampliar a renda dos segmentos mais pobres e alargar o mercado de setores produtivos, despertando novas possibilidades de negócios. No cenário internacional, elas propiciaram reconhecimento. Porém, no plano interno, foram alvo de críticas por parte dos opositores, que tinham como objetivo desgastar politicamente o governo. Lula foi acusado de usar o programa com fins eleitorais. Além disso, as críticas entraram no campo do preconceito ao afirmarem que, como resultado dos programas sociais, os pobres não queriam mais trabalhar, ocasionando uma escassez de mão de obra e encarecimento dos serviços doméstico (Ibidem, p. 420-422).

Políticas sociais voltada ao âmbito educacional também foram implementadas. Foi realizada uma expansão do sistema de ensino, com ampliação da rede de escolas técnicas federais, melhorias no ensino superior com valorização da carreira docente, expansão da infraestrutura, criação de novas universidades federais em áreas do interior e aumento no número de vagas para alunos. Ao mesmo tempo, ampliou o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), que com recursos de bancos federais financiava o pagamento de mensalidades em faculdades privadas e criou o PROUNI (Programa Universidade para Todos), fornecendo bolsas em faculdades particulares para estudantes de baixa renda. Todas essas políticas geraram um aumento no número de alunos no ensino superior. Do mesmo modo, a pós-graduação, ao longo do governo de Lula, também foi estendida, ocorrendo a ampliação das verbas para pesquisas e crescimento em mais de 100% no número de alunos (Motta, 2018, p. 423-424).

Apesar da crise com o escândalo do “mensalão”, Lula conquistou o segundo mandato em 2006 permanecendo até 2010 no governo como consequência do sucesso econômico e do resultado positivo de suas políticas sociais. Chegou a grande popularidade ao ponto de no fim de seu governo alcançar índices inéditos de 87% de aprovação (Ibidem).

Foi realizado, de modo geral, ao longo de seu mandato, um processo de ascensão social em vários sentidos. Políticas afirmativas dedicadas ao combate da desigualdade racial, assim como políticas de gênero e de direitos humanos também foram agregadas na agenda do governo (Ibidem).

As políticas de direitos humanos, a propósito, trata-se de pontos que merecem atenção, pois se articulam diretamente com os interesses temáticos da pesquisa aqui apresentada. Lula, como sucessor de FHC, ficou com a incumbência de lançar uma nova edição do PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos) (Gallo, 2015).

A criação do PNDH foi uma das sugestões dadas na Conferência de Viena, realizada em 1993, aos países preocupados com proteção dos direitos humanos. O governo brasileiro acatou a proposta e buscou ações concretas nesse sentido. No governo de Fernando Henrique Cardoso foram lançadas as duas primeiras edições do programa que propiciaram movimentos significativos na evolução de políticas destinadas à causa e também ao tratamento da memória da repressão política (Ibidem).

Lula, por sua vez, instituiu o PNDH-3 com uma expressiva ampliação do tratamento da memória da repressão no país, ficando um eixo orientador do documento reservado especificamente para essa temática. O eixo “Direito à memória e à verdade” deu destaque à preservação e a promoção da memória da repressão. Deixou prevista a revisão da legislação que ainda estava em vigor como resquício da ditadura e também a criação, em 2010, de uma Comissão da Verdade – não com a intenção de realizar justiça, mas sim com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no período da ditadura e efetivar o direito à memória e verdade histórica (Ibidem).

O Projeto de Lei, com base nas disposições do PNDH-3, responsável por criar a Comissão da Verdade foi elaborado e começou a tramitar no último ano do governo Lula, em 2010. As votações na Câmara dos Deputados e no Senado, entretanto, foram finalizadas apenas em 2011, no mandato de Dilma Rousseff (Gallo, 2015).

Lula no período da ditadura foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e liderança da greve da categoria. Foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e detido no Dops (Departamento de Ordem Política e Social), órgão de repressão da ditadura civil-militar. Não à toa, enquanto esteve na presidência do Brasil, intensificou trabalhos de reparação, sobretudo, em seu segundo mandato, como salienta Glenda Gathe Alves (2015). Segundo ela, foram implementados debates sobre punição penal dos torturadores e discussões a respeito dos valores das indenizações ganharam maior destaque. Ainda sobre isso afirma:

Nesse período, um novo ministro da Justiça, Tarso Genro, foi escolhido e novas pautas em torno das políticas de reparação foram definidas. Além da revisão da Lei de Anistia, entrou em voga a necessidade de reformular a maneira como, até então, a concessão de anistia era encarada. Nesse novo projeto político consolidou-se a interpretação oficial de que a anistia seria um pedido de perdão do Estado e não mais uma concessão desse indulto. Junto com essa interpretação, iniciaram-se políticas destinadas a dimensões mais subjetivas da reparação (Alves, 2015, p. 59).

Como Glenda Alves demonstra, o tema da reparação e as políticas de memória sobre a ditadura passaram a ocupar mais espaço no cenário político durante o governo de Lula. Medidas

simbólicas foram empreendidas e houve maior debate em torno da responsabilização dos agentes do Estado. A Comissão de Anistia foi uma das entidades promotoras que centralizou essas discussões e protagonizou as políticas. Neste período foram realizadas palestras com debates sobre a aplicação da Justiça de Transição no Brasil e revisão da Lei de Anistia; foram planejados centros de memória sobre a ditadura e a criação de arquivos públicos sobre o período (Alves, 2015).

A constituição de acervos e abertura de arquivos foi um marco importante no governo de Lula. Em 2005 os arquivos do antigo SNI (Serviço Nacional de Informações) foram transferidos para a Casa Civil e alocados no Arquivo Nacional, abrindo novos campos de pesquisa sobre as repressões do Estado na ditadura em conjunto com os acervos das polícias políticas estaduais que já estavam sendo abertos e organizados desde os anos de 1980 (Napolitano, 2015)

A historiadora pontua ainda que Tarso Genro, ministro da Justiça de Lula, foi visto, a partir de algumas interpretações, como um personagem importante para o redirecionamento das políticas de reparação e identificado como a primeira autoridade do Executivo a falar em favor da punição dos torturadores (Alves, 2015)

A despeito do novo fôlego implementado sobre o direito à memória, à verdade e à justiça, existiram também medidas que resistiram a esse movimento de enfrentamento do passado. O Ministério da Defesa e a Advocacia Geral da União, por exemplo, defenderam que a Lei de Anistia já havia perdoado os torturadores. Esses fatos expressam a coexistência de grupos com orientações políticas distintas no governo Lula. Demonstra que de um lado houve a entrada de antigos militantes de resistência à ditadura em pontos estratégicos do governo e de outro, que houve a manutenção do lugar privilegiado na política brasileira de grupos conservadores, em virtude da transição influenciada pelas Forças Armadas (Ibidem).

4.2 DEBATE SOBRE A DITADURA ANOS 2000 E A EFEMÉRIDE DOS 40 ANOS DO GOLPE

A interpretação de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva intensificou medidas de reparação não são unânimes entre os estudiosos, principalmente quando se trata dos anos da efeméride dos 40 anos do golpe. Caroline Bauer sustenta que, enquanto número considerável da historiografia tratava sobre a ditadura civil-militar, o governo não se dedicava em muitas iniciativas, se eximia de discussões sobre esse passado e se abstinha da responsabilidade, investindo na opção política de assegurar a conciliação (Bauer, 2014).

Conforme narra, na noite de 31 de março de 2004, André Singer, porta-voz da Presidência da República, concedeu uma entrevista. Abordado sobre o golpe civil-militar de 1964 que completava 40 anos naquele dia, Singer transmitiu a mensagem do presidente Lula. O discurso trazia a mensagem de que 1964 deveria ser olhado como um episódio histórico encerrado e que caberia aos historiadores fixar a memória dos acontecimentos e personagens (Presidência da República, 2004 apud Bauer, 2014).

Para Caroline Bauer, houve uma confusão no entendimento do governo, evidenciado no discurso oficial, sobre o conhecimento histórico e a responsabilidade social, ficando ressaltada a permanência da lógica da protelação. O Estado brasileiro neste ano de efeméride, segundo a historiadora, eximia-se de sua responsabilidade de investigar e julgar crimes cometidos por ele mesmo durante os longos anos do regime. Buscou-se esquecer os traumas do passado. Com isso, sob a perspectiva do governo, trazer à tona a discussão seria ir contra o princípio da conciliação e poderia ser interpretado como uma atitude revanchista (Bauer, 2014).

Lula, em 2004, como mostra Bauer, transferiu a competência de falar sobre os episódios da ditadura aos historiadores. Isto, de fato, foi feito. Historiadores não deixaram de debruçar sobre o assunto, e ao contrário, a efeméride no ano de 2004 fermentou os estudos e o interesse de historiadores pelo tema, que antes ficava mais nas mãos de sociólogos e cientistas políticos. Neste ano houve uma efervescência de reflexões sobre o assunto, resultando em diversos debates, seminários, congressos, palestras e artigos. Mariana Joffily, que faz um apanhado da produção nas efemérides de 1964, mostrou que em 2004 o panorama foi bem diferente das décadas anteriores (Joffily, 2018).

Embora persistissem ainda sujeitos que defendiam “o movimento de 31 de março” como algo inevitável para salvar a sociedade brasileira em 1964, eles foram minoria na década de 2000. Como argumenta Joffily, nesse momento dos 40 anos do golpe, foi instalada uma “lua-de-mel” com a democracia. Foi um período de expansão das possibilidades de construção de uma sociedade democrática e de transformações políticas, o que foi em grande medida impulsionado com a eleição de “um presidente progressista e de origem operária” (Ibidem, p. 224).

Não só a posse de Lula estimulou a ampliação do debate sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura civil- militar. O aniversário dos 40 anos do golpe por si só se constituiu como um fator instigante para a reconstrução de memórias e novos debates sobre o tema. Os debates da efeméride ganharam ainda maior terreno e impulsionaram bom número de pesquisas históricas também em função do maior distanciamento temporal do evento político.

Com estas condições, a rememoração dos quarenta anos do golpe gerou uma série de reflexões na academia a respeito da ditadura no Brasil a partir de diversos enfoques. Exemplo disso é a publicação do livro “O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)”, organizado por Daniel Aarão Reis, Rodrigo Patto Sá Motta e Marcelo Ridenti. A obra, composta de 19 artigos, reuniu veteranos pesquisadores e jovens doutorandos de diversas universidades, como Beatriz Kushnir, Caio Navarro de Toledo, Carlos Fico, Denise Rollemberg, Francisco de Oliveira, Heloísa Starling, João Pinto Furtado, João Roberto Martins Filho, Lucia Grinberg, Marcos Napolitano e Samantha Quadrat. Foi uma das principais obras publicadas em 2004 que congregou alguns dos especialistas na temática, abrangendo discussões relacionadas aos movimentos sociais, repressão, ações das esquerdas, estudos sobre imprensa, exílio, censura e memória.

O artigo “40 anos do golpe de 1964: ditadura nunca mais!”, de Antônio Fernando de Araújo Sá e o livro “1964-2004: 40 anos do golpe”, organizado por Carlos Fico, Celso Castro e Ismenia de Lima Martins, que foi fruto de seminário realizado aos quarenta anos do golpe que reuniu historiadores, cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, psicólogos e economistas.

As efemérides dos 40 anos do golpe de 1964 estavam próximas dos 30 anos da morte de João Goulart, no ano de 2006, que lançaram análises que, ao mesmo passo em que trouxeram novas informações sobre a trajetória de Jango, exploraram também temas relevantes que corroboraram para os entendimentos a respeito do golpe e da ditadura no Brasil ao explorarem a crise institucional e a deposição de Goulart. Alguns dos livros importantes que foram publicados nessa ocasião, em 2006, são: “O Brasil de João Goulart: um projeto de nação”, organizado por Oswaldo Munteal e Jaqueline Ventapane; “João Goulart. Entre a memória e a história”, organizado por Marieta Ferreira e “Jango, as múltiplas faces”, de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (Delgado, 2012).

Os estudos despontados a partir de 2004 sobre a ditadura tiveram uma grande diversificação de temas e de abordagens. Essas novas produções historiográficas se desenvolveram, em grande medida, no sentido de reavaliar o papel das instituições políticas e militares, sobretudo, no que diz respeito às relações de cooperação e colaboração entre diversos atores sociais, como salienta a historiadora Cristina Ferreira (2021).

Daniel Aarão Reis foi um dos historiadores que centralizou esse debate nos anos 2000. A discussão foi agregada também por Denise Rollemberg, Samantha Quadrat e de forma distinta por Carlos Fico. Daniel Aarão em seu livro “Ditadura militar, esquerdas e sociedade” publicado no ano de 2000 adotou um novo significado para o conceito de ditadura civil-militar, diferente do que havia sido empregado por René Dreifuss (1981). Aarão Reis nesse livro em

específico não faz uso do termo “ditadura civil-militar”, mas utiliza as principais ideias que estão embutidas nele.

Ele retomou e renovou a perspectiva de Dreifuss, buscando enfatizar o papel desempenhado por setores civis no contexto do golpe de 1964 e para a sustentação do regime que se seguiu. Fez uma revisão do tema defendendo a ideia de que a ditadura brasileira conseguiu fixar-se e manter-se em razão também do apoio que recebeu de setores da sociedade.

Sendo assim, Daniel Aarão destacou a diversidade do apoio civil aos militares na ditadura - sem enfatizar o caráter burguês como Dreifuss. Em seu livro, o historiador buscou afirmar a necessidade de reflexão sobre as raízes e fundamentos da ditadura a partir das complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade. Nos anos em que propôs essa reflexão, afirmou que quase ninguém se identificava com a ditadura no Brasil e que podia-se contar nos dedos aqueles que defenderam a sua instauração e consolidação, como se ninguém tivesse tido a ver com ela. Sobre isso o historiador questiona: “Se tudo isso corresponde à verdade, como explicar por que a ditadura não foi simplesmente escorraçada?” (Reis Filho, 2000, p. 10). A partir de sua indagação, há a sua sustentação principal de que a ditadura no Brasil contou com fundamentos sociais que ficaram apagados, mas que precisavam ser investigados.

Daniel Aarão também protagonizou um debate instalado nesses anos de 2000 sobre a periodização da ditadura. Como argumenta, a ditadura no Brasil teve o seu término não em 1985 como usualmente é entendido por estudiosos, mas sim em 1979, quando deixou de existir o estado de exceção, quando houve a revogação dos Atos Institucionais e quando ocorreu a aprovação da Lei da Anistia, com a volta do exílio de líderes das esquerdas brasileiras. A partir desse ano, conforme sustenta, iniciou-se o período de transição entre a ditadura e a democracia, que foi do ano de 1979 a 1988 com a aprovação de uma nova Constituição que reestabeleceu as condições de um pleno estado de direito no país.

Essa é uma perspectiva que defende que o fato de existirem militares no poder, não significa, necessariamente, que há uma ditadura. Assim, Aarão Reis acredita que não se pode atribuir aos militares a responsabilidade única pela ditadura, pois isso acaba por obscurecer a participação dos civis na construção do regime (Reis Filho, 2004, p.12-13).

Apesar de sua tese não ter sido consentida por todos os estudiosos da área, seu trabalho causou relevante impacto nos rumos dos estudos sobre o período autoritário brasileiro e ganhou traços cada vez mais consistentes com o aparecimento de várias pesquisas seguindo essa linha. Assim, tornou-se ainda nos anos 2000 base de estudos para a compreensão de movimentos, associações e instituições, que se tornaram objetos de investigação no período da ditadura a

partir dessa chave de leitura, como a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Serbin, 2001), as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (Presot, 2004) e a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil (Rollemberg, 2008).

Ainda em 2004, o historiador Carlos Fico publicou o seu livro “Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” dialogando criticamente com as perspectivas apontadas por Daniel Aarão Reis e sustentando que o papel dos militares é que foi preponderante no regime. Segundo sua afirmativa, ainda que a preparação para o golpe tenha sido impulsionada a partir de relações com civis, foram os militares que movimentaram as tropas e que estiveram envolvidos em maior número na montagem do novo governo – como pode ser afirmado a partir dos decretos dos Atos Institucionais e com a escolha de Castelo Branco para a Presidência, como assinala Carlos Fico (2004, p. 38). De acordo com essa interpretação, embora o golpe seja considerado civil-militar, o regime, foi apenas militar.

Desse modo, a participação de segmentos da população civil no golpe e ao longo da ditadura foi objeto de discussão nos 40 anos do golpe de 1964. Foi aberta nesse momento uma nova linha de investigação que foi intensificada e ganhou grandes proporções na década posterior.

Entretanto, houve ainda um outro tema chave no debate historiográfico dos anos 2000 referente ao período da ditadura: o da relação das esquerdas com a democracia e a memória sobre o caráter da luta da esquerda armada. Historiadores, nesta década, começaram a evidenciar a necessidade de descolar do anacronismo e da cobrança sobre aqueles que viveram nos anos de 1960 a adesão a valores democráticos que despontaria décadas depois. Denise Rollemberg, em seu artigo em 2003, procurou mostrar que as esquerdas, assim como a sociedade de modo geral, “não tinham a democracia como um valor supremo” (Rollemberg, 2003). Do mesmo modo, Daniel Aarão Reis ressaltou o caráter revolucionário de setores da esquerda e falta de compromisso com a democracia (Reis Filho, 2004).

Houve um crescimento significativo no número de estudos sobre o golpe e a ditadura que tem a ver com a realidade vivida pelo Brasil do ponto de vista político e pela efeméride do golpe, mas também por algumas novas correntes historiográficas contemporâneas, como a “história vista de baixo”, a história do tempo presente, o retorno da história política e a difusão da história oral. Foram debates historiográficos empreendidos no campo internacional que beneficiaram positivamente o campo de estudos sobre o golpe e a ditadura no Brasil. Segundo a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, esses novos enquadramentos ampliaram o campo de possibilidades de se fazer história de períodos mais próximos; da impossibilidade da

neutralidade e da recuperação de episódios esquecidos e sem registros através de depoimentos orais (Araújo, 2004).

O crescimento desse campo de estudos também foi consequência do surgimento de novas fontes e revalorização de fontes antigas. Pesquisas foram despontadas pela abertura dos acervos do DOPS e de outros órgãos de segurança e polícia política; pelas doações de acervos de ex-militantes para centros de pesquisa; pelas fontes orais, com depoimentos e entrevistas com a memória de atores sociais que vivenciaram a ditadura e pela valorização de documentação que passou a ter visibilidade, como jornais da imprensa alternativa (que não era oficial e também não era clandestina) (Ibidem).

Os debates em 2004 a respeito da ditadura foram aquecidos, no entanto, a mobilização para os 40 anos do golpe não ficaram restritos ao âmbito acadêmico. Eventos em torno da data foram organizados também em entidades sindicais e culturais. Foram publicados grande número de reportagens e entrevistas com atores do período e o mercado editorial investiu em livros de memórias e acadêmicos. Filmes, novelas, documentários, peças de teatro também exploraram o tema. O debate público não ficou de fora. Ex-militantes de esquerda e militares entraram na batalha de memórias. Sites e blogs foram criados para dar voz e disseminar as interpretações sobre os eventos ocorridos (Joffily, 2018, p. 222).

Além das memórias em disputa, no debate público múltiplas leituras atravessaram a sociedade. Passados quarenta anos, algumas gerações desconheciam os efeitos de uma ditadura. Os militares, por sua vez, pleiteavam o espaço para seu discurso a respeito dos fatos um ano antes dos 40 anos do golpe. A Biblioteca do Exército (Bibliex) publicou em 2003 a obra “1964: 31 de março, o movimento revolucionário e sua história”, como resultado do projeto de História Oral do Exército, que estavam desenvolvendo. A partir de suas memórias, buscaram legitimar a intervenção política da qual foram protagonistas, com histórias favoráveis ao golpe.

O aniversário dos 40 anos do golpe, em 2004, motivou manifestações e discursos conflitantes no espaço público relativos aos acontecimentos iniciados em 1964. Batalhas de memórias continuaram existindo. Coexistiram discursos situados em lugares diferenciados e com significados variados, como os governamentais, dos comandantes militares, das vítimas, dos familiares. Seguindo a afirmativa de Benito Bisso Schmidt, o aniversário “serviu, ao mesmo tempo, para reavivar uma já antiga batalha de memória e para a ela acrescentar novas armas e alvos” (Schmidt, 2007, p. 133).

4.3 IHGB NA DÉCADA DE 2000: O PLURALISMO COMO MARCA

Diante dessa conjunção de elementos que envolvem as idealizações do presidente do IHGB para a década, a conjuntura política e a profusão de discussões a respeito da ditadura nesse período, convém entender como o IHGB articulou as suas reflexões a essas alavancadas pelo Estado, pela sociedade e pela academia e compreender se adotou um discurso analítico a respeito de 1964 e da ditadura. Assim, tem-se aqui a pretensão de apresentar as narrativas propagadas pelo Instituto a respeito da ditadura no momento em que a historiografia estava revendo os fatos de forma mais acalorada. Para isso, é necessário localizar a instituição no período, entendendo suas escolhas, comportamentos, bem como as suas transformações e adaptações à contemporaneidade.

De início, percebe-se alguns direcionamentos no IHGB da década de 2000 como um aprofundamento de sinais que já haviam sido demonstrados nos anos anteriores. Arno Wehling, presidente da instituição nestes anos, apontou repetidamente, em diversas ocasiões, para o pluralismo corporativo existente no IHGB. Se na década de 1990 a instituição, em momento de transição, já equacionava a permanência de sócios com perfis tradicionais e inserção de sócios ligados à universidade, na década de 2000 há um evidente aprofundamento desses rearranjos. Enquanto a década de 1990 pode ser considerada uma década importante de transição para essas aberturas, a década de 2000 pode ser vista como uma década de modificações mais consolidadas nesse sentido.

As análises empreendidas para esta década retornam resultados mais nítidos com relação a dicotomia vivida pela instituição, que ficou entre a conservação de seus padrões e seus princípios e a aposta na renovação e na modernização. Como se vê em discurso do presidente Arno Wehling, a ideia do pluralismo é incorporada com mais força e usada como um valor que presta originalidade ao instituto:

Essa identidade plural do Instituto externa-se também no pluralismo de concepções de mundo dos que o integraram e integram. Tivemos, ao longo de nossa história, como sócios, monarquistas e republicanos; católicos e materialistas; ecléticos, positivistas e evolucionistas; liberais e socialistas. Tivemos e temos, também, um pluralismo corporativo: desde os primórdios, houve entre nós diplomatas, militares, juristas, professores, eclesiásticos, todos subordinados ao interesse comum pelos estudos brasileiros em diferentes campos da vida social. Ultimamente tem havido significativa incorporação de membros do Instituto oriundos da Universidade, local onde, hoje, concentram-se em número relevante e com características agora profissionais, historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e filósofos [...] (Wehling, 2000, p. 105).

Como observa-se, o presidente Wehling deixa marcado a permanência de diplomatas, militares, juristas, eclesiásticos, professores, dentre outros, na instituição desde os seus primórdios. Perfil corporativo que já era plural e que neste novo tempo precisou ainda conciliar as ideias com uma nova categoria advinda da Universidade, configurando a identidade do Instituto.

Essa valorização da identidade plural foi ratificada por ele posteriormente em discurso na sessão de aniversário do IHGB no ano de 2000. Arno Wehling mais uma vez deixou em evidência que o IHGB não é lugar de homogeneidade de pensamentos. Expôs a instituição como um local de convergência de ideias sobre história, geografia e outros campos do conhecimento. Todavia, fez um adendo: “convergência que não significa abandono de concepções ou convicções próprias em favor das eventualmente dominantes na instituição” (Wehling, 2000b, p. 66).

Por isso tudo isso, orgulha-se da origem “pluricorporativa”. Sustentou, desse modo, que a finalidade que os congrega é uma só: pensar o Brasil - não do ponto de vista de um partido e nem de uma ideologia, mas sim do ponto de vista acadêmico (Wehling, 2000b).

Afirmou que a natureza de uma academia envolve a ideia de união e por sua vez tem como corolário o convívio e a sociabilidade. Quanto à sociabilidade, porém, reforçou: “quando falamos em sociabilidade, não estamos nos referindo necessariamente à amabilidade, mas à capacidade de conviver com o outro, ainda que este outro seja profundamente diferente” (Wehling, 2000b, p. 67). Por isso, complementou sua fala reforçando a importância do respeito, que vai além da tolerância, como condição para essa sociabilidade. Colocou assim como reflexão:

Em primeiro lugar, um acendrado respeito pela pessoa e pela obra de nosso confrade. Para além da tolerância, que apenas suporta a diversidade do outro, esse respeito nasce não apenas da mútua condição acadêmica, mas da convicção de que aquele que não pensa como nós certamente o faz amparado por alguma parcela da verdade em seu pensamento [...] (Wehling, 2000b, p. 67).

Portanto, mostrou que para estar no IHGB é preciso que tenha o “gosto pela troca de ideias”, já que sem isso a sociabilidade não floresce. “É da interlocução entre diferentes, sobretudo entre muito diferentes, que podem nascer as reflexões mais elaboradas e as valorações mais profundas, além e acima das práticas rotineiras do cotidiano (Wehling, 2000b,

p. 68). Por fim, deseja: “Possa o Instituto continuar sendo este lugar do espírito onde se cultivam os valores maiores” (Ibidem).

Sobre isso, pode-se considerar que o pluralismo corporativo é a marca do IHGB nos anos 2000. Enquanto na década de 1990 vimos uma transição para essa nova configuração, nos anos 2000 vemos uma consolidação dessa mistura que impactou positivamente o percurso do Instituto.

A composição, que acabou sendo alterada gradativamente na instituição e com uma visibilidade significativa na década de 2000, modificou, de alguma forma, o modo de se fazer história na instituição. Como apresentado no capítulo 1 (p. 41), o período de 2000 a 2009 foi o que foi constatado maior renovação no quadro administrativo. Constatou-se ainda que houve uma expressiva entrada de historiadores nos comandos da instituição, bem como inserção de sócios com trajetórias voltadas para a pesquisa e muitas vezes à docência no ensino superior, sobretudo, nas Universidades Federais brasileiras. Tudo isso ocorreu, em grande medida, em razão do significativo número de falecimentos de sócios e a necessária sucessão com novos membros. Não se pode com isso, porém, ignorar o fato de a instituição também se adaptar às novas realidades sociais.

No ano de 2003, por exemplo, faleceram alguns sócios que pareciam ser pertencentes a ala mais conservadora do IHGB, que eram também participantes ativos na instituição, sendo alguns militares. É o caso de Joaquim Ponce Leal, Dino Willy (militar), Umberto Peregrino Leal (militar) e Marcos Almir Madeira, que era orador do IHGB e havia sido professor de Sociologia e teoria geral do Estado da UB, da PUC RJ, Instituto Rio Branco e Escolas de Estado Maior do Exército e da Aeronáutica, além de presidente do Pen Clube do Brasil. Este fato foi inclusive frisado em sessão e registrado em ata de 2003 com a observação de que “foi um ano de grandes perdas para Instituto que registrou alta cifra de quinze associados” (Ihgb, 2003, p. 343).

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que entraram figuras ligadas à pesquisa histórica, associaram-se também figuras que representavam uma manutenção do *status quo* da instituição. Exemplo disso é o ingresso ao longo da década de Synesio Sampaio Goes Filho, diplomata; Davis Ribeiro de Sena, coronel; Lucien Provençal, militar; Jose Carlos Brandi Aleixo, padre e d. Joao de Orleans e Bragança, descendente da família imperial brasileira. Ao mesmo tempo em que entraram também na instituição no mesmo período, Thomas Skidmore; José Murilo de Carvalho; Antonio Manuel Hespanha; Braz Augusto Aquino Brancato, professor doutor em história com carreira docente na PUC RS; Vera Lucia Cabana; Lucia Maria

Paschoal Guimaraes; Mary Del Priore, Lilia Schwarcz, Isabel Lustosa, Laura de Mello e Souza, Maria de Lourdes Viana Lyra, Maria Cecília Londres Fonseca, dentre outros.

4.4 O LUGAR DA MULHER PESQUISADORA E DA QUESTÃO DE GÊNERO NA INSTITUIÇÃO

Além de deixar em evidência a entrada de pessoas ligadas à pesquisa e à docência no ensino superior, há dentro desse grupo uma boa cifra representativa de mulheres nesta década. Dentre os nomes acima apresentados, é perceptível o ingresso na instituição de mulheres, formadas em história, com alto grau de instrução, atuantes como professoras e pesquisadoras de universidades brasileiras de excelência. O ingresso dessas mulheres refletiu também em uma incorporação e discussão dos temas de gênero, ligados à história social, no Instituto, algo que antes era feito de forma reduzida.

A título de exemplificação, Maria de Lourdes Viana Lyra, em 2005 quando entrou como sócia no IHGB, fez seu discurso de posse abordando a presença da mulher na política dentre os séculos XVIII ao XIX. Ela, formada em história, com mestrado na USP e doutorado em Paris, havia sido docente na UFRJ. Como pesquisadora, o eixo de sua preocupação estava sendo a questão do Estado Imperial com foco na história política. Assunto alinhado às predileções do IHGB. Em seu discurso de posse na instituição, Maria de Lourdes, que estava desenvolvendo pesquisas a respeito da presença feminina na esfera pública, não deixou de refletir a sua ocupação enquanto mulher em um local majoritariamente masculino. Assim expressou-se:

Ao mesmo tempo, observei que, ao ser eleita como sócia desta Casa da Memória Nacional, estava sendo admitida numa instituição predominantemente masculina – numa proporção de aproximadamente de 16% de mulheres num contingente de 84% de homens -, o que me levou a verificar a ocorrência dessa equação ao longo da sua história [...] (Lyra, 2005, p. 139).

Maria de Lourdes, além de abordar frente aos sócios esse ponto importante com relação a proporção minorada de mulheres na Instituição, deixou claro a sua satisfação por ter sido introduzida na instituição justamente por uma mulher, uma das pioneiras admitidas no IHGB, Lygia Fonseca Fernandes da Cunha. Cabe salientar sobre isso, que apesar de o nome de Maria de Lourdes Lyra ter sido colocado em votação no plenário, seu nome foi, antes de tudo, proposto por uma mulher, o que corrobora com a ideia apresentada ao longo da tese de que sócios pertencentes à determinados grupos, tendem a puxar, para os quadros da instituição, os seus

pares. Nessa perspectiva, a entrada de mulheres e pesquisadoras, fez com que mais pessoas com esse perfil ingressassem, transformando gradativamente o quadro social e reflexamente parte dos assuntos discutidos. Conforme Arno Wehling, a apresenta: “Temos, assim, como ingressante no Instituto uma historiadora completa, originária da profissionalização da atividade que se implantou no Brasil com a política nacional de pós-graduação e pesquisa” (Wehling, 2005, p. 135).

Maria de Lourdes estava se dedicando, naquele momento, à pesquisa sobre a presença de mulheres na esfera pública brasileira e sobre esse tema palestrou em sua cerimônia de posse no IHGB. Dessa maneira, centrou o seu discurso a respeito da existência de um movimento marcado por manifestações coletivas e exclusivamente de mulheres atuando politicamente como força de pressão na sociedade brasileira. Trouxe, assim, uma colaboração sobre a questão de gênero envolvendo análises sobre o processo de transformação das sociabilidades políticas e culturais e sobre as diversas esferas de atuação e variedade dos agentes sociais envolvidos no encaminhamento da política nacional entre os séculos XVIII e XIX (Lyra, 2005).

Assim como Maria de Lourdes, que levou para dentro do IHGB temas relativos à questão de gênero, a entrada de outras pesquisadoras também fomentou discussões a esse respeito. É o caso também da professora Eulália Lobo, que o IHGB recepcionou como sócia na mesma década. Formada em geografia e história, foi a primeira mulher a doutorar-se em história no Brasil.

Em 2008 foram publicados na *RIHGB* artigos como o da professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Suely Creusa Cordeiro de Almeida, “Mística e mulher: experiências femininas e o catolicismo brasílico”; de Mary Del Priore “Vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro entre colônia e império” (Ihgb, 2008).

Expressivo é o fato de a Comissão da Revista do IHGB ter, em 2002, reservado um espaço no periódico dedicado à seção monográfica *História das Mulheres*, destacando os vários caminhos que esse tipo de escrita da história estava percorrendo. Contou com abordagens novas e temas atuais tratados nas universidades e cursos de História com artigos escritos por professoras universitárias que buscaram colocar a temática em evidência. Foram publicados nessa seção artigos de Miriam Lifchitz Moreira Leite, professora da Universidade Severino Sombra e apresentada como uma das iniciadoras da história das mulheres no Brasil, sobre a vida de Maria Lacerda de Moura; de Elisabeth Juliska Rago, professora da PUC SP, sobre a médica baiana Francisca Prager Fróes; de Maria Lúcia Mott, professora na Faculdade Adventista, sobre as parteiras e assistência ao parto em São Paulo e de Ana Maria Leal Almeida,

professora aposentada da USP, sobre as escravas da casa e da roça nas fazendas de café no Rio de Janeiro (Ihgb, 2002).

Dois anos depois, em 2004, novamente a revista do IHGB prestigiou a História da Mulheres com o dossiê *Gênero*, reunindo mais uma vez professoras universitárias dedicadas à ao tema. Dessa forma, publicou cinco artigos acerca desse campo de estudos. O primeiro deles, foi o da professora titular da UERJ, Lená Medeiros de Menezes, sobre as costureiras francesas do século XIX; o segundo, da brasilianista June E. Hahner, sobre uma viajante francesa; o terceiro, de Lina Gorenstein, doutora pela USP, abordando as cristãs-novas no Rio de Janeiro; o quarto, das doutoras Miridan Britto Knox Falci e Hildete Pereira de Melo, sobre os encontros amoroso de Eufrásia Teixeira Leite e Joaquim Nabuco e por último, da professora titular da UFF Rachel Soihet, que compara as produções de Julia Lopes de Almeida e de Carmem Dolores (Ihgb, 2004). Em apoio ao dossiê, foi publicado por Miridan Falci, na mesma revista, uma resenha sobre o livro que havia sido recém-lançado, “Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil”, 1850-1940, de June Hahner (Falci, 2004).

Da mesma forma em que houve uma alavancada de sócias no IHGB e de publicações sobre gênero na *RIHGB*, houve também a presença significativa de pesquisadoras convidadas, que não eram sócias, a exporem os seus trabalhos nas reuniões da CEPHAS. Muitas com pesquisas voltadas para a questão de gênero e outras, com temáticas variadas, como é o caso de Marilda Ciribelli, com a conferência em 2000 intitulada “As brasileiras do século XIX”, sobre papel da mulher na vida rural e patriarcal do século XIX. Além dela, Hildete Melo discursou em 2001 sobre uma figura feminina de Vassouras, explorando o aspecto jurídico e social da mulher no século XIX; em 2002, Maria Arair Pinto Paiva, professora da Universidade Federal do Rio com sua tese titular, fez sua apresentação sobre a evolução do direito político do sufrágio no Brasil; Miridan Britto Falci fez sua comunicação “Para onde vai a História das Mulheres”, esmiuçando os desafios da história de gênero.

Miridan Britto Falci, aliás, merece um parêntese. Ela foi uma mulher de notável significância para o IHGB dos anos 2000. Promoveu uma guinada importante sobre as discussões de gênero na instituição. Sua colaboração, porém, não se limitou a isso. Miridan também revitalizou, na medida do possível, a revista do IHGB. Historiadora e professora universitária, com pós-doutorado, ingressou na instituição em 1993 e logo, em 2000, assumiu o cargo de direção da *RIHGB*, posto ocupado até então por homens. Miridan que esteve à frente da revista até o ano de 2009, suscitou nesse tempo transformações expressivas para a revista da instituição. Não se pode ignorar o fato de uma mulher ter tomado a frente do periódico e ter tido feitos relevantes nessa área.

4.5 O IMPACTO DA ENTRADA DE MULHERES PESQUISADORAS NA RENOVAÇÃO DA REVISTA DO IHGB NOS ANOS 2000

Para a revista do IHGB, os anos 2000, assim, já chegaram com uma novidade: a troca da direção e comissão da revista com certa renovação e aprimoramento. Miridan Britto Knox Falci se tornou a diretora e trabalhou junto com a comissão composta por Homero Senna e Esther Bertoletti até 2003. Depois, a partir de 2004, Miridan teve junto da comissão da revista Esther Bertoletti e Maria de Lourdes Viana Lyra. Passando a estar composta apenas de mulheres, a comissão da revista em 2008 teve ainda a entrada de Mary Del Priore. Nesse tempo, realizaram algumas alterações para a revista a fim de adequá-la às características de periódicos similares, como os acadêmicos de história, preservando as especificidades da *RIHGB*.

Foi a primeira vez que o cargo de direção da revista foi desempenhado por uma mulher e que a comissão foi composta integralmente por mulheres. Todas elas doutoras. Miridan, Maria de Lourdes e Mary Del Priore, doutoras em história e professoras universitárias da UFRJ e USP; Esther, doutora em direito e técnica consultora em documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. A revista do IHGB do controle de Carlos Wehrs, médico, e de Homero Senna, formado em direito e historiador por vocação, foi para as mãos de mulheres experientes na docência e na área acadêmica, científica. Esse fato por si só já se trata de uma novidade na instituição nos anos 2000, mas outras inovações também constituíram o periódico do IHGB na década.

Para trabalhar ao lado da comissão da revista, foi criado um conselho consultivo e reestruturado o conselho editorial. Aos conselhos competiu o assessoramento na implantação de uma política para a revista, o aprimoramento formal, a reavaliação crítica e maior divulgação. Ainda em 2000, a *RIHGB*, do ponto de vista de sua estrutura, passou a ter cinco seções. Em cada número passou a existir uma seção especial onde sob um mesmo tema aparecem artigos de sócios e ou convidados. Chamada de seção monográfica ou dossiê ela buscou seguir o que estavam considerando naquele momento “os grandes temas nacionais” com as últimas colaborações de estudiosos sobre o assunto. Outra seção de Inéditos, com temas livres; Conferências e discursos, já presentes nos outros números. Documentos, com uma renovação valorizando preferencialmente documentos do acervo próprio; Resenhas e Recensões, onde são publicadas resenhas relacionadas ao tema da seção monográfica. A última revista do ano continuou divulgando todos os atos administrativos.

Nesta década, os temas monográficos publicados na revista, que contaram com publicações de pesquisadores na área, tiveram como tema os seguintes pontos: “Joaquim Nabuco”; “Descobrimo e redescobrimo o Brasil”; “Gilberto Freyre, 100 anos de nascimento”; “Reverendo a conquista espiritual, pensamento jesuítico no Brasil Colonial”; “Segunda Guerra Mundial e suas representações”; “Escravidão: Revisões”; “História das mulheres”; “História do Direito e das Instituições”; “Gênero; Histórias regionais”; “O período filipino no Brasil”; “Novos estudos sobre escravidão”; “Povos e culturas: da globalidade do século XVI, à globalização do século XXI, as Américas como lugar Revista”; “A transformação do Brasil: de Colônia a Reino e Império”; “História e esporte”; “Duzentos e cinquenta anos da expulsão dos jesuítas das Américas”. A partir desse balanço é possível compreender a diversidade de assuntos que o IHGB e a comissão da revista consideraram como grandes temas nacionais naquele momento a ponto de ocuparem lugar central no periódico.

A inserção de dossiês na *RIHGB* e a consequente colaboração de pesquisadores externos ao IHGB foi uma iniciativa da diretora da revista Miridan Britto e constituiu mais uma mudança, dentro do montante de transformações que estavam sendo realizadas ao longo de sua gestão. A escolha por formar um dossiê envolve a seleção de temas, a seleção de produção atualizada na área e no fim das contas, envolve também avaliação e escolha dos artigos por parte da comissão da revista. A seleção não se restringiu à seção monográfica. Ao contrário disso, se estendeu para todos os segmentos da revista. Tudo isso, em convergência com a prática acadêmica, visando a reputação do periódico e sua classificação.

A nova comissão da revista, nesse sentido, criou algumas normas para publicação no periódico da instituição que foram divulgadas a partir de 2000. Esta comissão passou a adotar critérios mais rígidos para os trabalhos enviados para publicação, sendo aceitas contribuições de pesquisadores externos ao IHGB desde que tivessem perspectiva histórica ou historiográfica. Os trabalhos, que podiam ser artigos, resenhas, transcrições, conferências e comunicações, passaram a ser analisados por dois pareceristas do Conselho Editorial; deveriam ser originais, salvo casos especiais, e precisavam seguir as normas e especificações de formatação. A escolha para publicação, dentre as contribuições recebidas, ficou sob a responsabilidade da Comissão da Revista (Ihgb, 2000, p. 383).

Sobre isso, Miridan Britto apresentou na reunião da CEPHAS as normas para a publicação de trabalhos na *RIHGB*, reforçando a legislação a respeito. Apesar de não haver grandes detalhes na ata da sessão, foi perceptível que as mudanças não foram satisfatórias para todos. Jonas Correia Neto, sócio militar (general do exército reformado), fez uma intervenção, se referindo a essas normas, ressaltando as dificuldades que, em sua visão, surgiriam para

publicar trabalhos no órgão de divulgação do Instituto (Ihgb, 2000, p. 275). É notável, portanto, que essa alteração não foi vista com bons olhos por um sócio, e talvez também para outros, já que a dinâmica para publicar na revista era mais facilitada e não havia a “concorrência” com pesquisadores de fora do IHGB. Fato é que o IHGB e a revista buscavam se adaptar às novas realidades e se abrir, com mais ênfase, para o campo acadêmico.

Nessa cadência, em 2003, a revista do IHGB, no ranking de avaliação nacional, recebeu da CAPES a qualificação Qualis A Internacional, que segundo a diretora da *RIHGB*, foi um resultado positivo que demonstrou o esforço da direção do IHGB em mantê-la atualizada com a produção acadêmica nacional e internacional no âmbito da história e ciências sociais (Falci, 2004, p.9). Entretanto, fez um adendo:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e conseqüentemente a sua Revista, a mais antiga produção de cultivo das ciências históricas nas Américas, que nunca interrompeu sua edição, não tem, necessariamente, os mesmos parâmetros de produção que uma revista de universidade. Não tem os mesmos objetivos nem o mesmo formato (Falci, 2004, p. 9).

Apesar de pontuar, com razão, que o Instituto não é uma Universidade, que sua revista não tem o intento de seguir os mesmos parâmetros para a sua produção, empenhou-se em adequar a revista às normas vigentes de classificação da produção científica tal qual já era feito aos programas de pós-graduação; em compor uma comissão editorial e conselho consultivo para selecionar e julgar os trabalhos para publicação e em escolher artigos científicos de pesquisadores, sendo a maioria ligados às Universidades, que por fim resultaram em uma boa avaliação junto à CAPES. A notícia foi divulgada na instituição e foi recebida com satisfação pelos membros da comissão da revista e pela direção do Instituto.

Conforme Miridan destaca em momentos posteriores, a revista do IHGB se coloca distante das atividades especificamente acadêmicas como são os Programas de História, mas cumpre a missão e objetivo de apresentar ao público em geral, à historiadores, à sociólogos e aos cientistas políticos, as contribuições mais recentes da produção dentro dessas áreas e de possibilitar aos acadêmicos em geral o conhecimento do IHGB (Ihgb, 2008).

Desse modo, como a própria diretora da *RIHGB* evidenciou, grande parte dos trabalhos que estavam sendo publicados na revista eram de pesquisadores externos ao IHGB, “cumprindo a observação da CAPES de que a revista não deverá ser endógena” (Ihgb, 2008, p.8). Passaram a receber e dar prioridade a esses artigos escritos principalmente por historiadores. Nesse ínterim, foram publicados artigos de Maraliz Christo, Marcos Guimarães Sanches, Américo Freire, dentre outros.

Essa composição plural, de alguma forma, alterou o tipo de história produzido e divulgado na instituição. É claro que a alteração não foi total. Ao mesmo tempo em que fez essa abertura à colaboradores externos com perfis mais voltados à formação acadêmica em História, conservou também aqueles com trajetórias mais próximas dos sócios fundadores da instituição. É o caso dos sócios militares, por exemplo.

4.6 “RESPEITANDO A TRADIÇÃO”: OS MILITARES NO INSTITUTO

Arno Wehling, em 2004, recepcionou um novo sócio na instituição, um “intelectual vindo do meio militar” e especialista em história militar, o coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho. O discurso que se iniciou com a seguinte passagem, se torna explicativa e colabora para o entendimento de algumas das escolhas da instituição e a opção pela preservação desse grupo no Instituto ainda nos anos 2000. Assim, o presidente declarou:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebe em seus quadros um intelectual vindo do meio militar, respeitando a tradição que se iniciou por um de seus fundadores, o brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos e que não se interrompeu por mais de meio século (Wehling, 2004).

A tradição em manter militares, assim como diplomatas e outros, na instituição foi fielmente respeitada pela direção e pelos sócios votantes do IHGB. Além dele, houve a entrada também de outro militar, Armando de Senna Bittencourt, que serviu ao Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro por muitos anos. Reflexamente, no IHGB sua colaboração era sobre a História Naval (Bittencourt, 2005). Ele foi recepcionado na instituição por outro sócio militar, o Hélio Leôncio.

Em 2003 os sócios militares foram muito ativos. É notável a grande presença deles e a exploração de temas relativos a esse meio no IHGB de 2003. Observa-se que isso foi até então presente na instituição e não deixou de ser, com momentos de menores e maiores projeções. Em 2004, ano do aniversário de 40 anos do golpe, nota-se que quase a totalidade de sessões da CEPHAS foram feitas com apresentações de convidados geralmente acadêmicos e de mais algum sócio da instituição, sem a participação assídua dos militares. Cláudio Moreira Bento e Jonas Correia Neto, que era os militares com mais assiduidade nos trabalhos da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, ficaram ofuscados neste ano.

A partir do ano seguinte, nas sessões da CEPHAS, em 2005, houve o desaparecimento do sócio militar Claudio Moreira Bento. Ele apareceu apenas em uma sessão no ano, o que é algo relevante a ser considerado, pois antes era figura ativa nas reuniões. Em 2000 fez

intervenções lembrando a figura de Duque de Caxias; discursou sobre “Rio Grande em Pé de Guerra”; sobre o aniversário da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); sobre o bicentenário de nascimento do marechal Emílio Luiz Mallet, patrono da artilharia. Em 2001, dissertou sobre o estudo da atuação da Guarda Nacional; sobre o criador do primeiro tiro de guerra; em 2002, apresentou comunicações sobre a projeção da AMAN em Resende; sobre os 150 anos da Guerra do Prata, entre outros. Em 2003 pronunciou-se sobre Duque de Caxias novamente, até que em 2004 já é possível notar uma queda em suas participações e em 2005, uma única intervenção. Ademais, além de não ter feito uso da palavra, seu nome não apareceu mais na lista de presença das sessões, o que comprova de fato a sua ausência.

De maneira coincidente ou não, sua ausência passou a ocorrer após a morte de outros sócios militares da instituição. Jonas Correia Neto, também militar, após o sumiço de Claudio Bento, passou a ser também menos assíduo, embora aparecesse esporadicamente e fizesse algumas intervenções, como a que fez sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em ata da sessão consta que ele fez ásperas críticas ao MST, alegando que o movimento “provoca ameaças à ordem pública ao direito de propriedade e à vida humana e se caracteriza por uma desobediência civil, com manifesta agressão ao País, cujos efeitos futuros são preocupantes”. Solicitou ainda que sua intervenção fosse registrada em ata (Ihgb, 2005, p. 291).

Os sócios quando entram na instituição são vitalícios. Cláudio Moreira Bento, apesar de seu sumiço nos trabalhos da instituição, continuou aparecendo nas listas anuais de sócios como sócio emérito. É inquietante, porém, o fato de seu nome aparecer no site do IHGB como *desconectado*⁵⁰. Algo então visto com outros sócios que aparecem em aba própria de *sócios falecidos*. Cláudio Bento permanece na lista de sócios atuantes, porém, com essa observação, o que nos propicia inquirições sobre o que aconteceu para ser desconectado.

Em 2006, ingressou como sócio honorário Davis Ribeiro de Sena, coronel, recepcionado pelo antigo sócio militar, Jonas Correa Neto. Davis de Sena, formado na AMAN, exerceu cargos de chefe da Divisão Cultural e Histórica do Centro de Documentação do Exército, de redator-executivo da Revista Militar Brasileira e de comandante do 17º Regimento de Cavalaria. Pertencente à reserva do Exército desde 1986, já era sócio veterano do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. No IHGB, em sua recepção como sócio, foi apresentado como um estudioso dedicado à história militar a partir de seus livros publicados: “O grande desafio brasileiro: guerra civil 1892/95” (1996), “Exército Brasileiro” (2002); “Sob a luz do meteoro: Canudos x República” (2003) e “As revoltas tenentistas que abalaram o Brasil” (2004)

⁵⁰ <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CMBento.html>. Acesso em 10 nov. 2023.

(Neto, 2006). Afiliou-se também à instituição neste mesmo ano de 2006, o militar francês Lucien Provençal, como sócio correspondente da França. Ele havia servido no Estado Maior da Marinha de Guerra francesa e passou à reserva como Capitão de Mar-e-Guerra. Reuniu-se ao IHGB por ser autor de várias obras de sua especialidade naval (Mariz, 2006).

Davis Ribeiro, em pequena proporção, passou a “ocupar o lugar” de Cláudio Moreira Bento. Nas reuniões da CEPHAS passou a fazer algumas intervenções, comentários e comunicações, como a de outubro de 2006, intitulada “O tenentismo assegurou a vitória da Revolução de Trinta”. Seu perfil no site do IHGB, porém, encontra-se com o mesmo status de Cláudio Moreira Bento, como *desconectado*. Da mesma forma, Hélio Leôncio Martins, general da Marinha, inserido como sócio em 1997, também marcou presença nas reuniões da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas com ponderações após exposição de outras pessoas e com comunicações próprias, a exemplo: “A cartografia da costa brasileira, de 1500 aos dias atuais” (2001); “Presença de oficiais estrangeiros na marinha do Brasil” (2004) e “Participação da Marinha no Ciclo Revolucionário dos 20 a 30” (2005). Suas participações, todavia, foram sendo escasseadas, gradativamente, até o fim da década de 2000.

Apesar da inserção de alguns novos sócios pertencentes às Forças Armadas na instituição, os consócios militares mais antigos ficaram mais distantes das atividades do IHGB, como nas reuniões da CEPHAS, embora tivessem sempre ativo algum representante do militarismo. É bem verdade que já estava ocorrendo um esvaziamento geral nos encontros desta comissão, que já tinha sido apontado pelo presidente do IHGB. Houve inclusive uma conversa, registrada em ata, em uma sessão no início de 2004, tratando justamente sobre a redução da presença de sócios e visitantes nas reuniões da CEPHAS. Buscaram então soluções para uma dinamização dos encontros e decidiram pela realização periódica de palestras seguidas de debates por pessoas previamente escolhidas com a posterior participação dos membros do auditório (Ihgb, 2004, p. 244). Esse foi também um dos fatos responsáveis, embora não seja o único, pelo aumento visível na participação de pesquisadores externos nas reuniões da CEPHAS.

Com efeito, é perceptível a mudança na participação desses sócios militares nos encontros, que coincide exatamente com a redução geral da presença de sócios, mas também com a impulsão na inserção de acadêmicos no quadro de sócios, nas atividades da instituição, nas publicações da revista e nos assuntos tratados nos encontros, que, em grande medida, passaram a ter um teor mais acadêmico e menos honorífico. Sobre isso algumas conjecturas podem ser levantadas. É possível que com a presença intensificada de acadêmicos no IHGB, os

sócios oriundos das Forças Armadas passaram a se sentir deslocados, desprestigiados ou passaram a ter menos identificação com os temas abordados?

Em 2008, exemplificativamente, as comunicações na CEPHAS foram protagonizadas majoritariamente por professores(as) doutores(as) externos(as). Alguns sócios da instituição também se apresentaram. Mas percebe-se ínfimas manifestações de militares nessas ocasiões. Cabe, em vista disso, um adendo: no ano de 2008 a CEPHAS esteve sob a coordenação de Lucia Maria Paschoal Guimaraes e em alguns momentos de Maria de Lourdes Viana Lyra. Isso pode ter colaborado para essa alteração mais visível, privilegiando comunicações com um perfil mais acadêmico. As comunicações e diálogos posteriores passaram a ser mais focados no tema, com mais controle, sem muitas intervenções com assuntos aleatórios, como aconteciam antes.

Apesar disso, alguns sócios militares ainda estavam ingressando na instituição, e continuariam sendo incorporados, segundo a fala do Arno Wehling de que essa tradição seria mantida. Há indícios, inclusive, de que a parceria com militares é profícua para o Instituto⁵¹. Dessa forma, como já mencionado acima, no IHGB de 2004 foi recebido como sócio honorário o coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho com grandes honrarias feitas pelo próprio presidente da instituição, que não designou outro sócio a fazer. Preferiu ele mesmo recepcionar este novo consócio, que era um militar.

Arno Wehling apresenta com estima Luiz Paulo Carvalho a partir de sua trajetória no militarismo. Reverencia sua longa carreira militar pertencente à arma de artilharia e também seu envolvimento com atividades culturais, que como major já ocupava lugar no Conselho Editorial da Biblioteca do Exército nos anos de 1970. Acentua que nos últimos dez anos, o coronel da reserva estava atuando na presidência do Instituto de Geografia e História Militar, na direção da Biblioteca do Exército e na presidência do Conselho Editorial (Wehling, 2004, p.97-98).

Na ocasião, traçou o perfil do novo sócio ressaltando suas atuações mais evidentes. Segundo Wehling, Luiz Carvalho era um “poderoso semeador” de eventos culturais e científicos, como encontros acadêmicos, simpósios, edições de livros, além de ter efetivado o primeiro curso de pós-graduação em História Militar. Ele é visto pelo presidente do IHGB como

⁵¹ Como amostra dessa afirmação, pode-se mencionar a ocasião em que Arno Wehling, presidente do IHGB, em uma sessão da CEPHAS contou que recebeu um ofício importante da Imprensa Nacional de não editarem mais a revista do Instituto, pois se limitariam apenas aos materiais da Presidência da República. Diante disso, Wehling contactou o diretor, Coronel do Exército Carlos Alberto Simoes B. da Costa, e a situação fora contornada ficando a impressão da revista como antes, a cargo da Imprensa Nacional (Ihgb, 2001, p. 290).

um homem de “força intelectual”. Assim, mostra que Macedo Carvalho possui uma concepção sólida do que é e deve ser a história militar. Nessa perspectiva, sublinha que a grande tese do consócio é de que “toda história é história militar” (Ibidem, p. 98). Seguindo essa linha, Wehling diz:

Se a história militar está integrada ao processo histórico, este por sua vez é indissolavelmente ligado a nossa vida presente, pelos valores que esposamos, pelas escolhas que fazemos, pelas atitudes que tomamos. Não somos desmemoriados sociais, não perdemos nossas referências culturais, porque nos situamos, com maior ou menor grau de verossimilhança e em relação ao passado (Wehling, 2004, p. 98).

Com esse tom, em defesa da história militar, Wehling finaliza seu discurso de recepção afirmando que a concepção de Luiz Paulo Macedo Carvalho é a de que se deve estudar a história e também a história militar “com um honesto esforço de isenção, sem ignorar seu significado social, como instrumento de construção identitária, mas sem cair na retóricalouvaminheira ou na condenação moral” (Wehling, 2004, p. 100). Deixa claro que por todos esses traços, “atributos pessoais e por suas realizações profissionais”, o IHGB quis receber em seus quadros Luiz Paulo Macedo Carvalho, como um especialista em história militar.

Sobre Luiz Paulo Macedo Carvalho, porém, cabe a apresentação de alguns detalhes importantes. No ano anterior à sua entrada como sócio no IHGB, em 2003, a Biblioteca do Exército, onde ele exercia a função máxima de presidente do Conselho Editorial, lançou o livro “1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história”. Segundo consta, é uma obra que tem vários tomos e tem como objetivo “tornar conhecido o processo revolucionário pela palavra daqueles que agora ganham oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações” e ir contra “o desvio da história”, contando com entrevistas de vários militares, inclusive com o próprio Luiz Paulo Macedo Carvalho que narra suas interpretações sobre o “Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964” (Motta, 2003).

O capítulo de Luiz Paulo Macedo Carvalho na obra mostra que em 1964 ele era Capitão Ajudante-de-Ordens do General-de-Divisão Emílio Maurell Filho, Subchefe e Chefe do Estado-Maior do Exército. Segundo consta, sua entrevista trata-se de um “despretensioso depoimento sobre os momentos vividos naqueles inesquecíveis dias de 1963 e 1964”. Sua entrevista na obra é longa, com 36 páginas, e por isso serão mencionados apenas os principais pontos que ajudam a compreender as perspectivas desse novo sócio do IHGB a respeito do golpe de 1964 e da ditadura.

Logo no início da entrevista, quando Luiz Paulo Macedo Carvalho é questionado sobre o panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964, ele afirma que era de “absoluta desordem”, “uma fase de anarquia, em que a população – principalmente a classe média -, apavorada, clamava por ordem” (Carvalho, 2003, p. 284). Para ele, antes da “Revolução de 31 de março” havia uma revolução em andamento de cunho comunista para mudança da ordem institucional no Brasil, algo que é “mais do que comprovado”. Sua concepção é de que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram apenas intérpretes da vontade nacional no evento de 31 de março. Diz que sua participação na “revolução” foi insignificante pois sua atuação de capitão, posto em 1964, era muito limitada. Mas estava no “olho do furacão”. De uma hora para outra, como diz, foi colocado no Estado Maior do Exército ao lado do líder máximo “a quem muito admiro e faço justiça até hoje” – o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Para ele a ideologia da “revolução” era a da preservação da liberdade e da democracia, que “salvou o país de se transformar em uma república marxista-leninista” (Carvalho, 2003).

O entrevistador fez a ele a seguinte pergunta: “O senhor acha que a Revolução cometeu erros? Caso positivo, quais foram?” Em sua resposta, afirmou que revolução é uma transformação radical, em que se rompe a ordem legal alterando o regime de governo, as instituições e valores, provocando assim traumatismo e renovação violenta. Afinal, defende que “não se pode fazer um omelete, como se diz vulgarmente, sem quebrar os ovos” (Ibidem, p. 308).

Adiante, porém, assume que realmente foram cometidos erros, pois “em toda a revolução, há aquela turma que a desencadeia e a outra que vem atrás e se aproveita”, ademais, ela é “feita por homens e o homem é impuro e imperfeito” (Ibidem). Pontuou que os grandes erros foram a prolongada permanência no poder dos presidentes militares e a não antecipação da abertura, com eleições diretas, no governo de Médici, quando, segundo ele, havia estabilidade econômica. Além disso, destacou outros erros em sua visão: não sanear a Justiça e não cuidar da Educação como devia. Para ele são reflexos desse descuido com a Educação as universidades estarem sofrendo até os dias contemporâneos o que chama de “influência marxista-leninista, que ocasionou um retrocesso terrível”. Ainda, considera que a anistia geral e indiscriminada também foi um erro, o qual “estamos pagando até hoje” (Ibidem, p. 309).

Questionado em seguida sobre os acertos da “Revolução de 1964”, Luiz Paulo Carvalho não hesita em dizer, em primeiro lugar, “o restabelecimento da autoridade”, além da “estabilização política, social e econômica e o desenvolvimento científico-tecnológico”. Sobre isso ainda reforça: “foram os militares, realmente, que proporcionaram as bases para que hoje pudéssemos usufruir de melhor padrão de vida e de longevidade” (Ibidem, p. 310).

Sobre a violência empregada na ditadura – embora a pergunta do entrevistador não tenha sido feita com esse termo – Macedo Carvalho aborda como uma reação a partir da violência empregada por ações de guerrilha, de “terrorismos praticados por extremistas”. Assim, argumenta que diante da violência empregada por esses grupos, que foge à racionalidade, não se podia assistir de forma inerte: “chega uma hora em que se tem de reagir violentamente para combater a violência – não posso me imolar de mãos amarradas” (Carvalho, 2003, p. 311).

Nessa linha, a respeito do cerceamento das liberdades, ele afirma que não se pode negar que tenha havido, mas que isso ocorreu, em sua concepção, por certas atribuições terem sido confiadas a pessoas “completamente desqualificadas para tal” (Ibidem, p. 312). Desse modo, o AI-5, em sua visão, era necessário em razão da escalada do Movimento Comunista Internacional. Logo, defende que para o combate ao terrorismo era importante “haver um mecanismo de retenção daquela avalanche de subversão” (Ibidem, p. 313). Com esse mesmo raciocínio, justifica a criação dos órgãos de informação e de operações, como o SNI e os DOI, bem como o agravamento da Lei de Segurança Nacional (Ibidem). Além de tudo isso, o tema do “revanchismo” também aparece em seu depoimento. O próprio entrevistador afirma que houve, a partir de 1985, o revanchismo sobre os militares por parte da mídia, de políticos e autoridades em geral (Ibidem, p. 317).

Após esse longo parêntese, em que saímos um pouco das discussões específicas sobre o IHGB e explicitamos perspectivas mais detalhadas de um sócio admitido na instituição, pode-se avaliar o perfil intelectual que também estava entrando no IHGB naqueles anos. Estava sendo bem acolhido na instituição, como sócio, um perfil de militar defensor do golpe de 1964 e da ditadura, que criticava a atuação das universidades públicas – nicho o qual o IHGB estava se embrenhando cada vez mais. Não se trata de questionar as capacidades intelectuais desse sócio, as quais de fato não temos conhecimento extenso de sua produção e de atuação. Trata-se apenas de debater sobre a escolha do IHGB em inserir em seu quadro social um defensor da ditadura nos anos 2000, quando a discussão sobre esse tema estava em pleno vapor. Tudo isso exatamente no ano em que este evento político estava fazendo 40 anos. Porém, a instituição em 2004, no que tange a questões relacionadas à ditadura, não para por aí.

4.7 ANIVERSÁRIOS DO GOLPE DE 1964 NO INSTITUTO NOS ANOS 2000

O golpe de 1964, que iniciou a ditadura civil-militar brasileira, foi lembrado em alguns anos da década de 2000 em sessões da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas no IHGB exclusivamente pelo sócio militar Jonas Correia Neto. Mesmo diante das evidências já escancaradas sobre a ditadura no período, ainda houve falas sobre a “revolução” dentro da instituição em sessões próximas ao dia 31 de março nos anos de 2001, 2004 e 2007.

Em sessão da CEPHAS no dia 23 de maio de 2001 em que na ordem do dia já havia um assunto militar previsto para comunicação, no caso de Cláudio Moreira Bento, sócio militar, sobre o aniversário da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), Jonas Correia Neto também fez uma exposição intitulada: “Artigos jornalísticos ligados ao dia 31 de março de 1964”. Apresentou na ocasião documentos que, segundo ele, “abordavam completamente os fatos ocorridos naquele dia e em dias posteriores”. O primeiro documento apresentado, foi uma Revista do Clube Militar, de março de 2001, dedicada à homenagem a data. Outro, foi a xerox de um discurso do deputado Sivuca, da Assembleia Fluminense, proferido em 22 de março de 2001 a respeito dos acontecimentos de 1964 (Ihgb, 2001, p. 279).

Não há acesso aos documentos que foram apresentados por Jonas, porém, algumas observações podem ser feitas. Em primeiro lugar, ele apresentou uma Revista do Clube Militar, que, como salienta Andrielly Oliveira, trata-se de um periódico porta-voz de assembleias, discussões e palestras feitas no Clube Militar. Os seus artigos divulgados são relacionados às atividades desenvolvidas no clube, a análises de assuntos considerados de relevância nacional e preservação da memória militar e de seus homens. O Clube Militar agrega associados da Marinha, Aeronáutica e Exército, a maioria oficiais da reserva ou reformados. Fazem análises sobre o processo da ditadura e da redemocratização a partir do discurso de memória das Forças Armadas. Nesse sentido, anualmente faziam comemorações a “revolução de 1964” com discursos que legitimavam o golpe e a ditadura (Oliveira, 2014). Foi a comemoração do golpe de 1964 feita na Revista do Clube Militar referente ao ano de 2001 que Jonas Correia Neto apresentou na sessão do IHGB.

Em segundo lugar, o sócio militar mostrou em sessão a xerox do discurso do deputado Sivuca que havia sido proferido na Assembleia há poucos meses sobre os acontecimentos de 1964. Este deputado mencionado por Jonas Correia, é José Guilherme Godinho Sivuca Ferreira, que possuiu uma trajetória peculiar de participação na *Scuderie Detetive Le Cocq*. Ele foi Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro e deputado estadual também no Rio de Janeiro de 1991 a 2003. Criou o slogan “Bandido bom é bandido morto” para sua campanha eleitoral em 1986 e fez parte da *Scuderie Le Cocq*, grupo de agentes de forças de segurança criado para vingar a morte do detetive Milton Le Cocq. De acordo com André Guimarães, essa organização

tem ligação com as origens do milicianismo, pois na década de 1960 não era assim denominado, mas sim enquadrado como “esquadrões da morte”, “grupos de extermínio” ou “grupo de justiceiros”, sendo formados por agentes da força de segurança que atuavam como “assassinos de aluguel”. A *Scuderie Le Cocq* fez parte do processo de transformação das operações de grupos de justiceiros que atuavam arbitrariamente por meio de esquadrões especializados na prática de assassinatos, com mecanismos repressores e estruturados em meio ao Estado (Guimarães, 2021).

A *Scuderie Le Cocq* foi criada quando o detetive Milton Le Cocq, conhecido pelo uso de violência, durante uma operação policial foi morto em um tiroteio por Manoel Moreira (conhecido como “Cara de Cavalo”). Com a sua morte, foi criado o grupo de agentes de forças de segurança com essa denominação em sua homenagem para vingar sua morte e matar o assassino. “Cara de Cavalo” foi encontrado pelo grupo e atingido com mais de 50 disparos de arma de fogo. Dentre os executores, estava José Guilherme Godinho Sivuca Ferreira (Ibidem).

Foi o discurso de Sivuca a respeito de 1964 na Assembleia em 2001 que Jonas Correia Neto considerou conveniente compartilhar com os consócios do IHGB. Apesar de não termos conhecimento sobre o teor do discurso, ele pode ser presumível a partir dessa trajetória. Não é esperado que ele trate de forma crítica e contrária o golpe de 1964.

Alguns anos depois, em 2004, novamente em uma sessão da CEPHAS, do dia 14 de abril - próximo à data em que se relembra os 40 anos do golpe – Jonas Correia Neto quis falar sobre as “causas da Revolução de 1964”. A comunicação do militar Jonas Neto entremeou apresentações com assuntos afastados de seu tema. Participantes falaram sobre “A gênese da Biblioteca Nacional e as recentes publicações sobre a Real Biblioteca” e sobre “A imagem do Brasil nas cartas de Bolívar”, enquanto ele não quis deixar passar despercebida o aniversário da “revolução de 1964”. Jonas iniciou sua comunicação com a seguinte pergunta: “Por que eclodiu o movimento cívico-militar em 1964?”. Para responder, recuou no tempo e lembrou a “intentona comunista” de 1935; a eleição de Jânio Quadros, sua renúncia em 1961 e as consequências políticas de seu ato. Seguiu dizendo que “os fatos foram se sucedendo e a partir de 1963 houve os desafios aos mantenedores da ordem”. Concluiu: “Por fim, em janeiro de 1964, pouco antes da Revolução, professores universitários criticavam a atitude do Governo em relação aos movimentos esquerdistas” (Ihgb, 2004, p. 277-278). Ao final da sessão, Jonas Correia Neto doou à Biblioteca do IHGB um exemplar da edição especial da Revista do Clube Militar de março a abril de 2004 e um exemplar do jornal “Inconfidência” de Belo Horizonte, de 31 de março de 2004 (Ibidem).

A revista do Clube Militar doada pelo sócio para integrar a biblioteca da instituição foi uma edição voltada integralmente a rememorar a “Revolução Democrática da 31 de março de 1964”. Segundo consta na revista, o Clube Militar não poderia deixar de celebrar o aniversário do movimento de 1964 e relembrar o episódio de “incomensurável significado para a Nação Brasileira” que não permitiu que o Brasil fosse conduzido à “órbita comunizante da URSS” e transformado em uma “segunda Cuba” (Revista do Clube Militar, 2004).

Ainda, como escreve o presidente do Clube Militar na apresentação desta edição, “as Forças Armadas [...] somente intervieram quando o povo nas ruas, em manifestações gigantescas, assim o exigiu”. Nesse sentido, o golpe de 1964, chamado na revista do Clube Militar de “Movimento Revolucionário de 31 de março”, foi propagado na edição como um movimento popular que “galvanizou as forças vivas da nação para que houvesse um basta ao processo comunizante, que com a participação ostensiva dos governantes da época, se implantava no País”. A edição doada pelo sócio militar, assim, foi composta por diversos artigos sobre o período da ditadura no país, sob a ótica das Forças Armadas (Ibidem).

Novamente, no dia 28 de março de 2007, Jonas Correia Neto fez pronunciamentos na sessão da CEPHAS sobre a “Revolução de 64”, dessa vez dissertou, “pormenorizadamente” – conforme termo usado em ata –, sobre benefícios e desvantagens dos desdobramentos de 1964 e nos anos posteriores. Não há mais detalhes sobre sua comunicação. Ao que parece, sua fala não estava prevista na sessão e só foi possível pelo fato de um sócio ter cedido seu tempo a ele. Como foi registrado, sua fala provocou intervenções de alguns sócios, as quais não sabemos o teor. Um desses sócios, foi Maria Cecília Carneiro, que por vezes esteve envolvida em assuntos do tempo presente (Ihgb, 2007, p. 404).

A certeza que se pode ter sobre as alocações no IHGB do sócio militar Jonas Correia Neto a respeito do golpe de 1964 é de que buscou propagar discursos e narrativas conservadoras a respeito do golpe e do período ditatorial. Buscou-se defender a versão das Forças Armadas de que a intervenção dos militares foi fundamental para o estabelecimento da ordem no país, tanto que utilizou em todas as suas comunicações o termo “revolução” para se referir ao golpe de 1964.

Jonas em nenhuma de suas manifestações tentou ser imparcial. Foi o único que fez questão de lembrar, em sessão, o golpe, próximo as datas, aproveitando-se de brechas, visto que o tema não havia sido programado para discussão. Em um momento em que a discussão sobre o golpe e sobre a ditadura já estava aquecido não só no âmbito acadêmico, como também no debate público, o sócio militar não deixou de defender a sua perspectiva de “revolução” se tratando do golpe, o qual não teve grandes contrariedades por parte dos outros sócios e

convidados participantes, ou impedimentos por parte da diretoria e presidência da instituição. Tudo isso fica em consonância com as falas do presidente Arno Wehling na década, de que o IHGB é um lugar plural, com a presença de sócios díspares que sabem se respeitar.

Mesmo com todos os estímulos, nos anos 2000, para ampliação do debate sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura e mesmo os grupos defensores da “revolução de 31 de março” serem minoria na sociedade do período, o IHGB não se envolveu de forma crítica e direta nessas reflexões. A comemoração dos 40 anos do golpe foi instigante para as pesquisas históricas e para propulsão do debate que se voltaram em reavaliar o papel das instituições políticas e militares, abrindo discussões inclusive sobre a periodização, não ganhou palco central no instituto e acabou ficando nas mãos de partidários da ditadura. Não há sequer batalha de memória. Ao serem omissos nesse debate, deixaram espaço para defensores do golpe e para admiradores do presidente ditador Emílio Garrastazu Médici, como se verá adiante.

4.8 MEMÓRIAS DE PRESIDENTES DITADORES E A MONUMENTALIZAÇÃO DE MÉDICI

Emílio Garrastazu Médici foi lembrado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na década de 2000 em alguns momentos. Dentre os presidentes do Brasil de períodos mais recentes, ele foi o mais lembrado. Humberto de Alencar Castelo Branco também foi homenageado. Diferentemente de Médici, foi exaltado apenas uma vez ao longo desses anos. Não foi à toa que a memória de Médici foi retomada. Existem algumas motivações para essas lembranças, sendo a principal delas o fato de Médici ter colaborado com o Instituto, enquanto ocupava o posto de Presidente do Brasil, na viabilização do financiamento para a construção do novo prédio. Além disso, fator que não pode ser ignorado, é a aproximação habitual que a instituição já possuía com militares de modo geral, inclusive com os ex-presidentes ditadores do Brasil.

Sendo assim, a revista do IHGB já iniciou a década com uma homenagem ao ex-presidente ditador Humberto de Alencar Castelo Branco na sessão da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas de 04 de outubro de 2000. A sessão que se encaminhava com comunicações sobre os 500 anos do Brasil e também sobre a economia do açúcar no século XVI, teve em seguida falas de sócios que fizeram um tributo pela passagem do centenário de nascimento de Castelo Branco. Os tributos foram feitos pelo general Carlos de Meira Matos e por Marcos Almir Madeira (IHGB, 2000, p. 295)

O general Meira Matos quis prestar testemunho pessoal sobre fatos e episódios que foram presenciados por ele durante 27 anos de “convívio e amizade estreita” que tivera com Castelo Branco. Buscou destacar a atuação de Castelo Branco como chefe militar e como estadista. Para isso, usou aporte de livros que, segundo ele, ofereceram traços biográficos sobre a personalidade do homenageado. Citou livros de Francisco Ruas Santos (“Marechal Castello Branco: seu pensamento militar”), de Octávio Costa (“Pequenas memórias de um grande homem”), de Joaquim Xavier da Silveira (“A FEB por um soldado”) e outros. Por fim, sua comunicação recebeu apartes do presidente do IHGB, Arno Wehling, e colaborações do general Jonas Correia Neto. Marcos Almir Madeira, que fez sua homenagem logo em seguida, assinalou “aspectos psicológicos” de Castelo Branco. Destacou suas características pragmáticas de solidez e endurecimento enquanto militar, e de um homem de letras e intelectual, que o contrabalançava com manifestações mais cordiais (Ibidem).

Não é de se espantar que uma das homenagens a Castelo Branco tenha sido feita pelo general Carlos Meira Matos, já que ele, que tinha produções teóricas voltadas à questão geopolítica, fez parte dos movimentos de conspiração para o golpe de 1964. Instaurada a ditadura civil-militar, atuou como representante do novo governo sempre com ações direcionadas à defesa da “revolução”. Como evidencia Wanderson Coelho (2019), os acontecimentos de 1964 marcaram a vida militar e a produção intelectual de Meira Matos, pois o consolidaram como uma figura expressiva do regime em sua área de atuação. Pertenceu ao grupo *castelista* e foi um dos responsáveis pela construção do substrato teórico que orientou as ações estratégicas dos governos da ditadura no Brasil. Foi o momento de aplicação de sua produção teórica.

Em 1964, com o decreto de Humberto Castelo Branco de intervenção federal no estado de Goiás por acusações de subversão contra o governador Mauro Borges, Meira Matos assumiu o governo estadual como interventor federal. No ano seguinte, deixou Goiás, sendo designado subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Passou por diversos cargos militares, e foi para a reserva do Exército em 1977, dedicando-se a atividades educacionais e empresariais. Exerceu a função de direção do curso de especialização de estudos brasileiros da Universidade Mackenzie, em São Paulo; foi vice-presidente da empresa de engenharia Montreal e em 1984 doutorou-se em ciência política, tendo como orientador Gilberto Freire. Em 1999, tornou-se conselheiro da ESG e colaborador da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal do Comércio* (Abreu, 2010).

Por fim, sobre sua trajetória, Wanderson Coelho destacou ainda que ele “pertenceu à esfera militar e esteve nas fileiras dos que defenderam o regime até o fim” (Coelho, 2019, p. 19). Com tudo isso, sabe-se que o general Meira Matos esteve ao lado de Castelo Branco e da

ditadura, e por consequência, não sem motivo, escolheu homenageá-lo no IHGB. Ainda, sua fala foi recebida de maneira natural na sessão da instituição, tendo o presidente Arno Wehling apenas agradecido e encerrado a reunião, como fazia comumente, sem objeções (Ihgb, 2000, p. 295).

Mais do que isso, em 2007, Carlos Meira Matos faleceu e teve sua memória enaltecida no IHGB, que foi publicada na *RIHGB* na seção *Elogios aos sócios falecidos*. Foi lembrado pelo sócio José Arthur Rios como “maior autoridade no campo das ideias geopolíticas”, “defensor intransigente da soberania nacional” e “revolucionário de 1964”, que se opôs “com destemor à penetração de ideológicas exóticas nas Forças Armadas” (Rios, 2007, p.385-386).

Além das memórias sobre Castelo Branco, as de Médici foram evocadas com mais veemência no IHGB. Em 2003, por exemplo, a instituição despendeu energia com o “Seminário Pedro Calmon”, reunindo diversos sócios para relembra a trajetória, obras e pensamentos do antigo presidente da instituição, já falecido, em razão do centenário de seu nascimento. O encontro contou com a participação de dez sócios que se reuniram justamente em prol de celebrar e refletir sobre a vida e obra de Pedro Calmon, que desde o seu falecimento foi lembrado com deferência pelos sócios. Interessantemente, em três apresentações Emílio Garrastazu Médici foi lembrado entremeando as recordações sobre Pedro Calmon.

A comunicação de Cybelle Moreira de Ipanema, sócia veterana na instituição, discorreu sobre Pedro Calmon e sua ligação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por isso, logo de início já tratou do recordar sobre a construção do *Edifício Pedro Calmon*, sede definitiva do Instituto, como uma conquista do presidente Pedro Calmon e uma sensibilidade de Médici em colaborar para essa realização. A sócia procurou deixar claro que Calmon teve “inteligência viva”, “oratória convincente” e “palavra fluente, mágica, rica de encantamento” para cativar o apreço de Médici e comover sua ação política para solucionar o “angustiante problema” de salvaguardar a extensa documentação com a construção do prédio inaugurado em 1972. Como reforça em suas palavras, Pedro Calmon teve a oportunidade de construir o seu próprio monumento: o prédio do IHGB, edifício de doze andares com cobertura (Ipanema, 2003, p. 99)

Seguidamente, o seminário contou com a apresentação de Cláudio Moreira Bento, sócio militar do IHGB, pertencente ao Exército Brasileiro, já apresentado ao longo deste trabalho. Cláudio Bento discursou, seguindo a proposta do encontro, a respeito da vida e obra de Pedro Calmon. Seu discurso, porém, abordou Calmon como historiador militar, designação dada por sido membro da Academia de História Militar Terrestre (AHIMTB); por ter escrito biografia do marechal José de Abreu; por ter participado, em 1954, da aula inaugural como cadete iniciante do 2º ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) focalizando as glórias

militares das armas brasileiras. Mostra que Pedro Calmon era um frequentador de espaços militares, como a Escola Militar de Resende, onde foi diversas vezes e deixou registros no livro de visitantes. Escreveu algumas obras como “historiador militar”, como o intitula Cláudio Moreira Bento, as quais explicita: “Gomes Carneiro – o general da República”; “História da Casa da Torre” e “Um diplomata com alma de soldado”.

A relação de Pedro Calmon, que foi presidente do IHGB ao longo da ditadura, com os militares foi evidenciada por Cláudio Moreira Bento, tanto que o título de sua homenagem a Calmon foi “Pedro Calmon, historiador militar”. Após todas as suas argumentações para sustentar que Pedro Calmon era um historiador militar, Cláudio Moreira Bento procurou ressaltar de forma mais evidente a boa relação que Calmon possuía com militares, sendo estimado a ponto de ser considerado um deles e de conseguir o apoio inclusive de Emílio Garrastazu Médici, como pode ser visto no trecho seguinte:

Calmon era motivo de grande apreço pelos militares que o assim o consideravam um dos nossos. E isto lhe valeu para realizar o seu sonho de construção do edifício do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através de apoio recebido do presidente Médici [...] (Bento, 2003, p. 114).

Mais uma vez, a menção à construção do prédio do IHGB interpõe o presidente Médici na história da instituição, e dessa vez, até mesmo nas lembranças de Calmon. O sócio prossegue mostrando que Calmon reconheceu a consideração de Médici com o Instituto tanto que reservou uma sala do novo prédio, com seu nome, para que ele usasse após sair do cargo de presidente da República.

Tal foi a gratidão de Pedro Calmon, a sensibilidade do presidente Médici, que decidiu mobiliar uma sala no Instituto à guisa de escritório com nome do presidente Médici e que pudesse ser usada pelo presidente benfeitor do Instituto, a Casa da Memória Nacional, quando deixasse a presidência (Bento, 2003, p. 114).

Ainda sobre a *Sala Presidente Médici*, Bento não hesitou em demonstrar sua queixa:

Conhecemos a sala que foi desfeita depois da morte de Pedro Calmon e cujos motivos devem por certo constar em relatório da diretoria que substituiu Pedro Calmon (Bento, 2004, p. 114).

Cláudio Bento afirmou que a *Sala Presidente Médici* foi desfeita pela nova diretoria após a morte de Pedro Calmon, ocorrida em 1985. Não foi localizado nenhum registro em relatório de diretoria que falasse sobre a eliminação da sala. Se isso de fato ocorreu, coincidiu o falecimento do presidente do IHGB que tinha boas relações com os militares, com o fim do governo de militares, com a reconstrução da democracia e com a redefinição da relação da sociedade com o passado ditatorial.

Sua fala, de toda maneira, é importante, pois expressa insatisfação e retrata possíveis conflitos existentes entre grupos que desejavam, pelo visto, romper com essa memória no pós-ditadura e outros que não aceitavam permanecer com essa memória, a exemplo de Cláudio Moreira Bento. De alguma forma, retrata tensões em torno desse assunto no IHGB.

Além disso, propõe-nos, inevitavelmente, algumas indagações: por que a sala foi desfeita se a memória de Médici continuou tendo espaço no IHGB? Houve algum desentendimento entre sócios militares e a diretoria? Se isso de fato ocorreu, quais foram as razões? A redemocratização pode ser considerada uma motivação? A diretoria do IHGB optou por apagar a memória de Médici? Não temos as respostas para todas essas perguntas. Elas nos servem como mais uma peça no quebra-cabeça e na busca de compreender a dimensão em que o IHGB esteve inserido ao longo desses anos. Pode-se trabalhar com a única certeza de que o Instituto não detém em seu quadro social um grupo homogêneo, e que suas dinâmicas, diferentemente do que parece, não são simples.

Retomando o *Seminário Pedro Calmon*, ele foi encerrado com palavras de agradecimento de seu irmão, Jorge Calmon, em nome da família pelas homenagens prestadas pelos consócios. A construção do edifício, contudo, foi mais uma vez mencionada. A lembrança de Pedro Calmon para os associados do Instituto, no fim das contas, está amarrada a este importante momento para o IHGB. Foi recordado como o responsável por tirar o Instituto do “velho sobrado do Silogeu” e que proporcionou “sede ampla e condigna” (Calmon, 2003, p. 168). Consequentemente, essa memória está também coligada à de Médici que foi quem viabilizou o financiamento pela Caixa Econômica, tornando o projeto possível. Assim, Jorge Calmon disse:

Entre a elaboração do projeto, o muito discutido financiamento pela Caixa Econômica, a lenta edificação, e afinal, a liquidação da dívida, passou-se considerável tempo, a causa dissabores e desgaste de energias, porém, nem tudo foi tensão, ou medo do fracasso. Também houve episódios divertidos, a exemplo da visita de Pedro ao presidente Médici para comunicar que teria de levar ao penhor a espada de ouro de Caxias para pagar as contas de luz e água do Instituto...Era indispensável que lances de espírito acompanhassem as ações de Pedro, no seu característico senso de humor (Calmon, 2003, p. 169).

Mais uma vez Médici é citado. Dessa vez, de forma mais rasa, já que o objetivo principal do comunicador foi ressaltar as características de senso de humor de Calmon. De toda forma, foi mais uma citação a Médici e mais uma vez atrelada ao prédio novo do IHGB.

Diante de tudo isso, pode-se entender que não foi sem fundamento, portanto, que, em 2004, o acervo do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici foi doado ao IHGB para que fizesse a guarda de seus documentos. Exatamente quando o golpe de 1964 estava fazendo 40 anos.

Foi no dia 17 de fevereiro de 2004 que o presidente do IHGB, Arno Wehling, deu conhecimento à diretoria da instituição que estavam sendo feitas gestões para a doação do arquivo de Médici ao acervo do IHGB. Acervo este que foi doado por Roberto Médici, filho do ex-presidente. Wehling, em seu anúncio, fez ainda uma observação: que diante do crescente furto de peças pertencentes aos acervos de outras instituições culturais, o IHGB reforçou as medidas de segurança de seu acervo e o controle das consultas do material disponibilizado ao público (Ihgb, 2004, p. 245).

Em 2005 os documentos de Médici se encontravam no IHGB e já estavam passando por tratamento técnico. As fotografias estavam, neste ano, sendo armazenadas. Tudo isso com o apoio e financiamento do Ministério da Cultura (Ihgb, 2005, p. 270-271). O controle sobre as consultas aos documentos de Médici que estiveram sob a guarda do IHGB foi tanto que só foram colocados para acesso aos pesquisadores em 2014, dez anos depois. Depreende-se, em vista do exposto e da relação que Médici teve com a instituição, que não foi sem motivo que a família escolheu o IHGB para fazer a guarda dos documentos, que só se tornaram acessíveis anos depois.

Outra manifestação por parte do IHGB nutriu ainda mais essa relação. Em 7 de dezembro de 2005 realizaram, no encontro da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, uma sessão especial em homenagem ao Presidente Emílio Garrastazu Médici pelo centenário de seu nascimento transcorrido no dia 4. Foi feito em um formato de simpósio com a presença de ex-ministros e pessoas que foram auxiliares de Médici em seu governo. A primeira fala foi do ex-ministro Antônio Delfim Neto, que se reportou às atividades econômicas do governo. Em seguida, houve a exposição do ex-ministro Ernane Galvêas, também da área econômica. Ele fez menções ao crescimento econômico e ao 3º Campeonato Mundial de Futebol em que o Brasil foi campeão. A solenidade continuou com o ex-ministro Mario Gibson Barbosa, que expôs fatos sobre a política externa. Em sequência, manifestou-se o ex-presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, que fez referências sobre a vida econômica e “aos reforços do presidente para o crescimento do país”. Em nome dos ex-ministros, falou Arivaldo Fontes sobre as conquistas na área social no período Médici (Ihgb, 2006, p. 317).

Apresentou-se também Geraldo de Menezes, em nome dos confrades do Instituto. Ele recordou a presença de Medici em solenidades do IHGB, como a sua posse como Presidente Honorário em 1970 e a inauguração em 1972 do atual prédio da instituição que contou com a sua “valiosa ajuda”. Ao final da solenidade, Arno Wehling reforçou a “inestimável ajuda” de Médici para que o IHGB “tivesse um pouso definitivo e compatível com a importância de sua missão” (Ibidem).

Estiveram presentes 14 sócios do Instituto e 54 convidados, dentre eles Roberto Medici, filho do ex-presidente, e seu familiares. Além da presença do Exército com diversos oficiais representando as várias unidades. Encerrada a sessão, todos eles foram para o terraço onde foi montada uma mostra sobre o homenageado e servido um café (Ibidem). Diante disso, percebe-se que o IHGB escolheu fazer essa sessão solene em homenagem a Médici, estreitar relações com a família do ex-presidente ditador, com figuras políticas e com o Exército. Essa homenagem, porém, foi motivo também de certo embaraço, que logo foi esclarecido, como relatou o sócio militar Cláudio Moreira Bento.

Cláudio Moreira Bento relatou em um informativo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que compareceu na homenagem prestada ao centenário de Emílio Garrastazu Médici realizada no Clube Militar e que na ocasião conversou com o general do Exército Antônio Jorge Correia, membro honorário do IHGB. Este general, segundo Cláudio Bento, o informou, “decepcionado”, que leu em jornal que o Instituto Histórico não prestaria homenagem à Médici, ex-presidente do Brasil e presidente de Honra do instituto, por “divergências em sua diretoria” (Bento, 2005).

Cláudio Moreira Bento prosseguiu dizendo que não entendeu as razões para essa divergência no IHGB, mas que realmente não havia sido convidado, como de costume, para essa homenagem. Dessa forma, diante da informação e da ausência de convite - que sinalizava realmente que não haveria essa sessão -, telefonou para o coronel Arivaldo Silveira Fontes, que era vice-presidente da AHIMTB e secretário da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do IHGB, para saber o motivo da suspensão da reunião que já estava programada. Arivaldo Fontes, através da ligação, esclareceu a Cláudio Bento que a notícia, que foi lida por muitos, era falsa. Além disso, complementou que:

[...] a reunião havia ocorrido com muito brilho e muito concorrida com a presença de oficiais gerais da Ativa e da Reserva na qual falaram ex-ministros do Presidente Médici, cujos pronunciamentos recolhera, menos o do deputado Delfim Neto feito de improviso, mas que foi gravado e todos seriam publicados na Revista do IHGB (Bento, 2005).

O secretário da CEPHAS, Arivaldo Fontes, forneceu detalhes do encontro a Claudio Moreira Bento para mostrar que de fato a homenagem a Médici ocorreu e que não declinaram na decisão de fazê-la. Contou a ele que, além dos generais e ex-ministros, o presidente do IHGB, Arno Wehling, que também era sócio emérito da AHIMTB, havia prestado palavras à memória de Médici (Bento, 2005).

Para mostrar que essa homenagem em prol de Médici deveria mesmo ser feita no IHGB, Cláudio Moreira Bento neste informativo fez questão de lembrar que a atual, “magnífica” e “condigna” sede do IHGB só existe graças ao empréstimo da Caixa Econômica Federal conseguido por Pedro Calmon junto ao presidente Médici e intermediado pelo sócio marechal Estevão Leitão de Carvalho (Ibidem). Sobre isso ainda acrescenta:

Pedro Calmon como presidente do IHGB em gratidão deu o nome de uma das salas do IHGB de Sala Presidente Médici, a qual com a morte de Pedro Calmon foi ao que parece eliminada. Este complemento era importante, como esclarecimento aos que leram a falsa notícia de jornal dizendo que o IHGB não evocaria o centenário de seu Presidente de Honra Presidente Médici, a cuja sensibilidade, para assuntos de História do Brasil, se deve em muito a majestosa e condigna sede do IHGB, a concretização de um grande sonho de Pedro Calmon, Edifício sede do IHGB que hoje é denominado Pedro Calmon (Bento, 2005).

A partir de todas essas falas de Cláudio Moreira Bento fica nítido que ele buscou mobilizar argumentos para mostrar que não havia razão para que a homenagem ao centenário de Médici não fosse realizada. Tanto que afirmou não ter entendido razões para as possíveis divergências entre a diretoria em relação a essa homenagem. Em sua concepção estava claro que essa homenagem deveria ser prestada, já que o IHGB só possuía a sua “condigna” sede graças à sensibilidade de Médici com a História do Brasil e à sua interferência para a concretização do prédio. Para ele, eram motivos suficientes. Além disso, mais uma vez colocou em questão a situação da *Sala Presidente Médici*, deixando em evidência o seu desagrado com a provável dissolução.

Ademais, sua alocução suscita alguns pontos de interrogação. O primeiro deles é: por que Cláudio Moreira Bento, que procurava ser um sócio assíduo no Instituto, não foi convidado para essa sessão de homenagem à Médici? Foi exatamente no ano seguinte, em 2005, que é notável o seu afastamento nos encontros do IHGB. Tudo isso também coincide com o momento em que há o aumento de acadêmicos na instituição e diminuição significativa dos assuntos militares. Abre-se, assim, questionamentos: esse episódio pode ter contribuído para a ausência de Cláudio Bento? Ele ficou ressentido por não ter sido convidado? Ou ainda: os sócios militares não estavam mais sendo convidados? Estavam ocorrendo divergências entre sócios,

ou entre a direção e sócios? Sem dúvidas, não se tem ainda respostas para muitas dessas perguntas. Mas, o que fica evidente é que há muitos entrelaçamentos que merecem maiores investigações. Há um direcionamento da instituição para o que há de novo, ao mesmo tempo em que há um entranhamento nas relações sociais dos sócios e uma rede com as Forças Armadas que não se desfaz.

Em 2008, considerações sobre o centenário de Emílio Garrastazu Médici foram novamente fixadas na *RIHGB*. A fala do sócio Luiz de Castro Souza, que havia sido proferida na sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento de Médici em 2005 no IHGB, foi publicada na revista da instituição três anos depois. A memória do ex-presidente ditador estava sendo, portanto, de novo restaurada. Seu discurso que foi escrito para a solenidade de 2005, retomava a posse de Médici como presidente de Honra no IHGB em 1972, o seu “devotamento” à Casa da Memória Nacional e como de praxe, relembrava a sua ajuda em viabilizar a obra do prédio da instituição (Souza, 2008).

Miridan Britto Falci, diretora da revista, fez na apresentação desse volume, entretanto, uma observação que pode ser interpretada como uma forma de eximir os editores de publicações como a de Luiz de Castro Souza sobre Médici, que estava inserida na seção *Comunicações*. Apresentando cada seção do volume, ela afirmou:

A segunda parte, denominada Comunicações, apresenta artigos apresentados na Cephás (Comissão de Pesquisas Históricas que se reúne às quartas-feiras) ou enviados por sócios mas que se caracterizam por serem menos densos em suas preocupações metodológicas ou informações bibliográficas. São pesquisas ou partes de pesquisas ainda em elaboração.

Logo, o artigo “Presidente Emílio Garrastazu Médici e o Instituto (centenário de nascimento)”, de Luiz de Castro Souza, em 2008, pode ter sido, junto com os outros publicados na mesma seção, considerado pela diretoria da revista com pouca preocupação metodológica ou bibliográfica e no fim das contas, sem consistência científica, algo que estava sendo buscado pela *RIHGB*.

Passado um ano, no dia 24 de junho de 2009, já encerrando a década, o IHGB teve a presença de Carlos Fico na reunião da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas realizando uma comunicação que tratava do relacionamento dos Estados Unidos com os governos militares brasileiros. Nessa ocasião, quando foi palestrar no Instituto Histórico, Carlos Fico já era Doutor em História pela Universidade de São Paulo e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, além de pesquisador do CNPq.

Sua apresentação na instituição foi sobre livro, “O grande irmão”, que havia sido lançado no ano anterior e que era resultado de uma investigação que realizou no National Archives, nos EUA, em que teve acesso a documentos sigilosos e inéditos que foram expedidos nos governos de John Kennedy, Lyndon Johnson e Richard Nixon. As fontes levantadas por ele abrangeram a “Operação Brother Sam” e o governo Médici.

Como Carlos Fico deixou claro em sua exposição, a documentação que teve acesso demonstrou que houve o envolvimento de militares brasileiros na operação. Nesse sentido, sustentou que, com base nas informações do embaixador no Brasil, as autoridades de Washington deram auxílio logístico aos conspiradores, chegando a ordenar o deslocamento de uma força-tarefa com desembarque de tropas em Santos, caso João Goulart resistisse, o que não ocorreu (Ihgb, 2009, p. 260). Seguiu argumentando que esse apoio dos Estados Unidos não prosseguiu por conta do enrijecimento do regime e dos episódios de tortura e restrições de liberdade de expressão. Em suas palavras:

Porém, se num primeiro momento os americanos apoiaram a deposição de Goulart, ao contrário do que afirma a memória da esquerda, esse apoio não teve continuidade na medida em que o regime endureceu. As denúncias internacionais sobre episódios de tortura e restrição de liberdade de expressão, combinadas com forte pressão exercida pelo próprio Congresso, obrigaram a Casa Branca a redimensionar a sua guarida à ditadura militar (Ihgb, 2009, p. 260)

Usou o termo “conspiradores”, “ditadura militar”, fez menções às torturas, restrições de liberdade de expressão se referindo ao regime. Termos inéditos dentro do Instituto Histórico proferidos por um historiador.

Se Carlos Fico esteve na Instituição fazendo uma apresentação de suas pesquisas recentes sobre ditadura, foi porque algum sócio propôs o seu nome e o convidou. Não sabemos que sócio foi esse. Mas, nota-se que no dia de sua comunicação no Instituto estiveram presentes apenas 5 consócios, em desproporção às sessões anteriores e às subsequentes, em que havia ao menos 13. Estiveram presentes neste dia: Fernando Tasso Fragoso Pires (advogado), Lucia Maria Paschoal Guimarães (professora universitária), Antônio Izaias da Costa Abreu (magistrado), Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (astrônomo) e Carlos Wehrs (médico), além de 17 convidados, os quais não sabemos quem são. Chama atenção o fato de que o sócio militar, Jonas Correia Neto, defensor da “Revolução de 1964”, não esteve presente neste dia em que Carlos Fico foi convidado a palestrar, mas participou da sessão da semana anterior e da sessão posterior (Ihgb, 2009).

Carlos Fico, que naquele momento já era um pesquisador renomado com diversas publicações sobre o período ditatorial brasileiro, levou um debate sobre o regime com base em fontes e com rigor metodológico. Com ele, foi a primeira que vez o IHGB deu espaço na instituição para falar sobre o regime a partir do viés de um debate acadêmico e não a partir de experiências e concepções pessoais como era o usual na instituição. De alguma forma, ao que parece, o IHGB estava se abrindo pouco a pouco a trabalhos com teor mais científico e com mais criticidade ao tratar sobre ditadura, em conformidade com as tendências historiográficas - apesar de ser em proporção substancialmente minorada.

CAPÍTULO 5 - IHGB NOS ANOS DE 2010 A 2016: NO MEIO DA TRADIÇÃO E DA INOVAÇÃO ONDE FICA A REPARAÇÃO?

A recondução da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o período 2012-2014 traz implícita, como toda delegação pela via eleitoral, um voto de confiança, que neste caso, por sua reiteração, só faz aumentar nossa responsabilidade individual e coletiva. A pergunta que nos acode é a de como honrar este voto de confiança. Parece-nos que todos nós, membros do IHGB, concordaremos que honrar esta confiança seja permanecermos fieis aos princípios que fundamentam nossa Casa, ao tempo que nos adequamos – e a adequamos – às novas conjunturas [...] (Wehling, 2012, p. 15).

Arno Wehling, reeleito à presidência do IHGB para o biênio de 2012 a 2014 fez um discurso traçando os seus compromissos e do restante da diretoria para com a instituição. Com isso, se comprometeu a honrar o voto de confiança dos consócios mantendo-se, de um lado, leal aos “princípios que fundamentam” a *Casa da Memória Nacional* e de outro, empenhado em continuar adequando o Instituto às atuais conjunturas. Dentre os princípios norteadores da instituição, afirma que o que melhor os sintetiza é o “conceito de humanismo”, que traz embutido a “empatia pelo humano na sua diversidade e diferença” e a “tolerância à alteridade”. Reconhece que isso é uma convicção moral, mas considera ser “fundamentada na mais rigorosa cientificidade, pela constatação de que a diferença, e não a semelhança, é a fonte mais rica da história como foi até aqui construída pelo homem” (Wehling, 2012, p. 15).

Através da combinação entre tradição e inovação reafirmou a responsabilidade em manter o IHGB no cenário cultural e científico do Brasil e no exterior. Para isso, explicitou as ações e meios que são utilizados. Destacou, nessa explicação, alguns pontos, como: a

consolidação da base material e da independência econômica da instituição, que permite que o Instituto não seja braço do estado, instrumento de governo ou que fique refém das flutuações do mercado. Sobre isso afirmou que Pedro Calmon deixou encaminhado uma base econômica que permite a instituição sua subsistência; o atendimento à pesquisadores como obrigação do IHGB, sendo inclusive por isso beneficiário de renúncias fiscais; a produção e divulgação de conhecimento; a cooperação interinstitucional com congêneres estaduais e municipais, bem como com o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; assessoramento de políticas públicas e preservação e cultivo da memória institucional e de seus membros (Wehling, 2012, p. 16-18).

Wehling não omite em seu discurso as dificuldades e os obstáculos que exigem dele, enquanto gestor, habilidade na condução do Instituto Histórico. Explicita mais uma vez a dicotomia envolvendo princípios e novas conjunturas. De um lado, sublinha a imperiosa necessidade de compatibilizar “princípios, objetivos e realizações concretas”, já que, segundo ele, muitas das vezes na implementação de alguma ação é preciso desviar dos objetivos ou ser infiel aos princípios norteadores, sendo necessário equacionar todas as situações que aparecem com discernimento. De outro lado, está a dinâmica da relação com a sociedade e as suas novas demandas. Logo, ressalta: “A despeito do desgaste dessa permanente luta, continuamos, sem desgrudar os olhos de nossos princípios” (Wehling, 2012, p. 19).

É, portanto, sob esse tom que a direção da instituição renovou seu compromisso na década de 2010 e percorreu seus caminhos: adequando suas ações às necessidades e às novas conjunturas, as quais não podem fugir, mas preservando acima de tudo os princípios que os remetem à tradição dos tempos dos fundadores.

Nos saltam aos olhos as afirmativas que entremeiam sua fala. Wehling mencionou no meio de seu discurso, como apontado acima, a importância de a instituição não ter dependência econômica, não ser uma parte do Estado e não ser utilizada como instrumento do governo. Sabe-se, porém, que ao longo de toda a sua história, o IHGB buscou aproximação com a classe política para a obtenção de recursos estatais para garantir a sua sobrevivência. Isso ocorreu desde a sua fundação, perpassando pelo período republicano, ditatorial e de reconstrução da democracia. Tanto que todos os chefes de Estado eram empossados como Presidentes de Honra da Instituição, o que garantia, de alguma forma, o repasse de verbas. Observa-se a preservação desse comportamento até os anos de 2000, sendo interrompido com o governo Lula, que não fez parte do quadro de Presidentes de Honra, e confirmada com essa sua assertiva sobre autonomia.

Essas percepções do presidente Wehling nos ajudam a compreender, de alguma maneira, as escolhas e condutas da instituição, diante do cenário contemporâneo, sob sua própria lente. Além disso, nos provoca a refletir sobre até que ponto foram as inovações e adequações do IHGB às demandas atuais e como isso afetou ou mobilizou a instituição, de algum modo, às discussões sobre a ditadura que estiveram em voga na sociedade desta década de 2010.

5.1. ANOS DE LULA E DILMA

A década de 2010 no Brasil foi marcada por governos do PT com Luiz Inácio Lula da Silva e em maior tempo com Dilma Rousseff a frente do Poder Executivo. Foi um período atravessado, porém, por um golpe parlamentar que destituiu a presidenta eleita democraticamente, e atribulado com a posterior escalada de uma onda conservadora no país. Nosso escopo de análise empreendida neste capítulo, todavia, comporta os acontecimentos políticos até 2016, ano do *impeachment* de Dilma Rousseff, embora caiba retornar brevemente em tempos anteriores para a melhor compreensão dos desdobramentos políticos ocorridos neste período.

Os anos precedentes, com Lula na presidência, foram de sucesso na estratégia de crescimento econômico, em grande medida, por causa das políticas sociais que foram implementadas, como programas de transferência de renda, que aumentaram os rendimentos de setores mais pobres, ampliaram o mercado e oportunidades de negócios. A expansão econômica combinada à melhor distribuição de renda ocasionou um elevado processo de ascensão social, com diminuição de pessoas em condição de pobreza extrema e aumento do número de pessoas chegando na classe média. Em 2005, estourado o caso de corrupção do “mensalão” houve um grande impacto político e repercussão negativa, chegando ao ponto de existir o *impeachment* como uma possibilidade dentro do cenário. O PT sofreu perda significativa de popularidade na sociedade e particularmente em segmentos escolarizados. De todo modo, Lula ganhou as eleições em 2006 e permaneceu no poder em seu segundo mandato (Motta, 2018).

Lula, neste momento, estabelecendo alianças políticas, se aproximou mais do PMDB, um partido central do sistema político brasileiro. Foi a partir dessa aliança que o PMDB, nas eleições de 2010 e 2014, angariou o posto de vice-presidente da República na chapa do PT, o que teve um preço desmedido anos depois, que culminou no *impeachment* de 2016, como pontua Rodrigo Motta (Ibidem, p. 429).

Em seu segundo mandato, Lula possuiu boa desenvoltura e conquistou reconhecimento inclusive no exterior. Em virtude dos resultados positivos no campo econômico e social e da estabilidade política, o Brasil passou a ser visto como um país em ascensão. Nas relações internacionais, deu prioridade à América Latina, fortalecendo os laços com países vizinhos e ampliando o Mercosul, visando a integração comercial e a aproximação política. Aproximou-se também de outros países emergentes como Rússia, Índia, China e África do Sul, formando o grupo Brics com o objetivo de constituir uma cooperação econômica e o desenvolvimento em conjunto.

No âmbito interno, Lula consolidou sua postura desenvolvimentista em ações de infraestrutura e de energia. Lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para dinamizar os empreendimentos com Dilma Rousseff na gestão do programa. Com a sua participação como responsável pelo PAC, Dilma teve a sua imagem popularizada, permitindo o lançamento de sua candidatura em 2010. Apesar das acusações de liberais e conservadores, Lula manteve prestígio em seus dois mandatos, tendo como ponto favorável para isso o constante crescimento econômico. Finalizou seu governo com grande aprovação popular e por isso foi capaz de eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, nas eleições de 2010, que era vista com “perfil mais técnico do que político” (Motta, 2018, p. 432).

Dilma, que foi a primeira mulher a se tornar presidente do Brasil, iniciou seu governo em 2011 e teve como seu vice Michel Temer, do PMDB. Essa presença do PMDB na chapa foi feita para aumentar o apoio parlamentar ao governo, além de uma tentativa de estabilidade e governabilidade. Essa junção teve bom funcionamento no primeiro mandato, porém, no segundo colaborou para a sua saída.

Em seu governo, Dilma procurou manter os pilares das políticas de Lula, como o desenvolvimentismo com investimentos estatais e a transferência de renda. Ampliou ações em defesa das minorias valorizando a diversidade. Indicadores sociais continuaram tendo melhora, como a queda no índice de pobreza e do desemprego. Mas, alguns problemas percorreram seu governo. Houve um crescimento menor do PIB em relação ao período Lula, redução da atividade indústria e crescimento da inflação, que como medida de contenção o governo optou por manter a taxa de juros elevada e restringir crédito. Baixou impostos em benefício de certos segmentos produtivos, que ocasionou perda de receita.

Insatisfações de setores sociais perante o governo eclodiram em forma de protestos em junho de 2013 com reivindicações, principalmente, pelos gastos públicos com a Copa do Mundo que aconteceria em 2014. Foram feitas também crítica à máquina pública de modo

geral, pela má qualidade dos transportes, problemas da educação pública e críticas à corrupção (Motta, 2018, p. 436).

Esse cenário de insatisfação despertou e acirrou ainda mais o campo político. A eleição de 2014 para Presidente da República disputada entre Dilma Rousseff, do PT, e Aécio Neves, do PSDB, como opositor, teve clima acalorado. Como interpreta Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 436), nesse confronto existiram elementos que destacaram e moldaram, de alguma forma, os desdobramentos da campanha: o crescimento de opinião de direita e a manipulação eleitoral da Operação Lava Jato. O ambiente formado colaborou para a radicalização direitista.

A Lava Jato, que era uma operação anticorrupção, se tornou dentro desse contexto uma ferramenta de manipulação política. Ao vazarem informações de figuras do PT, favorecia o candidato do PSDB. Mesmo com tudo isso, Dilma Rousseff venceu o pleito, apesar de ter sido com uma pequena margem, mas o quadro de polarização política não se desfez. Ao contrário, agravou-se. A oposição, que não estava aceitando a derrota, avançou com estratégias para desestabilizar o governo de Rousseff.

Além de uma crise econômica que se agravou, foi instalada também uma crise política aguda, a qual Dilma não conseguiu vencer. É bem verdade que o tratamento do quadro econômico foi dificultado ainda mais pela oposição no Congresso que atrasou a aprovação de medidas atenuantes da crise. Os obstáculos políticos, neste ínterim, foram sendo colocados e, segundo críticos, a presidenta não demonstrou habilidade em acomodar interesses diversos, negociar os conflitos e dialogar com as lideranças políticas (Motta, 2018, p. 439).

Fatores que explicam o desfecho negativo de seu governo e a sua erosão política ainda estão sendo pesquisados. Mas, alguns pontos são destacados nesse processo que desembocou em seu *impeachment*, como o distanciamento de partidos aliados, o desmonte da base parlamentar, a falta de disposição de Dilma ao diálogo, além da radicalização da oposição direitista, crescente pressão de conservadores e liberais e a mobilização nas redes sociais e na mídia com seus efeitos na opinião pública. O Poder Judiciário e o Ministério Público tiveram também uma atuação que acabou colaborando para a deposição de Rousseff. A conduta com ações ilegais do juiz Sérgio Moro na operação Lava Jato, que no fim das contas estava sendo usada com fins políticos para afetar a reputação do governo petista, foi tolhida pelo Supremo Tribunal Federal.

Desse modo, em 2016, após votação na Câmara dos Deputados e no Senado, foi aprovado o *impeachment* de Dilma Rousseff por uma suposta acusação de crime de responsabilidade (as pedalas fiscais) que não se configuram efetivamente como crime, tanto que a mesma pena não foi aplicada a presidentes anteriores que também adotaram o mesmo

recurso. Não foram encontrados indícios de corrupção envolvendo o nome de Dilma. Tudo isso leva a crer, como demonstram os pesquisadores da área, que a presidenta foi vítima de um golpe parlamentar.

5.2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO GOVERNO DILMA E A CNV

Pontos importantes na gestão de Dilma Rousseff foram as ações de justiça de transição, as políticas de memória e de reparação em razão das práticas violentas e repressivas do período da ditadura. Ela, que havia sido torturada por fazer parte de grupo guerrilheiro durante o regime, buscou ampliar a busca da verdade sobre a violência da ditadura e inaugurou uma nova fase nesse processo. Assim, foi em seu governo que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada, o que abriu caminhos para que surgissem também outras comissões da verdade, em âmbitos municipais e estaduais (Silva, 2016).

Outro tópico relevante no processo de justiça de transição no país neste momento foi a criação da Lei de Acesso à Informação (12.527/11), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff e em vigor desde 2012. Essa lei permitiu o acesso aos arquivos e documentos, obedecendo ao direito à verdade e ao esclarecimento de fatos referentes à ditadura. Essa lei colocou fim ao sigilo perpétuo de determinadas informações, inserindo classificação aos documentos e tempo máximo de sigilo (Silva, 2016).

A Comissão Nacional da Verdade, por sua vez, foi instalada em 2012 através da Lei 12.528/2011 que a instituiu, após aprovação no Congresso Nacional, com o objetivo de “promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil” no período de 1946 a 1988, especialmente nos anos da ditadura (Brasil, 2014, p. 20). Sua instauração foi possível devido ao contexto político propício no momento - que anos depois se alterou.

Apesar de ter sido criada de forma tardia em relação ao processo de redemocratização e quando comparada com outros países, a sua instauração não foi uma iniciativa isolada, pois somou-se aos esforços anteriores e configurou-se como um novo impulso sobre justiça de transição. Sua criação acarretou um “giro memorial” em relação a 1964, cujos discursos alcançaram novos encaminhamentos e disputas na esfera pública (Perlatto, 2023, p. 10)

As atividades da CNV foram desenvolvidas entre os anos de 2012 e 2014. Ao longo desse tempo, manifestações de rua, ocorridas em 2013, entremearam os seus trabalhos com contradições, abrindo espaço, de outro lado, para discursos de direita revisionistas, de extrema-

direita negacionistas em torno da ditadura, muitos deles críticos às iniciativas da Comissão. Os protestos concederam espaços para expressões de insatisfações, desdobramentos na crise política institucional e nas disputas públicas das memórias em relação ao passado ditatorial. Houve até mesmo fermentações de grupos de extrema-direita defendendo intervenção militar, algo que ganhou proporção expandida nos anos posteriores. As atividades da CNV, assim, estavam mergulhadas em um cenário de intensa politização e proliferação de discursos de memória sobre 1964, havendo de um lado, a direita com representações revisionistas e negacionistas relacionadas ao regime militar e de outro, no campo progressista, numerosas produções acadêmicas e culturais problematizando este mesmo passado (Ibidem, p. 11).

Se for pensar em pontos falhos da CNV, pode-se destacar sua inércia ao não tomar iniciativa em buscar ações punitivas. Foi inerte frente aos pactos da conciliação e à revisão da Lei da Anistia. Como afirmou João Batista Teófilo Silva, “Se por um lado, tomaram iniciativas por memória e verdade, por outro, excluíram a justiça, deixando, assim, o Estado brasileiro como esfera legitimadora da impunidade e imunidade” (Silva, 2016, p. 100). A maior ação da CNV nesse sentido foi recomendar em seu relatório final a responsabilização jurídica de agentes públicos que participaram de violações de direitos humanos, já que não possuía poder para punir ou encaminhar ações judiciais (Brasil, 2014, p. 965). Isso pode ser visto como mais uma frustração por parte de setores progressistas da sociedade que esperavam ações mais enérgicas.

De todo modo, há a possibilidade de compreender essa falha institucional no que se refere a justiça de transição a partir da longa narrativa constituída desde a Lei da Anistia em 1979, que perdoou as violências praticadas por agentes do Estado. Os obstáculos para uma efetiva justiça de transição no país, que são marcados por disputas, devem ser reconhecidos. Setores conservadores conseguiram embargar avanços mais efetivos (Perlatto, 2023, p. 23). Conforme a CNV avançou em seus trabalhos, incomodou corporações militares e setores civis saudosos da ditadura, mas estava sem condições políticas para encarar os conflitos necessários (Teles; Quinalha, 2020, p. 26)

Mas houve, ao longo do tempo, de forma crescente, desde a redemocratização, uma busca de segmentos da sociedade civil e do Estado em realizar reflexões críticas sobre o passado autoritário brasileiro. E a CNV propiciou, nesta conjuntura, um ritmo mais dinâmico à essas discussões. A CNV juntamente com as comissões municipais e estaduais realizaram também um debate crítico alcançando a esfera pública a respeito dos lugares de memória em homenagem à ditadura, como em ruas, avenidas praças, pontes, escolas, estádios, que levavam o nome de um dos generais presidentes do regime ou datas relacionadas ao período.

Recomendaram sobre isso, em relatório final, a modificação desses nomes e criação de memoriais para construir visões críticas sobre esse passado (Perlato, 2003, p. 23- 25).

A entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, não teve o clima de otimismo que se esperava em razão do cenário político desgastado que se apresentava. Aconteceu logo após as eleições de 2014. Foi entendido que o documento poderia estimular ainda mais as contrariedades ao governo de Dilma e a polarização já existente (Ibidem). De qualquer forma, houve tensionamento com as corporações militares. A partir dessa realidade pouco tempo depois do Relatório da CNV foi possível observar um aumento discursivo pró ditadura, a deposição da presidenta sem fundamentação jurídica e a pavimentação do candidato Jair Bolsonaro, defensor de torturadores e da ditadura (Teles; Quinalha, 2020, p. 27).

Rosa Maria Cardoso da Cunha (2020) questiona se a CNV proporcionou um impulso à democratização ou se constituiu fatores produtores de um retrocesso autoritário visto posteriormente. Edson Teles e Renan Quinalha (2020) constroem a ideia de que na CNV foi impressa a “lógica do possível” no processo de construção da verdade. Segundo eles, o documento final da Comissão entregou 29 recomendações para a presidenta Dilma Rousseff, porém, complementam:

Em vez de prevenir um retrocesso autoritário, teve início, no mesmo período de encerramento da CNV, um golpe contra a democracia que foi materializado no impeachment da primeira mulher eleita presidente no país. Além disso, foi tomando cada vez mais força, no debate público a versão negacionista da ditadura, de justificação das violações de direitos humanos e, inclusive, de defesa de uma intervenção militar (Teles; Quinalha, 2020, p. 4).

É bem verdade que a partir desse momento movimentos pró-militares ganharam maior força, o que pode, até certo ponto, ser visto como uma reação à Comissão Nacional da Verdade. Os questionamentos são produtivos. Mas, incorrem na possibilidade de culpabilizar a CNV. Partimos da ideia de que a Comissão Nacional da Verdade não foi responsável pelos fatos políticos decorrentes. Ela cumpriu com seus objetivos e sua criação significou por si só uma ampliação no movimento pela democratização. Além de tudo, ouviu testemunhos, estimulou a participação pública, produziu um relatório final e o publicizou, publicou nomes de perpetradores de graves violências, recomendou judicialização e punição aos que praticaram as violações.

Talvez o grande problema do retorno ao negacionismo esteja situado ainda na transição democrática, nos resquícios e sombras da Lei da Anistia, algo difícil de transpor. Talvez seja o preço de tantas conciliações. As continuadas acomodações de interesses, flexibilizações e arranjos institucionais podem não ser pontos favoráveis ao amadurecimento da cultura política

democrática no país (Bomeny; Motta, 2014). Além disso, como afirmou convenientemente Caroline Bauer em entrevista à *Folha de S. Paulo*: “é preciso uma política de Estado na qual a Comissão da Verdade seja uma das etapas e que se garantam outros direitos” (Ribeiro, 2022).

Seja como for, a CNV possuiu lugar importante na contemporaneidade. Teve repercussão positiva e alimentou debates fundamentais. Nesse mesmo prisma, o tema da ditadura ganhou ainda mais projeção além da publicação do relatório final da CNV em 2014, já que ocorreu no mesmo ano das comemorações do cinquentenário do golpe de 1964. Ambos os fatores estimularam em maior intensidade os debates, abrindo o campo de discussão também para o debate público, algo que não se viu desde o processo de redemocratização.

5.3 O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE: HISTORIOGRAFIA DA DITADURA, HISTÓRIA PÚBLICA E BATALHAS DE MEMÓRIA

Os anos de 2010 no Brasil foram envolvidos por um afloramento nas discussões a respeito de 1964 e da ditadura em consequência dos cinquenta anos do golpe que conciliou com a entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade em 2014. Podem ser considerados também fatores colaboradores para a ampliação do debate público, a posse de Dilma Rousseff, ex-guerrilheira, na presidência da República, como também a radicalização entre segmentos da direita e esquerda (Joffily, 2018).

O maior distanciamento temporal, que corrobora com uma perspectiva ainda mais analítica e menos passional, também pode ser apontado como mais um fator para, em conjunto, ter fomentado maior impulso em investigações com a temática da ditadura. Quando comparado com a efeméride anterior, referente aos quarenta anos do golpe, em 2004, percebe-se um cenário acadêmico com maior interesse nesse debate, explorando caminhos originais, sob novos prismas e em alguns casos, fundamentados nos acervos documentais que haviam sido há pouco tempo abertos (Reis Filho; Ridenti; Motta, 2014, p. 7-8).

Houve, sobretudo, nos meses de março e abril de 2014, volume considerável de atividades acadêmicas em torno dos 50 anos do Golpe de 1964, assim como lançamentos de livros, seminários, matérias em jornais e revistas de grande circulação nacional, programas de televisão em vários canais e entrevistas com atores do período da ditadura (Bomeny; Motta, 2014).

Na cidade do Rio de Janeiro, à título de exemplificação, reuniram-se as principais universidades e instituições de pesquisa, como CPDOC/FGV, UERJ, UFF, UFRJ, UNIRIO, UFRRJ, PUC-Rio, com a organização de um conjunto de atividades acadêmicas com o objetivo de debater sobre o golpe civil-militar que estava completando 50 anos. Realizaram em todas essas universidades diferentes atividades com a participação de pesquisadores que se propuseram a discutir os mais diversos aspectos relacionados ao golpe de 1964⁵².

Identifica-se, diante desse quadro, a elevação de pesquisas e de publicações sobre o assunto, alguns deles com maior destaque, como indica Mariana Joffily. Foram privilegiados debates em torno do caráter da ditadura, como civil-militar ou apenas militar; das relações entre o governo militar e a sociedade civil e da periodização. Todos eles com interconexões (Joffily, 2018, p. 233).

Numerosos trabalhos acadêmicos surgiram neste momento de rememoração ao golpe em 2014, como o livro “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964”, organizado por Daniel Aarão Reis, Rodrigo Patto Sá Motta e Marcelo Ridenti (2014); “O golpe de 1964: momentos decisivos”, de Carlos Fico (2014); “1964”, de Jorge Ferreira e Angela de Castro Homes (2014); “As universidades e o regime militar”, de Rodrigo Patto Sá Motta (2014); “1964: história do regime militar brasileiro”, de Marcos Napolitano (2014) e “1964: 50 anos depois - a ditadura em debate”, organizado por Grimaldo Carneiro Zachariadhes (2015).

Obras jornalísticas também foram incitadas por essa conjuntura, como é o caso de “A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi”, de Marcelo Godoy (2014); “Ditadura à brasileira”, de Marco Antônio Villa (2014); “Lugar nenhum”, de Lucas Figueiredo (2015); “Cova 312”, de Daniela Arbex (2015) e “A ditadura acabada”, de Elio Gaspari (2016).

Além disso, foi tema em revistas acadêmicas na área de História que alinharam seus dossiês à efeméride e às intensas discussões sobre esse passado autoritário brasileiro. Foi o caso da Revista *Cadernos de História*, do Departamento de História da PUC Minas, com o dossiê “50 anos do golpe civil-militar no Brasil” (2014); da “Interseções – revista de estudos interdisciplinares” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o dossiê “50 anos do golpe: dos benefícios das celebrações” (2014); da *Plural*, revista de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), que em 2014 publicou artigos em torno do dossiê “50 anos do golpe militar no Brasil: legados, resistências e memórias”; da revista *Crítica Histórica* do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, com o dossiê os “50 anos do golpe civil-militar”, assim como

⁵² Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/50-anos-do-golpe-de-1964>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

a revista *Antíteses*, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, cuja publicação de 2015 foi o dossiê “50 anos do golpe: arte, cultura e poder”.

Autobiografias de pessoas que vivenciaram o período autoritário brasileiro fizeram parte desse impulso reflexivo. Foram publicados livros como o de José Serra, que na época era presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), com o título “50 anos esta noite” (2014); “Volto semana que vem” (2015) de Maria Pilla, que havia sido militante e exilada no período, entre outros. Diversos romances também foram publicados pelo contexto dos cinquenta anos do golpe tendo esse evento de 1964 e a ditadura como cenários e objetos centrais dos enredos narrados. Muitas dessas obras estiveram em diálogo com pesquisas acadêmicas e tiveram o potencial de lançar perspectivas analíticas sobre o tempo de ditadura no país com diferentes abordagens e formas sobre a luta armada, exílio, cotidiano e apoio de segmentos da sociedade civil ao regime. Contemplando o gênero literário a respeito do tema, Fernando Perlatto destacou as seguintes obras: “Qualquer maneira de amar: um romance à sombra da ditadura” (2014), de Marcus Veras; “Damas da noite” (2014), de Edgard de Telles Ribeiro; “Tempos extremos” (2014), de Miriam Leitão; “A resistência” (2015), de Julián Fuks; “Palavras cruzadas” (2015), dentre outros que foram sendo publicados nos anos seguintes (Perlatto, 2017).

A guerra das memórias nesse tempo foi reativada com uma “polifonia de vozes”. Discursos da extrema direita que antes estavam retraídos, também despontaram. Forças Armadas, antigos ministros do Estado e do Supremo Tribunal Militar estiveram contra os trabalhos da CNV. Em 2012, ex-membros da Comunidade de Informação, em represália às tentativas de responsabilização dos agentes do Estado envolvidos nas políticas de repressão e à CNV, publicaram o livro “Orvil” como resposta ao “Brasil: Nunca Mais” (Joffily, 2018, p. 234).

Em 2014, em São Paulo, ocorreram manifestações ligadas à movimentos sociais e centrais sindicais para lembrar os mortos pela ditadura civil-militar no dia 1º de abril⁵³ ao mesmo tempo em que houve também marcha festejando os 50 anos do golpe, reunindo grupos conservadores, com cartazes que criticavam o governo e elogiavam militares de 1964, além de “bolo e parabéns a você”⁵⁴.

⁵³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimentos-sociais-lembram-do-golpe-de-1964-e-comparam-lei-antiterrorista-a-ditadura-2001.html>. Acesso em 15 dez 2023.

⁵⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/marcha-que-festeja-50-anos-do-golpe-reune-150-pessoas-na-paulista-12036819>. Acesso em 15 de dez 2023.

Na Câmara dos Deputados, a sessão solene que estava marcada para o dia 1º de abril para debater os 50 anos do golpe também foi marcada por disputas de narrativas. A sessão foi suspensa após uma faixa ter sido colocada na galeria do Plenário, parabenizando os militares pelo golpe de 1964 e com o escrito “Graças a vocês o Brasil não é Cuba”. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, porém, destacou os ideários democráticos da instituição e salientou que rejeitou requerimentos que vinculassem o Parlamento brasileiro à comemoração do golpe de Estado, como o que foi apresentado pelo deputado Jair Bolsonaro. Suas afirmativas foram feitas no sentido de demonstrar que nenhuma iniciativa que pudesse ser interpretada como legitimação ao período autoritário poderia ser admitida. Bolsonaro, ao contrário, fez discurso favorável ao período da ditadura e como forma de reivindicação deputados e outros convidados viraram de costas durante sua fala. Diante disso, o presidente da sessão encerrou o evento antes que todos os participantes previstos discursarem⁵⁵.

Vale sublinhar que, com a ascensão de grupos conservadores, veículos de produção midiática foram sendo explorados ainda mais para a difusão de um revisionismo ideológico e releituras da ditadura partindo de concepções contestatórias do conhecimento historiográfico. O quadragésimo aniversário do golpe em 2004 alavancou esse interesse em explorar o debate sobre a ditadura, o que foi sendo cada vez mais aprofundado (Magalhães; Santana, 2021).

Desse modo, a década de 2010 foi marcada por debates intensos sobre história pública e a ditadura militar no Brasil. Nesse período, houve um crescimento significativo do interesse público pela história do país, com destaque para a discussão sobre a ditadura militar no Brasil com o uso da internet como plataforma para a divulgação de narrativas diversas, incluindo aquelas que promoviam visões conservadoras e revisionistas sobre o período. Nesse contexto, a internet desempenhou um papel fundamental permitindo a produção, disseminação e recuperação de narrativas sobre a ditadura militar através de vídeos disponíveis no YouTube, que despertavam memórias individuais e coletivas que justificavam a ditadura. Memórias estas que, baseadas em uma visão positiva da ditadura, disseminam a ideia de que a esquerda teria deturpado a história e disseminado sua versão. Essa é uma área, entretanto, relacionada à História Pública, que está ainda em construção no Brasil, já que seus debates são recentes, com a primeira obra sobre o tema publicado em 2011 (Ibidem).

Diante do cinquentenário do golpe de 1964, pode-se tirar conclusões de que as representações desse evento e do regime autoritário ainda permaneceram como objeto de

⁵⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/430130-sessao-solene-sobre-golpe-militar-e-marcada-por-polemica/>. Acesso em 15 de dez 2023.

disputa e controvérsias na sociedade brasileira, cujas memórias se traduziram em diferentes narrativas. A polarização da sociedade brasileira também refletiu nas narrativas sobre o período. Não há, dessa forma, uma representação definitiva sobre o golpe. As memórias ainda estão em aberto e sujeitas a contínuas batalhas, o que abre espaço para a existência contínua de paixões, versões e disputas na sociedade brasileira em relação a esse período histórico (Dezemone, 2014).

A partir dos fatores políticos que envolveram a década de 2010, como a eleição pela primeira vez de uma mulher como Presidente da República, ex-guerrilheira e torturada pela ditadura civil-militar; a polarização da sociedade e avanços de segmentos conservadores; os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e o cinquentenário do golpe de 1964 que impulsionaram os debates públicos e acadêmicos em torno do passado ditatorial brasileiro e as iniciativas de renomear lugares de memórias que faziam menções aos ex-presidentes ditadores ou à datas referentes ao regime, busca-se aqui compreender quais foram as posturas e iniciativas do IHGB diante desse cenário em prol de reflexões sobre a ditadura e refletir sobre como essas memórias foram acionadas na instituição nesta década.

Sabe-se que na academia existem diferentes narrativas construídas a partir de análises e pesquisas acadêmicas, frutos de estudos rigorosos e embasados, que buscam compreender e interpretar os eventos históricos com base em evidências e fontes confiáveis. Os acadêmicos se debruçam sobre diferentes aspectos desse período, revisam e atualizam à medida que novas pesquisas são feitas e novos elementos são descobertos. Já no espaço público, as narrativas tendem a ser mais polarizadas e influenciadas por visões políticas e ideológicas. Nessa esfera, existem disputas e batalhas de memória, onde diferentes grupos tentam impor suas versões dos eventos e suas interpretações. Essas narrativas simplificam a complexidade dos acontecimentos e podem estar sujeitas a emoções, ideologias e interesses políticos. Além disso, as narrativas no espaço público podem ser influenciadas pela memória coletiva, que muitas vezes é seletiva e incompleta. Com base nessas diferenças, interessa-nos observar como o IHGB se articulou a essas reflexões nos anos de 2010.

5.4 DINÂMICA DO IHGB NA DÉCADA DE 2010: A VEZ DE PESQUISADORES E ACADÊMICOS

Em continuidade com as mudanças verificadas na década anterior, ao longo dos anos de 2010 o IHGB regulou de forma um pouco mais consolidada sua abertura para pesquisadores e professores acadêmicos. Antes, os encontros e as publicações da revista que eram compostas

majoritariamente por sócios veteranos, considerados historiadores por formação, como é o caso dos militares, passou a ceder alguns lugares a ilustres personalidades contemporâneas da historiografia, como José Murilo de Carvalho, Mary Del Prior, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Paulo Knauss, Marly da Silva Motta, dentre outros nomes conhecidos.

O Instituto Histórico não deixou de mesclar, entretanto, elementos do passado e do presente. Ao mesmo tempo em que houve uma evidente presença de pesquisadores, doutores, ligados à Programas de Pós-Graduação, participando da CEPHAS, notou-se também em um outro ritmo, a continuidade de participação daqueles consócios tradicionais que restaram no quadro social. É como se houvesse dois tempos no IHGB caminhando paralelamente. Exemplo disso é uma sessão da CEPHAS de 2010 em que coexistiram no mesmo ambiente professoras doutoras e um descendente do imperador. Apresentou nesse encontro Beatriz Boclin Marques dos Santos, doutora em Educação pela UFRJ e professora no Colégio Pedro II, analisando a influência do pensamento historiográfico do professor catedrático João Ribeiro no ensino de História do Colégio Pedro II. Houve também comunicação de Arlete Medeiros Gasparello, doutora em Educação e professora da UFF, fazendo reflexões sobre o professor a partir de sua prática escolar e perspectiva de uma pedagogia da nação republicana. Além delas, d. Carlos de Saxe Coburgo e Bragança, trineto do imperador, também participou da sessão apresentando livro de sua autoria, “Dom Pedro II em Viena – 1871 e 1877” (IHGB, 2010, p. 388).

Apesar de todos os avanços, o IHGB manteve suas relações com o período imperial através de seus descendentes. Criou-se o costume, a partir de 2009, de realizar todo ano uma sessão itinerante no Museu Imperial. Deslocavam-se todos os sócios participantes em ônibus particular para a cidade de Petrópolis para realizarem a sessão no auditório do Museu, contando com o comparecimento na mesa de trabalhos de alguém proveniente da família imperial. Buscaram retomar a tradição iniciada em meados do século XIX, quando o imperador cedeu uma sala no Paço Imperial para a realização das reuniões do IHGB. Tentava-se realizar esta sessão itinerante em dezembro de todo ano, significativamente mês do aniversário de nascimento e de morte do imperador d. Pedro II. Procuraram retomar o cenário, na medida do possível. Em 2009, no contexto de comemorações pelos 70 anos da fundação do Museu Imperial ficou acordado pelos membros das duas instituições essa sessão itinerante anual (Ihgb, 2014, p. 400).

Essas ocasiões privilegiavam assuntos sobre o imperador e efetivavam um estreitamento de relações e parcerias com a direção desse museu histórico e com descendentes que estavam sempre presentes. Em 2010 tiveram a presença do “príncipe” - como denominaram - Francisco de Orleans e Bragança (Ihgb, 2010, p. 403). Em 2011, compareceu d. João de Orléans e

Bragança, que era sócio do IHGB e foi o único a proferir conferência, que teve como título “De Pedro a João: fotógrafos da casa imperial” (Ihgb, 2011, p. 525). Em 2014, acompanharam os trabalhos, os “príncipes imperiais”, d. Cristina de Orleans e Bragança e d. Manuel de Orleans e Bragança (Ihgb, 2014, p. 401).

O IHGB permaneceu reverenciando a memória do imperador e de seus descendentes. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, que havia sido sócio da instituição de 1942 a 2007 – ano de seu falecimento –, teve uma sessão voltada à celebração do centenário de seu nascimento. O encontro reuniu sócios que o homenagearam e também seus dois filhos, “os príncipes” d. Francisco e d. Manuel, que compuseram a mesa juntamente com os consócios que fizeram os discursos. O primeiro sócio que se manifestou, Fernando Tasso Fragoso, registrou lembranças dele como “um príncipe muito bem trajado trotando seu belo corcel pelas ruas da Cidade Imperial tirando o chapéu para retribuir o cumprimento dos passantes que o reverenciavam” (Ihgb, 2013, p. 571).

Pedro Gastão de Orleans e Bragança, viveu a infância no exílio na Europa. Visitou o Brasil pela primeira vez em 1925 e retornou definitivamente para viver em Petrópolis em 1935. Foi lembrado pelo sócio Jaime Antunes como o “Príncipe de Petrópolis”. Seu filho, d. Manuel, na sessão, agradeceu em nome da família a homenagem prestada ao seu pai e destacou as lições que aprendeu com ele, como “a consciência de que a posição real deveria ser encarada como um dever e não motivo de vaidade ou de prepotência” (Ihgb, 2013, p. 572)

Apesar de o país não ser mais regido pela monarquia há mais de um século, o IHGB continuou fazendo referência aos descendentes do antigo monarca como príncipes e utilizando o título de “Dom”, acatando a linha sucessória que não existe mais. A família do antigo imperador permaneceu se comportando até o século atual como se ainda estivessem no poder e o Instituto Histórico seguiu essa mesma linha. Esses fatos demonstram nitidamente a predileção do IHGB e o não rompimento com esse período do Brasil, o que é, até certa parte, compreensível, já que d. Pedro II ficou sendo considerado patrono da instituição por ter sido, em boa porção, quem tornou a existência do Instituto possível no século XIX. De toda forma, mantiveram forte relação com os descendentes do antigo imperador, o que reverberou na instituição.

Dessa maneira, entende-se que embora o Instituto Histórico dialogue com pesquisadores renomados em suas áreas, privilegiou-se, substancialmente, as mesmas áreas e abordagens: o século XIX e personalidades do período imperial. Além disso, assuntos sobre diplomacia, história militar, genealogia, igreja católica e lugares de memória como bustos, prédios arquitetônicos, sobretudo ligado ao século XIX. Isso não pode ser ignorado. Há, portanto,

recortes específicos. O olhar do IHGB sobre a História do Brasil, grosso modo, permaneceu ligado a esses temas, com uma predileção por todos os aspectos relacionados ao processo de formação do Estado Nacional brasileiro. Cabendo, assim, uma discussão: o que convém ao IHGB estudar na História do Brasil? O Estado Nacional recente se tornou em algum momento importante para o Instituto Histórico?

Há que salientar, que o tempo presente e pesquisas referentes ao século XX passaram a ocupar mais espaço nos encontros da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do IHGB, mas a partir de uma convivência com aqueles assuntos que são de interesse ao Instituto. Foram observadas apresentações de Marly da Silva Motta, doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do CPDOC e professora dos cursos de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas com comunicação sobre “A Ordem dos Advogados do Brasil: entre a corporação e a instituição”; de Ana Maria Pessoa dos Santos, doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa onde dirigia, desde 2003, o Centro de Memória e Informação, com a comunicação “Carmen Santos: sob a luz das estrelas”, abordando a presença feminina no cinema brasileiro nas primeiras décadas do século XX; de José Mendonça Telles, com uma breve apresentação do seu livro “A coluna Prestes em Goiás (1925-1927)” (Ihgb, 2010); de Ana Arruda Callado, jornalista, professora doutora em Comunicação e Cultura na UFRJ, UFF e PUC-RJ) com o tema “Porque Darcy Vargas e o prazer que me deu a tentativa de desvendá-la”, sobre a Era Vargas através da vida de mulheres que se destacaram em várias áreas nesse tempo (Ihgb, 2011), dentre outros.

De forma evidente, houve o convívio com temas relacionadas ao tempo colonial e imperial brasileiro, com a combinação de “historiadores autodidatas” e de especialistas na área. O que é uma forma de adaptação à nova realidade acadêmica brasileira aos seus interesses temáticos. É o caso da participação em 2010 de Alexandre Mansur Barata, doutor em História pela UNICAMP, docente do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, que expôs a comunicação “Sociabilidade maçônica e independência do Brasil (1829-1822)”, analisando a inserção da sociabilidade maçônica na América Portuguesa, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XVIII para o século XIX (Ihgb, 2010, p. 385). Presença também de Dom Carlos de Saxe-Coburgo e Bragança (trineto do imperador) que apresentou o livro de sua autoria “Dom Pedro II em Viena 1871 e 1877”, sobre acontecimentos ocorridos nas duas viagens realizadas por Dom Pedro II a Viena, cidade natal de sua mãe e onde sua filha, também Leopoldina, havia passado os últimos anos de sua curta vida (Ihgb, 2010, p. 388). Suely Robles de Queiroz (mestra, doutora e livre-docente em História

do Brasil; professora dos Cursos de Pós-graduação do Departamento de História da USP; autora de diversos livros sobre abolição, escravidão, que falou sobre o tema “O processo político no Brasil-Império: tendências, singularidades e controvérsias historiográfica”, comentando sobre a abordagem de singularidades ainda pouco exploradas, como a presença de mulheres na vida pública, cuja atuação as qualificou como agentes históricos bem mais relevantes do que sempre se supôs (Ihgb, 2010, p. 394). Lucia Maria Cruz Garcia, doutora em história política pela UERJ e professora do Colégio Pedro II, apresentando a comunicação “Dos Prelos da Imprensa Régia, a Cultura Científica do Período Joanino (1808-1821)”, buscando examinar a formação da cultura científica no Brasil a partir da atividade editorial da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, entre 1808 e 1821 (Ihgb, 2011, p. 472).

Da mesma forma, há a conciliação com sessões comemorativas referentes ao aniversário de nascimento de personalidades consideradas célebres para a instituição, como sesquicentenário de nascimento do intelectual João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, que foi professor de História do Colégio Pedro II (Ihgb, 2010, p. 388). Aproveitam pretextos cronológicos e comemorativos para desenvolver temas e produzir conhecimento, em seu modo tradicional cultivando a memória institucional e de seus membros. Esses continuaram sendo princípios da instituição na década. Aspectos estes preservados por seus sócios.

O quadro social também permaneceu sendo misturado com pesquisadores especialistas na área de história com padres, médicos, militares e diplomatas. Este grupo, de diplomatas, em especial, continuou logrando significativo espaço no Instituto Histórico, seguindo também a tradição, conforme apontou o presidente Arno Wehling. Ele sublinhou a tradição dos “diplomatas-historiadores” na *Casa* ao lado de profissionais acadêmicos (Ihgb, 2013, p.550). Essa sólida presença de diplomatas na instituição é justificada pela tradição do século XIX de uma profissão que possui desde então, segundo eles, grande relação com a história. Como o sócio Vasco Mariz apontou, diplomatas de carreira militaram no estudo e divulgação de fatos históricos relacionados com o Brasil. Além disso, considera que a profissão exige conhecimento de história para o bom exercício de suas atividades. Com isso, como afirmou, diplomatas brasileiros se aprofundam nos estudos históricos e por isso mesmo, muitos são acolhidos pelo IHGB (Ibidem, p. 445).

O IHGB, com outra proporção, manteve marcas do militarismo em seu interior. É inegável que a presença de militares na instituição seguiu o ritmo de declínio evidenciado na década anterior. Enquanto nos anos de 1980 o Instituto esteve completamente envolvido com a presença de militares e assuntos do mesmo teor, em períodos mais recentes o que se vê é a presença majoritária de mestres, doutores, professores universitários com assuntos mais

voltados àqueles de interesse para o IHGB, com uma pulverização de “historiadores por vocação” ou “historiadores autodidatas” pertencentes a outros grupos como os já salientados.

Dentro desse panorama, militares continuaram existindo dentro da instituição, porém, de forma muito mais reduzida, espalhada, fragmentada e menos evidente. Os principais representantes desse grupo na década de 2010 continuaram sendo Jonas de Moraes Correia Neto. Além dele, Hélio Leôncio Martins. Mas, suas comunicações na CEPHAS, quando comparadas com os anos anteriores, foram numerosamente diminuídas. Em 2010 Jonas Neto não fez nenhuma comunicação e Hélio Martins, três; em 2011, ambos fizeram apenas uma; em 2012, Jonas, duas e Hélio, uma; no ano de 2013, Jonas, duas e Hélio uma; em 2014, nenhum dos dois fizeram discursos e em 2015, Jonas fez uma e Hélio, três.

O sócio militar Jonas Correia Neto, em suas poucas manifestações em sessões ao longo desse período, discursou sobre o dia do soldado brasileiro e seu patrono - figura do militar Duque de Caxias (Ihgb, 2011, p. 504); apresentou um convidado ao IHGB, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Sérgio Paulo Muniz Costa (Ihgb, 2012, p. 434); dissertou sobre a última turma da Escola Militar do Realengo e fez doação à Biblioteca do IHGB da Revista do Exército Brasileiro de 2011 (Ihgb, 2012, p. 447); registrou, como era de seu costume, datas magnas das Forças Armadas, como o “Dia do Soldado Maior: Duque de Caxias”, ressaltando a importância do serviço militar na defesa da prática (Ihgb, 2013, p. 600) e fez referências ao sócio militar Hélio Leôncio Martins por seus 100 anos, ressaltando o “brilhantismo” no desempenho de suas atividades de pesquisa, sua importância nos trabalhos de comando no mar e comentou sobre a importância de sua obra maior enquanto “historiador”, “A Revolta da Armada”.

Neste dia em que houve uma sessão comemorativa pelo centenário do sócio Hélio Leôncio Martins, finalizou sua intervenção com uma “respeitosa” continência militar para Hélio, que estava presente (Ihgb, 2015, p. 223). Militares da marinha também marcaram presença, como Washington de Almeida, Prado Maia, Max Justos Guedes, entre outros (Ibidem). Marcas do militarismo, como essa de continência militar, tinham ainda espaço no Instituto Histórico. Sobre isso, inclusive, algumas sessões magnas, de aniversário do IHGB, eram abertas pela Banda do 1º Batalhão de Guardas, Batalhão do Imperador com a execução do Hino Nacional Brasileiro (Ihgb, 2012, p. 410).

Sobressai, diante das manifestações de Jonas Correia Neto nas sessões da CEPHAS, a que foi explanada em 2013. O presidente Arno Wehling, após outras apresentações, passou a palavra ao sócio Jonas de Moraes Correia Neto para falar sobre o tema: “Uma visão de 31 de março”. Em sua comunicação, Jonas Neto discursou sobre a data de 31 de março, fazendo

referência ao golpe de 1964 como um “acontecimento militar revolucionário”. Ele esclareceu que, desde a data, costuma deixar registrado nas instituições as quais pertence para “relembrar a importância histórica do acontecimento” (Ihgb, 2013, p. 577). Alguns sócios e visitantes que estavam presentes na sessão levantaram questões “ora discordantes ora concordantes”, que não foram detalhadas em ata. As historiadoras Vera Lucia Cabana, Isabel Lustosa e Maria de Lourdes Viana Lyra manifestaram-se, assim como o militar Hélio Leôncio com interpretações sobre o evento político de 1964 (Ibidem).

Não é possível saber os detalhes da apresentação e da discussão posterior, pois, inclusive, a ata foi aprovada posteriormente apenas mediante correções. Sabe-se, porém, que um sócio militar não deixou de registrar, às vésperas do cinquentenário do golpe de 1964, referências positivas sobre este evento que depôs um governo legalmente eleito e que instituiu governos ditatoriais no Brasil. Os registros indicam também que o discurso não foi recebido com plena concordância entre os membros presentes, havendo discussão e contestação.

No ano seguinte, em 2014, no cinquentenário do golpe de 1964, Jonas não teve participação na CEPHAS e não registrou a data, conforme o seu hábito. No fim do ano de 2015 faleceu, tendo Arno Wehling proposto 1 minuto de silêncio em sessão do dia 11 de novembro de 2015 em sua memória e convidado a todos para sua missa de 7º dia na Capela do Colégio Militar do Rio de Janeiro (Ihgb, 2015, p. 270).

Sérgio Paulo Muniz Costa, a pedido do presidente do IHGB, fez na instituição uma homenagem ao falecimento do sócio Jonas de Moraes Correia Neto. Nessas circunstâncias, ele o recordou como um militar prestigiado, honrado e dedicado ao Brasil através de sua profissão e de suas obras. Para ele, o “General Jonas”, foi “ouvinte atento e exímio orador”, “presença substantiva em todas as sessões, conferências, seminários e colóquios que pôde comparecer”. Realçou o sócio militar como um possuidor de “forte personalidade, acendrado patriotismo e convicção democrática”. Completou dizendo que ele fez “anualmente a lembrança do movimento cívico-democrático de 31 de março de 1964, do qual participou e fez no IHGB a mais lúdica, esclarecida e constante defesa”. Logo, para Sérgio Muniz Costa que prestou a homenagem 1964 não significou para o país um golpe de estado que instaurou uma ditadura civil-militar, mas sim uma “revolução democrática”.

Foi essa perspectiva sobre o golpe e sobre a ditadura que Jonas de Moraes Correia Neto procurou insistentemente defender e propagar ao longo de muitos anos dentro do IHGB, a qual não foi em nenhum momento impedida. Nosso escopo de trabalho foi até o ano de 2016. Não temos conhecimento após esse período de como ficou a participação de militares na instituição após o seu falecimento.

Hélio Leôncio Martins, por sua vez, era almirante ex-combatente da 2ª Guerra Mundial e considerado um historiador naval. Já com seus mais de 90 anos, participava algumas vezes das sessões no IHGB. Falou sobre a Província Cisplatina; Revolta da Chibata e João Cândido (Ihgb, 2010, p. 331-405); Institucionalização do Serviço Hidrográfico e Oceanográfico Brasileiro (Ihgb, 2011, p. 482); militar Max Justo Guedes (Ihgb, 2012, p. 428) e História da Hidrografia no Brasil (Ihgb, 2015, p. 232). Na sessão seguinte a que Jonas Correia fez a intervenção sobre o 31 de março, Hélio Leôncio quis falar sobre o tema “A implantação do Estado Novo e a Revolta Integralista”, a partir de seus depoimentos sobre os fatos históricos por ele presenciados como tenente da Marinha. A exposição foi feita com base em suas memórias, “mas com o devido cuidado em utilizar fontes documentais correlatas, como entrevistas e notícias de jornais” para demonstrar a farsa que foi a montagem do Plano Cohen para justificar a instalação do Estado Novo (Ihgb, 2013, p. 579).

Diante de todos esses apontamentos, o que se torna perceptível também a partir das análises sobre o IHGB na década de 2010 foi que a revista da instituição seguiu o rigor científico, iniciado no período anterior. Os artigos e ensaios publicados foram selecionados pelos editores, que priorizaram trabalhos de pesquisadores referentes ao período colonial ou imperial, principalmente sob o aspecto político. Ainda no século XXI o IHGB permaneceu com essa tendência. Praticamente todos os artigos e ensaios publicados na revista ao longo desses anos foram de autoria de doutores(as) ou doutorandos(as)⁵⁶. As comunicações realizadas nos encontros da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, por sua vez, apesar de seguirem esse ritmo, denotaram mais liberdade e extrapolaram essas abordagens. Enquanto a Revista se tornou mais restrita e exigente, as comunicações dispunham de falas com temas mais livres. É como se a Revista caminhasse em um ritmo, e as sessões, em outro.

Uma explicação para isso pode ser o fato de a comissão editorial da Revista ter sido composta entre os anos de 2010 a 2016 por pesquisadores de excelência: Lucia Maria Paschoal Guimarães, professora no Departamento de História da UERJ como diretora da *RIHGB*; Eduardo Silva, pesquisador no setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa; Esther Caldas Bertolotti, atuante como assessora especial do Ministério da Cultura; Maria de Lourdes Viana Lyra, professora aposentada da UFRJ e Mary Lucy Murray Del Priore, professora da Universo.

Eles tiveram o objetivo de manter a classificação realizada pela CAPES, elevando assim a qualidade do corpo editorial e dos artigos selecionados. Para isso, também passaram a

⁵⁶ Foram publicados, por exemplo, artigos de Marcello Basile e Rebeca Gontijo (IHGB, 2013).

valorizar a diversidade de origens dos artigos com autores pertencentes a diversas instituições. Tudo isso fez com que, naturalmente, o periódico passasse a ter maior difusão e popularidade no círculo acadêmico, não ficando mais restrito ao seu quadro social e instituições congêneres.

A CEPHAS, por seu lado, que estava servindo como uma porta de entrada para futuros ingressantes à instituição, manteve como característica a pluralidade de assuntos, embora tenham priorizado também a participação de mestres e doutores, mas contando com a participação de sócios (com seus perfis diversos) e convidados participantes que tornavam a composição e os assuntos das sessões mais heterogêneos.

O Instituto Histórico sustentou sua parceria com entidades tradicionais do mesmo modo em que traçou, paulatinamente, convivências com instituições universitárias, relações estas que em décadas atrás eram mais contidas. Além de incorporar cada vez mais sócios oriundos desses meios e encaixá-los em ocupações do quadro administrativo, o IHGB construiu eventos em conjunto com a UFF e UFRJ. Na mesma linha, buscou tratativas com a Empresa Júnior, de iniciativa de alunos da PUC-RJ, para gestão do arquivo do Instituto e otimização do site; desenvolveu o Projeto Coluso e trato da documentação do Instituto com estagiários da UERJ (Ihgb, 2013, p. 533).

Em maio de 2013 o IHGB definiu a criação de Núcleos de Pesquisa. Foi disponibilizado para isso um espaço com aproximadamente 50m² para funcionamento dos núcleos, podendo “a exemplo do que ocorre em Universidades e outros organismos, serem formados de um ou mais sócios” (Ihgb, 2013, p. 541). Com isso, foi lançada uma portaria no mesmo ano, instituindo que os sócios que tivessem interesse poderiam solicitar à Diretoria autorização para constituição de um núcleo de pesquisa para desenvolvimento de seus projetos (Ibidem, p. 629). Tudo isso visando estimular o desenvolvimento de pesquisas na instituição, assim como fazem as Universidades, o que demonstra que o IHGB estava buscando se inspirar nelas. Não houve divulgação dos núcleos de pesquisas implantados a partir deste ano, a não ser o “Núcleo de Pesquisa sobre História das Relações Internacionais do Brasil” (Ihgb, 2014, p. 381).

5.5 NA CONTRAMÃO DO CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 1964 E DOS TRABALHOS NA CNV

As comemorações são outro aspecto relevante do Instituto. Desde o século XIX tem sido um ponto forte de suas realizações, e algumas vezes o IHGB e instituições congêneres no Brasil e no exterior, chegaram a ser criticadas como se fossem apenas ‘entidades comemorativas de efemérides’. Exageros ufanistas, hipérboles sem sentido, adjetivos inapropriados até certo ponto justificam a crítica. Mas é preciso não jogar fora da banheira a criança com a água usada... As comemorações mobilizam a sociedade para fora dos quadros

acadêmicos, destacam questões do presente para as quais se interroga o passado, dão oportunidade para a análise e a reflexão e promovem a ampliação do conhecimento (Wehling, 2014, p. 190).

Arno Wehling, enquanto presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tinha a consciência de que a instituição, historicamente, fazia das comemorações destaque em suas palestras. Tinha conhecimento também de que o IHGB foi alvo de críticas pelas excessivas efemérides e nisso concorda que ocorriam exageros e qualificações desajustadas. Sua perspectiva diante disso foi a de que, apesar dos excessos que eram cometidos, essa prática possui seu valor e não deveria ser abandonada, pois estimula discussões na sociedade, acentua temas contemporâneos, possibilita reflexão e expande o conhecimento. Não houve em sua fala contrassenso explícito. Mas, convém situar que tudo isso foi dito por ele em 2014. Exatamente o ano do cinquentenário do golpe de 1964 e ano em que foi entregue o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, momento em que as discussões sobre o golpe e a ditadura ganharam maior dimensão em todos os segmentos da sociedade.

O contrassenso de sua fala pode estar situado no fato de existir nesse ano a efeméride do golpe de 1964 e o IHGB preferir ignorar a possibilidade de discutir coletivamente de forma aprofundada sobre o assunto que até então foi tratado em sessões por um militar a partir de sua visão, de seu envolvimento, distante de isenção e de pensamento crítico.

Em 2014 foram lembrados, a partir de efemérides, diversas datas consideradas importantes, como centenário de Francisco de Assis Barbosa e de Evaristo de Moraes Filho. Em outros anos da década, centenário de falecimento de Joaquim Nabuco, que rendeu uma jornada de estudos com diversos especialistas; saudações de aniversários, como o de Cybelle de Ipanema e Luiz de Castro Souza; comunicações sobre a experiência parlamentarista republicana, a propósito do cinquentenário da promulgação da Emenda Constitucional de 1961 (Ihgb, 2011, p. 17-21). Houve ainda sessão comemorativa ao centenário de nascimento de Nelson Werneck Sodré e San Tiago Dantas (Ibidem, p. 53-116). Além disso, dossiê na revista sobre História do Direito; Seminário Brasil e Itália, em comemoração aos 150 da unificação da Itália, com diversas palestras sobre o assunto (Ihgb, 2012, p. 127-396); realização do Congresso Internacional Brasil como Reino Unido: 200 anos depois, em parceria com a UERJ e Fundação Casa de Rui Barbosa (Ihgb, 2016)

Em 2014, foi organizada a “6ª edição do Encontro de Institutos Históricos Estaduais” sob patrocínio do IHGB com a temática relacionada a preservação e patrimônio. Priorizaram também neste ano a realização do evento “Encontro Brasil-Alemanha”, com amplas discussões, abarcando o passado, o presente e o futuro da relação entre os dois países (Ihgb, 2014).

É preciso balancear que assuntos do tempo presente até foram acionados de forma individual, por pesquisadores que enviaram proposta de artigo para a *RIHGB* e foram selecionados. Foi publicado o artigo “Cinquentenário da fundação de Brasília. A questão da revisão histórica: o caso Juscelino Kubitschek”, de Cláudio Bojunga (Ihgb, 2010, p. 93) e “Tancredo Neves e a tradição política mineira”, de José Murilo de Carvalho (Ibidem, p. 199).

Sobre a ditadura, foi publicado na *RIHGB* o artigo de Marly Motta, “Destruir os resíduos da ditadura: a OAB e a transição política brasileira (1979-84)”, em que examina o processo de abertura política no Brasil entre 1979 e 1984, a partir da atuação de instituições da sociedade civil, detendo-se no papel desempenhado pela Ordem dos Advogados do Brasil (Ibidem, p. 129). Esta foi a primeira vez que um artigo voltado para o período ditatorial brasileiro foi publicado na revista do IHGB.

Também em 2014 o IHGB concluiu a catalogação do acervo Emílio Garrastazu Médici que havia sido doado à instituição em 2004 e o disponibilizou para consulta pública. Não houve, grandes comentários sobre isso na instituição, assim como não fizeram muita divulgação, inclusive nas páginas de sua própria revista. A notícia ficou no meio de tantas outras no relatório de atividades do ano de 2014. No balanço de serviços prestados, há o registro de visita da *TV Brasil* ao IHGB em julho do mesmo ano para reportagem sobre o Arquivo Emílio Garrastazu Médici (Ihgb, 2014).

Não se sabe, entretanto, quais foram as motivações que fizeram com que o Instituto Histórico em 2014, após 10 anos, finalizasse a catalogação e permitisse o acesso a esse acervo. Não é possível afirmar com certeza se a efeméride dos 50 anos do golpe ou se as atividades da CNV serviram de mola propulsora para essa decisão. Mas, podem ser sugeridas como hipóteses.

Da mesma forma que não houve grandes movimentos no IHGB sobre o cinquentenário do golpe, sobre a abertura do acervo de Médici, não houve também sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Não foi feito em sessão, formalizado, nenhum comentário. Foi inserido apenas em relatório de atendimentos a reprodução de documentos para as pesquisas dos membros da CNV (Ihgb, 2014, p. 412). O Relatório da Comissão Nacional da Verdade, no que lhe concerne, apontou o apoio que obteve de arquivos e instituições, e ressaltou a contribuição do IHGB ao permitir acesso da CNV ao Acervo Médici e de seus documentos que foram “prontamente digitalizados pelo IHGB” (Brasil, 2014, p. 59).

O que foi constatado, nesse sentido, é que não houve um empenho do Instituto Histórico em implementar uma discussão ampla, envolvendo pesquisadores da área, para refletir sobre o passado ditatorial brasileiro. A instituição caminhou na contramão dos ventos da época e do que se esperava dos editores da revista e da direção em inserir o Instituto Histórico nos debates

que estavam em voga na sociedade brasileira. Claro que o IHGB não era obrigado a tratar disso. Seu olhar estava mais voltado ao século XIX. Nesse ponto, é até compreensível a ditadura não estar no cerne das reflexões, já que esse tipo de abordagem não estava dentre as suas prioridades. Mas, vez ou outra o assunto aparecia a partir de manifestações individuais de sócios, com parcialidade. Diante disso, o IHGB não quis tomar iniciativa de explorar o assunto com o rigor e complexidade necessária. Convém assim, ponderar: até que ponto a presença na instituição de militares do Alto Comando das Forças Armadas, que propagavam uma imagem positiva do golpe e da ditadura, serviu como obstáculo para o empreendimento de discussões sobre o período autoritário brasileiro? Até que ponto esse afastamento de reflexões sobre o assunto foi falta de interesse em se embrenhar nessa discussão densa e sensível ao nosso país ou de evitar maiores desconfortos entre os sócios?

5.6 POR QUE NÃO UMA RETRATAÇÃO?

Em 2013, antes da finalização dos trabalhos da Comissão da Nacional da Verdade, o jornal *O Globo* publicou um editorial anunciando que o apoio que deu ao golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura no país, foi um erro. O jornal fez essa retratação no momento em que as manifestações populares que estavam ocorrendo no Brasil reacenderam a discussão sobre a adesão do jornal à ditadura civil-militar. Reconheceu que, à época, concordou com a intervenção dos militares, assim como outros grandes jornais, e que houve apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em diversas capitais. *O Globo* justificou sua postura adesista alegando que o golpe era visto como a única alternativa para manter o Brasil numa democracia e para conter a radicalização ideológica, greves e desordem social (Franzoni; Reginato, 2014).

Admitiu, porém, que apoiar o golpe foi um equívoco. Desse modo, sustentou a retratação afirmando que a história ensina com os erros cometidos. O reconhecimento pelo erro fez parte de uma necessidade de reconstruir a imagem do jornal em relação ao período da ditadura e de lidar com as críticas que estava recebendo sobre seu apoio histórico ao regime. Além disso, foram significativos também para essa iniciativa, a pressão social e o contexto de busca por verdade e justiça em relação aos crimes cometidos durante esse período (Ibidem).

Com relação aos lugares de memória ligados à ditadura, após as recomendações publicadas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, algumas medidas foram

tomadas, como a substituição de nomes de logradouros públicos. Um caso conhecido ocorrido em 2014 foi a alteração em Salvador do nome do antigo Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici, para Carlos Marighella, nome de um dos principais contestadores do regime (Gomes, 2017). Nessa mesma linha, em São Paulo, Fernando Haddad implementou o projeto “Ruas de Memórias” que visou substituir os nomes de ruas, praças e avenidas que homenageavam violadores de direitos humanos durante o período da ditadura por nomes de personalidades e ativistas ligados à defesa dos direitos humanos (Perlatto, 2023, p. 26).

Em 2015, após o relatório da Comissão de Memória e Verdade (CMV) da UFRJ, a Universidade revogou o título de Doutor Honoris Causa que havia sido concedido a Emílio Garrastazu Médici no período da ditadura, quando foi presidente do Brasil. A anulação do título foi feita para realizar uma “reparação moral aos estudantes e professores da UFRJ torturados, mortos e desaparecidos e como resgate da dignidade acadêmica do Conselho Universitário”. Conforme deixam claro, não é aceitável que, ao invés dos nomes dos vinte e quatro estudantes e dois professores da UFRJ que foram assassinados ou ficaram desaparecidos quando o general governou o país, ficasse inscrito na lista de homenageados o nome de um dos principais responsáveis pela violência e morte que os vitimou⁵⁷.

Esse tipo de ação, assim como a própria instauração da Comissão de Memória e Verdade da UFRJ, foi feito por influência da Comissão Nacional da Verdade, que propiciou questionamentos mais alargados sobre lugares de memórias e sobre as memórias vigentes no Brasil a respeito desse período. Nem todas as instituições, porém, fizeram como a UFRJ. A UERJ, por exemplo, adiou em 2022 o cancelamento da homenagem feita ao general Emílio Garrastazu Médici. A proposta havia sido apresentada em 2021, mas temendo polarização, foi postergada⁵⁸. Outras, não pretendem alterar as homenagens feitas aos ditadores do regime, como a UFRN que concedeu no passado título a Castelo Branco e Médici⁵⁹.

Da mesma forma, existem ainda muitos logradouros públicos que homenageiam personagens ligados ao regime civil-militar. Muitos lugares no Brasil não fizeram a substituição de nomes que homenageiam personagens ligados ao regime civil-militar por várias razões. São debates que estão em contínuo movimento em nossa sociedade e que possuem repercussão até os dias atuais, próximos aos 60 anos do golpe de 1964.

⁵⁷ Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2015/12/ufrj-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-concedido-ao-general-medici/>. Acesso em: 29 de nov. 2023.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/temendo-polarizacao-uerj-adia-cancelamento-de-homenagem-a-general-da-ditadura/>. Acesso em: 29 de nov. 2023.

⁵⁹ Disponível em: <http://antigo.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/554-ufrn-nao-vai-revogar-homenagens-a-ditadores-do-regime-militar>. Acesso em 29 de nov. 2023.

Em primeiro lugar, ressalta-se a resistência por parte de setores conservadores que têm impedido avanços efetivos na revisão jurídica da Lei da Anistia e uma discussão mais ampla sobre os legados da ditadura de 1964, dificultando a implementação de políticas públicas nesse sentido. Somando a isso, a disseminação de ideias equivocadas sobre o assunto (Perlatto, 2023).

Em segundo lugar, é preciso entender que ao longo de muitos anos, os governos democráticos no Brasil não estabeleceram políticas públicas abrangentes e sistemáticas para refletir de forma contínua o período da ditadura. Embora tenham surgido algumas iniciativas importantes, não foi o suficiente para engajar a sociedade de forma a debater publicamente o passado autoritário. Diante disso, a falta de reflexões em torno das memórias do período ditatorial tornou difícil o surgimento de iniciativas que questionem e modifiquem a homenagem a figuras ligadas ao regime autoritário. Isso requer um engajamento mais amplo da sociedade civil e do debate público sobre esse tema, incluindo a realização de cerimônias públicas, seminários e eventos que rememorem criticamente a ditadura (Ibidem).

Portanto, a manutenção dos nomes em alguns lugares no Brasil está relacionada à resistência conservadora, à ausência de políticas públicas abrangentes e à falta de transformações estruturais na reflexão e debate sobre o período ditatorial. De toda forma, a iniciativa já iniciada de substituição de nomes trata-se de uma medida que contribui para a justiça de transição no Brasil, buscando lidar com o passado autoritário de forma adequada. É uma mudança simbólica que representa repúdio e rejeição aos regimes ditatoriais, mostrando que a sociedade não deve mais aceitar os abusos e violações dos direitos humanos cometidos durante esse período. É ainda uma forma de lembrar e reconhecer as vítimas desses regimes, dando-lhes o devido reconhecimento e honrando sua memória (Perlatto, 2023).

De maneira ampla, contribui para a problematização e para a reflexão crítica sobre esse período ditatorial e mais do que isso, trata-se de uma ação que contribui para a construção de uma cultura política democrática, ao rejeitar o autoritarismo e valorizar os princípios democráticos e os direitos humanos. Ao substituir os nomes dos ditadores por nomes de personalidades ligadas à defesa dos direitos humanos, é possível fortalecer esses valores na sociedade e criar uma consciência coletiva sobre a importância de uma democracia sólida. A discussão é fundamental para combater a disseminação de ideias equivocadas e falsas sobre a ditadura, como a negação dos abusos cometidos ou a romantização desse período. A troca de nomes, assim, é uma maneira de fomentar a conscientização pública e ampliar o conhecimento sobre os acontecimentos históricos vividos no Brasil. Portanto, trocar nomes de ruas com nomes de ditadores é uma forma importante de promover a justiça de transição, honrar a memória das

vítimas, fortalecer a cultura democrática e estimular o debate crítico sobre o passado autoritário do Brasil (Ibidem).

Com relação a isso, convém contextualizar as posturas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cumpre lembrar que no período da ditadura civil-militar o IHGB possuiu identificação com o regime e estreita relação com os generais presidentes. Enquanto João Goulart, quando governou o Brasil, não foi convidado para ser Presidente de Honra do Instituto, os cinco generais-presidentes da ditadura civil-militar foram agraciados com este título. Ademais, a revista do IHGB, à época, dedicou páginas de saudação a esses presidentes e publicou também os discursos de agradecimento dos mesmos (Santos, 2018).

O IHGB, ao longo da ditadura, foi um local prestigiado pelo alto comando das forças militares. Como mostra Ivan Trevisan (2017), durante os governos militares, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebeu financiamento do Estado de várias formas. O Ministério da Educação e o Conselho Federal de Cultura repassaram constantemente verbas ao IHGB, auxiliando na sua manutenção e realização de atividades culturais. Além disso, o IHGB obteve isenção fiscal e recebeu financiamento para a construção de uma nova sede. Essa relação financeira entre o IHGB e os governos autoritários tinha objetivos estratégicos, como a legitimação dos chefes de Estado e a formulação de políticas educacionais e culturais alinhadas aos valores do regime (Trevisan, 2017).

Especialmente com Emílio Garrastazu Médici a interação foi ainda mais entrelaçada. Durante o seu governo, o valor repassado ao Instituto duplicou. Médici foi ainda reconhecido pelos membros como o responsável pela construção da nova sede do IHGB. Em vista disso, até períodos recentes sua memória estava sendo evocada com grande apreço por alguns sócios e pelo presidente da Instituição

Na década de 2010 isso foi cessado. A exceção encontrada foi a rememoração ao dia 31 de março pelo sócio militar em 2013. Sobre as memórias de governantes da ditadura, não foi localizada nenhuma referência positiva oficial a Médici e a nenhum outro ex-presidente ditador. Contudo, o IHGB ao mesmo tempo em que não rememorou, também não se retratou, não fez nota e não revogou o título de Presidente de Honra de nenhum dos ex-presidentes ditadores. Eles não possuem mais o título por já terem falecido e não por uma anulação por parte do IHGB.

Sobre o título de Presidente de Honra, cabe ainda algumas considerações que podem ser usadas como reflexões na busca de compreender as inclinações do IHGB. Este é um título tradicionalmente concedido pelo Instituto Histórico aos presidentes da República quando eles entram em exercício, como uma forma de reconhecimento e de aproximação. Antes do convite,

a proposta é votada em sessão entre os sócios efetivos. Depois, o presidente recebe a honraria em sessão solene.

Acompanhando a entrega desse título desde 1961, é percebido que para João Goulart não foi feito o convite. Seu nome não foi cogitado em nenhuma assembleia entre os anos em que desempenhou o cargo de presidente da República. Entende-se que para o Instituto, Goulart não foi um presidente legítimo e não merecia fazer parte da instituição. Depois dele, todos os generais-presidentes da ditadura foram recebidos no Instituto e lhes foram entregues o título de Presidente de Honra com notáveis cerimônias (Santos, 2018). No período da redemocratização, como foi explorado no capítulo 2, José Sarney foi convidado, embora tenha tomado posse de forma demorada, por sua escolha, quase dois anos depois. Fernando Collor de Mello tornou-se Presidente de Honra do IHGB em 1991. Sua recepção ao que parece foi feita sem muita cerimônia, já que sequer foi divulgado na revista, como era comum. Fernando Henrique Cardoso, convidado em 1996 pelo IHGB para receber o título de Presidente de Honra, protelou sua investidura na instituição, que só ocorreu 3 anos depois, sendo efetivada apenas em 1999 com uma cerimônia taxativamente formal. Luiz Inácio Lula da Silva, que foi presidente da República entre os anos de 2003 e 2011 não foi convidado, assim como Dilma Rousseff, que exerceu o cargo de 2011 a 2016, que também não foi chamada.

Curiosamente, o IHGB interrompeu a concessão do título de Presidente de Honra a presidentes da República exatamente no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo sido Fernando Henrique Cardoso o último a receber. Depois dele, contrariando a prática, concedeu o título a Arno Wehling, que havia sido presidente da Instituto. Ele, em 2019, foi o último admitido nessa categoria. Não temos informações que expliquem esse fato. Não foi publicado qualquer registro em ata que pudesse esclarecer os motivos. De toda maneira, é significativo pensar que a instituição cessou essa prática e não inseriu em seus quadros justamente os dois presidentes do Partido dos Trabalhadores.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro considerou mais coerente conceder o título de presidente de Honra ao presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva – que, ressalte-se, era um governante de centro-direita –, do que aos presidentes do seu próprio país, como Luiz Inácio e Dilma Rousseff (Ihgb, 2008, p.127). Indicam as escolhas e preferências da instituição. A Lula só foi aprovada uma moção de saudação quando tomou posse como presidente do Brasil, que ao que parece também não fez nenhuma visita à instituição, assim como Dilma (Ihgb, 2002).

As relações do IHGB com Lula e Dilma não foram próximas. O distanciamento foi evidente. Não foi ao acaso que Arno Wehling em seu discurso mencionou a importância de a instituição ter autonomia e não ser como um braço do Estado. Nesse meio tempo, distanciou-

se também da memória dos presidentes ditadores. Na década de 2010 não foram lembrados eventos relacionados a nenhum deles e principalmente, a Médici, cuja memória foi prometida ser eternizada.

Apesar de não ter feito retratações e de não ter empreendido oportunas discussões sobre o passado ditatorial brasileiro, a instituição se afastou na década de 2010 das homenagens aos ex-presidentes ditadores. Alguns elementos podem ser destacados como possíveis responsáveis pela interrupção dessas memórias honrosas, como: a influência das discussões contemporâneas sobre o assunto e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade; o falecimento de boa parte dos sócios representantes da Forças Armadas que faziam essas menções e a entrada de professores universitários, que contribuíram sobremaneira para a oxigenação da instituição e encaminhamento para a elaboração da história do ponto de vista científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo inserir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos debates mais recentes sobre a ditadura no país. A intenção foi compreender a visão desta instituição, que teve um papel importante na construção da memória nacional em séculos passados, sobre o período autoritário brasileiro.

A pretensão foi somar-se aos trabalhos que se dedicam ao IHGB e preencher um pequeno fragmento das lacunas existentes sobre a instituição, inserindo uma peça no grande conjunto de estudos sobre ela, que vai desde as obras clássicas às novas pesquisas. Buscou-se, assim, construir caminhos que pudessem elucidar o olhar que ela teve, a partir de seus destacados sócios, sobre a ditadura nos diferentes contextos recentes de transição democrática, abertura política, restauração da democracia até o novo golpe de Estado de 2016. Em segundo plano, a Tese foi construída também com o propósito de entender o próprio IHGB neste período do final do século XX até o início do século XXI, ressaltando pontos referentes à sua atuação em tempos mais recentes.

Por essa razão, a análise dos sujeitos envolvidos na administração do Instituto Histórico entre os anos de 1980 e 2016 tornou-se um elemento importante para a pesquisa, ao revelar o perfil coletivo desse grupo e demonstrar que, quando comparado aos períodos anteriores da instituição, existiram notáveis variações. Considerando os sujeitos em conjunto, o IHGB entre

os anos destacados contou em seu quadro administrativo com uma renovação, que foi conduzida de forma espaçada. Foi uma modificação que só foi possível ser percebida em uma análise de longo período, como a que foi realizada.

Notou-se que o IHGB, em seus cargos administrativos, contou com uma participação ainda modesta de mulheres, mas que quando comparada aos precedentes, o número se torna relevante. Foi nesse período que pela primeira vez uma mulher passou a ocupar um cargo na diretoria da instituição, embora até hoje nenhuma tenha alcançado a presidência – cargo máximo na instituição. As mulheres, apesar de não terem ocupado muitos cargos administrativos, preencheram alguns de grande relevância, como foi o caso da direção da revista do IHGB, que ocupada majoritariamente por professoras doutoras nos anos 2000, passou a adotar critérios mais rígidos para as publicações na revista. O ingresso dessas mulheres refletiu também em uma incorporação e discussão de temas de gênero.

Houve ainda ao longo do tempo uma aproximação expressiva com historiadores formados, sobretudo oriundos das faculdades de História do Rio de Janeiro, ao incorporá-los, pouco a pouco, em seu quadro, tendo, como marco, a presidência ocupada por historiadores. Ao mesmo tempo em que se adaptou ao cenário brasileiro de expansão das universidades ao inserir pessoas com formação superior em cursos diversos em seu ambiente social e administrativo. Por fim, reduziu a entrada de militares e a participação de indivíduos envolvidos diretamente com a política.

Evidenciou-se, através dos resultados obtidos que, ao longo dos anos de 1980 a 2016, o Instituto Histórico combinou membros de gerações variadas e possuidores de concepções históricas distintas - historiadores por vocação e historiadores por formação - em sua composição. Significa dizer que o corpo administrativo e social da instituição foi composto de uma base híbrida de antigos colaboradores, que mantinham a tradição e tinham o seu valor muito preservado, conjugada a novos membros, que traziam, até certo ponto, atualizações.

Observou-se, assim, que houve muitas continuidades na composição administrativa do Instituto, mas também oxigenação com o passar dos anos, ainda que de forma vagarosa, o que deve ser evidenciado. Foram mudanças que, a longo prazo, tiveram o potencial de alterar, embora preservando os costumes do instituto, não só o quadro social da direção, como também tiveram a capacidade de modificar pautas, encaminhamentos e produções desenvolvidas. De certa forma, essas “inovações” coincidiram com os novos momentos políticos do país e com o crescimento da pós-graduação no Brasil, que podem ter sido impulsionadores.

Como sabemos, a conjuntura política brasileira foi dinâmica e envolvida por muitos acontecimentos marcantes, principalmente as “Diretas Já”, as eleições indiretas, a promulgação

da Constituição de 1988 e todo o horizonte de reconstrução da democracia. Assim, sob essas conjunturas as interpretações e explicações sobre o golpe de 1964 e o regime ditatorial deram seus primeiros passos e ganharam corpo na sociedade brasileira, bem como foram encaminhados os desdobramentos da justiça de transição.

Nesse contexto, a produção historiográfica brasileira também foi impactada pela vivência do processo de redemocratização que ocorreu no mesmo tempo que a expansão dos cursos de pós-graduação no país. Esse cenário fez com que temas relacionados à questão social, como movimentos sociais e história social do trabalho, ganhassem maior relevância nos espaços acadêmicos. Frente a retomada da democracia, a historiografia se interessou por novos personagens. A historiografia brasileira na década percorreu novos caminhos. Sob este aspecto, foi nítido a discrepância das práticas dos pesquisadores em História, formados nas Universidades, dos que se abrigavam no IHGB por muito tempo.

O IHGB, via de regra, optou por manter a sua tradição, seguindo os preceitos fixados pelos criadores da instituição no século XIX, de se dedicar, sobretudo, à história política tradicional, com biografias, culto a personalidades principalmente do período colonial e imperial. Enquanto a academia pouco se ocupou com a história militar, o IHGB possibilitou a sua produção e divulgação até períodos mais recentes.

Tornou-se perceptível que o IHGB, ao seu modo, se apropriou e concedeu espaço para percepções dos sócios sobre o presente, o que demonstra uma contrariedade à pretensa da instituição em se eleger como neutra quanto a questões políticas. Ela buscou inclusive incorporar em seu quadro social pessoas que tinham visibilidade e poder naquele momento, como é o caso de José Sarney e Antônio Henrique Cunha Bueno. Assim, temos amostras que endossam as concepções de Michel de Certeau quando sustenta a impossibilidade de a atividade historiográfica ser neutra e imparcial, já que todo discurso é produzido na particularidade de um lugar (Certeau, 2007).

Dentro do contexto de redemocratização, a instituição valorizou memórias incômodas para o período. Referiu-se a Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott e ao Emílio Garrastazu Médici, militares que ocuparam lugares opostos no campo ideológico. Além deles, fez menções a Tancredo Neves e José Sarney, que fizeram parte do contexto de retomada da democracia. Assim, o Instituto Histórico deixou à mostra o seu diálogo com o presente e mesmo dentro de um processo de construção democrática não deixou de dar atenção e de realizar construções simbólicas em torno de figuras que foram protagonistas da ditadura.

A sociedade brasileira nos anos de 1980, com a sua memória hegemônica, buscou se dissociar dos eventos traumáticos derivados da ditadura e dos grupos militares que dominaram

o Estado nesse tempo, que se tornaram os vilões. Se opor ao regime, foi, para muitos, um alibi para eximirem-se das responsabilidades de um regime autoritário e violento que se constituiu e se sustentou a partir do apoio social. Simpatizantes e grupos fiéis se emudeceram. O IHGB, em boa medida, neste período caminhou na contramão da memória hegemônica. Entende-se que, diante das limitações no processo democrático como a anistia recíproca que impediu punições aos torturadores e assassinos à serviço da ditadura, o IHGB pôde permanecer com menções à ditadores e fornecer espaço a membros conservadores da sociedade.

Contradições e ambivalências se tornaram visíveis quando se evidenciou a memória do Marechal Teixeira Lott e logo depois, reverenciou a de Emílio Garrastazu Médici; quando se valorizou a ausência – e a presença - de Tancredo Neves para a contenção de retrocessos autoritários e para o estímulo ao avanço democrático ao mesmo tempo em que se pronunciou acerca das manifestações sobre sua morte e se queixou de os generais ditadores não terem recebido o mesmo tratamento; quando buscou se aproximar do presidente José Sarney, mas nada se falou sobre a democracia e quando em meio ao processo de formulação e promulgação da Constituição, privilegiou espaço para a campanha em prol do parlamentarismo; quando na década de 2010, deixou de fazer homenagens à Médici, mas também não se retratou pelo apoio ao golpe; quando concedeu título de Presidente Honorário ao presidente, de centro-direita, de Portugal e não quis oferecer esse mesmo título aos presidentes recentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Através do exame do IHGB na década de 2000 é possível perceber que, de alguma forma, a instituição foi tirada da “torre de marfim” e de seu relativo isolamento a partir de um esforço visto através de trabalhos da diretoria. Foi perceptível o propósito de interlocução com a Universidade, com professores, pesquisadores; saindo de sua redoma de vidro e buscando comunicações além de seus pares. Exemplo disso, foi a avaliação Qualis da revista do IHGB, a presença maciça de pesquisadores na CEPHAS, a visível inserção de pesquisadores e pesquisadoras (mulheres), o que trouxe também certas novidades com relação a história apresentada. É inegável também que concomitante a isso houve a preservação e manutenção de elementos arraigados, como é o caso da presença de grupos de militares na instituição, ainda que passassem a ter cada vez menos visibilidade.

É claro que as transformações no IHGB não foram gerais e nem de uma hora para a outra. Foram consequências de um processo de adaptação à contemporaneidade que foi realizado de forma gradativa na instituição. O Instituto, então, conjugou grupos com diferenças cada vez mais explícitas. Não foi ao acaso que o presidente Arno Wehling, em vários discursos, insistiu em destacar a pluralidade da associação e a necessidade dessa convivência, já que

discursos e sócios antagônicos sobreviveram ao mesmo tempo e no mesmo espaço da instituição. Houve uma mescla evidente, participando da sessão da CEPHAS figuras como Mary Del Priore, Maria de Lourdes Viana Lyra, Lilia Schwarcz, de um lado, e de outro militares como Jonas Correia Neto e Cláudio Moreira Bento.

Notamos a permanência e entrada constante de militares no âmbito da instituição, apesar de em certo momento, diminuírem a participação. Não é simples definir quais foram as aspirações que fizeram com que permanecessem elegendo sócios militares. Uma hipótese, diante das evidências apresentadas, é a de que eles (militares) propunham, de modo geral, nomes de seus pares nas eleições para novos sócios, e assim conseguiam manter o seu grupo. O mesmo movimento foi feito também com os acadêmicos que ingressaram na instituição. Mas, mais do que isso, existia espaço e intenção em mantê-los.

Diante disso, a existência e manutenção de sócios vindos do meio militar no IHGB tratou-se de uma barreira para tratar de temas que tivessem ligação e conflito direto com eles. Houve uma diminuição de assuntos militares, mas não houve análises críticas sobre a participação desse grupo na ditadura. Há também que se considerar as profundas redes de sociabilidade com os altos comandos militares que já estavam configuradas e que pareciam ser difíceis de serem rompidas, ou que talvez a direção não tivesse interesse em quebrar. Do mesmo modo, com a presença significativa de sócios oriundos das Forças Armadas havia uma propensão em continuar com as exaltações a figuras da ditadura.

O que se percebeu ao longo das menções feitas sobre Emílio Garrastazu Médici, é que ele foi desenhado, ao lado de Pedro Calmon, como um “herói” que solucionou o grande e “angustiante” problema do Instituto – conforme palavras da sócia Cybelle Ipanema -, e que proporcionou um local para que o IHGB pudesse dar andamento aos seus trabalhos. Sabemos que não é um feito de pouca relevância, visto que o prédio proporcionou um local amplo, bem localizado no centro do Rio de Janeiro e ainda salas que puderam ser alugadas, gerando rendimentos para a instituição dar conta de seus custos. Se Pedro Calmon, com a construção do prédio do IHGB, monumentalizou sua própria existência, podemos concluir que Médici também o fez. Com sua participação, tornou-se perdurável na memória coletiva desse grupo. Sendo assim, não foram poucas vezes que Médici foi rememorado ao longo desta década. Suas lembranças, entretanto, em sua maioria, não tiveram relação direta com os seus feitos ao longo do governo, mas sim com as ações específicas em prol do IHGB.

Mesmo diante das manifestações em prol de Castelo Branco e Médici, não é pertinente afirmar que seus sócios, de forma generalizada, defenderam ou acobertaram a ditadura. A

situação é mais complexa e envolve elementos sociais, redes de sociabilidade e tradições. Mas, também não é prudente isentar o IHGB de suas escolhas e de permitir a exaltação de ditadores.

Entendemos que as menções referidas à Médici sobre a ajuda com a construção do prédio seja uma forma de reconhecimento por suas contribuições à instituição. De toda forma, não deixa de ser uma construção de memória histórica que fica perenizada na lembrança coletiva. Com isso, Médici não foi esquecido por esse grupo. Mas, já tinham conhecimento que foi no governo de Médici que a tortura se tornou uma política oficial e regular do Estado; que seu mandato, de 1969 a 1974, criou órgãos de segurança; que foi a fase mais repressiva não só da ditadura, como também de toda a história republicana brasileira. Já era evidenciado que durante o seu governo houve grande número de presos políticos detidos, torturados e mortos.

Logo, homenagens como essas feitas pelo IHGB – ou por grupos específicos em seu interior- acabaram dando espaço para ideias conservadoras. O IHGB não percorreu o caminho da rememoração crítica com valor social: de divulgar fatos ocorridos durante o período da ditadura, de alertar para os riscos. É bem verdade que esquecer não é a saída, mas viabilizar e permitir homenagens a ex-presidentes ditadores e inserir em seu quadro social defensores do golpe, certamente também não é. É importante o conhecimento de fatos do passado, a criação de consciência ao respeito aos direitos humanos e a valoração das instituições democráticas.

Assim, apesar de o IHGB ter acompanhado determinados segmentos da historiografia, como a história de gênero; se preocupado com a classificação Qualis; inserido em seus quadros professores acadêmicos e mulheres pesquisadoras; convidado especialistas para participar de sessões e apresentar trabalhos, no que diz respeito aos encaminhamentos feitos de forma crítica sobre a história da ditadura no país, se esquivou.

Não parece conveniente, ainda na década de 2000, uma instituição que trabalha pela memória nacional fazer menções positivas de um ditador. Não se trata da melhor forma de lidar com um passado traumático, já que não evoca qualquer tipo de elemento que dê criticidade aos regimes autoritários. Há que se considerar, porém, que no último ano desta mesma década houve pela primeira vez teve a participação de um pesquisador, especialista na área, abordando, em uma sessão dentro do IHGB, a ditadura de um ponto de vista crítico e científico. Desse modo, embora não tenha feito retratações diretas e não ter se empenhado em desenvolver discussões sobre o passado ditatorial brasileiro, o Instituto Histórico nos últimos anos do escopo desta pesquisa se distanciou da imagem dos ex-presidentes ditadores.

Diante de tudo isso, entende-se que não é possível buscar coerência e linearidade nos discursos, bem como posicionamentos categoricamente definidos entre os sócios da instituição. As interpretações foram diversificadas entre os sócios, cambiantes ao longo do tempo e diante

dos diferentes contextos. Por isso não se torna conveniente empreender uma leitura simplista e fluída apenas pelo desejo de encaixar o IHGB, como um bloco homogêneo, em um campo ideológico para facilitar a compreensão.

Para muitas das perguntas que foram propostas aqui, não há respostas fixas. Não é possível saber ao certo porque o IHGB não quis se adentrar nas discussões historiográficas sobre a ditadura: se foi em razão do distanciamento de seus temas de interesse apenas; em razão de não querer cultivar conflitos entre os sócios díspares; em razão de ter conservado certas identificações ou reconhecimentos particulares com o regime ou com os ex-presidentes ditadores, por exemplo. São perguntas difíceis de serem respondidas com exatidão. Boa possibilidade para preencher mais algumas lacunas seria o desenvolvimento de pesquisas a partir de entrevistas com a direção da instituição, comissão editorial da Revista e sócios do período, para compreender mais uma parte desse complexo enredo.

FONTES

BENTO, Cláudio Moreira. **Major Cláudio Moreira Bento**: correspondência recebida do professor Pedro Calmon em 1971, sobre a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. *Academias de História Militar Terrestre do Brasil*, [2014?]. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/MAJOR%20CLAUDIO%20M.BENTO%20CORRESPOND%20%8ANCIA%20COM%20PEDRO%20CALMON%20EM%201971%20SOBRE%20O%20PARQUE%20GUARARAPES.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

_____. O centenário do presidente Médici no Clube Militar e no IHGB. *Academias de História Militar Terrestre do Brasil*, 2005. Disponível em: <https://ahimtb.org.br/ahimtb/centmedicimil.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

_____. Pedro Calmon, historiador militar. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 420, 2003, p. 107-116.

BITTENCOURT, Armando de Senna. A nova apresentação da história naval no Museu da Marinha. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 428, 2005, p. 119-131.

BUENO, Antônio Henrique Cunha. O Plebiscito e a República. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 361, 1988.

CALMON, Jorge. Agradecimentos pelas homenagens à memória de Pedro Calmon. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 420, 2003, p. 167-169.

CALMON, Pedro. Elogio dos Sócios Falecidos e Saudação ao Sr. Presidente da República. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 265, 1964.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. A Insurreição de 1935. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 384, 1994, p. 579-597.

_____. Os treze dias que abalaram o Brasil (25 de agosto a 7 de setembro de 1961). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 381, 1993, p. 232-243.

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. Entrevista de Luiz Paulo Macedo Carvalho. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (cord.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

CNPQ. **Currículo do sistema de Currículos Lattes**. Informações sobre Arno Wehling. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7066595152679044>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

CNPQ. **Currículo do sistema de Currículos Lattes**. Informações sobre Miridan Britto Falci. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/9662543794839687> . Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

DEZEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. **Revista Maracanan**, n.11, p. 56-67, 2014.

ESTADO DE MINAS. **Bolsonaro cita intervenção militar e afirma: 'É fácil impor uma ditadura**, 12 de março de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/12/interna_politica,1245963/bolsonaro-cita-intervencao-militar-e-afirma-e-facil-impor-uma-ditadura.shtml. Acesso em 15 de maio de 2021.

FAGUNDES, Umberto Peregrino Seabra. Lembranças e Reflexões sobre o Marechal Teixeira Lott. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 344, 1984, p. 45-48.

_____. Reflexões de conteúdo histórico à margem da doença e morte do presidente Tancredo Neves. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 349, 1985, p. 49-51.

FALCI, Miridan Britto Knox. Resenhas e recensões. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 423, 2004, p. 313-316.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A vida de Tancredo Neves. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 349, 1985, p. 41-48.

O GLOBO. **Se tudo depender de mim não seria este regime, diz Bolsonaro**, 20 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/se-tudo-depender-de-mim-nao-seria-este-regime-diz-bolsonaro-24891463> . Acesso em 15 de maio de 2021.

IHGB. A Cephas e seu fundador, 2008. Disponível em: <https://ihgb.org.br/noticiario/255-a-cephas-e-seu-fundador.html?highlight=WyJjZXBoYXMiXQ==#tab-abertura> . Acesso em: 18 de junho de 2021.

_____. 222ª Sessão da Assembléa Geral no dia 22 de novembro de 1850. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 0013, 1850.

_____. A primeira sessão do Instituto. s/d. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/primeira-sessao-instituto.html>. Acesso em: 9 de abril de 2021.

_____. Actas das Sessões de 1890. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 0053, tomo 2, 1890, p. 457-458.

_____. Atas e deliberações sociais. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 445, 2009, p. 177-324.

_____. Ata da 2.312ª sessão, em 2 de outubro de 1985. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 349, 1985b, p. 240-252.

_____. Ata da 73ª sessão mensal ordinária. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 349, 1985, p. 269-270.

_____. Ata da Assembleia Geral realizada em 23 de junho de 1965. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 269, 1965, p. 231-235.

_____. Ata da sessão solene. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 325, 1979, p. 248-264.

_____. Atas das reuniões da CEPHAS. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 349, 1985c, p. 282-334.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 389, 1995, p. 713-809.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 393, 1996, p. 1159-1248.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 397, 1997, p. 1141-1278.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 405, 1999, p. 937-1000.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 413, 2001, p. 253-312.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 425, 2004, p. 239-308.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 429, 2005, p. 249-308.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 433, 2006, p. 293-346.

_____. Atas das sessões do Instituto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 433, 2006, p. 293-346.

_____. Conferências e discursos. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 391, 1996a.

_____. Conferências e discursos. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 393, 1996b, p. 1041-1136.

_____. Discurso do orador Afonso Arinos de Melo Franco. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 361, 1988.

_____. Dossiê: Gênero. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 423, 2004, p. 11-96.

_____. Estatuto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 266, 1965, p. 291-309.

_____. Extracto dos Estatutos. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 0001, 1839.

_____. Homenagens ao sócio emérito e ex-presidente Vicente Costa Santos Tapajós. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 401, 1998, p. 1755-1773.

_____. Maria Cecília Ribas Carneiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/mcrcarneiro.html>. Acesso em 28 de julho de 2023.

_____. O Instituto no Ano Social 1984/85. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 349, 1985, p. 226.

_____. Presidentes de Honra. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/quadro/presidentes-de-honra.html>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

_____. Relatório das Atividades do IHGB. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 345, 1984, p. 287-340.

_____. Reuniões da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 437, 2007, p.393-438.

_____. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 400, 1998.

_____. Seção Monográfica: História das mulheres. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 415, 2002, p. 9-98.

_____. Sessão Magna Aniversária de 5 de novembro de 2003. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 421, 2003, p. 343-344.

_____. Sessão solene de posse da diretoria para o biênio 1992-1993: palavras do presidente Américo Jacobina Lacombe. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 374, 1992, p. 225-226.

IPANEMA, Cybelle Moreira. O Instituto no ano social 1984-1985. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 349, 1985, p. 226-229.

_____. Pedro Calmon e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 420, 2003, p. 99-106.

_____. Relatório Anual. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 397, 1997, p. 1145-1160.

_____. Saudação a Maria Cecília Ribas Carneiro. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 363, 1989, p. 237-241.

LACOMBE, Américo Jacobina. Saudação ao Presidente José Sarney. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 355, 1987, p. 225-226.

LEAL, Joaquim Ponce. Elucidação sobre a Intentona Comunista de 1935. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 385, 1994, p. 767-773.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Presença da mulher na política: manifestações coletivas – séculos XVIII ao XIX. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 428, 2005, p. 137-159.

MARIZ, Vasco. A política externa do Brasil nos últimos 50 anos. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 398, 1998, p. 127-142.

_____. Discurso de recepção ao sócio Lucien Provença. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 430, 2006, p. 85-88.

MIRANDA, Victorino Coutinho Chermont de. Elogio Histórico dos Sócios Falecidos: Joaquim Ponce Leal. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 421, 2003, p. 275-276.

_____. Homenagem ao Prof. Vicente Tapajós. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 401, 1998, p. 1759-1760.

MOTTA, Aricildes de Moraes (cord.). **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

NETO, Jonas de Moraes Correia. Discurso de recepção ao sócio honorário Davis Ribeiro de Sena. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 430, 2006, p. 69-72.

REVISTA DO CLUBE MILITAR. Rio de Janeiro: Clube Militar, 2004.

REIS, José Carlos. O sonho da emancipação e da autonomia nacional. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 401, 1998, p. 1671-1696.

RIOS, José Arthur. Elogios aos sócios falecidos. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 437, 2007, p. 385-391.

RODRIGUES, José Honório Rodrigues. Hispanic American Historical Review. [Entrevista concedida a] John D. Wirth. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 344, julho-setembro, 1984, p. 157-172.

RODRIGUES, Leda Boechat. Resenhas e resenções: Ribeiro, Darcy - O povo brasileiro. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 395, 1997, p. 637-644.

SENNA, Homero. Vida e obra de Américo Jacobina Lacombe. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 381, 1993, p. 84-90.

SOUZA, Luiz de Castro. Presidente Emílio Garrastazu Médici e o Instituto (centenário de nascimento). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v.440, 2008, p. 215- 218.

VALLADÃO, Haroldo. Elogio histórico dos sócios falecidos. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 349, p. 229-234.

WEHLING, Arno. Discurso de posse da diretoria em 12/01/2000. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 409, 2000, p. 59-63

_____. Discurso de recepção à sócia Maria de Lourdes Viana Lyra. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 428, 2005, p. 133-135.

_____. Discurso de recepção ao sócio honorário Luiz Paulo Macedo Carvalho. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 423, 2004, p. 97-100.

_____. Discurso proferido na sessão magna do IHGB no dia 25 de outubro de 2000. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 409, 2000b, p. 65-68.

_____. Sessão Magna Aniversária, 21.10.1997: discurso de abertura. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 397, 1997, p. 1141-1144.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) **Dicionário Histórico Biográfico Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVES, Glenda Gathe. **A virada hermenêutica da Comissão de Anistia**: a anistia brasileira e as diferentes estratégias de reparação. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 40 anos do golpe militar: oportunidade para uma reflexão histórica e historiográfica sobre a ditadura e a resistência no Brasil. **Dimensões**, UFES, vol. 16, p. 131-139, 2004.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 1985.

BARBOSA, Caio Fernandes. **Ciência em transe: a história da CAPES nos anos 1970**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

BARROS, José D'Assunção. História das Ideias: em torno de um domínio historiográfico. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação. A era regencial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. Entre o lembrar e o esquecer: as lembranças dos 40 e 50 anos do golpe e da implantação da ditadura civil-militar. In: DIÓGENES, Osmar Maia; GONÇALVES, Daniel; MARQUES, Paulo R. F.O. (orgs.). **Ainda 1964**: história política e sensibilidades. Fortaleza: MALCE: INESP, 2014.

BELIEIRO, Thiago Granja. A Nova História no Brasil: Um estudo das apropriações teóricas e metodológicas no livro Festas e Utopias no Brasil Colonial de Mary Del Priore. **Em Tempo de Histórias**, nº 30, Brasília, Jan – Jul, 2017.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

BOMENY, Helena; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Dossiê: Dos benefícios das celebrações. **Interseções**. v. 16 n. 1, jan-jun 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. **Diário Oficial da União**, 05 dez. 1995.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRUINELLI, Tiago de Oliveira. **Lindolfo Collor**: Múltiplas Narrativas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2013.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. A trajetória de Darcy Ribeiro: poder e culturas políticas de esquerda no Brasil e na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. In: **XVIII ENCONTRO REGIONAL: Dimensões do Poder na História**. Ouro Preto/MG: EDUFOP, 2012. v. 1. p. 1-8.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória**: defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARDOSO, Vanessa Clemente. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. **Revista História & Ensino**. Londrina, v. 22, n. 1, 2016, p. 127-154.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott**: a opção das esquerdas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. GONÇALVES, Márcia de Almeida. GONTIJO, Rebeca. (ORGS). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2011.

CHALOUB, Jorge. As ressacas de junho. **Revista Escuta**. 15 jun. 2016.

CHALOUB, Jorge; Lima, Pedro. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.49, n. 1, p.202-252, mar./jun., 2018.

COELHO, Wanderson Oliveira. Uma análise crítica da trajetória de Meira Mattos: pensamento e ação de um apoiador da ditadura civil-militar de 1964. **Oficina do Historiador**, v. 12, nº 2, jul.-dez, 2019.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.

_____. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935**: Natal: o primeiro ato da tragédia. São Paulo/Natal: Ensaio/Cooperativa Cultural UFRN, 2015.

COSTA, Marcelo; ROBERTI, Euridice. **Antônio Henrique Bittencourt da Cunha Bueno**. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) **Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

COUTINHO, Amélia. **Henrique Lott**. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) **Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

COUTO, Cláudio G; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Revista Tempo Social**, USP, vol. 15, 2, p. 269-301, novembro 2003.

CUNHA, Diogo. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964 – 1979). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, 2014.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso. Comissão Nacional da Verdade: impulso à democratização ou fator de retrocesso? In: TELES, Edson & QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura**. Da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Castro. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007, São Leopoldo. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: UNISINOS/ANPUH, 2007. p. 1-10.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Grafia**, Bogotá, v. 9, p. 175-191, jan./dez. 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano 5**: O tempo da Nova República - da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997a.

_____. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Cristina. A escrita da história no livro O golpe a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004). **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, n. 52, p. 40-62, 2021.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). **O Brasil Republicano 5**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**. Elementos Para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992. 206 p. (v. 1).

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **1964**: visões críticas do golpe: Campinas, EdUnicamp, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRANZONI, Sabrina; REGINATO, Gisele Dotto. Apoio editorial ao Golpe de 64 foi um erro: apagamento e rememoração no discurso do jornal O Globo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.11, nº 1, 2014.

GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia**, v. 20, n. 39, 2015.

GARCIA, Rodolfo. **Obras do Barão do Rio Branco VI**: efemérides brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. São Paulo, 1976. Tese de doutorado em História, FFLCH\USP.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: MG: Argumentvm, 2009.

_____. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

_____. **História e Historiadores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GORENDER, Jacob. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964**: visões críticas do golpe. Campinas: EdUnicamp, 1997.

GUEDES, Wallace Andrioli. **Política como produto: Pra frente Brasil e o cinema de Roberto Farias**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

GUIMARÃES, André Grandis. **Ensaio sobre o milicianismo**. Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Rio. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação de Mestrado.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da História pátria: o projeto da História Nova do Brasil. **Revista de História**. São Paulo, n.149, 2º sem, 2003, p. 235-251.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988. P. 5-27.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JANOTTI, Maria e Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 204 - 251.

LATTMAN-WALTMAN, Fernando. **A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEMOS, Renato. Afonso Arinos de Melo Franco. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) **Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; SANTANA, Elis Saraiva. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos disponíveis na internet. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, SP, v.21, p. 1-15, 2021.

MARCELINO, Douglas Attila. A morte de Tancredo Neves pela TV: algumas reflexões sobre rituais, memória e identidade nacional. **Mosaico**. Rio de Janeiro, v. 1, 2009, p. 31-57.

_____. Liturgias cívicas e ritualização do poder: funerais de presidentes e memória de Tancredo Neves. In: XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**. São Paulo, julho 2011, 2011. p. 1-16.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS FILHO, João R. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. **Revista Olhar**, São Carlos, nº4, 2000. p. 128-140.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, UFMG, n. 28, dezembro 2002.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papyrus, 1995.

MÉDICI, Roberto N. **Médici**. O depoimento. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

MENDES, Fernanda. As práticas intelectuais do IHGB durante a ditadura civil-militar (1964-1985). In: XIII Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado, 2018, Rio de Janeiro. **Anais da XIII Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado** PPGHIS UFRJ, 2018. v. 4. p. 135-149.

_____. **O Templo da História Pátria: o IHGB em tempos da ditadura (1964-1985)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

_____. Sala Presidente Médici: A construção da nova sede do IHGB financiada pela ditadura civil-militar e as relações entre intelectuais e Estado autoritário. In: XIV Semana de História Política XI Seminário Nacional de História Política, Cultura e Sociedade: Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira, 2019, Rio de Janeiro. **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2019. p. 1-14.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. O Nacionalismo de extrema-direita de Ferdinando de Carvalho. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 27, maio/ago, 2021, p. 261-286.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992.

MOORE JR. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Tradução de Maria Ludovina F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). **O Brasil Republicano 5**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). **O Brasil Republicano 5**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). **O Brasil Republicano 5**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MUNIZ JÚNIOR, João. **Memórias de um homem (do) partido**: a escrita de si de Nelson Werneck Sodré. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2021.

_____. O vermelho e o medo. **Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 122, p. 45-49, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio-agosto 2017, p. 346-366.

_____. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. Londrina, v. 8, n. 15esp., nov. 2015, p. 9-45.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Estado e política na independência. In: GRINBERG Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial** (Vol. 01). Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Andrielly Natharry Leite da Silva. A Revista do Clube Militar: a voz das Forças Armadas pós ditadura militar. XII Encontro da Associação Nacional de História Seção Mato Grosso do Sul, 2014, Aquidauana. **Anais do XXII Encontro da Associação Nacional de História**. Aquidauana, outubro 2014, p. 1-13.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140.

PERLATTO, Fernando Bom Jardim. A Comissão Nacional da Verdade e a justiça transicional no Brasil: ditadura, democracia e tempo presente. In: Paula Borges Santos, Irene Flunser Pimentel, Giovanni Damele. (Org.). **Punir o Inimigo: Perspetivas legais e discurso político na justiça de transição**. 1ed.Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2021, v, p. 193-226.

_____. **As disputas do passado na esfera pública: ditadura, democracia e tempo presente**. Juiz de Fora: Editora UFJF /ClioEdel, 2023.

_____. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 62, p. 721-740, set-dez 2017.

_____. Intervenção militar, memórias da ditadura e tempo presente. **Revista Escuta**, 07 jun. 2018.

_____. Os silêncios que gritam: Bolsonaro, Ustra e a ditadura brasileira. **Revista Escuta**, 26 abr. 2016.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). **O Brasil Republicano 5. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RAGO, Margareth. A nova historiografia brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999, p.73-96

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 23, nº 45, janeiro-junho de 2010. p. 171-186.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Tayguara. Comissão da Verdade completa 10 anos com legado ofuscado por crise política. **Folha de S. Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/comissao-da-verdade-completa-10-anos-com-legado-ofuscado-por-crise-politica.shtml>. Acesso em 10 de dez. de 2023.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

ROIZ, Diogo da Silva. **Para ser historiador no Brasil**: a história de um país e o ofício de historiador entre Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). São Paulo: Alameda, 2020.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. Novas Perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Memória, Opinião e Cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.

ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, jul/dez. 2008.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

SALLUM JR., Brasílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Melo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). **O Brasil Republicano 5**. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SANTANA, Marco Aurélio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). **O Brasil Republicano 4**. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

SANTOS, Daniela de Miranda dos. **O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

SANTOS, Sheila Cristina. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, nº 26, p. 127-156, dez. 2007.

SCHNEIDER, Ronald M. **The political system of Brazil: emergence of a “modernizing” authoritarian regime, 1964-1970.** New York: Columbia University Press, 1971.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil - 1870 – 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Os Guardiões da Nossa História Oficial: os Institutos Históricos e geográficos brasileiros.** São Paulo: IDESP, 1989.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SESQUIM, Ilda Renata Adreata. **A obra dela é a minha própria: Lêda Boechat Rodrigues e o lugar do feminino na história da historiografia brasileira.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2023.

SILVA, Claudiane Torres da. **O Tribunal Regional do Trabalho na cidade do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar (1964-1979).** Tese de Doutorado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** vol. 4. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, João Batista Teófilo. A Comissão Nacional da Verdade e os desafios e limites para a justiça de transição no Brasil. **Revista Angelus Novus.** USP, n. 12, p. 81-106, 2016.

SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino,** Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul.-dez. 2011.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia.** v.8, nº1, Vitória da Conquista, 2008, p. 223-231.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos do regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, Luiz de Castro. Herculano Gomes Mathias e sua Presença no IHGB. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 417, 2002.

SOUZA, Paulo César. **A Sabinada**: a revolta separatista da Bahia (1837). São Paulo: Brasiliense, 1987.

STEPAN, Alfred C. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TELES, Edson; QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura**. Da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. **Os generais ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WAIZBORT, Leopoldo. A trilogia do retorno de Fernando Gabeira. Escritos: **Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 41-92, 2013.

WEHLING, Arno. Prefácio: O triunfo da memória: uma contribuição à História da historiografia brasileira. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria. Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

ANEXOS

ANEXO I

Lista de nomes dos membros da administração do IHGB (1980-2016)

1. Affonso Celso Villela de Carvalho
2. Afonso Arinos de Mello Franco

3. Alberto da Costa e Silva
4. Alberto Ribeiro Lamego
5. Alberto Venâncio Filho
6. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho
7. Álvaro Teixeira Soares
8. Américo Jacobina Lacombe
9. Antônio Camillo de Oliveira
10. Antônio Celso Alves Pereira
11. Antônio Gomes da Costa
12. Antônio Izaías da Costa Abreu
13. Antônio Mendes de Almeida
14. Antônio Pimentel Winz
15. Aristides Pinto Coelho
16. Armando Senna Bittencourt
17. Arno Wehling
18. Arthur Cézár Ferreira Reis
19. Augusto Carlos da Silva Teles
20. Aurélio de Lira Tavares
21. Carlos Wehrs
22. Célio Borja
23. Cláudio Moreira Bento
24. Cristóvão Leite de Castro
25. Cybelle Moreira de Ipanema
26. D. João de Orléans de Bragança
27. D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança
28. Dalmo Freire Barreto
29. Dino Willy Cozza
30. Djacir Lima Menezes
31. Donato Mello Jr
32. Edmundo de Macedo Soares e Silva
33. Eduardo Canabrava Barreiros
34. Eduardo Silva
35. Elysio Custódio de Oliveira Belchior
36. Ester Caldas Bertolletti
37. Eugênio Vilhena de Moraes

38. Evaristo de Moraes Filho
39. Fernando Monteiro
40. Fernando Tasso Fragoso Pires
41. Francisco de Assis Barbosa
42. Francisco de Paula e Azevedo Pondé
43. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa
44. Francisco Ruas Santos
45. Frieda Wolff
46. Gabriel Augusto de Mello Bittencourt
47. Geraldo de Menezes
48. Geraldo Eulálio Nascimento e Silva
49. Gilberto João Carlos Ferrez
50. Guilherme de Andrea Frota
51. Haroldo Teixeira Valladão
52. Hélio Antônio Scarabôtolo
53. Hélio Jaguaribe de Mattos
54. Hélio Leoncio Martins
55. Herculano Gomes Mathias
56. Homero Senna
57. Isa Adonias
58. Ivolino de Vasconcellos
59. João do Prado Maia
60. João Hermes Pereira de Araujo
61. João Maurício A. Pinho
62. Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves
63. Jonas de Moraes Correia Filho
64. Jonas de Moraes Correia Neto
65. Jorge Pacheco e Chaves
66. José Almino de Alencar
67. José Antônio Soares de Souza
68. José Arthur Rios
69. José Gomes Bezerra Câmara
70. José Honório Rodrigues
71. José Murilo de Carvalho
72. José Pedro Pinto Esposel

73. Josué Montello
74. Leandro Góes Tocantins
75. Leda Boechat Rodrigues
76. Lourenço Luis Lacombe
77. Lourival Ribeiro da Silva
78. Lucia Maria Paschoal Guimarães
79. Lucinda Coutinho de Mello Coelho
80. Luiz de Castro e Souza
81. Luiz Felipe de Seixas
82. Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha
83. Manuel Diegues Júnior
84. Manuel Pinto de Aguiar
85. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
86. Marcello Moreira de Ipanema
87. Marcos Almir Madeira
88. Marcos Carneiro de Mendonça
89. Marcos Guimarães Sanches
90. Maria Cecília Ribas Carneiro
91. Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
92. Maria de Lourdes Viana Lyra
93. Marilda Corrêa Ciribelli
94. Mário Antônio Barata
95. Mario Camarinha da Silva
96. Mary Lucy Murray Del Priore
97. Maurício Amoroso Teixeira de Castro
98. Max Justo Guedes
99. Mircea Buescu
100. Miridan Britto Knox Falci
101. Moacyr Soares Pereira
102. Mons. Guilherme Schubert
103. Mons. Maurílio César de Lima
104. Nelson Freire Levénere-Wanderley
105. Nelson Omegna
106. Newton Lins Buarque Sucupira
107. Nilo Garcia

108.	Oliver Onody
109.	Paulo de Carvalho Neto
110.	Paulo Ferreira dos Santos
111.	Paulo Jorge Buarque
112.	Paulo José Pardal
113.	Paulo Werneck da Cruz
114.	Pe. Fernando Bastos de Ávila
115.	Pedro Calmon
116.	Pedro Carlos da Silva Telles
117.	Pedro Jacintho de Mallet Joubin
118.	Plinio Doyle Silva
119.	Raul do Rego Lima
120.	Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão
121.	Roberto Cavalcanti de Albuquerque
122.	Roberto Piragibe da Fonseca
123.	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão
124.	Ruben Machado da Rosa
125.	Rui Vieira da Cunha
126.	Silvio Augusto de Bastos Meira
127.	Sydney Martins Gomes dos Santos
128.	Thalita de Oliveira Casadei
129.	Umberto Peregrino Seabra Fagundes
130.	Vasco Mariz
131.	Vera Lucia Bottrel Tostes
132.	Vera Lucia Cabana de Andrade
133.	Vicente Costa Santos Tapajós
134.	Victorino Coutinho Chermont de Miranda
135.	Waldir da Cunha
136.	Washington Perry de Almeida

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO II

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Diretoria

Biênio	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente	3º Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Orador	Tesoureiro
1980 - 1981	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Antônio Camillo de Oliveira	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Fernando Monteiro	Haroldo Teixeira Valladão	José Antônio Soares de Souza
1981 - 1982	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Antônio Camillo de Oliveira	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Fernando Monteiro	Haroldo Teixeira Valladão	José Antônio Soares de Souza
1982 - 1983	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Jonas de Moraes Correia Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Fernando Monteiro	Haroldo Teixeira Valladão	José Antônio Soares de Souza
1984 - 1985	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Jonas de Moraes Correia Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Fernando Monteiro	Haroldo Teixeira Valladão	Francisco de Paula e Azevedo Pondé
1986 - 1987	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Jonas de Moraes Correia Filho	Luiz de Castro e Souza	Marcello Moreira de Ipanema	Cybelle Moreira de Ipanema	Afonso Arinos de Melo Franco	Francisco de Paula e Azevedo Pondé
1988 - 1989	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Isa Adonias	Vicente Costa Santos Tapajós	Paulo Werneck da Cruz	Afonso Arinos de Melo Franco	Gilberto João Carlos Ferrez
1990-1991	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Jonas de Moraes Correia Filho	Luiz de Castro e Souza	Vicente Costa Santos Tapajós	Geraldo de Menezes	Francisco de Assis Barbosa	Gilberto João Carlos Ferrez
1992 - 1993	Vicente Costa Santos Tapajós	Lourenço Luiz Lacombe	Isa Adonias	Luiz de Castro e Souza	Geraldo de Menezes	Antônio Pimentel Winz	Jonas de Moraes Correia Filho	Hélio Antonio Scarabôto
1994 - 1995	Vicente Costa Santos Tapajós	Arno Wehling	Mário Antônio Barata	Antônio Pimentel Winz	Guilherme de Andréa Frota	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Lourenço Luiz Lacombe	Victorino Chermont de Miranda
1995	Vicente Costa Santos Tapajós	Arno Wehling	Mário Antônio Barata	Antônio Pimentel Winz	Guilherme de Andréa Frota	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Marcos Almir Madeira	Victorino Chermont de Miranda
Biênio	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente	3º Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Orador	Tesoureiro

1996 - 1997	Arno Wehling	Newton Lins Buarque Sucupira	Mário Antônio Barata	João Hermes Pereira de Araújo	Cybelle Moreira de Ipanema	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	Marcos Almir Madeira	Victorino Chermont de Miranda
1997	Arno Wehling	Newton Lins Buarque Sucupira	Mário Antônio Barata	João Hermes Pereira de Araújo	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	Marcos Almir Madeira	Victorino Chermont de Miranda
1998 - 1999	Arno Wehling	Newton Lins Buarque Sucupira	Mário Antônio Barata	João Hermes Pereira de Araújo	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	Marcos Almir Madeira	Victorino Chermont de Miranda
2000 - 2001	Arno Wehling	Newton Lins Buarque Sucupira	Mário Antônio Barata	João Hermes Pereira de Araújo	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	Marcos Almir Madeira	Victorino Chermont de Miranda
2002 - 2003	Arno Wehling	Newton Lins Buarque Sucupira	Mário Antônio Barata	João Hermes Pereira de Araújo	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	Marcos Almir Madeira	Victorino Chermont de Miranda
2003	Arno Wehling	Newton Lins Buarque Sucupira	Mário Antônio Barata	João Hermes Pereira de Araújo	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	Victorino Chermont de Miranda	Victorino Chermont de Miranda
2004 - 2005	Arno Wehling	João Hermes Pereira de Araújo	Mário Antônio Barata	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	José Arthur Rios	Vasco Mariz
2005	Arno Wehling	João Hermes Pereira de Araújo	Mário Antônio Barata	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	José Arthur Rios	Victorino Chermont de Miranda
2006 - 2007	Arno Wehling	João Hermes Pereira de Araújo	Mário Antônio Barata	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	José Arthur Rios	Fernando Tasso Fragoso Pires
2007	Arno Wehling	João Hermes Pereira de Araújo	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	José Arthur Rios	Fernando Tasso Fragoso Pires
Biênio	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente	3º Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Orador	Tesoureiro

2008 - 2009	Arno Wehling	João Hermes Pereira de Araújo	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Max Justo Guedes	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	José Arthur Rios	Fernando Tasso Fragoso Pires
2010 - 2011	Arno Wehling	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Max Justo Guedes	Afonso Arinos de Mello Franco	Cybelle Moreira de Ipanema	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	José Arthur Rios	Fernando Tasso Fragoso Pires
2011	Arno Wehling	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Afonso Arinos de Mello Franco	José Arthur Reis	Cybelle Moreira de Ipanema	Maria de Lourdes Viana Lyra	Alberto da Costa e Silva	Fernando Tasso Fragoso Pires
2012 - 2013	Arno Wehling	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Afonso Arinos de Mello Franco	José Arthur Reis	Cybelle Moreira de Ipanema	Maria de Lourdes Viana Lyra	Alberto da Costa e Silva	Fernando Tasso Fragoso Pires
2014 - 2015	Arno Wehling	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Afonso Arinos de Mello Franco	José Arthur Reis	Cybelle Moreira de Ipanema	Maria de Lourdes Viana Lyra	Alberto da Costa e Silva	Fernando Tasso Fragoso Pires
2016	Arno Wehling	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Afonso Arinos de Mello Franco	José Arthur Reis	Cybelle Moreira de Ipanema	Maria de Lourdes Viana Lyra	Alberto da Costa e Silva	Fernando Tasso Fragoso Pires

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO III

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Diretorias Adjuntas

Biênios	Arquivo	Biblioteca	Museu	Secretaria Adjunta	Coordenadoria de Cursos	Relações Institucionais	Patrimônio	Projetos Especiais	Informática e Disseminação das Informações	Relações Externas	Iconografia
1998-1999	D. Matheus Ramalho Rocha	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Vera Lúcia Bottrel Tostes	Arivaldo Silveira Fontes	Marcos Guimarães Sanches	*	Antônio Pimentel Winz	Guilherme de Andréa Frota	Esther Caldas Bertoletti	*	
2000-2001	Carlos Wehrs	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Vera Lúcia Bottrel Tostes	Arivaldo Silveira Fontes	Lucinda Coutinho de Mello	*	Antonio Pimentel Winz	Guilherme de Andréa Frota	Esther Caldas Bertoletti	*	
2002-2003	Carlos Wehrs	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Vera Lúcia Bottrel Tostes	Arivaldo Silveira Fontes	Lucinda Coutinho de Mello	*	Guilherme de Andréa Frota	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Esther Caldas Bertoletti	*	
2004-2005	Carlos Wehrs	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Vera Lúcia Bottrel Tostes	Arivaldo Silveira Fontes	Lucinda Coutinho de Mello	*	Guilherme de Andréa Frota	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Esther Caldas Bertoletti	João Maurício Ottoni e Wanderley de Araújo Pinho	Pedro Karp Vasquez
2006-2007	Carlos Wehrs	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Vera Lúcia Bottrel Tostes	Arivaldo Silveira Fontes	Maria de Lourdes Viana Lyra	*	Guilherme de Andréa Frota	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Esther Caldas Bertoletti	João Maurício Ottoni e Wanderley de Araújo Pinho	Pedro Karp Vasquez

Biênios	Arquivo	Biblioteca	Museu	Secretaria Adjunta	Coordenadoria de Cursos	Relações Institucionais	Patrimônio	Projetos Especiais	Informática e Disseminação das Informações	Relações Externas	Iconografia
2008-2009	Carlos Wehrs	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Vera Lúcia Bottrel Tostes	Arivaldo Silveira Fontes	Maria de Lourdes Viana Lyra e Mary del Priore	*	Guilherme de Andréa Frota	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Esther Caldas Bertolletti	João Maurício Ottoni e Wanderley de Araújo Pinho	Pedro Karp Vasquez
2010-2011	Jaime Antunes da Silva	Cláudio Aguiar	Vera Lúcia Bottrel Tostes	*	Mary del Priore	*	Guilherme de Andréa Frota	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Esther Caldas Bertolletti	João Maurício Ottoni e Wanderley de Araújo Pinho	Pedro Karp Vasquez e D. João de Orléans de Bragança
2012-2013	Jaime Antunes da Silva	Cláudio Aguiar	Vera Lúcia Bottrel Tostes	*	Antônio Celso Alves Pereira	João Maurício de A. Pinho	Guilherme de Andréa Frota	Mary del Priore	Esther Caldas Bertolletti	João Maurício Ottoni e Wanderley de Araújo Pinho	Pedro Karp Vasquez e D. João de Orléans de Bragança
2014-2015	Jaime Antunes da Silva	Cláudio Aguiar	Carlos Eduardo de Almeida Barata	*	Antônio Celso Alves Pereira	João Maurício de A. Pinho	Guilherme de Andréa Frota	Mary del Priore	Esther Caldas Bertolletti	Maria da Conceição Beltrão	Pedro Karp Vasquez e D. João de Orléans de Bragança
2016	Jaime Antunes da Silva	Cláudio Aguiar	Vera Lúcia Bottrel Tostes	*	Antônio Celso Alves Pereira	João Maurício de A. Pinho	Guilherme de Andréa Frota	Mary del Priore	Carlos Eduardo de Almeida Barata	Maria da Conceição Beltrão	Pedro Karp Vasquez

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO IV

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Direção da Revista

Biênio							
1980 - 1981	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Francisco de Assis Barbosa	Raul do Rêgo Lima	Paulo Jorge Buarque	*	*
1982 - 1983	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Francisco de Assis Barbosa	Raul do Rêgo Lima	Paulo Jorge Buarque	*	*
1984 - 1985	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Francisco de Assis Barbosa	Raul do Rêgo Lima	*	*	*
1986 - 1987	Mario Camarinha da Silva	M. Pinto de Aguiar	Francisco de Assis Barbosa	*	*	*	*
1988 - 1989	Mário Camarinha da Silva	*	*	*	*	*	*
1990-1991	Vicente Tapajós	*	*	*	*	*	*
1992 - 1993	Carlos Wehrs	Rui Vieira da Cunha	Lourival Ribeiro da Silva	*	*	*	*
1994 - 1995	Carlos Wehrs	Rui Vieira da Cunha	Lourival Ribeiro da Silva	*	*	*	*
1996 - 1997	Carlos Wehrs	Ester Caldas Bertoletti	Homero Senna	*	*	*	*
1998 - 1999	José Gomes Bezerra Câmara	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	Eduardo Silva	Elysio Custódio de Oliveira Belchior	Newton Lins Buarque Sucupira	João Hermes Pereira de Araújo	Paulo de Carvalho-Neto
2000 - 2001	Miridan Britto Knox Falci	Ester Caldas Bertoletti	Homero Senna	*	*	*	*
2002 - 2003	Miridan Britto Knox Falci	Ester Caldas Bertoletti	Homero Senna	*	*	*	*
2004 - 2005	Miridan Britto Knox Falci	Ester Caldas Bertoletti	Maria de Lourdes Viana Lyra	*	*	*	*
2006 - 2007	Miridan Britto Knox Falci	Ester Caldas Bertoletti	Maria de Lourdes Viana Lyra	*	*	*	*
2008 - 2009	Miridan Britto Knox Falci	Ester Caldas Bertoletti	Maria de Lourdes Viana Lyra	Mary Lucy Murray Del Priore	*	*	*

2010 - 2011	Eduardo Silva	Ester Caldas Bertoletti	Maria de Lourdes Viana Lyra	Mary Lucy Murray Del Priore	Lucia Maria Paschoal Guimarães	*	*
2012 - 2013	Eduardo Silva	Ester Caldas Bertoletti	Maria de Lourdes Viana Lyra	Mary Lucy Murray Del Priore	Lucia Maria Paschoal Guimarães	*	*
2014 - 2015	Eduardo Silva	Ester Caldas Bertoletti	Maria de Lourdes Viana Lyra	Mary Lucy Murray Del Priore	Lucia Maria Paschoal Guimarães	*	*
2016	Eduardo Silva	Ester Caldas Bertoletti	Maria de Lourdes Viana Lyra	Mary Lucy Murray Del Priore	Lucia Maria Paschoal Guimarães	*	*

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO V

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Comissões Permanentes

Biênio	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
1980 - 1981	Américo Jacobina Lacombe	Antônio Camillo de Oliveira	Álvaro Teixeira Soares	Affonso Celso Villela de Carvalho	Eugênio Vilhena de Moraes	Afonso Arinos de Melo Franco	Josué Montello	*	*
	Arthur Cézar Ferreira Reis	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Francisco de Paula e Azevedo Pondé	Manuel Diegues Júnior	Francisco de Assis Barbosa	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	Lourenço Luis Lacombe	*	*
	Herculano Gomes Mathias	Eduardo Canabrava Barreiros	Max Justo Guedes	Marcello Moreira de Ipanema	Jonas de Moraes Correia Filho	Haroldo Teixeira Valladão	Luiz de Castro e Souza	*	*
	José Honório Rodrigues	Gilberto João Carlos Ferrez	Nelson Omega	Mário Barata	Raul do Rego Lima	Ivolino de Vasconcellos	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	*	*
	Marcos Carneiro de Mendonça	Maurício Amoroso Teixeira de Castro	Washington Perry de Almeida	Paulo Ferreira Santos	Plínio Doyle Silva	Umberto Peregrino Seabra Fagundes	Nelson Freire Levénere-Wanderley	*	*
1982 - 1983	Américo Jacobina Lacombe	Antônio Camillo de Oliveira	Álvaro Teixeira Soares	Affonso Celso Villela de Carvalho	Augusto Carlos da Silva Telles	Afonso Arinos de Melo Franco	Josué Montello	*	*
	Arthur Cézar Ferreira Reis	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Alberto Ribeiro Lamego	Manuel Diegues Júnior	Francisco de Assis Barbosa	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	Lourenço Luis Lacombe	*	*
	Herculano Gomes Mathias	Francisco de Paula e Azevedo Pondé	Max Justo Guedes	Marcello Moreira de Ipanema	Jonas de Moraes Correia Filho	Haroldo Teixeira Valladão	Luiz de Castro e Souza	*	*

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	José Honório Rodrigues	Gilberto João Carlos Ferrez	Nelson Omega	Mário Barata	Raul do Rego Lima	Ivolino de Vasconcellos	Manuel Xavier de Pedrosa	*	*
	Marcos Carneiro de Mendonça	Maurício Amoroso Teixeira de Castro	Washington Perry de Almeida	Paulo Ferreira Santos	Plinio Doyle Silva	Umberto Peregrino Seabra Fagundes	Nelson Freire Levénere-Wanderley	*	*
1984 - 1985	Américo Jacobina Lacombe	Américo Jacobina Lacombe	Alberto Ribeiro Lamego	Afonso Celso Villela de Carvalho	Augusto Carlos da Silva Telles	Afonso Arinos de Melo Franco	Josué Montello	*	*
	Arthur César Ferreira Reis	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Álvaro Teixeira Soares	Manuel Diegues Júnior	Francisco de Assis Barbosa	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	Lourenço Luis Lacombe	*	*
	Herculano Gomes Mathias	Gilberto João Carlos Ferrez	Max Justo Guedes	Marcello Moreira de Ipanema	Jonas de Moraes Correia Filho	Haroldo Teixeira Valladão	Luiz de Castro e Souza	*	*
	José Honório Rodrigues	Luiz de Castro Souza	Nelson Omega	Mário Barata	Plinio Doyle Silva	Ivolino de Vasconcellos	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	*	*
	Marcos Carneiro de Mendonça	Ruben Machado da Rosa	Washington Perry de Almeida	Paulo Ferreira Santos	Raul do Rego Lima	Umberto Peregrino Seabra Fagundes	Nelson Freire Levénere-Wanderley	*	*
1986 - 1987	Roberto Piragibe da Fonseca	D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança	Cristóvão Leite de Castro	Manuel Diegues Júnior	Fernando Monteiro	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	Josué Montello	*	*
	Arno Wehling	Gilberto João Carlos Ferrez	Álvaro Teixeira Soares	Paulo Ferreira dos Santos	Plinio Doyle Silva	Ivolino de Vasconcellos	Lourenço Luis Lacombe	*	*

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	Herculano Gomes Mathias	Aurélio de Lira Tavares	Max Justo Guedes	Mário Barata	Augusto Carlos da Silva Telles	Umberto Peregrino Seabra Fagundes	Isa Adonias	*	*
	José Honório Rodrigues	Djacir Lima Menezes	João do Prado Maia	Affonso Celso Villela de Carvalho	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Francisco Ruas Santos	Antônio Pimentel Winz	*	*
	Marcos Carneiro de Mendonça	Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão	Oliver Onody	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	Paulo Werneck da Cruz	José Gomes Bezerra Câmara	Cláudio Moreira Bento	*	*
1988 - 1989	Mons. Guilherme Schubert	*	Cristóvão Leite de Castro	Affonso Celso Villela de Carvalho	Francisco de Assis Barbosa	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	José Gomes Bezerra Câmara	Manuel Pinto de Aguiar	*
	Arno Wehling	*	Max Justo Guedes	Donato Melo Jr.	Guilherme de Andréa Frota	Ivolino de Vasconcellos	Lourenço Luis Lacombe	Nilo Garcia	*
	Herculano Gomes Mathias	*	João do Prado Maia	Mário Antonio Barata	Plinio Doyle Silva	Dalmo Freire Barreto	Luiz de Castro e Souza	Gilberto João Carlos Ferrez	*
	Vicente Tapajós	*	Moacyr Soares Pereira	Antonio Pimentel Winz	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Rui Vieita da Cunha	Cláudio Moreira Bento	Jonas de Moraes Correia Filho	*
	Donato Mello Jr	*	Isa Adonias	Arthur César Ferreira Reis	*	Afonso Arinos de Melo Franco	Paulo Werneck da Cruz	Geraldo de Menezes	*
1990-1991	Herculano Gomes Mathias	*	Cristóvão Leite de Castro	Arthur César Ferreira Reis	Jonas de Moraes Correia Filho	Ivolino de Vasconcellos	Luiz de Castro e Souza	Gilberto João Carlos Ferrez	*
	Mons. Guilherme Schubert	*	Max Justo Guedes	Mário Antonio Barata	Plinio Doyle Silva	Dalmo Freire Barreto	Francisco de Assis Barbosa	José Gomes Bezerra Câmara	*

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	Arno Wehling	*	Isa Adonias	Affonso Celso Villela de Carvalho	Thalita de Oliveira Casadei	Evaristo de Moraes Filho	Lourenço Luis Lacombe	Rui Vieira da Cunha	*
	Vicente Tapajós	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	Donato Melo Jr.	Guilherme de Andréa Frota	Geraldo de Menezes	Cláudio Moreira Bento	Paulo Werneck da Cruz	*
	Nilo Garcia	*	Moacyr Soares Pereira	Antonio Pimentel Winz	Vasco Mariz	Alberto Venâncio Filho	Antônio Pimentel Winz	Marcos Almir Madeira	*
1992 - 1993	Herculano Gomes Mathias	*	Max Justo Guedes	Mário Antonio Barata	*	Ivolino de Vasconcellos	Rui Vieira da Cunha	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	*
	Umberto Peregrino Seabra Fagundes	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	Affonso Celso Villela de Carvalho	*	Dalmo Freire Barreto	Cláudio Moreira Bento	Cybelle Moreira de Ipanema	*
	Mons. Guilherme Schubert	*	Silvio Augusto de Bastos Meira	Donato Melo Jr.	*	José Gomes Bezerra Câmara	Marcos Almir Madeira	Frieda Wolff	*
	Arno Wehling	*	Guilherme de Andréa Frota	Thalita de Oliveira Casadei	*	Evaristo de Moraes Filho	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	Lourival Ribeiro da Silva	*
	Nilo Garcia	*	Maria Cecília Ribas Carneiro	Leandro Góes Tocantins	*	Alberto Venâncio Filho	Sydney Martins Gomes dos Santos	Paulo Pardal	*
1994 - 1995	Herculano Gomes Mathias	*	Max Justo Guedes	Affonso Celso Villela de Carvalho	*	Dalmo Freire Barreto	Rui Vieira da Cunha	Gilberto João Carlos Ferrez	*
	Umberto Peregrino	*	Cybelle Moreira de Ipanema	Donato Melo Jr.	*	José Gomes Bezerra Câmara	Cláudio Moreira Bento	Frieda Wolff	*

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	Mons. Guilherme Schubert	*	Antônio Pimentel Winz	Thalita de Oliveira Casadei	*	Silvio Augusto de Bastos Meira	Marcos Almir Madeira	Aristides Pinto Coelho	*
	Nilo Garcia	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	Leandro Góes Tocantins	*	Evaristo de Moraes Filho	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	Carlos Wehrs	*
	*	*	Sydney M. G. dos Santos	José Pedro Pinto Esposel	*	Alberto Venâncio Filho	José Arthur Rios	Victorino Chermont de Miranda	*
1996 - 1997	Herculano Gomes Mathias	*	Max Justo Guedes	Lêda Boechat Rodrigues	*	Rui Vieira da Cunha	Mons. Guilherme Schubert	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	*
	João Hermes Pereira de Araújo	*	Isa Adonias	Afonso Celso Villela de Carvalho	*	José Gomes Bezerra Câmara	Cláudio Moreira Bento	Antônio Pimentel Winz	*
	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	*	Waldir da Cunha	Aristides Pinto Coelho	*	Alberto Venâncio Filho	Evaristo de Moraes Filho	José Pedro Pinto Esposel	*
	Maria Cecília Ribas Carneiro	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	Paulo José Pardal	*	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Carlos Wehrs	Frieda Wolff	*
	Eduardo Silva	*	Sydney Martins Gomes dos Santos	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	*	Geraldo Eulálio Nascimento e Silva	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves	*
1998 - 1999	Herculano Gomes Mathias	*	Max Justo Guedes	*	*	José Gomes Bezerra Câmara	Geraldo Eulálio	Afonso Celso Villela de Carvalho	Leda Boechat Rodrigues

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	João Hermes Pereira de Araújo	*	Isa Adonias	*	*	Afonso Arinos de Melo Franco	José Arthur Rios	Cláudio Moreira Bento	Paulo José Pardal
	Maria Cecília Ribas Carneiro	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	*	*	Rui Vieira da Cunha	Carlos Wehrs	Geraldo de Menezes	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
	Eduardo Silva	*	Sydney Martins Gomes dos Santos	*	*	Alberto Venâncio Filho	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves	Paulo de Carvalho Neto
	Pe. Fernando Bastos de Ávila	*	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	*	*	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	João Hermes Pereira de Araújo	Dino Willy Cozza	Hélio Jaguaribe de Mattos
2000 - 2001	Herculano Gomes Mathias	*	Max Justo Guedes	*	*	José Gomes Bezerra Câmara	Geraldo Eulálio do Nascimento Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho	Leda Boechat Rodrigues
	João Hermes Pereira de Araújo	*	Isa Adonias	*	*	Afonso Arinos de Melo Franco	José Arthur Rios	Cláudio Moreira Bento	Paulo José Pardal
	Maria Cecília Ribas Carneiro	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	*	*	Rui Vieira da Cunha	Carlos Wehrs	Geraldo de Menezes	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
	Eduardo Silva	*	Sydney Martins Gomes dos Santos	*	*	Alberto Venâncio Filho	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves	Paulo de Carvalho Neto

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	Pe. Fernando Bastos de Ávila	*	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	*	*	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	João Hermes Pereira de Araújo	Hélio Leôncio Martins	Hélio Jaguaribe
2002 - 2003	João Hermes Pereira de Araujo	*	Max Justo Guedes	*	*	Geraldo Eulálio Nascimento e Silva	Geraldo Eulálio do Nascimento Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho	Leda Boechat Rodrigues
	Maria Cecília Ribas Carneiro	*	Miridan Britto Knox Falci	*	*	Afonso Arinos de Melo Franco	José Arthur Rios	Cláudio Moreira Bento	Paulo José Pardal
	Eduardo Silva	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	*	*	Rui Vieira da Cunha	Carlos Wehrs	Geraldo de Menezes	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
	Pe. Fernando Bastos de Ávila	*	Sydney Martins Gomes dos Santos	*	*	Alberto Venâncio Filho	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves	Cândido Antônio Mendes de Almeida
	*	*	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	*	*	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	João Hermes Pereira de Araújo	Hélio Leôncio Martins	Hélio Jaguaribe
2004 - 2005	João Hermes Pereira de Araujo	*	Max Justo Guedes	*	*	Geraldo de Menezes	José Arthur Rios	Afonso Celso Villela de Carvalho	Leda Boechat Rodrigues
	Maria Cecília Ribas Carneiro	*	Miridan Britto Knox Falci	*	*	Afonso Arinos de Melo Franco	Carlos Wehrs	Cláudio Moreira Bento	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	Eduardo Silva	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	*	*	Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Geraldo de Menezes	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
	Pe. Fernando Bastos de Ávila	*	Sydney Martins Gomes dos Santos	*	*	Alberto Venâncio Filho	João Hermes Pereira de Araújo	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves	Cândido Antônio Mendes de Almeida
	Mons. Maurílio César de Lima	*	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	*	*	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Alberto Venâncio Filho	Victorino Chermont de Miranda	Hélio Jaguaribe de Mattos
2006 - 2007	João Hermes Pereira de Araújo	*	Max Justo Guedes	*	*	Geraldo de Menezes	José Arthur Rios	Afonso Celso Villela de Carvalho	Leda Boechat Rodrigues
	Maria Cecília Ribas Carneiro	*	Miridan Britto Knox Falci	*	*	Afonso Arinos de Melo Franco	Carlos Wehrs	Cláudio Moreira Bento	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão
	Eduardo Silva	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	*	*	Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Geraldo de Menezes	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
	Pe. Fernando Bastos de Ávila	*	Jonas de Moraes Correia Neto	*	*	Alberto Venâncio Filho	João Hermes Pereira de Araújo	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves	Cândido Antônio Mendes de Almeida
	Mons. Maurílio César de Lima	*	Ronaldo Rogério Mourão	*	*	Victorino C. Chermont de Miranda	Alberto Venâncio Filho	Victorino Chermont de Miranda	Hélio Jaguaribe de Mattos

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
2008 - 2009	João Hermes Pereira de Araujo	*	Max Justo Guedes	*	*	Célio Borja	José Arthur Rios	Afonso Celso Villela de Carvalho	Leda Boechat Rodrigues
	Maria de Lourdes Viana Lyra	*	Miridan Britto Knox Falci	*	*	Afonso Arinos de Melo Franco	Carlos Wehrs	Cláudio Moreira Bento	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão
	Eduardo Silva	*	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	*	*	Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior	Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	Fernando Tasso Fragoso Pires	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
	Pe. Fernando Bastos de Ávila	*	Jonas de Morais Correia Neto	*	*	Alberto Venâncio Filho	João Hermes Pereira de Araújo	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves	Cândido Antônio Mendes de Almeida
	Elysio Custódio G. de Oliveira Belchior	*	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	*	*	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Alberto Venâncio Filho	Victorino Chermont de Miranda	Hélio Jaguaribe de Mattos
	Guilherme de Andréa Frota	*	*	*	*	*	*	*	*
2010 - 2011	João Hermes Pereira de Araujo	*	Max Justo Guedes	*	*	Célio Borja	José Arthur Rios	Afonso Celso Villela de Carvalho	Leda Boechat Rodrigues
	Maria de Lourdes Viana Lyra	*	Miridan Britto Knox Falci	*	*	Afonso Arinos de Melo Franco	Carlos Wehrs	Cláudio Moreira Bento	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	Eduardo Silva	*	Jonas de Morais Correia Neto	*	*	João Maurício A. Pinto	Alberto da Costa e Silva	Fernando Tasso Fragoso Pires	Cândido Antônio Mendes de Almeida
	Elysio Custódio G. de Oliveira Belchior	*	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	*	*	Alberto Venâncio Filho	Fernando Tasso Fragoso Pires	Victorino Chermont de Miranda	Helio Jaguaribe de Mattos
	Guilherme de Andréa Frota	*	*	*	*	Victorino Coutinho Chermont de Miranda	Alberto Venâncio Filho	*	Antônio Celso Alves Pereira
	*	*	*	*	*	*	*	*	*
2012 - 2013	Eduardo Silva	*	Armando Senna Bittencourt	*	*	Affonso Arinos de Mello Franco	Alberto da Costa e Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho	Antônio Celso Alves Pereira
	Guilherme de Andrea Frota	*	Jonas de Morais Correia Neto	*	*	Alberto Venâncio Filho	Alberto Venâncio Filho	Antônio Izaías da Costa Abreu	Candido Mendes de Almeida
	Lucia Maria Paschoal Guimarães	*	Miridan Britto Falci	*	*	Célio Borja	Carlos Wehrs	Cláudio Moreira Bento	Hélio Jaguaribe de Mattos
	Marcos Guimarães Sanches	*	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	*	*	João Maurício A. Pinho	Fernando Tasso Fragoso Pires	Fernando Tasso Fragoso Pires	Leda Boechat Rodrigues
	Maria de Lourdes Vianna Lyra	*	Vera Lúcia Cabana de Andrade	*	*	Victorino Chermont de Miranda	José Arthur Rios	Roberto Cavalcanti de Albuquerque	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
2014 - 2015	Eduardo Silva	*	Armando Senna Bittencourt	*	*	Affonso Arinos de Mello Franco	Alberto da Costa e Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho	Antônio Celso Alves Pereira

	História	Fundos e orçamentos	Geografia	Arqueologia e Etnografia	Bibliografia	Estatuto	Admissão de sócios	Patrimônio	Ciências Sociais
	Guilherme de Andrea Frota	*	Miridan Britto Falci	*	*	Alberto Venâncio Filho	Alberto Venâncio Filho	Antônio Izaías da Costa Abreu	Candido Mendes de Almeida
	Lucia Maria Paschoal Guimarães	*	Vera Lucia Cabana de Andrade	*	*	Célio Borja	Carlos Wehrs	Cláudio Moreira Bento	Hélio Jaguaribe de Mattos
	Marcos Guimarães Sanches	*	*	*	*	João Maurício A. Pinho	Fernando Tasso Fragoso Pires	Fernando Tasso Fragoso Pires	José Murilo de Carvalho
	Maria de Lourdes Vianna Lyra	*	*	*	*	Victorino Chermont de Miranda	José Arthur Rios	Roberto Cavalcanti de Albuquerque	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
2016	Eduardo Silva	*	Armando Senna Bittencourt	*	*	Afonso Arinos de Mello Franco	Alberto da Costa e Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho	Antônio Celso Alves Pereira
	Guilherme de Andrea Frota	*	Miridan Britto Falci	*	*	Alberto Venâncio Filho	Alberto Venâncio Filho	Antônio Izaías da Costa Abreu	Candido Mendes de Almeida
	Lucia Maria Paschoal Guimarães	*	Vera Lucia Cabana de Andrade	*	*	Célio Borja	Carlos Wehrs	Cláudio Moreira Bento	Hélio Jaguaribe de Mattos
	Marcos Guimarães Sanches	*	Cybelle Moreira de Ipanema	*	*	João Maurício A. Pinho	Fernando Tasso Fragoso Pires	Fernando Tasso Fragoso Pires	José Murilo de Carvalho
	Maria de Lourdes Vianna Lyra	*	José Almino de Alencar	*	*	Victorino Chermont de Miranda	José Arthur Rios	Roberto Cavalcanti de Albuquerque	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO VI

Administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1980-2016): Conselhos

Biênio	Conselho Fiscal	Conselho Consultivo
1988 - 1989	D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (efetivo)	*
	Mircea Buescu (efetivo)	*
	Augusto Carlos da Silva Teles (suplente em exercício)	*
	Mário Camarinha da Silva (suplente)	*
	Leandro Góes Tocantins (suplente)	*
1990-1991	D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (efetivo)	*
	Mircea Buescu (efetivo)	*
	Augusto Carlos da Silva Teles (efetivo)	*
	Leandro Góes Tocantins (suplente)	*
	Jorge Pacheco e Chaves (suplente)	*
1992 - 1993	Francisco de Paula e Azevedo Pondé (efetivo)	*
	Mircea Buescu (efetivo)	*
	Oliver Onody (efetivo)	*
	Augusto Carlos da Silva Telles (suplente)	*
	Pedro Jacintho de Mallet Joubin (suplente)	*
	Guilherme de Andréa Frota (suplente)	*
1994 - 1995	Francisco de Paula e Azevedo Pondé (efetivo)	*
	Mircea Buescu (efetivo)	*
	Oliver Onody (efetivo)	*
	Augusto Carlos da Silva Telles (suplente)	*
	JoaquimVictorino Portela Ferreira Alves (suplente)	*
	Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior (suplente)	*
1996 - 1997	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	*
	Mircea Buescu (efetivo)	*
	Oliver Onody (efetivo)	*
	Augusto Carlos da Silva Telles (suplente)	*
	JoaquimVictorino Portela Ferreira Alves (suplente)	*
	Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior (suplente)	*
	Mircea Buescu (efetivo)	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (membro nato)
	José Pedro Pinto Esposel (efetivo)	D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (membro nato)
	Conselho Fiscal	Conselho Consultivo
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Cristóvão Leite de Castro (membro nato)

1998 - 1999	Augusto Carlos da Silva Telles (suplente)	Frieda Wolff (membro nomeado)
	Joaquim Victorino Portela Ferreira Alves (suplente)	Evaristo de Moraes Filho (membro nomeado)
	Maria Cecília Ribas Carneiro (suplente)	Vasco Mariz (membro nomeado)
	*	Mario Antônio Barata (membro nomeado)
	*	Luiz de Castro Souza (membro nomeado)
	*	Isa Adonias (membro nomeado)
	*	Herculano Gomes Mathias (membro nomeado)
2000 - 2001	Mircea Buescu (efetivo)	Cristóvão Leite de Castro (membro nato)
	José Pedro Pinto Esposel (efetivo)	D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (membro nato)
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Luiz de Castro Souza (membro nomeado)
	Augusto Carlos da Silva Telles (suplente)	Isa Adonias (membro nomeado)
	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves (suplente)	Evaristo de Moraes Filho (membro nomeado)
	Maria Cecília Ribas Carneiro (suplente)	Vasco Mariz (membro nomeado)
	*	Mario Antônio Barata (membro nomeado)
	*	Herculano Gomes Mathias (membro nomeado)
2002 - 2003	Mircea Buescu (efetivo)	D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (membro nato)
	José Pedro Pinto Esposel (efetivo)	Luiz de Castro Souza (membro nomeado)
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Leda Boechat Rodrigues (membro nomeado)
	Augusto Carlos da Silva Telles (suplente)	Evaristo de Moraes Filho (membro nomeado)
	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves (suplente)	Vasco Mariz (membro nomeado)
	Maria Cecília Ribas Carneiro (suplente)	Mario Antônio Barata (membro nomeado)
	*	Frieda Wolff (membro nomeado)
	*	Max Justo Guedes (membro nomeado)
2004 - 2005	*	Augusto Carlos da Silva Telles (membro nomeado)
	Maria Cecília Ribas Carneiro (efetivo)	D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (membro nato)
	José Pedro Pinto Esposel (efetivo)	Luiz de Castro Souza (membro nomeado)
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Leda Boechat Rodrigues (membro nomeado)
	Aristides Pinto Coelho (suplente)	Evaristo de Moraes Filho (membro nomeado)
	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves (suplente)	Hélio Leoncio Martins (membro nomeado)
	Pedro Carlos da Silva Telles (suplente)	Mario Antônio Barata (membro nomeado)
	*	Frieda Wolff (membro nomeado)
	*	Max Justo Guedes (membro nomeado)
	Conselho Fiscal	Conselho Consultivo
	*	Augusto Carlos da Silva Telles (membro nomeado)
*	Newton Lins Buarque Sucupira (membro nomeado)	
Maria Cecília Ribas Carneiro (efetivo)	D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (membro nato)	

	José Pedro Pinto Esposel (efetivo)	Luiz de Castro Souza (membro nomeado)
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Leda Boechat Rodrigues (membro nomeado)
	Aristides Pinto Coelho (suplente)	Evaristo de Moraes Filho (membro nomeado)
	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves (suplente)	Hélio Leoncio Martins (membro nomeado)
	*	Mario Antônio Barata (membro nomeado)
	*	Frieda Wolff (membro nomeado)
	*	Max Justo Guedes (membro nomeado)
	*	Augusto Carlos da Silva Telles (membro nomeado)
	*	Newton Lins Buarque Sucupira (membro nomeado)
2008 - 2009	Antônio Gomes da Costa (efetivo)	Augusto Carlos da Silva Telles (membro nomeado)
	Marilda Corrêa Ciribelli (efetivo)	Luiz de Castro Souza (membro nomeado)
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Leda Boechat Rodrigues (membro nomeado)
	Pedro Carlos da Silva Telles (suplente)	Evaristo de Moraes Filho (membro nomeado)
	Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves (suplente)	Max Justo Guedes (membro nomeado)
	*	Hélio Leoncio Martins (membro nomeado)
2010 - 2011	Antônio Gomes da Costa (efetivo)	Augusto Carlos da Silva Telles (membro nomeado)
	Marilda Corrêa Ciribelli (efetivo)	Luiz de Castro Souza (membro nomeado)
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Lêda Boechat Rodrigues (membro nomeado)
	Pedro Carlos da Silva Telles (Suplente)	Evaristo de Moraes Filho (membro nomeado)
	Marcos Guimarães Sanches (Suplente)	João Hermes Pereira de Araújo (membro nomeado)
	*	Hélio Leoncio Martins (membro nomeado)
	*	José Pedro Pinto Esposel (membro nomeado)
	*	Miridan Britto Falci (membro nomeado)
	Vasco Mariz (membro nomeado)	
2012 - 2013	Antônio Gomes da Costa (efetivo)	Carlos Wehrs
	Jonas de Moraes Correia Neto (efetivo)	Evaristo de Moraes Filho
	Marilda Correia Ciribelli (efetivo)	Helio Leoncio Martins
	Marcos Guimarães Sanches (suplente)	João Hermes Pereira de Araújo
	Pedro Carlos da Silva Telles (suplente)	José Pedro Pinto Esposel
	Roberto Cavalcanti de Albuquerque (suplente)	Leda Boechat Rodrigues
	*	Luiz de Castro Souza
	Conselho Fiscal	Conselho Consultivo
	*	Miridan Britto Falci
	*	Vasco Mariz
2014 - 2015	Antônio Gomes da Costa (efetivo)	Carlos Wehrs
	Marilda Correia Ciribelli (efetivo)	Evaristo de Moraes Filho
	Marcos Guimarães Sanches (suplente)	Hélio Leoncio Martins

	Pedro Carlos da Silva Telles (suplente)	João Hermes Pereira de Araújo
	Roberto Cavalcanti de Albuquerque (suplente)	José Pedro Pinto Esposel
	*	Antônio Gomes da Costa
	*	Luiz de Castro Souza
	*	Miridan Britto Falci
	*	Vasco Mariz
	*	Célio Borja
	Antônio Gomes da Costa (efetivo)	Carlos Wehrs
2016	Marilda Correia Ciribelli (efetivo)	José Pedro Pinto Esposel
	Luiz Felipe de Seixas (efetivo)	Antônio Gomes da Costa
	Marcos Guimarães Sanches (suplente)	Miridan Britto Falci
	Pedro Carlos da Silva Telles (suplente)	Vasco Mariz
	Roberto Cavalcanti de Albuquerque (suplente)	Célio Borja

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO VII

Mulheres na administração do IHGB (1980-2016)

	Nome	Ano de entrada no IHGB	Ano de entrada na administração do IHGB	Formação	Atuação Profissional
1.	Cybelle Moreira de Ipanema	1976	1985	- Geografia e História	Professora
2.	Ester Caldas Guimarães Bertoletti	1992	1996	- Jornalismo e Direito - Doutora em Direito - Especialista em Administração de Projetos Sociais	Técnica Consultora em Documentação
3.	Frieda Wolff	1985	1992	- Ciências Sociais	Pesquisadora
4.	Isa Adonias	1968	1986	- Geografia e História	Professora Universitária
5.	Leda Boechat Rodrigues	1979	1998	- Direito	Advogada e Historiadora
6.	Lucia Maria Paschoal Guimarães	2005	2010	- História - Pós-doutorado em História	Professora Universitária
7.	Lucinda Coutinho de Mello Coelho	1981	1986	- História	Professora
8.	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	1971	1986	- Biblioteconomia e Museologia	Bibliotecária e Museóloga
9.	Maria Cecília Ribas Carneiro	1988	1992	- Magistério - Jornalismo - História da Arte	Professora
10.	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	1989	1996	- Geografia e História - Doutora em Antropologia (Arqueologia) e Geologia	Arqueóloga
11.	Maria de Lourdes Viana Lyra	2003	2004	- História	Professora Universitária

				- Doutora em História	
12.	Marilda Corrêa Ciribelli	1989	2008	- Geografia e História - Doutora em História	Professora Universitária
13.	Mary Lucy Murray Del Priore	2006	2008	- História - Doutora em História	Professora Universitária
14.	Miridan Britto Knox Falci	1993	2000	- Geografia e História - Doutora em História	Professora Universitária
15.	Thalita de Oliveira Casadei	1976	1990	- Geografia e História	Professora
16.	Vera Lucia Bottrel Tostes	1996	1998	- Museologia e Belas Artes - Doutora em História	Museóloga
17.	Vera Lucia Cabana de Andrade	2009	2012	- História - Doutora em História	Professora

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO VIII

Comissão de História (1980-2016)

1980-1985	1986-1987	1988-1989	1990-1991	1992-1993	1994-1995	1996-1997	1998-2001	2002-2003	2004-2007	2008-2009	2010-2011	2012-2016
Américo Jacobina Lacombe	Arno Wehling	Arno Wehling	Arno Wehling	Arno Wehling	*	Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	Pe. Fernando Bastos de Ávila	*	Lucia Maria Paschoal Guimarães			
Arthur César Ferreira Reis	Roberto Piragibe da Fonseca	Mons. Guilherme Schubert	Mons. Guilherme Schubert	Mons. Guilherme Schubert	Mons. Guilherme Schubert	João Hermes Pereira de Araújo	João Hermes Pereira de Araújo	João Hermes Pereira de Araújo	João Hermes Pereira de Araújo	João Hermes Pereira de Araújo	João Hermes Pereira de Araújo	Marcos Guimarães Sanches
Herculano Gomes Mathias	Herculano Gomes Mathias	Herculano Gomes Mathias	Herculano Gomes Mathias	Herculano Gomes Mathias	Herculano Gomes Mathias	Herculano Gomes Mathias	Herculano Gomes Mathias	*	Mons. Maurílio César de Lima	Guilherme de Andréa Frota	Guilherme de Andréa Frota	Guilherme de Andrea Frota
José Honório Rodrigues	José Honório Rodrigues	Vicente Tapajós	Vicente Tapajós	Umberto Peregrino Seabra Fagundes	Umberto Peregrino Seabra Fagundes	Maria Cecília Ribas Carneiro	Maria Cecília Ribas Carneiro	Maria Cecília Ribas Carneiro	Maria Cecília Ribas Carneiro	Maria de Lourdes Viana Lyra	Maria de Lourdes Viana Lyra	Maria de Lourdes Vianna Lyra
Marcos Carneiro de Mendonça	Marcos Carneiro de Mendonça	Donato Mello Jr	Nilo Garcia	Nilo Garcia	Nilo Garcia	Eduardo Silva	Eduardo Silva	Eduardo Silva	Eduardo Silva	Eduardo Silva	Eduardo Silva	Eduardo Silva
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Elysio Custódio G. de Oliveira Belchior	Elysio Custódio G. de Oliveira Belchior	*

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO IX

Membros da administração do IHGB com trajetória política (1980-2016)

Nome	Cargo Político	Ano de ingresso na administração do IHGB
Afonso Arinos de Melo Franco	Deputado Federal MG: 1947-1959 Senador DF: 1959-1961 Ministro das Relações Exteriores: 1961 Senador GB: 1961-1962 Senador GB: 1962-1967 Constituinte: 1987-1988 Senador RJ: 1987-1990	1966
Alexandre José Barbosa Sobrinho	Deputado Federal PE: 1935-1937 Constituinte: 1946 Deputado Federal PE: 1946-1948 Governador PE: 1948-1951 Deputado Federal PE: 1959-1963.	1972
Arthur César Ferreira Reis	Governador AM: 1964 (indicação de Castelo Branco)	1968
Aurélio de Lira Tavares	Ministro do Exército: 1967-1969	1986
Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida (Cândido Mendes)	Deputado Federal RJ: 1990-1991 Deputado Federal RJ: 1997-1998.	2002
Célio Borja	Deputado Federal GB: 1971-1975	2008

	Deputado Federal RJ: 1975-1983 (Arena)	
Edmundo de Macedo Soares e Silva	Governador RJ: 1947-1951	1976
Jonas de Moraes Correia Filho	Deputado Federal DF: 1946-1951	1970
Manuel Pinto de Aguiar	Deputado Estadual BA: 1935	1986
Nelson Freire Lavenère-Wanderley	Ministro da Aeronáutica: 1964	1978
Nelson Omegna	Deputado Federal SP: 1951-1955 Ministro do Trabalho: 1955-1956 Deputado Federal SP: 1956-1963.	1974
Pedro Calmon	Deputado Federal BA: 1935-1937 (Partido Concentração Autonomista da Bahia) Ministro da Educação: 1950-1951	s/i Antes de 1947
Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão	Ministro da Educação: 1966	1986
Silvio Augusto de Bastos Meira	Deputado Estadual PA: 1947 a 1954	1992

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO X

Reuniões da CEPHAS em 1984 e assuntos militares

Reunião do dia 14/03/1984	Assuntos militares
General Jonas Correia	<ul style="list-style-type: none"> Falecimento do sócio almirante Washington Perry de Almeida
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Assessoramento dado ao CMT da 1ª região militar para a preservação da casa da Fazenda Santa Monica, onde faleceu Duque de Caxias. Pede apoio ao Instituto
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> Falecimento do almirante Washington Perry Trabalho de Claudio Moreira Bento “Sesquicentenário da Polícia Militar de São Paulo
Reunião do dia 21/03/1984	Assuntos militares
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> General Bertoldo Klinger no Movimento Constitucionalista de 1932
Coronel Francisco Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> Pedido do Instituto Militar de Engenharia a ele de um nome para patrono dos engenheiros militares. Sugere general José Fernandes Pinto Alpoim, precursor das técnicas militares no Brasil (século XVIII) e 1º autor de livros-textos para o ensino técnico milita Perfil do general Bertoldo Klinger e sua ação na Revolução contra a Coluna Prestes
Arthur Cesar Ferreira Reis	<ul style="list-style-type: none"> Apoia a escolha do general Alpoim e relembra outros militares que foram esquecidos
Américo Jacobina Lacombe	<ul style="list-style-type: none"> Lembra de outros militares
Donato Mello Jr.	<ul style="list-style-type: none"> General José Fernandes Pinto Alpoim
Pedro Calmon	<ul style="list-style-type: none"> Militares Carlos Mardel e Alpoim
Reunião do dia 04/04/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Comenda de Grande Oficial da Ordem do Mérito da Educação ao General Jonas Correia Assessoria de história no 1º Reg. Militar de Marechal Hermes da Fonseca
Reunião do dia 11/04/1984	Assuntos militares
Não há	<ul style="list-style-type: none"> Não há
Reunião do dia 02/05/1984	Assuntos militares
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> Bibliografia sobre a FEB e ex-combatentes
Reunião do dia 09/05/1984	Assuntos militares
Coronel Francisco Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> FEB: em que medida a FEB contribuiu para a queda do Estado Novo. <ul style="list-style-type: none"> Participação do Brasil na guerra do Paraguai
Reunião do dia 16/05/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Centenário de nascimento do General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo – integrante da Sociedade Bibliotecária Acadêmica da Escola Militar do Realengo
Mário Barata	<ul style="list-style-type: none"> General Pedro Cordolino
Pedro Calmon	<ul style="list-style-type: none"> General Pedro Cordolino
Reunião do dia 23/05/1984	Assuntos militares
Não há	<ul style="list-style-type: none"> Não há
Reunião do dia 06/06/1984	Assuntos militares
Pedro Calmon	<ul style="list-style-type: none"> ESG solicitando indicação de alguém do instituto para Curso de Atualidade Brasileira
Coronel Elber Henriques	<ul style="list-style-type: none"> Reunião de ex-combatentes em Taipé

	<ul style="list-style-type: none"> Análise do livro Voluntários do Martírio, do Coronel Ângelo Dourado, focalizando a Revolução de 1893-95
Guilherme Figueiredo (convidado)	<ul style="list-style-type: none"> Oferece livros de seu pai General Euclides Figueredo: “De um observador militar” e “Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932”
Pedro Calmon	<ul style="list-style-type: none"> General Euclides Figueredo
General Jonas Correia	<ul style="list-style-type: none"> General Euclides Figueredo
Reunião do dia 13/06/1984	Assuntos militares
Coronel Elber Henriques	<ul style="list-style-type: none"> Revista Militar sobre o militar Mascarenhas de Moraes
Reunião do dia 20/06/1984	Assuntos militares
Não há	<ul style="list-style-type: none"> Não há
Reunião do dia 04/07/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Tradições da Academia Militar das Agulhas Negras em seus 40 anos de Resende.
Dalmo Barreto	<ul style="list-style-type: none"> Marinha e barão de Tefé.
Reunião do dia 11/07/1984	Assuntos militares
Coronel Francisco Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> Guerra do Paraguai
Pedro Calmon	<ul style="list-style-type: none"> Guerra do Paraguai
Reunião do dia 18/07/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> O militar Souza Doca e seu papel de historiador
Arthur César	<ul style="list-style-type: none"> O militar Souza Doca
Rubens Rosa	<ul style="list-style-type: none"> O militar Souza Doca
Reunião do dia 01/08/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Asilo dos Inválidos da Pátria, presidio militar e Igreja
Ruben Rosa	<ul style="list-style-type: none"> Recorte de jornal sobre o falecimento do General Raul Silveira de Melo, o historiador do Forte de Coimbra.
Reunião do dia 08/08/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Falecimento do General Raul Silveira de Melo
Reunião do dia 15/08/1984	Assuntos militares
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> o IHGRJ sob a presidência General Pondé
Coronel Elber Henriques	<ul style="list-style-type: none"> Sugere a comemoração do fim da II Guerra Mundial <ul style="list-style-type: none"> A guerra e a criação da FEB
Reunião do dia 22/08/1984	Assuntos militares
Não há	<ul style="list-style-type: none"> Não há
Reunião do dia 05/09/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Revista “Verde-Oliva”, do Centro de Comunicação Social do Exército, dedicado à Semana do Exército
Reunião do dia 12/09/1984	Assuntos militares
Vicente Tapajós	<ul style="list-style-type: none"> Sugere comemorar o bicentenário do General Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias
Marcos de Mendonça	<ul style="list-style-type: none"> General Francisco de Lima e Silva
Reunião do dia 19/09/1984	Assuntos militares
Herculano Mathias	<ul style="list-style-type: none"> Entrevista de José Honório Rodrigues em que cita que a história está sendo escrita por militares improvisados de historiadores
General Jonas Correia	<ul style="list-style-type: none"> Sobre as restrições de José Honório Rodrigues aos militares que fazem História
Arthur César Ferreira Reis	<ul style="list-style-type: none"> Sobre as restrições de José Honório Rodrigues aos militares que fazem História
Marcos de Mendonça	<ul style="list-style-type: none"> Sobre as restrições de José Honório Rodrigues aos militares que fazem História
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Sobre as restrições de José Honório Rodrigues aos militares que fazem História
Coronel Francisco Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> Sobre as restrições de José Honório Rodrigues aos militares que fazem História
General Francisco de Paula e Azevedo Pondé	<ul style="list-style-type: none"> Sobre as restrições de José Honório Rodrigues aos militares que fazem História

General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> Sobre as restrições de José Honório Rodrigues aos militares que fazem História
Reunião do dia 03/10/1984	Assuntos militares
General Jonas Correia	<ul style="list-style-type: none"> Volta às acusações – que considera gratuitas – de José Honório Rodrigues aos militares historiadores
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Arma de Engenharia usada por militares Travessia militar de brechas e cursos d’água no Brasil
Reunião do dia 10/10/1984	Assuntos militares
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> FEB e a Itália
Reunião do dia 17/10/1984	Assuntos militares
Guilherme Frota	<ul style="list-style-type: none"> Oferece impresso de sua palestra “A Marinha de Guerra no Brasil nas duas guerras mundiais”
Marcos de Mendonça	<ul style="list-style-type: none"> História Naval Brasileira
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> Falecimento de Janari Gentil Nunes – oficial do exército
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Cerimônia de inauguração de seção na sede da Defesa Nacional, importante revista militar
Pedro Calmon	<ul style="list-style-type: none"> Defesa Nacional e criação da Liga da Defesa Nacional por Miguel Calmon. Propaganda pelo Brasil, serviço militar
Reunião do dia 24/10/1984	Assuntos militares
Não há	<ul style="list-style-type: none"> Não há
Reunião do dia 07/11/1984	Assuntos militares
General Jonas Correia	<ul style="list-style-type: none"> Liga da Defesa Nacional
Reunião do dia 14/11/1984	Assuntos militares
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> Participação dos militares na ideologia da República
Reunião do dia 24/11/1984	Assuntos militares
Coronel Francisco Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> Enciclopédia de História Militar Terrestre
Pimentel Winz	<ul style="list-style-type: none"> Curso na ESG de assuntos atuais de geopolítica e geoestratégicos e Revista da ESG
Coronel Elber Henriques	<ul style="list-style-type: none"> Elogia a conferência sobre os militares e a proclamação da República do general Umberto Peregrino
Reunião do dia 05/12/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> Medalha comemorativa da morte do militar Gumercindo Saraiva
Helio Silva	<ul style="list-style-type: none"> Seu livro “O poder militar”
Reunião do dia 12/12/1984	Assuntos militares
Helio Silva	<ul style="list-style-type: none"> Seu livro “O poder militar”

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

ANEXO XI

Reuniões ordinárias em 1984 e assuntos militares

Reunião do dia 28/03/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentou a Comunicação “Uma experiência de Reconstrução e Preservação da Memória de uma Unidade Militar”
Guilherme Andrea Frota	<ul style="list-style-type: none"> • Ofereceu exemplar de uma publicação Italiana em que contém seu trabalho, “Garibaldi, Marinheiro do Brasil”
General Edmundo de Macedo Soares e Silva	<ul style="list-style-type: none"> • Testemunho sobre o General Angelo Mandes de Moraes, seu contemporâneo na Escola Militar do Realengo
Coronel Francisco Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Discorre sobre o Brigadeiro José Fernandes Pinto de Alpoim, patrono dos engenheiros militares diplomados pelo Instituto Militar de Engenharia.
Reunião do dia 25/04/1984	Assuntos militares
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> • Informa sobre curso no Museu Histórico Nacional sobre a Guerra da Tríplice Aliança e o que IHGB também deveria dar cursos
Reunião do dia 30/05/1984	Assuntos militares
Américo Jacobina Lacombe	<ul style="list-style-type: none"> • 129º aniversário da morte, em Porto Alegre, de Bento Manuel Ribeiro, famoso chefe militar que tomou parte em todas as guerras do Sul, entre 1801-1851
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação sobre a morte de Henrique Teixeira Lott, antigo Ministrado da Guerra. Lembranças e reflexões sobre essa personalidade
Rubens d’Almada Horta Porto	<ul style="list-style-type: none"> • Ratifica as considerações sobre o Lott, que o conheceu quando frequentava a ESG.
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação sobre a publicação do livro “Historia da Revolução Farroupilha”, de Morivalde Calvat Fagundes. Aparece ao se aproximar do 150º aniversário do movimento farroupilha
Reunião do dia 27/06/1984	Assuntos militares
Não há	Não há
Reunião do dia 25/07/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação sobre uma companhia de Ordenanças em Pelotas, 1774, comandada pelo militar Alferes Felix da Costa Furtado
Reunião do dia 29/08/1984	Assuntos militares
General Edmundo de Macedo Soares	<ul style="list-style-type: none"> • Comenta do recém inaugurado pelo presidente da República, pavilhão do Hospital Central do Exército e mostra o folheto sobre a história do HCE e sobre a biografia do homenageado, patrono do Serviço de Saúde do Exército, General João Severiano da Fonseca
General Umberto Peregrino	<ul style="list-style-type: none"> • Fala sobre o General Lobo Viana. Professor da Escola Militar da Praia Vermelha e seus artigos na imprensa carioca sobre costumes, pessoas, quadros, lenda e a realidade da escola.
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Comenta sobre o reflexo do poder nacional da pesquisa da História Militar Terrestre no Brasil. Fala de seu ensaio “Como estudar e pesquisar a história do exército brasileiro”, preparado para seus alunos na Academia Militar das Agulhas Negras (1978). Solicita publicação na revista.
Coronel Francisco Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Forças Armadas e produção cultural
Reunião do dia 26/09/1984	Assuntos militares

Não há	Não há
Reunião do dia 31/10/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação sobre a figura do oficial brasileiro José Inácio de Abreu Lima, que serviu nas forças libertadoras de Simon Bolívar
Reunião do dia 28/11/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação sobre Cartografia Histórica do Exército
Ruas Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Comenta sobre a participação dos militares na República, referindo-se à obra “O Poder Militar”, de Hélio Silva
Reunião do dia 19/12/1984	Assuntos militares
Coronel Cláudio Moreira Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta o número da revista Defesa Nacional • Apresenta a comunicação “O martírio do Tenente Antônio João em defesa da integridade do Brasil”,

Fonte: Elaborado pela autora (2021)